

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

**DEVOÇÃO E IDENTIDADE: A FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO
DA COLÔNIA MARANHENSE NO RIO DE JANEIRO**

CARLA ROCHA PEREIRA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia e Antropologia.

Orientador: José Reginaldo Santos Gonçalves.

Rio de Janeiro
Dezembro/2005

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**DEVOÇÃO E IDENTIDADE: A FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DA
COLÔNIA MARANHENSE NO RIO DE JANEIRO**

Carla Rocha Pereira

Orientador: José Reginaldo Santos Gonçalves.

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia e Antropologia.

Banca examinadora:

Prof. Dr. José Reginaldo Santos Gonçalves (Orientador) – PPGSA/ UFRJ

Profa. Dra. Márcia Contins – PPCIS / UERJ

Prof. Dr. Peter Fry – PPGSA/ UFRJ

Rio de Janeiro
Dezembro/2005

PEREIRA, Carla Rocha

Devoção e identidade: A festa do Divino Espírito Santo da Colônia Maranhense no Rio de Janeiro.

PPGSA/IFCS/UFRJ

Tese: Mestre em Sociologia e Antropologia

1. Festa do Divino 2. Devoção 3. Identidade
4. Memória 5. Migração 6. Ritual

Dedico esta dissertação aos meus pais, Antônio Nunes Pereira e Terezinha Rocha Pereira, e a Carlos Raimundo de Jesus, Seu Borracha, in memoriam, o baiano que me abriu as portas da Colônia Maranhense no Rio de Janeiro.

AGRADECIMENTOS

Passar por essa difícil tarefa e ver o resultado final, além de uma grande alegria, é reconhecer a grande ajuda que tive de pessoas queridas e, sem elas, muito deste trabalho não seria possível. Agradeço em primeiro lugar aos meus pais, Antônio Nunes Pereira e Terezinha Rocha Pereira, por todo apoio, mesmo sem entender direito a minha escolha acadêmica. Posso dizer que o meu pai foi um precioso companheiro de trabalho de campo, sempre presente nas festas pesquisadas, conversando com os homens da Irmandade do Divino da Ilha do Governador e me contando o conteúdo das conversas.

Aos amigos, tão importantes na minha vida, foram fundamentais em muitos aspectos. Das conversas por telefone para acalmar minha ansiedade quando a tal “inspiração” faltava, na busca por uma dissertação ou livro que não conseguia e até mesmo no resultado final deste trabalho. Agradeço a Lílian de Abreu Paulo, amiga desde o primeiro período de graduação no curso de Ciências Sociais pela revisão do texto, já que além de sua paixão por sociologia possui uma outra relacionada às letras. À minha prima Tatiane Rocha, por todas as vezes que usei e abusei de seu computador e pela ajuda com as fotos. À Viviane Nascimento, por toda atenção e paciência e pelas cópias dos CDs de toque de caixa. Ao casal de amigos Renata Moutinho e Eduardo Menezes por todo apoio com a informática. Finalmente, à Renata Valle, amiga para todas as horas, pelas conversas, risadas e viagens, sempre presente nos momentos alegres e tristes, pelas tentativas de me tirar da rotina da vida e de estar ao meu lado em todas as vezes que precisei.

Agradeço também ao meu ex-professor de inglês, Francisco Galdino, pelo abstract e pelas agradáveis conversas sobre antropologia. À Clarisse Quintanilha Kubrusly, que emprestou a sua caixa para esta pesquisadora ter a possibilidade de tocar durante a festa da Ilha e à Felipe Berocan Veiga, por enviar material referente ao Divino no Maranhão. Aos companheiros da turma de mestrado, agradeço por compartilhar as angústias e medos nessa etapa de nossas vidas, principalmente a Luciana Barbio e Jonas Henrique, que não mediu esforços de procurar na Universidade Federal de Pernambuco uma das dissertações utilizadas neste trabalho. Obrigada Samantha Brasil por me salvar de última hora, procurando aquele texto que faltava.

A todos da Colônia Maranhense, agradeço por compartilhar suas experiências e devoções, pelo apoio e carinho durante quatro anos de trabalho de campo. Com certeza, sem as entrevistas realizadas essa dissertação não seria viável, por isso, o meu muito obrigado à: Dona Vitória, Seu Borracha (in memorium), Dona Ildenir, Dona Zilda, Dona Gercy, Seu

Elesbão, Dona Antônia, Dona Vitorinha, Dona Concita e Seu Orlando. Há também aqueles que não foram entrevistados, mas que se tornaram pessoas queridas no decorrer dos anos, como Dona Fátima, sempre auxiliando em tudo, desde contatos com pessoas relacionadas à festa até o empréstimo de uma foto (pág. 48), por sempre atender a meus telefonemas quando alguma dúvida rondava o meu texto, e à Dona Balbina, que só conheci ano passado, mas que sempre estava por perto quando necessitava alguma informação. Não poderia esquecer de agradecer à Dona Antônia, que além da entrevista, permitiu o trabalho de campo em seu terreiro, Ilê de Iansã-Obaluaiê, em Nova Iguaçu, nos anos de 2003 e 2004.

Ao meu orientador, José Reginaldo Santos Gonçalves, agradeço por todos esses anos de aprendizado no campo da antropologia, por ser o principal responsável pela minha inserção no universo das festas do Divino, por todas sugestões no decorrer da construção desta dissertação, por sempre auxiliar quando dúvidas eram recorrentes e saídas eram propostas. À professora Márcia Contins, PPCIS/UERJ, por acompanhar o processo de pesquisa e participar da qualificação do projeto. Ao professor Peter Fry, pelo curso de metodologia que possibilitou a discussão das minhas questões, cujas idéias e bibliografia recomendadas empreguei neste trabalho.

Ao Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, pelas fotos cedidas do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular que foram anexadas ao trabalho, como a da capa (manto do Imperador do Divino na festa da Ilha de 2004), as fotos da missa (pág. 109), das bandeiras durante a procissão (pág. 113), dos alimentos sendo preparados (pág. 120) e da Tribuna (pág. 133). Agradeço ao fotógrafo Francisco Costa pela bela apreensão da festa e por fazer as cópias das fotos. Obrigada Alexandre Coelho pela compilação de dois CDs para a produção sonora desta dissertação.

Em especial, agradeço à Luciana Gonçalves, por comprar e trazer de São Luís uma caixa que também utilizei durante o trabalho de campo, pelo empréstimo de diversos livros sobre a festa do Divino, tambor de crioula, entrevistas de festeiros, material produzido pelo Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho e pelos relatos de sua própria experiência e pesquisas no Maranhão. A maranhense Wilmara Figueiredo, pelo empréstimo do livro sobre o tambor de mina na região de Codó e, principalmente, por compartilhar suas próprias observações da festa do Divino tanto no Maranhão quanto no Rio de Janeiro, muito obrigada!

Agradeço à Doralice Cordeiro Vidal, da biblioteca Amadeu Amaral, que sempre me auxiliou na busca de livros que pudessem contribuir para o meu trabalho. Às secretárias da pós-graduação, Cláudia Vianna e Denise Alves da Silva, por toda ajuda nesses dois anos e, por fim, à CAPES, pela bolsa que permitiu a realização desta dissertação.

Maranhão, que terra boa
Onde o poeta nasceu
Maranhão, é minha terra
Berço que Deus me deu

Há uma festa no Maranhão
De São José de Ribamar
A linda praia do Araçagi
Ai quem me dera eu lá

Ai ai que saudade
Que eu tenho do Maranhão
Ai ai que saudade
Que eu tenho do Maranhão

Trecho da música “Saudade do Maranhão”, da compositora
Dilú Mello, sempre cantada pelos maranhenses
durante a festa do Divino no Rio

RESUMO

PEREIRA, Carla Rocha. **Devoção e identidade:** A festa do Divino Espírito Santo da Colônia Maranhense no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). IFCS/ PPGSA, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

Este trabalho discute a relação de devoção e identidade perante um grupo de migrantes maranhenses que se estabeleceram na cidade do Rio de Janeiro, em torno das décadas de 50 e 60, trazendo consigo a fé no Divino Espírito Santo. Festa do catolicismo popular em que se comemora a Terceira Pessoa da Santíssima Trindade, o Espírito Santo faz parte do calendário dos principais terreiros de mina de São Luís, religião de origem africada onde se cultua voduns, encantados, caboclos e orixás. O grupo pesquisado deu início à festa do Divino no bairro de Bonsucesso, Zona Norte da cidade, na comunidade Parque União, no terreiro de mina comandado por Manoel Colaço, em 1967, quando começaram a classificarem-se como Colônia Maranhense no Rio de Janeiro. Além da migração de suas referências culturais, um dos objetivos desta pesquisa é ressaltar os deslocamentos ocorridos durante os 38 anos de celebração, no qual o culto ao Divino passou por diversos espaços até se estabelecer, na década de 90, no Clube da Associação dos Servidores Cíveis da Aeronáutica (ASCAER), no bairro da Ilha do Governador. Os não maranhenses se tornaram também importantes no decorrer dos anos, participando efetivamente da organização festiva. Descrever passo a passo todas as etapas rituais do Divino no clube, distinguindo-se daquelas nos terreiros, pois isso é primordial para a compreensão do objeto de pesquisa e o que diferencia a festa da Ilha do Governador das demais realizadas por maranhenses no Rio de Janeiro. A estrutura montada por esses maranhenses é um dos pontos abordados, como o trabalho de homens e mulheres para que o Divino seja celebrado no espaço do clube. O papel das caixeiras, mulheres que detêm o saber ritual, entoam cantigas e durante o andamento festivo tocam a caixa, instrumento de percussão, é destacado, uma vez que são preciosas personagens neste contexto, mas não são as únicas a fazerem parte desta devoção, na qual um Império é representado por crianças que possuem cargos de Imperadores e Mordomos. A festa do Divino utilizada como identidade maranhense longe de sua terra natal é o eixo central do presente trabalho e pelo qual perpassa toda a construção do texto.

ABSTRACT

This essay discusses the relation between devotion and identity in a group of migrants from the state of Maranhão who settled down in the city of Rio de Janeiro, throughout the 50's and 60's bringing along their faith in the Divine Holy Spirit. This catholic popular feast, in which the Third Person of The Holy Trinity is celebrated, is part of the major *terreiros de minas*' festival calendar from São Luís. It is an Afro-origin religion, where *voduns*, *encantados caboclos* and *orixás* are worshipped. The researched group started off the Divine's feast celebrations in the neighbourhood of Bonsucesso, in the north area of the city, in a community known as Parque União, at the *terreiro de mina* conducted by Manoel Colaço in 1967, when they started being regarded as a Maranhão colony in Rio de Janeiro. Besides the migration of their cultural references, one of the aims of this research is to focus on the movements occurred in 38 years of celebrations, in which the Divine worshipping settled down in various spaces until it finally established at the Air Force Civil Servant Association Club (ASCAER), in the district of Ilha do Governador. The ones of non-Maranhão origin also became important throughout the years, participating actively in the festival organisation. This essay also describes all the ritual stages of the Divine at the club step by step, distinguishing them from those in the *terreiros*, as this is of utmost importance to understand the research and the element which differentiates the Ilha do Governador's party from all those thrown by *maranhenses* who live in Rio de Janeiro. The structure set up by those *maranhenses* is one of the aspects to be dealt with, such as the work of men and women so that the Divine be celebrated in the club premises. The role of the *caixeiras*, women who possess knowledge of the ritual, sing songs and, as the party goes on, play the *caixa* (a type of drum) is emphasised, once the characters of this context is precious, but they're not the only ones who take part in this devotion, in which the empire is represented by children bearing the post of emperors and butlers. The Divine's feast regarded as an identity of the *maranhenses* who are far away from their homeland, is the central shaft of this essay, upon which the text is constructed.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A ESCOLHA DO OBJETO DE PESQUISA: UMA ANTROPÓLOGA E AS FESTAS DO DIVINO	18
2 METODOLOGIA E ENTREVISTAS: AS ESCOLHAS PARA A COMPREENSÃO DO UNIVERSO DO DIVINO MARANHENSE NO RIO DE JANEIRO	20
CAPÍTULO 1 A FESTA DO DIVINO E A COLÔNIA MARANHENSE DEVOÇÃO, MIGRAÇÃO E IDENTIDADE	24
1.1 A FESTA E SEUS MITOS DE ORIGEM	24
1.2 DO MARANHÃO PARA O RIO DE JANEIRO: HISTÓRIAS DE VIDA DOS MIGRANTES E LEMBRANÇAS DA TERRA NATAL	31
1.2.1 Relatos da memória – migrantes, suas lembranças da festa do Divino no Maranhão e a importância da família na devoção	36
1.2.2 Memória e identidade – o ser maranhense na festa do Divino Espírito Santo no Rio de Janeiro	41
1.3 A DEVOÇÃO NO RIO DE JANEIRO: O INÍCIO DA FESTA	49
1.3.1 Outras festas e suas origens	56
1.3.2 O fortalecimento da festa	62
1.4 O SINCRETISMO RELIGIOSO E A DEVOÇÃO AO DIVINO	64
1.4.1 Légua Bogi Buá: o caboclo que transita nas festas do Divino no Rio de Janeiro	71
CAPÍTULO 2 FESTA NO CLUBE E NO TERREIRO: OS RITUAIS NA DEVOÇÃO AO DIVINO MARANHENSE NO RIO DE JANEIRO	75
2.1 A PROMESSA: O QUE DÁ DINÂMICA À FESTA	80
2.2 A LIGAÇÃO MUSICAL DA FESTA DO DIVINO COM SEUS RITOS: O TOQUE DE CAIXA	86
2.3 OS RITUAIS E SUAS ETAPAS: RECONSTRUÇÕES E ADAPTAÇÕES DA FESTA	90
2.3.1 Abertura da tribuna	91
2.3.2 Busca e levantamento do mastro	93

2.3.3 Dia principal da festa do Divino	108
2.3.4 Derrubada do mastro e passagem do trono	125
2.3.5 A salva do Divino	136
CAPÍTULO 3 O DIVINO E SEU UNIVERSO: A ESTRUTURA DA FESTA	141
3.1 O FUNCIONAMENTO DA FESTA NA COLÔNIA MARANHENSE	141
3.1.1 Os não maranhenses na festa do Divino	141
3.1.2 Irmandade e Colônia: forma de organização	144
3.1.3 Despesas durante a festa	155
3.2 DEVERES MAS CULINOS E DEVERES FEMININOS: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO NA FESTA DO DIVINO	160
3.2.1 A caixa: o que diferencia o papel feminino na festa	162
3.2.2 O “dom” para cantar, tocar e rezar na festa do Divino	167
3.2.3 Dona Vitória: a trajetória de uma caixeira-régia	172
3.2.4 As “meninas de Santa Tereza”	174
3.2.5 Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo: a interação das caxeiras entre os estados	180
3.3 DO RIO PARA O MARANHÃO – DINHEIRO DA CULTURA VERSUS DINHEIRO DOS DEVOTOS	182
3.3.1 Ser ou não ser autêntico	190
3.3.2 A festa como patrimônio	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	200
ANEXOS	206

LISTA DE ILUSTRACOES

Foto 1 – Homenagem a Seu Borracha	48
Mapa do deslocamento da festa	53
Mapa das localidades da festa no Rio de Janeiro	57
Foto 2 – Mantos da festa do Divino	83
Foto 3 – Batismo do mastro, festa da Ilha do Governador	98
Foto 4 – Dança das caixeiras	101
Foto 5 – Batismo do mastro, Terreiro Ilê de Iansã-Obaluaiê	107
Foto 6 – Missa, festa da Ilha do Governador	109
Foto 7 – Imperadores, festa da Ilha do Governador	110
Foto 8 – Doação de alimentos, festa da Ilha do Governador	113
Foto 9 – Almoço, festa da Ilha do Governador	120
Foto 10 – Missa e procissão, Terreiro Ilê de Iansã-Obaluaiê	123
Foto 11 – Derrubada do mastro	130
Foto 12 – Passagem do trono	133
Foto 13 – Mesa de bolo e doces, festa da Ilha do Governador	135
Foto 14 – Bumba-meu-boi e tambor de crioula	176

INTRODUÇÃO

A festa do Divino no Brasil tem sido objeto de pesquisa de diversos antropólogos, historiadores e outros que se interessam por esse universo peculiar, onde em cada estado e cidade há uma forma de cultuar o Espírito Santo. No Maranhão, é uma das maiores celebrações, ligada aos terreiros de mina¹, e que ocupa o calendário festivo não só das igrejas, mas também das chamadas “festas grandes” nos diversos terreiros.

Podemos dizer que o culto ao Divino no Maranhão se distingue dos demais festejos populares realizados em outros estados porque, além de ser celebrada nos terreiros, as mulheres detêm o saber ritual e tocam um instrumento primordial para o seu andamento: a caixa. Este instrumento de percussão tocado nas festas do Divino maranhense é o grande diferencial.

Esta dissertação tem como objetivo analisar a festa do Divino Espírito Santo realizada por maranhenses que migraram para o Rio de Janeiro, em geral nas décadas de 50 e 60, hoje em dia celebrada em um clube, e que se distingue das demais organizadas por maranhenses no Rio, pois não fazem as comemorações em terreiros de mina. A celebração pesquisada é festejada no bairro da Ilha do Governador, sendo preparada por esses migrantes há cerca de 38 anos.

Podemos dizer, de acordo com o mito de origem, que ela está relacionada à comunidade Parque União, bairro de Bonsucesso, em 1967, no terreiro de Manoel Colaço, que faleceu dois anos depois celebrando o Divino Espírito Santo. Aqueles que já acompanhavam essa festa prosseguiram com sua organização, denominando-se de “Colônia Maranhense no Rio de Janeiro”.

Formaram uma comissão para os preparativos da comemoração e seguiram na busca por um lugar para exercerem a sua devoção. Percorreram inúmeros clubes e espaços até se estabelecerem no Clube ASCAER (Associação dos Servidores Civis da Aeronáutica), na Ilha do Governador². Este bairro da Zona Norte da cidade comporta o Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim, ao seu lado a Ilha do Fundão com o campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro e tem como vias de acesso a Linha Vermelha e a Avenida Brasil.

Há outras três festas do Divino organizadas por maranhenses no Rio, mas são celebradas em terreiros de mina. O Cazuá de Mironga, localizado em Seropédica, foi fundado

¹ Tambor de mina é a denominação da religião africana no Maranhão onde são cultuados “encantados”, caboclos, orixás e *voduns*, que seriam ancestrais africanos.

² Praia de São Bento, n. 271, Galeão.

por José Mirabeau Pinheiro, maranhense nascido em Alcântara que era devoto do Divino. Na década de 70, outro terreiro começou com este festejo: Ilê de Iansã-Obaluaiê, em Nova Iguaçu, que tem como zeladora Dona Antônia, há cerca de 30 anos exercendo a sua fé e religiosidade na mina. Já o terreiro de Dona Margarida, Abassá de Mina Jeje-Nagô, fica no bairro de Costa Barros e foi fundado na década de 80, o mais recente. Esses dois últimos terreiros tiveram a influência de Seu Jorge Itaci, pai-de-santo que comandava o Terreiro Iemanjá de São Luís até 2003, quando faleceu. Essas quatro localidades comemoram o Divino Espírito Santo.

A opção por investigar a festa celebrada na Ilha do Governador deu-se, em primeiro lugar, por ser a única realizada em um clube, tendo uma forma diferenciada de cultuar o Divino e sendo aquela fora dos padrões maranhenses, onde o Divino está presente dentro dos terreiros ou nas casas de festeiros. O espaço do clube é negociado, havendo um permanente diálogo entre o presidente do Clube ASCAER e a diretoria da Irmandade para que o lugar conquistado esteja disponível para futuras comemorações.

A falta de um espaço exclusivo para as festas do Divino e que pertença a esses migrantes faz com que sejam dependentes, por exemplo, deste clube localizado na Ilha do Governador. Há uma busca por algum terreno ou casa para que possam organizar a celebração do Divino e realizar oficinas de dança ou artesanato referentes ao Maranhão.

Dentro das festividades do Divino maranhense no Rio de Janeiro e, principalmente, naquela celebrada na Ilha do Governador, tanto os homens quanto as mulheres possuem compromissos na organização para que o Divino prossiga com seu culto. Por isso, nesta dissertação, não só o papel das mulheres será investigado como também a inserção dos homens será extremamente importante para uma compreensão total do objeto de pesquisa.

Muitos daqueles que pesquisam a festa do Divino no Maranhão se detêm frente à figura das caixeiras como ponto principal a ser investigado, já que elas são fundamentais para o andamento dos rituais. Compreendo este grande interesse pelas caixeiras, mas acredito que a celebração do Divino, tanto a realizada no Maranhão quanto a por migrantes maranhenses no Rio de Janeiro, possua uma ampla diversidade de caminhos a serem observados.

A estrutura montada por esses migrantes para celebrar o Divino no Rio, assim como as diversas adaptações para a realização da festa no espaço dos clubes, foram cruciais para o desenvolvimento desta dissertação, tanto quanto a própria motivação para investigar esses maranhenses que trazem a devoção ao Divino Espírito Santo.

A proposta do presente trabalho é analisar não só a figura da caixeira no ritual, mas também os homens ligados à parte burocrática da festa, principalmente porque se trata de uma

celebração fora de um terreiro. Além disso, é primordial investigar o Divino dentro do contexto de migração para o Rio de Janeiro e como isso acarretou em algumas particularidades, em relação ao espaço onde se comemora e à própria influência de não maranhenses no festejo, tal qual a inserção de cariocas e pessoas de outros estados, sendo importantes neste contexto.

Assistindo à festa, muitas questões surgiram, como o porquê da escolha desses migrantes em celebrar o Divino. Por que esta festa específica e não outra? Diversas questões norteadoras surgiram a partir desta, como: Será que a festa do Divino Espírito Santo realizada pela Colônia Maranhense na cidade do Rio de Janeiro tem como papel unir, organizar ou desagregar esta Colônia? Qual será a visibilidade desta Colônia para os maranhenses que moram na cidade do Rio de Janeiro? Será que aqueles que participam da comemoração são realmente devotos do Divino ou o espaço onde a festa é realizada também tem como papel a reunião daqueles migrantes em busca por uma identidade?

A hipótese inicial foi pensar o culto ao Divino no Rio de Janeiro a partir das lembranças que cada maranhense possui da sua infância, do seu estado e devoção e, assim, a iniciativa de realizar esta celebração seria porque, mesmo distantes de sua terra natal, o vínculo com a divindade permanece. Esse conjunto de lembranças compõe um “quadro social” (HALBWACHS, 1990) que é compartilhado por todos. Também vemos a questão da identidade, de ser maranhense em um estado distante de sua terra natal, expressando e compartilhando este sentimento através da festa.

Não é o objetivo deste trabalho fazer uma grande comparação entre a festa do Divino realizada no Rio de Janeiro e no Maranhão. O importante é dar conta dessa forma particular de celebrar o Divino por migrantes, trazendo a memória das comemorações que participavam, o saber que foi adquirido no Maranhão e é praticado no Rio.

Partindo dessas questões e hipótese, a dissertação foi estruturada em três capítulos, pensados para uma melhor compreensão metodológica deste objeto:

Capítulo 1 – A festa do Divino e a Colônia Maranhense: devoção, migração e identidade;

Capítulo 2 – Festa no clube e no terreiro: os rituais na devoção ao Divino maranhense no Rio de Janeiro; e

Capítulo 3 – O Divino e seu universo – a estrutura da festa.

Podemos ver, no primeiro capítulo, uma discussão sobre a festa do Divino no Brasil e na Europa, e, principalmente nos discursos dos migrantes maranhenses, a visão de cada um sobre os seus mitos de origem tanto no Maranhão quanto no Rio de Janeiro. Através de um

documento fornecido pela Colônia Maranhense, veremos a própria noção da diretoria sobre o Divino Espírito Santo.

Na segunda parte deste capítulo, destacamos algumas histórias de vida desses maranhenses, a migração para o Rio de Janeiro e as dificuldades empregatícias no Maranhão na década de 50. Veremos também como a família é primordial para a devoção ao Divino, pois começam a freqüentar a festa desde crianças, onde muitos sonhavam em ser Imperador ou Imperatriz, sem falar das meninas que queriam ser caixeiras e brincavam de tocar caixa. A família é bastante importante na fé a um santo e na inserção de cada um em sua religião.

Também emprego o termo festa da lembrança como referência para uma reconstrução da memória de cada membro na realização da celebração no Rio de Janeiro, resgatando as experiências vividas no Maranhão. Com isso, trago na bibliografia autores recorrentes a categoria memória, como Halbwachs (1990), com os seus “quadros sociais”, Pollak (1989), com o termo “comunidade afetiva”, entre outros.

Investigar como foi o início deste festejo na comunidade Parque União é fundamental para entendermos o desenrolar desta celebração durante 38 anos. Por isso, mostro o discurso dos migrantes sobre o início da articulação, a criação da comissão de festas e a formação da “Associação da Colônia Maranhense no Rio de Janeiro” como uma configuração para o fortalecimento da união desses maranhenses, dando continuidade à devoção ao Divino. Os deslocamentos da festa sem uma sede própria e os diversos clubes que serviram como espaço festivo tornam-se importantes para compreensão do objeto de pesquisa.

Dentro deste universo, veremos o surgimento das outras comemorações do Divino e como elas estão ligadas entre si pelos devotos, onde muitos participam de diversas celebrações. Há uma enorme solidariedade e circulação de maranhenses pelos quatro festejos, sendo essenciais para a realização de todas. Falando especificamente sobre a festa na Ilha do Governador, vamos observar como ocorreu seu fortalecimento ainda na década de 70, quando passou a ocupar o espaço do Clube ASCAER.

Encerrando este capítulo, falo sobre a relação dos devotos com diversas religiões, especialmente o catolicismo popular e aquelas de cunho africano, como o tambor de mina e o candomblé. O sincretismo religioso está presente no discurso dos entrevistados, e a própria mina maranhense exhibe altares de santos católicos e missas são realizadas dentro dos terreiros na celebração do Divino. Além disso, há uma entidade relacionada com esta festa, o caboclo³ Légua Bogi Buá, também presente nos demais terreiros maranhenses no Rio de Janeiro.

³ Segundo Mundicarmo Ferretti (1985, p. 53): “Geralmente denomina-se ‘caboclo’ a todo ‘invisível’ das casas de Mina que não pertencem ao *panteon* africano e que não podem ser incluídos nas categorias de *vodum* ou orixá.

Já no capítulo 2, há uma etnografia extensa sobre os rituais em torno da comemoração do Divino, tendo como foco àquela organizada no Clube ASCAER no bairro da Ilha do Governador. Como a festa ocorre em um clube e não em um terreiro, diversas etapas não acontecem, sendo reduzido o tempo da festa a três dias: levantamento do mastro, dia de Pentecostes e derrubada do mastro.

O levantamento do mastro ocorre uma ou duas semanas antes do dia de Pentecostes e é realizado à noite, quando acontece o batismo do mastro e um jantar para todos os devotos. O dia de Pentecostes é o mais intenso em relação aos rituais: há a missa na Igreja Católica, entrega de donativos para uma instituição de caridade, procissão, ladainhas (músicas católicas, sendo muitas cantadas em latim), almoço, toque de caixa etc.

No último dia o mastro é derrubado, encerrando este ciclo festivo com a passagem do trono para os próximos Imperadores. O Império, composto por quatro casais de crianças que representam a corte do Divino, é um dos componentes imprescindíveis para a festa. Na celebração da Ilha do Governador os casais são representados pelos Mordomos-de-Linha, Mordomos-Mor, Mordomos-Régis e Imperadores.

Em contraponto com a festa no clube, trago também distinções dos rituais realizados em um determinado terreiro, Ilê de Iansã-Obaluaiê, localizado em Nova Iguaçu, e pensando como a mesma celebração organizada em um espaço distinto pode trazer novos fatores, com outras etapas festivas e incorporação de entidades.

Além disso, outros pontos serão abordados, como a vida desses devotos, que segue um calendário festivo onde o Tempo da lembrança se faz presente e a promessa tem o papel de dinamizar esta ligação com a divindade. Também podemos dizer que a celebração do Divino tem uma forte ligação com o toque de caixa e cantigas aprendidas pelas caixeiras num saber que remonta a infância e a família de todas. A importância da música perpassa pelo andamento e ligação dos rituais, sendo primordial para a realização da festa.

No capítulo 3, compreenderemos como funciona essa estrutura, com a relação de não maranhenses na celebração do Clube ASCAER, a organização da Irmandade, a busca por uma sede refletida no projeto Casa do Maranhão, cujo objetivo é construir um centro cultural ligado a esse estado, e o dinheiro gasto para realização da festa.

Deveres masculinos e femininos na Irmandade, inseridos dentro do “código do santo” ou no “código burocrático” (MAGGIE, 2001), também fazem parte desta estrutura. Homens

Diferem-se basicamente dos orixás por não serem forças cósmicas e dos *voduns* por não serem ancestrais da família real do Dahomé ou de grupo africano vindo para o Brasil”.

podem estar ligados à parte mais “burocrática” da festa e as mulheres aos rituais, mas esses cargos não são rígidos, havendo devotos que transpõem esses dois códigos.

Sobre o papel da mulher nesta celebração, especialmente em relação às caixeiras, veremos a sua importância para o andamento do ritual e como este saber é um “dom” recebido pelo Espírito Santo. Também iremos acompanhar a história de Dona Vitória como caixeira-régia, aquela a comandar os rituais e as demais caixeiras, e a sua inserção à frente da comemoração do Divino na Ilha do Governador.

Um outro ponto é o intercâmbio existente entre caixeiras que celebram o Divino no Maranhão, São Paulo e Rio de Janeiro e a entrada das chamadas “meninas de Santa Tereza”⁴, jovens de classe média que começaram a tocar caixa nas festas no Rio de Janeiro. Sobre a admissão de homens que se inserem neste universo feminino e desejam tocar caixa, eles podem ser classificados como homossexuais pelos devotos, sobretudo no Maranhão, ou tocar incorporados por alguma entidade feminina, como ocorre no Rio.

Por fim, faço uma reflexão em relação ao próprio discurso de Dona Vitória sobre o dinheiro arrecadado para a festa do Divino, tanto no Rio quanto no Maranhão, e como o Governo do Estado do Maranhão, através do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, começa a cadastrar terreiros e distribuir dinheiro para ajudar financeiramente as celebrações.

Trago outras duas categorias, autenticidade e patrimônio, para uma maior compreensão sobre a relação do dinheiro em torno a esse culto. Sobre essa questão, podemos citar os textos de José Reginaldo Gonçalves, como os artigos “Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais” e “O patrimônio como categoria de pensamento”, além do livro *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*.

1 A ESCOLHA DO OBJETO DE PESQUISA: UMA ANTROPÓLOGA E AS FESTAS DO DIVINO

A pesquisa em torno das festas do Divino no Brasil começou ainda na graduação no curso de Ciências Sociais, ano de 2000, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), quando, através de uma bolsa de iniciação

⁴ Categoria nativa utilizada pelos devotos em relação às jovens moradoras do bairro de Santa Tereza ou da Zona Sul que começaram a participar das festas do Divino organizadas por maranhenses no Rio de Janeiro.

científica do CNPq⁵, comecei a trabalhar com o Dr. José Reginaldo Santos Gonçalves, professor do curso de Ciências Sociais e da pós-graduação em Sociologia e Antropologia deste mesmo instituto. Ele desenvolve uma pesquisa sobre imigrantes açorianos que organizam esta celebração no Rio de Janeiro e na Nova Inglaterra, EEUA.

A partir desta bolsa, fiz um grande levantamento bibliográfico em torno da celebração do Divino no Brasil e no mundo, lendo e fichando grande parte do material encontrado. O primeiro trabalho apresentado sobre o Divino foi na Jornada de Iniciação Científica do CNPq analisando os significados da comida na festa realizada em Paraty, Rio de Janeiro. Na Jornada soube da existência de maranhenses organizando esta comemoração em um clube na Ilha do Governador.

Dois anos depois, em 2002, o próprio Prof. José Reginaldo recebeu um convite com as datas e horários da festa da Colônia Maranhense. Neste ano, assisti a primeira celebração, levando este tema para o ingresso no mestrado em sociologia e antropologia no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Mesmo acumulando bagagem bibliográfica referente às festas do Divino, sobretudo as realizadas no Arquipélago dos Açores, houve uma grande dificuldade em encontrar bibliografia relacionada com aquelas organizadas no Maranhão. Através de duas dissertações sobre as celebrações do Divino neste estado, a de Cláudia Rejane Martins Gouveia, “As esposas do Divino”: poder e prestígio feminino nas festas do Divino em Terreiros de Mina em São Luís (MA), defendida em 2001 na Universidade Federal de Pernambuco, e a de Marise Glória Barbosa, Um as mulheres que dão no couro: as caixeiras do Divino no Maranhão, defendida em 2002 na Puc de São Paulo, pude compreender melhor o contexto do Divino no Maranhão e, principalmente, em São Luís. A interlocução entre essas duas dissertações de mestrado está presente durante a construção do texto.

Livros referentes não só a festa do Divino, mas também ao tambor de mina, como *Repensando o Sincretismo*, de Sérgio Ferretti, também foram contribuições valiosas no decorrer desta dissertação. Há outros livros que não estão ligados a mina ou ao Divino, mas que trazem reflexões sobre gênero e religião, tais quais os livros de Patrícia Birman, *Fazendo estilo criando gêneros*, Beatriz Góis Dantas, *Vovó Nagô e Papai Branco: usos e abusos da África no Brasil*, e de Yvonne Maggie, *Guerra de orixá*, nos fazem observar esta celebração dentro de um contexto de pluralidade e de possibilidade, onde as relações entre os devotos e a divindade não são as únicas com as quais podemos nos confrontar.

⁵ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Através desses três capítulos, veremos como a celebração organizada pelos migrantes nos remete não só a uma devoção, mas também à procura por uma identidade e a ligação com o Maranhão, realizada através da festa do Divino Espírito Santo.

2 METODOLOGIA E ENTREVISTAS: AS ESCOLHAS PARA A COMPREENSÃO DO UNIVERSO DO DIVINO MARANHENSE NO RIO DE JANEIRO

Acompanhando a festa do Divino celebrada por maranhenses no bairro da Ilha do Governador desde 2002, algumas escolhas metodológicas foram realizadas para que fosse possível observar e registrar todos os momentos rituais. Em 2003, fotografei tanto a comemoração da Ilha do Governador quanto a do Terreiro Ilê de Iansã-Obaluaiê, em Nova Iguaçu, obtendo um acervo de 300 fotos. Neste mesmo ano, fiz várias gravações em fita cassete das cantigas e ladainhas que são cantadas neste contexto.

Ainda havia dificuldades para uma compreensão dos versos e da lógica do toque de caixa, sendo necessária uma observação participante, tocando na festa da Colônia Maranhense e no terreiro de Dona Antônia, em 2004. Após comprar o CD das caixeiras da Casa Fanti-Ashanti⁶, terreiro mina-candomblé de São Luís, e repetir exaustivamente os principais toques de caixa e versos, pude iniciar a participação nas celebrações. Além disso, fiz uma oficina no Rio de Janeiro com caixeiras desta mesma casa, onde a lógica de algumas cantigas foi explicada.

Fazer parte do ritual foi uma experiência enriquecedora e ao mesmo tempo de muita responsabilidade, já que as caixeiras participam da ligação dos rituais, no qual o toque de caixa é primordial. Havia um espaço, na celebração da Ilha do Governador, a que eu só teria acesso se participasse deste contexto musical: a mesa das caixeiras, lugar onde as caixeiras almoçam ou jantam durante os dias festivos e reservado para aqueles que participam dos rituais.

Durante o almoço ou jantar, há um momento de recordações e lembranças das festas que participaram em São Luís, brincadeiras entre elas e observações dos rituais, entre outras coisas, informações preciosas para uma maior compreensão deste objeto. Participando desses momentos, a própria relação com as caixeiras se tornou mais próxima, facilitando tanto as entrevistas quanto a observação dos rituais.

⁶ Caixeiras da Casa Fanti-Ashanti tocam e cantam para o Divino, Itaú Cultural/ Associação Cultural Cachuera!, 2003.

Houve também, por minha parte, uma preocupação em relação às roupas utilizadas durante os dias festivos. Caso vestisse saia, seria na altura do joelho, e no dia de Pentecostes as cores vermelho e branco eram escolhidas, não como uma forma de querer uma semelhança perante os maranhenses, mas respeitando essa devoção ao Divino Espírito Santo. A confiança de muitos integrantes da Irmandade foi conquistada aos poucos porque, mesmo sendo mulher, faço parte da chamada “classe média” branca, além de ter nascido nas Minas Gerais. Muito do que foi observado e gravado não foi utilizado, algumas vezes respeitando pedidos e outras para não expor alguns entrevistados.

A escolha dos devotos para a realização das entrevistas foi surgindo com a própria observação, onde não só nascidos no Maranhão foram importantes para a compreensão desta festa da Colônia Maranhense, mas também os não naturais deste estado foram essenciais para o entendimento do contexto desta celebração no Rio de Janeiro. Presidente, vice-presidente, coordenadores, caixeiras e ainda aqueles que fazem parte dos rituais ou possuem uma ligação estreita com este objeto foram entrevistados, no total de dez, que possuem uma relação com as demais comemorações do Divino maranhense organizadas neste estado. Podemos ver a seguir a função de cada entrevistado e a opção para a apreensão de seus relatos:

1) Vitória Neles Guimarães – entrevista realizada em nove de junho de 2003: Caixeira-régia da festa da Colônia Maranhense no bairro da Ilha do Governador. Tem 75 anos e migrou para o Rio de Janeiro no começo da década de 50. Participou da primeira celebração em 1967, na comunidade Parque União. Voltou a morar na cidade de São Luís na década de 90, mas retorna todos os anos para comandar os preparativos que antecedem o culto ao Divino.

2) Carlos Raimundo de Jesus, mais conhecido como Seu Borracha – entrevista realizada em nove de março de 2004: Seu Borracha era o presidente da Irmandade⁷ do Divino Espírito Santo e da diretoria que organiza esta celebração. Nasceu em Salvador (BA), no dia 11 de outubro de 1923. Ex-combatente da Marinha durante a Segunda Guerra Mundial, chegou ao Rio de Janeiro em 1942. Começou a freqüentar a festa do Divino na comunidade Parque União na década de 70 e tornou-se presidente em 1999. Grande articulador da organização deste festejo, faleceu em fevereiro de 2005, aos 82 anos, quando parte desta dissertação já estava concluída.

⁷ Os devotos chamam aqueles que organizam a celebração de Irmandade, comissão de festa, diretoria ou Colônia Maranhense, termos relacionados ao Divino Espírito Santo.

3) Ildenir de Oliveira Freitas – entrevista realizada em 24 de junho de 2004: Nasceu na cidade de São Luís, em 29 de abril de 1945. Veio para o Rio de Janeiro ainda criança, no começo da década de 50, quando sua família se estabeleceu. Tem 60 anos, é coordenadora e uma espécie de “relações públicas” da festa realizada na Ilha do Governador.

4) Zilda Cândida Barbosa da Costa – entrevista realizada em 11 de julho de 2004: Irmã de Dona Antônia, zeladora do Terreiro Ilê de Iansã-Obaluaiê, tem 67 anos e migrou para o Rio em 1975. Toca caixa e vem acompanhando a festa do Divino neste terreiro desde a década de 70.

5) Gercy Sá Oliveira – entrevista realizada em 25 de julho de 2004: Nasceu na cidade de Alcântara, em 13 de março de 1935. Foi adotada por uma família de São Luís, onde permaneceu até a sua vinda para o Rio na década de 50. É a caixeira-mor⁸ da festa organizada na Ilha do Governador, tem 70 anos, casada com o vice-presidente da Irmandade, Seu Elesbão⁹, e acompanha esta celebração desde a sua realização na comunidade Parque União.

6) Elesbão Oliveira – entrevista realizada em 25 de julho de 2004: Nasceu em São Bento, município de Suriri, no Maranhão, e migrou para o Rio de Janeiro em 1958. Ajudou na primeira celebração do Divino no Parque União, tem 67 anos e hoje em dia é o vice-presidente da Irmandade do Divino.

7) Antônia Luzia Barbosa da Costa – entrevista realizada em sete de agosto de 2004: Zeladora do Terreiro Ilê de Iansã-Obaluaiê, em Nova Iguaçu, nasceu na cidade de Rosário e veio para o Rio de Janeiro em 1959. Tem 68 anos, é festeira do Divino em seu terreiro e toca caixa nas quatro celebrações. Incorpora o caboclo Légua Bogi Buá tanto na comemoração realizada na Ilha do Governador quanto nos outros terreiros.

8) Maria Vitória de Araújo Machado, mais conhecida com Dona Vitorinha – entrevista realizada em 27 de agosto de 2004: Rezadeira, canta a ladainha nas quatro festas do Divino organizadas no Rio de Janeiro. Nasceu em São Luís, no dia 3 de julho de 1944, e migrou para o Rio de Janeiro em 1972.

⁸ É aquela que ajudar a caixeira-régia durante os rituais e no toque de caixa.

⁹ Após a morte de Carlos Raimundo de Jesus, Seu Borracha, assumiu a presidência da Irmandade.

9) Conceição de Maria Nogueira Rocha, mais conhecida como Dona Concita – entrevista realizada em 27 de agosto de 2004: Também rezadeira, nasceu em Rosário no dia nove de julho de 1937. Tem 68 anos e veio para o Rio de Janeiro em 1961. Participa das diversas festas do Divino, sempre cantando a ladainha.

10) Orlando Ricardo dos Santos – entrevista realizada em sete de setembro de 2004: É o responsável em batizar o mastro durante a celebração do Divino no bairro da Ilha do Governador, em que participa desde a década de 70. Tem 70 anos, é carioca, nascido no bairro de Santo Cristo em 30 de julho de 1935.

Mesmo obtendo apenas dez entrevistas, pois houve grande dificuldade em realizá-las, e por diversas vezes tive que remarcar-las, elas foram extremamente valiosas e ricas pelo seu conteúdo. Trago, então, a visão de uma antropóloga que, até pouco tempo, não tinha conhecimento do tambor de mina, mas que decidiu pesquisar a festa do Divino realizada por migrantes maranhenses, sobretudo pela falta de material referente a essa celebração.

Festa, identidade, devoção, promessa, lembrança, Colônia, Divino, entre outras categorias, serão algumas chaves para a compreensão do amplo universo desses migrantes maranhenses no Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 1

A FESTA DO DIVINO E A COLÔNIA MARANHENSE: DEVOÇÃO, MIGRAÇÃO E IDENTIDADE

A festa do Divino é uma comemoração do catolicismo popular, amplamente celebrada em todo o Brasil, dedicada à Terceira Pessoa da Santíssima Trindade – o Espírito Santo, geralmente realizada cinquenta dias após a Páscoa, no chamado domingo de Pentecostes. Podemos perceber sua presença em grande parte dos estados brasileiros: Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás, Maranhão, Amazonas etc. Na cidade do Rio de Janeiro, o Divino era largamente cultuado no século XIX e tinha o título de “maior festa popular da cidade”¹⁰. Ainda hoje esta celebração é muito famosa em algumas cidades fluminenses, como Paraty e Angra dos Reis, atraindo uma grande quantidade de turistas.

1.1 A FESTA E SEUS MITOS DE ORIGEM

Vemos, em grande parte da bibliografia relacionada à comemoração ao Divino, que o seu mito de origem está ligado à Vila de Alenquer, em Portugal, no começo do século XIV, iniciada pela Rainha Santa Isabel. São inúmeros os relatos do começo desta celebração, como um sonho da santa, uma visão onde teriam que erguer na Vila de Alenquer uma igreja dedicada ao Divino Espírito Santo; ou, para apaziguar a briga entre o filho com o seu marido (Rei Don Diniz), realizou uma festa ao Divino (LEAL, 1994, p. 152). Neste dia, a Rainha abdicava de seu trono, coroando um plebeu que “comandava” o Império durante o período festivo. Também havia uma distribuição de comida aos pobres, chamada de “Bodos” ou “Vodos”.

Podemos dizer que essa procura pelos mitos de origens (para historiadores, memorialistas e outros), sempre foi direcionada a busca de uma versão de como e quando este festejo começou a ser celebrado, tanto no Brasil quanto em Portugal e em outros países. Diversos pesquisadores estão sempre em uma insaciável investigação pela “origem” para tal comemoração, mas será que esta busca é importante para os devotos? Acredito que a fé perante o Divino e a forma de cultuá-lo sejam mais importantes do que suas “origens”.

¹⁰ Abreu, 1999, p. 45.

Um exemplo desta “busca” entre memorialistas e historiadores está em Walter Piazza, pois a festa, segundo sua teoria, tem o seu mito de origem nos “Estados Alemães”, onde:

Inicialmente, foram praticadas durante a Dinastia dos Othons e destinava-se a lançar fundamentos de uma instituição, que, na forma de um banco, formado de esmolas, acudisse aos pobres nos anos de penúria. E como os invocantes eram Reis, os festejos conservaram aspectos de realeza¹¹.

Há relatos em que esta celebração também aconteceu na França e, desta forma, chegou a Portugal e aos Açores através da Rainha Isabel (DIAS, 1960, p. 424).

A prática da caridade de dar alimentos aos pobres é uma característica do início desta celebração para alguns autores, onde a fartura é importante e ainda presente. A abundância de alimentos é um ponto relevante dentro da lógica da festa. Podemos dizer que a comida pode até sobrar, mas faltar, nunca, porque a fartura é uma forma de “agradar” ao Divino.

No Arquipélago dos Açores¹² esta comemoração tem uma enorme popularidade e assumiu um lugar de destaque. A ligação deste Arquipélago entre o vulcanismo e o Espírito Santo, para os devotos, é muito forte, como se o Divino fosse o guardião para que as erupções não ocorressem. O antropólogo João Leal relata que, em 1672, ocorreram vários terremotos e erupções na Ilha Faial, em que se evocou a proteção do Divino Espírito Santo, renovando a sua “Irmandade decaída”, onde seus habitantes teriam feito:

(...) o solene voto por si e seus descendentes, de todos os anos celebrarem uma missa solene com sermão e procissão em ação de graças no dia de Pentecostes, e de distribuírem pelos pobres uma parte dos seus frutos, se passassem os efeitos destruidores do vulcão¹³.

Com o surto imigratório de açorianos nas décadas de 60 a 80 do século XX, a festa do Divino é utilizada por esses imigrantes (tanto nos Estados Unidos, Canadá e Brasil) como símbolo demarcador de suas origens e “identidade açoriana”.

Eduardo Galvão, em seu livro Santos e Visagens, argumenta sobre o mito de origem desta festa em relação a sua celebração no Maranhão. Para Galvão, o culto ao Divino chegou a este estado no século XVII através da imigração açoriana para a então capitania maranhense. Ainda neste livro, o autor fala da assimilação da cultura portuguesa pelos índios e mamelucos e como e quando se deu essa imigração açoriana:

Desde a fundação de Presépio, cuidou-se da remessa de casais açorianos. Em 1620 e 1621, citam-se duas partidas de mais de duzentos açorianos que se repartiam pelas

¹¹ Piazza, p. 33-4.

¹² O Arquipélago dos Açores está localizado em pleno Oceano Atlântico, situado entre a Europa e a América do Norte. Composto por nove ilhas vulcânicas (Santa Maria, São Miguel, Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo), sua superfície total é de 2.333 km² e possui uma população de 241.763 habitantes (censo 2001).

¹³ Leal, 1994, p. 70.

duas capitanias do Estado do Maranhão. Em 1667, chegaram mais 700 pessoas e, em 1676, outras 234, que foram transportadas diretamente para Belém¹⁴.

Para o folclorista Carlos de Lima, o mito de origem desta festa no Maranhão está ligado à cidade de Alcântara e com a frustrada visita de D. Pedro II. O povo, irritado com o não cumprimento da promessa, formou um cortejo até a igreja e coroou um Imperador (LIMA, 1988, p. 21). Este mito de origem é aquele mais recorrente nos relatos desses migrantes em relação à celebração do Divino neste estado.

A festa chegou ao Brasil no século XVI com os portugueses e, principalmente, com a vinda dos imigrantes açorianos para a cidade do Rio de Janeiro e o Estado de Santa Catarina. No Rio, a historiadora Marta Abreu analisa as comemorações do Divino durante o século XIX em seu livro *Império do Divino*. As maiores celebrações ao Divino Espírito Santo aconteciam em cinco localidades: “(...) Largo da Lapa, no Campo de Santana, nas proximidades da Igreja Matriz de Santo Antônio, no Largo de Santa Rita e no Largo do Estácio. A irmandade mais rica era a da Lapa, mas a festa mais procurada era a do Campo”¹⁵.

Ela destaca o crescimento da festa no início do século XIX com a urbanização do Campo de Santana, onde acontecia a maior e mais popular celebração, com a chegada da família Imperial durante este período e também com a construção de um Império permanente próximo à Igreja de Santana. A confusão entre o jovem Imperador do Brasil desta época, D. Pedro I, com o Imperador do Divino era recorrente.

Para Abreu, a comemoração ao Divino se enfraqueceu na segunda metade do século XIX, principalmente com o advento da República. No século XX, a festa do Divino no Rio de Janeiro ainda era celebrada pelas sete Irmandades açorianas, nas quatro localidades de migrantes maranhenses e nas tantas outras que ocorrem em diversos bairros e cidades, como Angra dos Reis e Paraty, que possuem uma enorme visibilidade.

Vemos no livro de Marina de Mello e Souza, *Parati: a cidade e as festas*, como a celebração ao Divino realizada nesta cidade é amplamente exaltada por seus habitantes e turistas que costumam visitá-la em datas festivas. A comemoração ao Divino organizada em Paraty competiria com a da Padroeira da cidade, Nossa Senhora dos Remédios. O grande diferencial desta cidade, além do fluxo de turistas e a ampla distribuição de comida, é o patrocínio para a sua realização, como podemos ver neste trecho:

Atualmente, o grosso do dinheiro e das prendas leiloadas vem de contribuições do comércio local e mesmo patrocínios de fora. O Governo do Estado freqüentemente colaborava através de seu departamento de turismo, assim como o BANERJ, que

¹⁴ Galvão, 1955, p. 152.

¹⁵ Abreu, 1999, p. 39.

oferece cartazes e bandeirinhas para divulgar a festa e enfeitar a cidade, trazendo o seu nome impresso. Em 1991, a Antártica cedeu muitos engradados de refrigerante e barris de chope consumidos no almoço comunitário, além de ter colaborado na impressão das bandeirinhas vermelhas e brancas que enfeitam toda a cidade, em troca de ter seu nome divulgado na festa.¹⁶

A diversidade de comemorações em todo o Brasil e a maneira particular de organizar e festejar o Divino que cada cidade possui vêm se transformando. Há outros antropólogos e pesquisadores que nos trazem sempre novos Divinos e suas distintas formas, como Carlos Rodrigues Brandão em seu livro, *O Divino, o Santo e a Senhora*, e a dissertação de Felipe Berocan Veiga, *A Festa do Divino Espírito Santo em Pirenópolis, Goiás: Polaridades Simbólicas em torno de um Rito*, ambos Falando sobre o Divino na cidade de Pirenópolis.

Sobre o Divino celebrado no Maranhão, podemos dizer que ele tem peculiaridades que o distinguem das demais festas em todo o país, como as mulheres que cantam e tocam caixa¹⁷, a caixeira-régia que comanda as demais e que detém o saber ritual, a divisão de gênero, essencial, na qual o dever das mulheres está relacionado com o andamento festivo e cabe aos homens os trabalhos ligados à força física e à parte burocrática em torno desta comemoração, principalmente naquelas realizadas por maranhenses no Rio de Janeiro e, em especial, a Irmandade do Divino Espírito Santo no bairro da Ilha do Governador.

No Maranhão, a festa do Divino está intimamente ligada aos terreiros de mina¹⁸, sendo celebrada no próprio dia de Pentecostes, tal a Casa das Minas¹⁹, ou podendo ser realizada em dias de outros santos. Esta comemoração faz parte do calendário dos principais terreiros de mina em São Luís e dentro do ciclo das chamadas “festas grandes”, cultuadas com grande esplendor. Nas quatro localidades em que o Divino maranhense é festejado no Rio de Janeiro (Ilha do Governador, Seropédica, Nova Iguaçu e Costa Barros), somente a da Ilha não ocorre em um terreiro, mas em um clube.

Há exemplos de alguns terreiros de São Luís, como o Fé em Deus, onde a festa do Divino é realizada no dia de Santana e a celebração é intercalada: um ano fazem a comemoração para Imperador e Imperatriz, no ano seguinte para o Rei e a Rainha. Por este

¹⁶ Souza, 1994, p. 190.

¹⁷ Instrumento musical de percussão tocado pelas mulheres durante a festa do Divino maranhense.

¹⁸ Segundo Ferretti (1985, p. 13): “Casa de Mina ou Tambor de Mina é a designação popular no Maranhão para o local e para o culto de origem africana que em outras regiões do país recebe denominações como candomblé, xangô, batuque, macumba etc. O termo mina deriva do Forte S. Jorge da Mina, na Costa do Ouro, atual República do Gana, um dos mais antigos empórios portugueses de escravos na África Ocidental. Trata-se também do nome de um dos grupos étnicos daquela região, que se dedicava ao tráfico de escravos. No Brasil, o termo mina é atribuído genericamente a escravos procedentes da região do Golfo de Benin, na África Ocidental”.

¹⁹ Segundo Nunes Pereira (1979, p. 25): “A toda essa Casa se dá o nome, em língua Jeje, de Quêrêbetan, não sendo ela apenas Mina, mas Jeje, igualmente. Como as primeiras ‘velhas’ eram de nação mina, esse Quêrêbetan passou a ser conhecido pelo nome de Casa das Minas”.

motivo são chamados Impérios ou Reinados. A escolha está relacionada com a entidade ligada a comemoração de cada ano (GOUVEIA, 1997).

Nos terreiros de mina de São Luís há festas do Divino dedicadas a algum *vodum*²⁰ devoto do Divino. Um exemplo é a celebração realizada na Casa das Minas, onde: “é devoção de noxê Sepazin, princesa real, filha do rei Dandarro, casada com o príncipe Daco-Donu, que adora o Divino Espírito Santo”.²¹ Em outros terreiros, o Divino pode ser comemorado junto a um santo como, por exemplo, em uma data próxima ao dia de Santana.

Poderíamos falar sobre a vasta literatura da festa do Divino Espírito Santo em relação ao que já foi produzido no Brasil e em Portugal, como os mitos de origens na visão de memorialistas, historiadores, viajantes, folcloristas e antropólogos. Muitos que escreveram sobre esta comemoração e outros que fizeram suas dissertações e teses sobre este objeto sempre destacaram a bibliografia recorrente ao Divino, mas é primordial dentro desta dissertação, tendo um ponto de partida antropológico, a visão dos maranhenses que possuem esta devoção. Ênfase, principalmente, os seus mitos de origens não datados e documentados, procurando o discurso desses migrantes sobre o Divino, tanto no Maranhão quanto na cidade do Rio de Janeiro.

Em quase todos os relatos o mito de origem desta festa no Maranhão está ligado à cidade de Alcântara, como podemos ver na entrevista de Dona Vitória, caixeira-régia da celebração realizada na Ilha do Governador:

Ah, a festa no Maranhão começou porque fizeram um convite para o Imperador ir na cidade de Alcântara, né, e ele enganou, não foi. Aí, vestiram um garoto e uma garota, um Imperador, uma Imperatriz, lá pra poder representar eles. Aí nasceu esse festejo em Alcântara.

Neste mesmo depoimento, quando Dona Vitória fala sobre como a comemoração chegou ao Maranhão, o seu discurso está ligado à vinda dos escravos para este estado e também ao tambor de crioula²²:

(...) a festa do Divino vem com os escravos, né, que nem o tambor de crioula. O tambor de crioula é uma festa dos escravos, era um meio que eles achavam pra se divertir quando tava nas senzalas, sozinhos, porque só tinham direito àquilo mesmo, trabalhavam pra aqueles sem vergonhas.

²⁰ Entidades de ancestrais africanos cultuados em terreiros de mina. Na Casa das Minas são cultuadas três principais famílias de *voduns*: Família de Davice ou família real, Família de Dambirá e Família de Quevioçô. São cultuadas também duas famílias secundárias: família de Savalunu e Família de Aladanu (FERRETTI, 1995, p. 132-3).

²¹ Ferretti, 1995, p. 168.

²² Dança afro-descendente muito popular no Maranhão para São Benedito. É realizada por mulheres que formam uma roda e dançam na frente de uma parêlha de três tambores tocados por homens. Apenas uma mulher dança dentro da roda e quando outra dançante deseja ocupar este lugar, ambas dão uma “umbigada”.

Mesmo Vitória tendo consciência de que os portugueses também faziam esta festa, para ela seria uma celebração vinda com os escravos e, portanto, uma comemoração “africana”, como o tambor de crioula e os terreiros de mina, mas não explica como isso teria ocorrido e se desenvolvido.

Muitos desses migrantes não sabem como foi iniciado o festejo do Divino no Maranhão, trazendo em seu discurso o mito de origem com a idéia da promessa da vinda de D. Pedro II para a cidade de Alcântara, como também vemos nos textos de folcloristas e memorialistas. Mesmo aqueles que não citam a promessa da visita real, falam da cidade de Alcântara, como podemos ver na entrevista de Dona Conceição, mais conhecida como Dona Concita, antiga rezadeira²³ da celebração do Divino no Rio:

A festa no Maranhão nasceu em Alcântara mesmo, né, a tradição da festa é em Alcântara, que foi a primeira Capital de São Luís, e foi lá que nasceu, dos antigos, desde a época dos africanos e dos indígenas que habitaram São Luís e eles acreditavam no Espírito Santo e faziam festas de Rei e Rainha, como nós chamamos os Imperadores e Imperatrizes e na época chamavam Reis e Rainhas e começaram a celebrar a festa, daí foi essa tradição se expandindo, se expandindo, até ter chegado no Rio de Janeiro e aqui ter a nossa tradicional festa que é, segundo eles dizem, é a mais organizada porque formamos a Colônia Maranhense, outros são filiais.

Inúmeros migrantes nem citam Portugal como local “originário” desta celebração e outros simplesmente não fazem idéia de onde vem este culto. Para a caixeira-régia Vitória, a festa está ligada aos escravos, aos terreiros que eles fundaram no Maranhão. Mesmo assim, Dona Vitória separa os “festejos do Divino” das outras comemorações que ocorrem dentro dos terreiros de mina²⁴:

Não, porque toda a casa de mina, que tem uma pessoa que tem uma casa de mina, festeja o Divino Espírito Santo, mas não tem nada mistura com o tambor. Eles fazem a festa do Espírito Santo, por exemplo, a festa do Espírito Santo aqui foi ontem. Se eu fosse uma mineira e tivesse um terreiro de mina daqui a oito dias é que eu ia tocar tambor, mas já era outra festa, não tinha mais nada com os festejos do Espírito Santo. Festejo do Espírito Santo fechou, a Tribuna acabou. Então não tinha nada com a festa, não é obrigado, só a pessoa que tem terreiro de mina que tem que fazer festa pra Espírito Santo.

Durante a celebração do Divino dentro dos terreiros de mina os tambores silenciam para dar lugar às caixeiras e suas caixas, instrumento musical tocado por mulheres. Somente após alguns dias é permitido o toque do tambor de mina, como se fosse uma espécie de volta ao cotidiano das casas, com seus tambores, músicas rituais etc.

²³ Rezadeiras são as mulheres que cantam a ladainha durante a festa do Divino.

²⁴ A incorporação de entidades ligadas à mina é uma constante, tanto na festa no Maranhão quanto no Rio de Janeiro. Aquela realizada na Ilha do Governador não foge a essa regra, mesmo que a incorporação seja mais “controlada”, onde muitos “caboclos” tentam disfarçar que estão presentes nesta celebração. Veremos mais adiante este tema desenvolvido.

Ainda que no imaginário de outros devotos a festa tenha Portugal como mito de origem, muitos não sabem precisar em qual região ou cidade. Há, ainda, aqueles que não fazem idéia do começo desta celebração. O presidente da Irmandade que celebra o Divino na Ilha do Governador, Seu Carlos Raimundo de Jesus, conhecido como Borracha, além de citar como mito de origem a comemoração em Portugal, na cidade de Alenquer, possui uma relação com os imigrantes açorianos no Rio de Janeiro e, especificamente, com uma Irmandade do Divino açoriana no bairro da Engenhoca, situada em Niterói:

Engenhoca, lá eles tem a igreja, é uma colônia portuguesa, né, e essa festa, conforme você sabe, ela é de origem portuguesa, ela nasceu numa cidade em Portugal, uma cidade pequena de Alenquer, até essa semana eu tive falando com uns portugueses donos de um bar que moram ali, seu João e seu Paulo, eles “pô, você sabe tudo da festa de Portugal”, ah, porque eu leio, fiz uma pesquisa, né, eles “realmente essa festa começou lá”. E na Engenhoca eles têm a igreja do Divino Espírito Santo, eles têm uma quadra, têm uma sede luxuosa e a festa é muito popular.

Seu Borracha, que também já freqüentou festas do Divino em Paraty e em Angra dos Reis, fez uma pequena pesquisa bibliográfica e redigiu um documento (estatuto) com vários tópicos que, para ele, são importantes dentro da celebração maranhense: Histórico – “origem da festa do Divino”, “origem religiosa”, “símbolos e personagens”, “personagens do trono”, “outros personagens” e “caixeira”; Parte folclórica – “dança” e “parte esportiva”; “Festa do Divino Espírito Santo”; e “transcrição da primeira reunião”. Muitos migrantes não sabem da existência deste documento e os poucos que o possuem fazem parte da diretoria. Podemos dizer que este documento não é de fato representativo, não está no imaginário desses devotos. No tópico “origem da festa do Divino”, temos:

De origem portuguesa, a festa do Divino Espírito Santo nasceu em Alenquer, no século XIV (Ano 1300), vinda da Ilha dos Açores para São Luís, Maranhão, no século XVII (Ano 1600), a festa recebeu novos elementos, enriquecendo e oficializando a realeza do Imperador do Divino Espírito Santo, representado por um menino e uma menina Imperatriz e seus séqüitos. Todos escolhidos na comunidade, filhos dos festeiros e antecessores.²⁵

Este documento nos mostra como, para o presidente da Irmandade e para alguns diretores, a origem está em Portugal. Dentro de um outro tópico, “origem religiosa”, vemos a ligação da festa com a Bíblia:

A festa do Divino é uma festa de comunidade que tem origem bíblica e tem caráter evangelizador e promotor da fraternidade entre os homens.
A festa do Divino celebra principalmente a descida do Espírito Santo, em forma de língua de fogo, sobre Nossa Senhora e os apóstolos que se encontravam reunidos no cenário Pentecostes, conforme promessa feita a eles por Jesus Cristo, simbolizava agradecimento a Deus pelas boas colheitas e pelas graças alcançadas, daí então a

²⁵ Ver Anexo I.

igreja católica passou a comemorar o dia do Divino Espírito Santo. Antes o povo judeu celebrava essa festa.

A festa é celebrada no domingo de Pentecostes, 50 dias após o domingo da Páscoa da ressurreição, é uma homenagem prestada a Terceira Pessoa da Santíssima Trindade – fonte de paz, sabedoria e amor –, motivo pela graça, se usa branco e vermelho na comemoração da igreja e do trono do menino Imperador²⁶.

Neste trecho vemos como eles trazem a noção da descida do Espírito Santo em forma de “língua de fogo sobre os apóstolos” e a sua relação com o dia de Pentecostes, com as colheitas, o caráter cíclico de renovação da natureza e com o povo judeu. Podemos ver para quem esta festa é celebrada, para a Terceira Pessoa da Trindade (Espírito Santo), que traria “paz”, “sabedoria” e “amor”. Também visualizamos a analogia da promessa com a Santíssima Trindade. Sobre o mito de origem deste festejo na cidade do Rio de Janeiro, principalmente para a caixeira-régia Vitória, a primeira comemoração do Divino neste estado foi realizada por esses migrantes maranhenses na comunidade Parque União.

Nesta dissertação vamos, além de conhecer algumas distinções das festas do Divino realizadas no Maranhão, investigar as diferenças desta mesma celebração quando organizada por um grupo de migrantes, que mesmo longe de sua terra natal trouxe as suas lembranças e referências culturais das comemorações que participavam quando eram apenas crianças e jovens.

1.2 DO MARANHÃO PARA O RIO DE JANEIRO: HISTÓRIA DE VIDA DOS MIGRANTES E LEMBRANÇAS DA TERRA NATAL

Os fundadores da Irmandade do Divino Espírito Santo no Rio de Janeiro, festa que hoje é celebrada na Ilha do Governador, migraram para este estado, na sua grande maioria, nas décadas de 50 e 60. O motivo para tal migração está, em muitos casos, relacionado à falta de emprego em São Luís e à busca por uma “melhor condição de vida”.

Pretendo delinear o trajeto de alguns entrevistados do Maranhão até se estabelecerem em diversas localidades no Rio de Janeiro, destacando o bairro de Bonsucesso (localizado na Zona Norte) ou regiões próximas como a escolha de muitos maranhenses nesta cidade. A mudança do Rio para outros estados, como São Paulo e Santa Catarina, também é um dado importante na própria mobilidade desses migrantes à procura de uma “vida melhor”.

Segundo Ferretti (1995), a Casa das Minas teria entrado em um processo de declínio na segunda metade da década de 50 devido à mudança de várias fábricas para o sul e ao fechamento das fábricas de tecido do Maranhão. O autor também fala da decadência das

²⁶ Ver Anexo I.

atividades econômicas no Nordeste até o final da década de 60, onde poucas *vodúnsis*²⁷ entraram para esta casa. Neste mesmo período surgiram na cidade de São Luís outras casas de tambor de mina.

Sobre este ponto, podemos ver no depoimento da caixeira-régia Vitória a dificuldade de emprego entre 1950 e 1960 na cidade de São Luís:

Eu vim porque no Maranhão nesse tempo o serviço era difícil e aí eu queria trabalhar, sempre gostei de trabalhar. Eu trabalhava como, eu costurava, mas a costura quase não dava... eu trabalhei na Fabril e trabalhei na Fábrica do Anil, mas eu sempre queria um emprego melhor pra mim, aí vim pro Rio e me empreguei no Ministério da Saúde e aqui eu fiquei morando. Agora que eu voltei pra morar em São Luís, agora eu quero ficar de vez em São Luís.

Neste caso houve um movimento de regresso para a sua cidade natal. De todos os entrevistados, Dona Vitória foi à única maranhense que voltou a morar em São Luís. Mesmo residindo definitivamente no Maranhão, todo ano Vitória retorna ao Rio para conduzir os últimos preparativos da festa e, com isso, ela é a pessoa que faz uma conexão direta Rio-Maranhão, como uma espécie de ponte de ligação entre os dois estados. Uma outra migrante a fazer este movimento de volta para o Maranhão (não entrevistada) foi Dona Celeste, que organiza a celebração do Divino na Casa das Minas.

Na entrevista de Dona Celeste, constante no livro *Memória de Velhos: Depoimentos*. Uma contribuição à memória oral da cultura popular maranhense, podemos ver a sua ligação de trabalho também com uma fábrica de tecido de São Luís: “Em 40 eu entrei na fábrica, comecei a atividade de trabalho na fábrica Cânhamo, situada na rua São Pantaleão, 1232, em frente ao Hospital Geral. Fiquei nessa fábrica 14 anos e 10 meses, quando sai para ir conhecer o Rio de Janeiro”.²⁸ Dona Celeste migrou para o Rio em 1954 e, quando voltou para o Maranhão, em 1967, começou a se dedicar mais a Casa das Minas e, principalmente, a festa do Divino como podemos ver em seu depoimento:

Para assegurar as atividades da Casa, é que reunimos e começamos a tomar conta. Estava um pouco parado, pelo menos a festa do Divino Espírito Santo, fazia oito anos que não faziam a festa. Precisava de gente pra influenciar, pra organizar e as pessoas que já estavam mais velhas não tinham esta condição²⁹.

Já Dona Vitória participa efetivamente da celebração do Divino no Maranhão e no Rio. Quando voltou para São Luís foi convidada por uma senhora chamada Maria para ser caixeira-régia em sua festa. Após a morte desta festeira, Dona Vitória decidiu encerrar com

²⁷ Mulheres que incorporam os *voduns* nos terreiros de mina.

²⁸ Secretaria de Estado da Cultura, 1997, p. 89.

²⁹ Idem, p. 90.

este culto ao Divino, pois seria muita responsabilidade continuar com a comemoração de Maria, tendo que assumir a tarefa de gerenciar toda a organização da mesma porque a sua obrigação estava naquela realizada pela Colônia Maranhense no Rio de Janeiro e, por isso, chega com cerca de duas semanas de antecedência para os últimos preparativos. Mesmo distante, sua presença é indispensável já que conduz todo o ritual, é quem escolhe a cor da roupa do Império, a cor da Tribuna³⁰ e do mastaréu³¹, a árvore que será o mastro, compra e decide a comida que será servida etc.

Quando Dona Vitória chegou ao Rio na década de 50 conseguiu um emprego no Ministério da Saúde, foi morar no Parque União, uma comunidade do bairro de Bonsucesso beirando a Av. Brasil, próxima à entrada da Ilha do Governador. Depois, mudou-se para Santa Cruz, Zona Oeste.

Outro informante, o vice-presidente da Irmandade, Seu Elesbão, quando fala dos motivos e da sua escolha em se mudar para o Rio também comenta sobre as dificuldades empregatícias na década de 50 em São Luís: “A dificuldade de trabalho, meu irmão morava, já estava no Rio e me incentivou que eu viesse pro Rio”. Seu Elesbão migrou para o Rio no dia oito de outubro de 1958 e foi morar em uma comunidade de Bonsucesso chamada Baixa do Sapateiro. Conheceu a sua mulher, Dona Gercy, ainda em São Luís, mas o namoro começou somente no Rio em 1959, onde casaram cinco anos depois.

Este migrante começou a trabalhar como alfaiate junto com outro maranhense, Seu Pedro Albino. Pedro também era devoto do Divino e tornou-se uma figura importante dentro da organização da celebração após a morte de Manoel Colaço, aquele que organizou a primeira festa do Divino Espírito Santo em seu terreiro na comunidade Parque União³².

Dona Gercy, caixeira-mor da festa do Divino na Ilha do Governador, nasceu em Alcântara e foi adotada por uma família que morava em São Luís. A mãe biológica de Gercy queria uma “vida melhor” para a sua filha, já que morava em Alcântara e vivia na “roça”.

Tolentina Ferreira Santos, mãe adotiva de Gercy, foi uma figura importante em relação à sua inserção nesta celebração. Tolentina era festeira³³ do Divino e sempre realizava festas em sua casa e Dona Gercy cresceu vendo a mãe de criação praticando sua devoção na Vila

³⁰ Armação que constitui: cadeiras onde ficam as crianças durante a festa, chamados de tronos, e o altar, com a coroa, cetro, velas e bandeiras.

³¹ Mastaréu é a pequena bandeira, com uma pomba ao centro, que fica no topo do mastro, sendo o primeiro passo para entrar na hierarquia do Império. No ano seguinte, os padrinhos do mastro escolhem as crianças que serão os Mordomos-de-Linha, passando no ano seguinte a Mordomos-Mor, depois a Mordomos-Régis e, finalmente, a Imperador e Imperatriz. Esta lógica não é rígida, onde os padrinhos e madrinhas do mastro e do mastaréu não necessitam continuar nesta hierarquia.

³² Para Dona Arizete, caixeira, o nome do terreiro de Manoel Colaço era “Fé em Deus”.

³³ Festeira (o) é a responsável pela festa do Divino tanto em relação aos seus preparativos quanto a seu ritual.

Passo, bairro de São Luís, até migrar para o Rio, em 1959, a convite de sua irmã de criação. Quando chegou, foi morar no bairro de Bonsucesso, como podemos ver em seu depoimento:

Porque eu tinha uma irmã de criação, filha da velha Tolentina, que eu chamava madrinha, e os meninos eram muito colados comigo, aí foram vindo pro Rio trabalhar, já tudo adulto, aí ela disse que pediu pra minha mãe pra eu vim também, ela me mandou buscar, aí a minha mãe deixou. A filha da que me criou ainda é viva, mora em Queimados.

Dona Gercy, diferente de Dona Vitória, não veio para o Rio em busca de emprego, mas para ficar mais próxima de sua família. Mesmo distinguindo-se dos outros migrantes em relação à busca de emprego, os filhos de sua irmã de criação vieram para o Rio de Janeiro com este intuito. Todos esses maranhenses tiveram como destino o bairro de Bonsucesso e quando chegaram no Rio já traziam a devoção ao Divino Espírito Santo.

A festa do Divino organizada por esses maranhenses foi muito bem delimitada pelo próprio lugar, bairro e espaço. Havia caixeiras que migraram para este bairro, assim como um pai-de-santo, Manoel Colaço, e outros conterrâneos que queriam exercer a sua fé. Com a reunião de todos esses elementos, com um local próximo de suas casas para praticar a sua devoção e com pessoas que possuíam um saber relacionado aos rituais, o culto ao Divino começou a ser realizado em Bonsucesso em 1967.

Há também aqueles maranhenses que não participaram do começo desta festa, mas que se tornaram importantes devido a sua função nesta celebração. Um exemplo é a rezadeira da Colônia, Dona Vitorinha, que só começou a participar efetivamente desta comemoração ao Divino quando a filha de sua prima entrou para a hierarquia do Império, no começo da década de 90. No ano de 1992, esta menina foi Mordoma-Régia³⁴ e sua mãe, Dona Concita, pediu que Dona Vitorinha a ajudasse rezar a ladainha, como podemos ver em sua entrevista:

Então quando eu comecei a rezar era na Praça Mauá, entendeu, isso foi em 92, eu me lembro bem que eu comecei a trabalhar no Rio Sul de 91 pra 92. Foi em 92, eu tava e fui rezar e de lá eles não me deixaram mais porque a mãe da Mordoma-Régia, que é a minha prima, ela pediu muito pra mim ajudar a rezar porque ela também é rezadeira, “ah vai me ajudar, vai me ajudar” até que eu fui e nessa brincadeira até hoje estou.

Dona Vitorinha migrou para o Rio de Janeiro em 1972, mas os motivos que a trouxeram não foram relacionados ao trabalho. A mãe de Vitorinha ficara muito doente e a sua irmã, que já morava no Rio e era enfermeira em um hospital, pediu para que Dona Vitorinha trouxesse a mãe para se tratar. Foi morar com esta irmã na Mangueira até a morte da mãe, quando decidiu permanecer no Rio. Após algum tempo, foi morar no Conjunto

³⁴ Há variações no nome deste casal de Mordomos. Alguns chamam de Mordoma(o)-Régis e outros de Mordoma-Régia e Mordomo-Régio.

Regina, na Av. Brasil, casou-se e mudou com o marido para São Paulo, permanecendo lá por alguns anos da década de 70³⁵. O retorno ao Rio deu-se em 1977, voltando para o Conjunto Regina.

Um outro diferencial de Vitorinha é que, depois que se mudou do Conjunto Regina para Antares, quando sua casa pegou fogo, resolveu voltar a morar em São Luís, mas logo retornou para o Rio de Janeiro, como podemos ver em seu depoimento:

Aí voltei de novo pra cá, daqui eu fui morar em Santa Cruz, em Antares, aí de Antares a minha casa pegou fogo, fui pro Maranhão, voltei, aí fui morar na São Francisco Xavier na casa da minha irmã, de lá aluguei uma casa aqui em Cordovil e depois fui pra Vigário Geral e já estou há dez anos lá em Vigário Geral.

Há um outro relato onde aparece este movimento de migração do Rio de Janeiro para outras cidades, mas distinguindo-se de Dona Vitorinha (que se deslocou para São Paulo e depois retornou temporariamente para São Luís), sua prima, Dona Concita fez uma mudança “definitiva” para outro estado³⁶.

Dona Concita era a rezadeira da Colônia, cantando a ladainha desde os primeiros festejos do Divino maranhense no Rio de Janeiro. Nasceu no Município de Rosário e, aos cinco anos, foi morar em São Luís porque seu pai havia falecido, deixando sua mãe viúva aos 27 anos e com 4 filhos para criar. Nesta época, ficou algum tempo na casa de seu tio, pai de Dona Vitorinha, até que sua mãe conseguisse dinheiro para construir uma casa. Morou no bairro da Liberdade e, aos 24 anos, decidiu sair de São Luís.

Veio para o Rio em 1961 atrás de uma “vida melhor”, discurso semelhante ao da caixeira-régia Vitória. A mãe de Dona Concita era costureira e ela seguiu a mesma profissão, mas queria ir além, buscando outros caminhos que a levassem para longe da vida difícil em São Luís, como podemos ver em seu depoimento:

(...) minha mãe era costureira muito esforçada e nos criou em São Luís, mas aos 24 anos de idade eu vim para o Rio de Janeiro, porque eu queria vencer na vida, eu não queria ficar sendo só uma costureira, filha de uma viúva pobre, e eu não queria aquilo pra mim, eu pensava alto como até hoje, eu nunca pensei baixinho, eu sou pobre, coitada de mim, não, nada disso, eu sou filha de Deus, maravilhosa, e por isso eu penso ser uma pessoa, pelo menos de ter uma grande utilidade. O que eu escolhi? Uma profissão de ser uma costureira, uma costureira ela veste o mundo, com certeza, né, e eu escolhi minha profissão e de morar no Rio de Janeiro (...) até que eu quis vir pro Rio de Janeiro aos 24 anos de idade com a esperança de dias melhores, de vencer, porque no Maranhão na época tudo era muito arcaico mesmo, né, e o que eu esperava do Maranhão naquela época, casar ou não casar, ter filhos, porque isso, antigamente, era o que acontecia no Nordeste e eu não queria isso pra mim, eu não

³⁵ Dona Vitorinha não soube precisar quantos anos permaneceu morando em São Paulo, quatro ou oito anos, mas conta que tem dois filhos paulistas e dois filhos cariocas.

³⁶ Está temporariamente no Rio para fazer uma obra em seu antigo apartamento no Conjunto Regina com o objetivo de vendê-lo.

quis pra mim e aí eu vim pro Rio e já era costureira, comecei cedo, com 13 anos eu já era costureira, aprendi a profissão e vim pro Rio e me dei bem e me casei aos 26 anos, cheguei com 24 anos, mas me casei com 26. Depois do meu casamento eu não fui feliz até o fim, até o meu marido era uma pessoa maravilhosa, ele era funcionário da Marinha Civil, era tudo o que eu queria, era formado em Economia, eu queria ter pose, eu queria, eu queria ser bem, eu não queria ser aquela filha de viúva pobre, eu não queria isso pra mim, tive que esquecer aquele passado triste, mas por causa do ciúme que ele tinha demais de mim eu acabei deixando o casamento de lado. Deixei o casamento de lado e continuei sendo amiga e, mais tarde, eu me reconciliei com um rapaz, que é do Maranhão, que desde os 16 anos até os 23 ele foi o meu namorado. Mais tarde, o meu casamento não deu certo e depois de 10 anos eu encontrei a mesma pessoa e que é pai dos meus dois filhos, ela é filha do meu casamento e os meus dois filhos são filhos dessa pessoa.

Quando Dona Concita chegou ao Rio foi morar com seu irmão, cabo da Marinha, em Oswaldo Cruz. Após se casar, passou algum tempo em Coelho Neto e depois residiu no Conjunto Regina. No começo da década de 90, mudou-se para Florianópolis a convite de seu irmão, que hoje em dia é “Comandante da Marinha”.³⁷ Deixou a prima, Dona Vitorinha, em seu lugar como rezadeira e, mesmo morando em outro estado há 11 anos, sempre está no Rio para festas de maranhenses e, principalmente, na celebração do Divino da Colônia Maranhense. Em Florianópolis, foi convidada por uma portuguesa a ver a comemoração do Divino realizada por imigrantes açorianos na igreja de São Sebastião e Espírito Santo no bairro Palhoça, mas nunca ajudou efetivamente esta Irmandade.

Como podemos ver através desses depoimentos, a vinda para o Rio de Janeiro está em grande parte relacionada à busca por novas oportunidades, por um “melhor emprego”, lutando por seus ideais, mas nunca deixando de lado a fé e devoção ao Divino Espírito Santo.

1.2.1 Relatos da memória – migrantes, suas lembranças da festa do Divino no Maranhão e a importância da família na devoção

As comemorações do Divino que esses migrantes participavam no Maranhão ainda estão em suas lembranças e muitos foram inseridos nesta celebração desde crianças. A maioria é filha ou sobrinha de outras caixeiras e destacam a importância da família no aprendizado e na inclusão da festa. Podemos ver no depoimento de Dona Vitória como a família foi fundamental na sua devoção ao Divino e no aprendizado do toque da caixa:

(...) então, com minha idade de sete anos, a minha mãe era festeira do Espírito Santo, minha avó, e gostariam que eu fosse uma Imperatriz e eu nunca quis ser Imperatriz porque eu sempre achei bonito cantar e tocar caixa. Minha mãe me aprontava e eu saía correndo naquela festa que eu era festeira, saía escondida pra ir tocar caixa nas outras festas.

³⁷ Não pude averiguar esta informação obtida durante a entrevista desta maranhense.

Vitória cresceu vendo sua mãe, avó e tia organizando esta festa e se sentiu fascinada, não em participar desta celebração fazendo parte do Império, com um longo manto, coroa e vestido branco, mas se sentiu atraída pelo toque da caixa, pelas belas cantigas e pela arte de improvisar versos e desafiar outras caixeiras.

Outro depoimento em que vemos claramente como a ascendência influencia neste aprendizado e devoção é o da família da caixeira-mor Gercy. Sua mãe adotiva, Dona Tolentina, era festeira do Divino e ela cresceu vendo a mãe organizar a festa todos os anos. Ela não tinha um terreiro, mas fazia esta celebração em casa, incorporando um “encantado”³⁸ chamado Tapindaré que era devoto do Divino Espírito Santo. É comum este tipo de ligação entre caboclos, *voduns* e o culto ao Divino, especialmente nos terreiros de mina de São Luís³⁹.

A caixeira Gercy era bandeireira⁴⁰ no culto ao Divino na casa da sua mãe e, no ano que a Imperatriz faltou a celebração, Dona Gercy ocupou o lugar porque já tinha um vestido branco de sua primeira comunhão e que serviria perfeitamente como indumentária. A comemoração do Divino na casa de Dona Tolentina foi negociada porque, segundo Dona Gercy, os “encantados” deram duas opções para sua mãe: abrir um terreiro ou fazer uma festa para eles. A mãe de Dona Gercy não queria abrir um terreiro por ser “muita responsabilidade”, então decidiu celebrar o Divino Espírito Santo.

Nesta época, a caixeira-régia Vitória também participava da festa na casa da mãe de Dona Gercy e já tinha o compromisso de fechar a Tribuna⁴¹ nesta celebração. Como Dona Vitória, Gercy desde pequena acompanhava os ritos e se sentia seduzida pela caixa. Nunca entrou de fato na hierarquia do trono, pois sua participação ocorreu somente para preencher uma lacuna porque a comemoração não poderia acontecer sem uma Imperatriz.

Outro exemplo é a Dona Antônia, zeladora do Terreiro Ilê de Iansã-Obaluaiê em Nova Iguaçu, posto que sua família também foi importante na sua inserção na festa do Divino. Para ela, é uma “missão” continuar fazendo esta celebração e dando continuidade a uma “devoção de família”, como vemos neste trecho:

³⁸ Segundo Mundicarmo Ferretti (2003, p. 120): “No Maranhão, o termo encantado é utilizado nos terreiros de mina, tanto nos fundados por africanos, como a Casa das Minas, quanto nos mais novos e sincréticos, e é também utilizado nos salões de curadores e pajés. Refere-se a seres espirituais africanos (*voduns* e orixás) e não africanos, recebidos em transe mediúnico nos terreiros, que não podem ser observados diretamente, mas que se afirma poderem ser vistos, ouvidos em sonho ou por pessoas dotadas de poderes especiais, e podem ser observados por todos, quando incorporados”.

³⁹ Nos terreiros de mina de São Luís, esta festa pode estar ligada a algum caboclo ou *vodum* que é devoto do Divino, como muitas caixeiras que tocam caixa, porque suas entidades são devotas do Divino e faria parte de sua obrigação o tocar nas celebrações.

⁴⁰ Menina que carrega uma pequena bandeira e dança junto com as caixeiras durante os ritos no Maranhão.

⁴¹ Ocorre no último dia de festa, quando acontece a passagem do trono ou passagem das posses reais para as crianças que serão os próximos Imperadores. Sobre esse rito, ver Capítulo 2.

Ah, minha filha, nessa festa do Divino eu me criei, que a minha família toda fazia essa festa, eu tinha uma tia, minha mãe, que era caixeira antiga de fazer festa do Divino Espírito Santo, então eu nasci praticamente dentro da festa do Divino. Só que minha mãe era do interior, era diferente da festa feita em São Luís, de Alcântara, era diferente completamente, mas sempre foi uma festa muito bonita, muito religiosa. Aí a minha tia depois, a gente foi pra outro lado, cada um seguiu, aí a minha tia ficou fazendo a festinha dela por lá e minha mãe, quando chegou dentro de São Luís, ainda fez festa dentro de João Paulo⁴².

Dona Antônia é a única festeira da sua família a realizar a comemoração do Divino hoje em dia. Dona Zilda, irmã de Dona Antônia, também relata a inserção de sua família neste festejo e conta como Antônia começou a se envolver mais com esta celebração:

Esse negócio de bumba-boi e festa de Divino Espírito Santo desde criança que a gente frequenta e eu realmente era a que mais frequentava, mais do que a Dona Antônia, mas depois que ela começou a fazer participação da entidade, do santo, entendeu, então ela faz mais do que eu, porque só venho aqui e ajudo, sempre ajudei.

Vemos também na entrevista de Dona Ildenir, que ajuda na preparação da celebração da Ilha do Governador, a sua participação na festa do Divino quando era criança e como a sua família foi importante em sua devoção, ainda no Maranhão:

(...) eu tive aquela faixa, né, de Mordoma-Régia, Imperatriz, fui anjo, fui não sei o que, isso eu não me lembro bem, tenho algumas fotos, quer dizer, eu já comecei a criar um vínculo através da tradição familiar, né. Eu comecei a relação minha com o Divino através da minha mãe e a minha família, que eu tinha uma tia que fazia a festa do Divino Espírito Santo na casa dela, porque em São Luís em cada bairro ou as pessoas que fazem promessa eles fazem, digamos até por bairros, eles fazem a festa do Divino Espírito Santo.

Em grande parte dos relatos, a família está presente tanto no aprendizado desta celebração quanto na devoção ao Divino Espírito Santo. A relação de vizinhança é outro fator extremamente importante na festa do Divino. Um exemplo desta ligação está na entrevista do vice-presidente Elesbão, pois perto de sua casa, em São Luís, morava uma senhora que dançava na Casa das Minas e o convidava para participar desta comemoração.

Podemos pensar como a família é importante dentro deste festejo e em outras celebrações e religiões, tal o candomblé e umbanda. A “família”, neste caso, pode ser aquela com laços sanguíneos ou aquela chamada “família de santo”. Nos terreiros de umbanda e candomblé, a estrutura utilizada por eles para estabelecer este vínculo é a de chamar todos que participam de seus rituais de “família de santo”. Há o “pai” ou “mãe-de-santo”, “irmãos-de-santo”, o “padrinho” ou “madrinha”.

Birman, em seu livro *Fazendo Estilo, Criando Gênero*, fala deste “parentesco ritual” dentro dos terreiros, onde: “(...) chama-se filho e/ou filha de santo aquelas pessoas que,

⁴² Bairro de São Luís.

passando pelo processo de iniciação, foram ‘feitas no santo’. Por isso, são não somente filhos do mesmo pai ou mãe como também irmãos entre si (...).⁴³

Dentro deste “parentesco ritual” também está inserida a filiação com o seu orixá. Filhos e filhas-de-santo possuem uma relação de “parentesco” com as entidades que incorporam, dizendo-se (por exemplo) filhas de Ogum ou de Iansã, em que, além da incorporação, trabalhos são realizados para essas entidades. Os filhos e filhas-de-santo possuem um dever perpétuo de “dádiva” e “contra-dádiva” (MAUSS, 1974) com relação aos seus orixás, sendo seus “cavalos”. Este vínculo é semelhante com aquele que se estabelece entre o devoto e o Divino, pois quando se promete algo para a sua festa e não cumpre, este pode se “vingar” no devoto ou em sua família.

Além desse “parentesco ritual”, a família também pode ser uma das formas de inclusão em um terreiro. Podemos ver através de Dona Antônia, caixeira que comanda um terreiro em Nova Iguaçu, sua família inserida em sua crença. Seus filhos também fazem parte do candomblé e ajudam Dona Antônia nos preparativos para a festa do Divino, cuja devoção foi transmitida pela mãe dela.

Sobre o Terreiro Ilê de Iansã-Obaluaiê, a casa de Dona Antônia se confunde com o território do terreiro, uma vez que estão na mesma localidade: “(...) o espaço religioso é pensado como um espaço doméstico (...)”.⁴⁴ Um é o complemento do outro, a cozinha da casa serve também como a cozinha do terreiro e, durante a festa do Divino, o espaço da sua casa também serve de área comum para os devotos, onde as crianças que fazem parte do Império são arrumadas.

Um outro livro que nos ajuda a pensar sobre essa “família” é Vovó Nagô e Papai Branco. Beatriz Góes Dantas conta a trajetória da mãe-de-santo do Terreiro de Santa Bárbara Virgem em Laranjeiras (SE), no qual podemos ver como, além da crença passada por seus ancestrais africanos, a identidade Nagô é o ponto central na sua escolha para ser a sucessora, pois tinha avós de origem africana e, assim, manteve a tradição de perpetuar a devoção de sua família, passada de geração a geração: “(...) avó materna, uma africana nagô, empenhada em fazer da neta uma continuadora das tradições religiosas de seus ancestrais”.⁴⁵

Desde cedo Bilina acostumou-se a andar com a avó e esta sempre soube que a neta seria a sua sucessora na devoção. Por isso, sua avó, Isméria, não mediu esforços para que a neta não fosse para a escola, aumentando o vínculo e afinidade com ela, contando histórias

⁴³ Birman, 1995, p. 131.

⁴⁴ Idem, p. 142.

⁴⁵ Dantas, 1988, p. 74.

sobre a África e seu culto. Bilina foi escolhida porque sua avó sabia que a neta possuía o “dom”, distinguindo-se de suas irmãs. O “dom” para ser mãe-de-santo, neste caso, já seria a predestinação de Bilina indicada pelos “deuses”, orixás.

Mesmo com a mudança de Bilina para o Rio de Janeiro e com o casamento marcado, após a morte de sua avó ela não fugiu de sua responsabilidade e voltou para a terra natal, assumindo o seu posto com apenas vinte anos de idade. Para não entrar em conflito com as mais velhas, ela utilizou-se do argumento “predestinação-revelada” para assumir o cargo. Devoção e família, neste caso, andam juntas.

Neste mesmo livro, Dantas fala como as imagens de santos são passadas de geração para geração em uma determinada família e como a sucessão da chefia de um certo terreiro também pode não ocorrer, necessariamente, em uma família consangüínea, mas em um “parentesco ritual”. Os “santos de família” são objetos de “culto doméstico” e transmitidos entre parentes consangüíneos (DANTAS, 1988).

Um outro exemplo é o da própria Casa das Minas, onde, além de haver uma relação de família entre as *vodúnsis*, há também uma relação entre as famílias de *voduns* e o parentesco biológico entre as *vodúnsis*. Com isso, para Ferretti, pertencer a uma determinada família biológica pode ser “(...) um fator de seleção para entrada no grupo, mas não um critério rígido”.⁴⁶ Segundo este autor:

Verificando os *voduns* destas pessoas, constatamos que em algumas famílias biológicas predomina a presença de determinadas famílias de *voduns*. Por exemplo, na família de D. Amélia, quase todos pertencem à de Davice, mas há gente de Quevioçô. Na família do falecido tocador Maneco, predominavam *voduns* de Dambirá. Na família da falecida D. Marcolina, identificamos pessoas com *voduns* de Davice, de Dambirá e de Quevioçô. Na família de D. Denis, conhecemos *voduns* de Dambirá e de Davice⁴⁷.

Sobre o “parentesco ritual” em relação aos maranhenses que freqüentam os terreiros no Rio de Janeiro, mais uma vez percebemos a existência, já que alguns incorporam o caboclo Légua Bogi Buá⁴⁸ ou um dos seus filhos e filhas, havendo um parentesco ligado a uma família de caboclo. Nos terreiros de mina, particularmente aqueles ligados ao tambor da mata, os caboclos são peças-chave e Légua Bogi Buá é uma das personagens para a realização e configuração deste tipo de religião. Um exemplo da importância deste caboclo é o terreiro de Dona Antônia, no qual, além da zeladora do terreiro, há um senhor chamado Fernando que também o incorpora durante a festa do Divino como um dos seus filhos.

⁴⁶ Ferretti, 1995, p. 132.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ Voltaremos a falar sobre a relação deste caboclo com a festa neste capítulo.

Em relação à devoção e à família, um modelo é o do próprio pai-de-santo Orlando, que tem o dever de batizar o mastro na festa da Colônia Maranhense. O filho mais novo de sua mãe foi o sucessor escolhido para continuar o culto do candomblé, herdando seus objetos.⁴⁹ Os irmãos de Seu Orlando também foram iniciados no candomblé, mas ele foi o escolhido a dar prosseguimento à religião da qual sua mãe era praticante. Para Seu Orlando:

Os outros todos se iniciaram, mas ninguém deu seguimento, eu sei lá porque ao passar ela deixou para mim. Ela morreu em 61, 62 eu tive que entrar para o ritual que eu, até então, eu seguia e tudo, mas não tinha nada, você é criança, tá naquele meio, vendo tudo acontecer e eu não tinha responsabilidade direta, ao sair e quando ela vai ver os caminhos eu fiquei o herdeiro responsável das coisas dela. O que eu tive que fazer? Imediatamente me iniciar, porque não se dá direito a quem não tem nada... fazer tudo que o tem direito, entrar no preceito e se preparar para ser o atual, hoje eu tenho uma casa de santo, tenho tudo, mas eu tive que passar pelos sacrifícios. Mas a minha casa de santo não é casa de ostentar nada, é apenas uma casa que eu botei os pertences dela, e tá lá, mais o meu e a gente cultua, uma pessoa ou outra, mas eu não quero nem esse movimento, eu tenho a minha forma de viver e não gosto disso.

Segundo Seu Orlando, o “cuidar” dos pertences religiosos da sua mãe foi um dever e uma responsabilidade para a sua vida e a prática do candomblé está sendo exercida, embora haja desejo em não ter muitos filhos-de-santo e de selecionar muito as pessoas que entram e são convidadas a participarem de sua casa. Podemos ver que as relações de troca entre descendentes e ascendentes tem peso em relação à religião ou devoção a um santo, em que há o compromisso em dar continuidade a uma crença que vem sendo cultuada e, para muitos, é um dever que segue de geração a geração.

1.2.2 Memória e identidade – o ser maranhense na festa do Divino Espírito Santo no Rio de Janeiro

Com a migração desses maranhenses para a cidade do Rio de Janeiro e com o desejo de perpetuar sua fé no Divino, todos que participaram das primeiras comemorações tiveram um trabalho de “reconstrução” de suas lembranças dos festejos em São Luís para fazerem, no Rio, uma celebração do Divino que estava no imaginário de cada membro da Colônia.

Pretendo trazer o termo festa da lembrança⁵⁰ para traduzir a forma que esses migrantes encontraram na época da sua formação para se organizar (tanto a Colônia quanto a Irmandade). Esta celebração é a festa do lembrar, mas não só do Divino, também de sua cidade, bairro, família, devoção, costumes etc. Podemos dizer que as lembranças de cada

⁴⁹ Na entrevista, Seu Orlando não relatou quais seriam esses objetos.

⁵⁰ Agradeço ao prof. Peter Fry pela sugestão da utilização deste termo durante a aula de Metodologia em 2003.

maranhense foram fragmentos na montagem de um mosaico, onde cada peça foi importante na sua forma final.

O lembrar de sua terra é, neste processo, fazer a reconstrução de suas memórias e resgatar de cada integrante da Colônia sua “lembrança coletiva”. Segundo o livro de Halbwachs, *A memória coletiva*, cada indivíduo pertencente a um grupo traria consigo lembranças, onde:

No mais, se a memória coletiva tira a sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apóiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios.⁵¹

Podemos pensar que cada indivíduo pertencente à Colônia faz parte de muitos grupos, de muitos “quadros sociais”, e a Colônia é um desses grupos. Esta “memória coletiva” é vivida, sendo também artificial, pois as experiências e lembranças do passado são construídas através dos depoimentos, da oralidade.

Essa “artificialidade” está também no processo de lembrar e de esquecer parte do que foi vivido durante as celebrações no Maranhão e no Rio de Janeiro. O depoimento de cada integrante da Colônia sobre o mito de origem da festa e como ela vem sendo perpetuada no Rio de Janeiro é uma de muitas versões.

Essa construção e reconstrução da festa do Divino maranhense no Rio se torna numa “reescrita permanente”, como nos conta Maurice Aymard em seu artigo “História e Memória: Construção, Desconstrução e Reconstrução”:

Nunca, igualmente, ela pareceu para tanto e tantas pessoas constituir a chave da sua identidade: uma identidade ao mesmo tempo individual e coletiva, enfim, reconciliada com ela mesma. Mas essa história deve-se aceitar, hoje e, sem dúvida, duravelmente, como plural e ligada, através de uma reescrita permanente, a uma multiplicidade de memórias.⁵²

A construção desta comemoração é permanente e nunca estática, sempre dinamizada com mudanças e inserção de outros elementos, fazendo com que a festa do Divino celebrada por esses migrantes esteja sempre em uma “reescrita”, em um processo de reflexão, indo em busca de uma melhor forma de ser realizada.

A memória de cada indivíduo é importante porque, para Halbwachs, resgatando as lembranças que os componentes da Colônia guardam de seu grupo, poderemos ter uma

⁵¹ Halbwachs, 1990, p. 51.

⁵² Aymard, 2003, p. 20.

construção do passado desse grupo específico. No texto Memória, Esquecimento e Silêncio, Pollak fala sobre a “comunidade afetiva”:

Na abordagem durkheimiana, a ênfase é dada à força quase institucional dessa memória coletiva, à duração, à continuidade e à estabilidade. Assim também Halbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição (...) acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de “comunidade afetiva”.⁵³

Podemos dizer que esta “comunidade afetiva” é formada pela Colônia, pois o vínculo que une a todos, além da identidade maranhense, são as “lembranças” que cada indivíduo carrega do Maranhão e de sua devoção. Por isso a chamo festa da lembrança, uma vez que todos carregam uma “memória comum”: a memória do Divino.

Em outro texto, Michael Pollak fala sobre a memória e identidade, onde:

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua construção de si.⁵⁴

A memória que cada integrante desta Colônia traz de sua terra natal faz parte de sua identidade enquanto maranhense e devoto. Através da “memória coletiva”, cada indivíduo traz essas lembranças, este “sentimento de continuidade”, ativado quando as referências culturais ligadas ao Maranhão, como o culto ao Divino, começam a ser praticados.

Fazendo a festa do Divino no Rio de Janeiro estão dando continuidade à sua fé, trazendo também uma identidade pessoal, pois a celebração faz uma relação direta com o Maranhão e com o que é comemorado lá. Luiz Felipe Baêta Neves traz a noção de “encenação da memória”. Para este autor:

Estas situações rituais são extremamente importantes, porque, parece-nos, são as formas privilegiadas de encenação da memória. Não uma encenação qualquer ou de alcance meramente individual, mas, sim, uma encenação coletiva em que é dada ao público a oportunidade de ver. Ver a si vendo os outros, num esforço mútuo de olhares e ações que são direcionados ou, antes, propiciados pela existência de um código comum a todos, um código por todos reconhecível, que é o da memória ritualizada na dança, na mesa, na igreja, na vida associativa, na comemoração cívica.⁵⁵

Este “código”, para a Colônia Maranhense, é a comemoração do Divino. Uma “encenação coletiva”, compartilhada por aqueles que frequentam esta celebração e reconhecem nela a sua identidade enquanto grupo. A festa do Divino não é apenas uma

⁵³ Pollak, 1989, p. 3.

⁵⁴ Pollak, 1992, p. 204.

⁵⁵ Neves, 2003, p. 46.

encenação, mas aquelas realizadas por esses migrantes desencadeiam a memória por ser um exercício de recordar o passado vivido. Assim, eles estão sempre recordando os vínculos entre os devotos e o Divino e os laços de seu estado. Maranhão, que lembra o Divino, os terreiros de mina, o bumba-meu-boi, São José de Ribamar, o tambor de crioula...

Fentress e Wickham, no livro *Memória Social*, também falam da “memória encenada”, como podemos ver neste trecho:

Uma memória só pode ser social se puder ser transmitida e, para ser transmitida, tem que ser primeiro articulada. A memória social é portanto memória articulada (...) Jan Vansina, entre outros, demonstrou a grande porção da memória social de África que é preservada em rituais; aí, o significado não é posto em palavras, mas encenado.⁵⁶

Esta “memória articulada” por estes migrantes está justamente na festa do Divino, onde dão forma às suas lembranças, sendo o seu “significado” encenado através dos rituais desta celebração.

Uma outra reflexão sobre memória e identidade nos traz Ribeiro, em seu livro *Festa & Identidade: como se fez a festa da uva*, analisando a imigração de italianos para a cidade de Caxias do Sul e como essa identidade se expressou em uma celebração. Sobre as memórias e experiências refletidas na Festa da Uva, a autora compara a uma colcha de retalhos, *patchwork* em inglês, pois mesmo sendo elaborada por retalhos distintos, ela segue a uma forma, preparação, organização, trabalho e tema. Essa confecção pode ser compartilhada, tendo também um caráter educativo, de como passar esse saber. Segundo Ribeiro:

Uma festa, seja qual for a forma que assume, está associada à fruição de um certo prazer, conforme assinala Valeri; como há um certo prazer na confecção da colcha, dentre outras razões, porque se trata de uma atividade que tem lugar em momentos de agregação social, equivalentes, em certa medida, aos do tempo festivo. É, como a festa, uma construção coletiva, na qual o grupo representa de forma sintética e, quem sabe, ideal, a própria experiência em comunidade. Fazer uma colcha de retalhos e fazer uma festa são, pois, em certa medida, formas de celebração de feitos e acontecimentos.⁵⁷

Conforme lembravam das festas e formas do Divino no Maranhão, costuravam essa colcha de memórias e identidade.

Aqueles migrantes que exaltam o Divino no Rio de Janeiro continuam sendo devotos e o deslocamento de lugar e moradia não desvincula a fé desses maranhenses de seu culto. Por isso, levam a sua celebração para outros lugares. O importante é manter a sua prática.

A função dessa “memória coletiva” no presente, dessa “memória” sobre o início da festa, está em repassar como tudo começou, como e porque esses migrantes deixaram a sua

⁵⁶ Fentress e Wickham, 1994, p. 65-6.

⁵⁷ Ribeiro, 2002, p. 18-9.

terra natal e foram para o Rio de Janeiro e como, mesmo distantes no Maranhão, o Divino está sempre presente.

A celebração serve não só para manter esse vínculo entre devoto e divindade, mas também para demarcarem a sua identidade perante os migrantes de outros estados residentes na cidade do Rio de Janeiro na forma como expressam a sua fé no Divino e nesta maneira peculiar de cultuá-lo. Acredito que por este motivo Colônia e Irmandade andem sempre juntas, pois a festa é utilizada como um símbolo maranhense.

A festa tornou-se um lugar para manter a sua devoção, reencontrar amigos e conhecidos do Maranhão que moram no Rio, um lugar de sociabilidade já que esta Irmandade e Colônia não possuem uma sede. Durante as comemorações, essa identidade se expressa não só pelo Divino e sua celebração, mas também pelo fato de só no Maranhão vemos mulheres tocando caixa e outras manifestações ditas maranhenses, como o tambor de crioula e o bumba-meu-boi, sempre encenados como uma forma de atração durante os intervalos dos ritos festivos.

Podemos dizer que não é comemorada qualquer festa do Divino por esses migrantes, mas aquela que relembra as celebradas no Maranhão, com os quatro casais de crianças que fazem parte do Império⁵⁸, o som da caixa e o canto das caixeiras em todos os rituais, a caixeira-régia que comanda a cerimônia, a importância e o poder da mulher dentro da Irmandade etc. A própria lembrança que é recordada pelos migrantes em relação àqueles festejos que participavam no Maranhão e que são reconstruídas por cada membro no Rio de Janeiro.

Nos três últimos anos, algumas meninas de classe média, brancas, a grande maioria cariocas, moradoras da Zona Sul e do bairro de Santa Tereza, começaram a tocar caixa durante os ritos e são chamadas pelos maranhenses de “meninas de Santa Tereza”.

Durante a festa de 2004, toquei caixa e participei dos rituais juntamente com as caixeiras e, imediatamente, muitos devotos que não me conheciam me classificaram como uma dessas “meninas”. No último dia de comemoração as caixeiras, maranhenses e não maranhenses, estavam sentadas em uma mesa quando a caixeira-régia Vitória começou a cantar:

⁵⁸ Imperador, Imperatriz, Mordomo e Mordoma-Régia, Mordomo e Mordoma-Mor e Mordomo e Mordoma-de-Linha.

Minha caixa é de pinho
 Eu também sou de pinheiro, ae ea
 Eu também sou de pinheiro

Ah eu nasci no Maranhão
 Eu sou pinho verdadeiro, ae ea
 Eu sou pinho verdadeiro

Ah eu nasci no Maranhão
 Eu sou pinho brasileiro, ae ea
 Eu sou pinho brasileiro

Ah eu nasci no Maranhão
 Eu sou pinho verdadeiro, ae ea
 Eu sou pinho verdadeiro

Dona Vitória repetiu muitas e muitas vezes o último verso, onde dizia que nasceu no Maranhão e que, por isso, era “pinho verdadeiro”. Neste momento, Dona Vitória deixou bem claro que as “caixeiras verdadeiras” eram aquelas que, além de saberem todo o ritual e cantigas, também eram naturais do Estado do Maranhão.

Apesar da identidade maranhense estar em primeiro plano dentro deste festejo, alguns integrantes que fazem parte da Irmandade e da Colônia não são maranhenses. Geralmente são convidados por algum migrante a participar da celebração e, aos poucos, vão se inserindo nos preparativos. Mesmo assim, esses não maranhenses inseridos na organização acompanham a comemoração desde o seu primórdio, entrando no circuito de trocas com o Divino a partir de sua devoção expressada pelo empenho na estrutura festiva.

Um exemplo da inserção de não maranhenses nesta celebração está no presidente da Irmandade, Carlos Raimundo de Jesus, Seu Borracha, que é baiano e foi convidado a participar da festa por dois amigos maranhenses em 1974.

Muitos migrantes elogiam o trabalho e todo o esforço do presidente em relação à Irmandade e a sua persistência e luta para conseguir uma sede, mas muitos o criticam por ocupar um cargo que, teoricamente, teria que ser preenchido por um conterrâneo. Em sua entrevista, Seu Borracha toca nesse assunto:

Então, acontece o seguinte, eu sou baiano, inclusive eu não me melindro, já estou acostumado a passar tantas coisas boas na vida, tantas coisas negativas que, mas eu já ouvi uma piadinha, foi de brincadeira, mas às vezes magoa, né, o cargo deveria ser de maranhense. O santo não tem Estado, o santo não tem bandeira, o santo tem nação.

Para Seu Borracha, acima de ser ou não maranhense, vem a sua devoção ao santo, ao Divino Espírito Santo. Ser presidente desta Irmandade é estar envolvido com os migrantes maranhenses, mas, sobretudo, servir ao Divino da melhor maneira possível.

Em 2004, Seu Borracha estava disposto a entregar o cargo por conta de sua idade avançada, 81 anos, e de seu sério problema de artrose nos joelhos, obrigando-o a andar de bengala, o que, para ele, parece “muito feio” e deselegante o presidente de uma Irmandade ter que cumprir vários deveres sociais, como reuniões com o prefeito da cidade, indo de bengala.

No dia de Pentecostes da celebração de 2004, os diretores da Irmandade, principalmente Dona Vitória e o vice-presidente Elesbão, que participaram da fundação desta comemoração, entregaram-lhe uma placa por todo o seu trabalho e dedicação à Colônia. Seu Borracha ficou muito emocionado e fez questão de tocar com a placa na cabeça de cada caixeira presente e, com muito esforço, ajoelhou-se perante Dona Vitória em sinal de respeito e agradecimento.

Neste dia ele decidiu permanecer em seu cargo e, com esse gesto, a caixeira-régia Vitória demonstrou claramente a importância deste homem em relação à festa e sua organização. Ser ou não maranhense, além de consistir em uma questão de origem, também é uma questão de fé no Divino Espírito Santo. Portanto, para Vitória e para alguns diretores, ser devoto está acima de ser maranhense.

1.3 A DEVOÇÃO NO RIO DE JANEIRO: O INÍCIO DA FESTA

Quase todos os informantes, quando foram questionados sobre o começo da festa do Divino da Colônia Maranhense, mencionaram a mesma pessoa como o responsável pela celebração: Manoel Colaço. Maranhense, que antes de migrar para o Rio de Janeiro já havia morado no Pará, levava a sua devoção ao Divino Espírito Santo para todas as cidades em que morava. Quando Manoel Colaço chegou ao Rio, abriu um pequeno terreiro⁵⁹ na comunidade do Parque União, bairro de Bonsucesso.

A caixeira-régia Vitória liga o começo da celebração na cidade do Rio de Janeiro não só a uma devoção, mas também a um sentimento de “saudade” de tudo que se referia ao Estado do Maranhão. Através do seu depoimento, podemos ver o vínculo da festa realizada por esses migrantes a Manoel Colaço:

Aqui? Aqui foi porque nós viemos lá de São Luís e nós éramos acostumados a ter a festa, e lá todo ano e acostumado e aqui dava saudade, aí nós nos reunimos. Aí o Manoel Colaço veio pra cá, que era o professor que fazia a festa do Espírito Santo, e ele também tinha esse negócio de terreiro de mina (...) veio a Celeste, que é da Casa das Minas, que agora ela voltou pra lá, ela veio morar no Rio. Quando ela chegou aqui nós reunimos todos eles, aí vamos fazer a festa do Espírito Santo. Eu fiquei logo como caixeira-régia da festa.

Segundo Dona Vitória, ela foi escolhida por Manoel Colaço para ser a caixeira-régia e os devotos a consideram a festeira da celebração da Colônia Maranhense. Ela também foi muito importante na organização da primeira comemoração e através de uma outra informante, Dona Gercy, vemos a ligação de Dona Vitória com Seu Manoel Colaço:

Foi a Vitória, a primeira festa que surgiu no Rio foi a Vitória, porque tinha um senhor que era maranhense e morava no Rio e ele também, é como eu te disse, ele tinha uma entidade, ele tinha terreiro (...) a gente também morando perto se entrosou na festa. Aí, quer dizer, que era ela e eu, que quando eu não ia, que meus filhos tava nascendo ainda, mas o meu marido sempre ajudava, ia lá, botava o mastro, ajudava o mastro, essas coisas, aí quando eu podia e tinha alguém que vigiasse os meus nenéns eu ia e ajudava ela a fechar Tribuna, derrubar o mastro, cantar, aí ela se pegou comigo porque ela já me conhecia de infância, né.

Como Dona Vitória foi escolhida a caixeira-régia da festa, Dona Gercy se tornou a caixeira-mor, sendo aquela que ajuda a caixeira-régia quando esta precisa se levantar durante o toque de caixa para resolver algum tipo de problema. A caixeira-mor é aquela que “segura” o toque e puxa as cantigas que serão cantadas por todas.⁶⁰

⁵⁹ Segundo Dona Gercy, o terreiro era Mina-Nagô.

⁶⁰ Na hierarquia das caixeiros, aquela que comanda todas é a caixeira-régia, sendo a responsável em conduzir os rituais. Em seguida vem a caixeira-mor, que sempre auxilia a caixeira-régia. As demais caixeiros não possuem um nome específico, mas são aquelas que ajudam no toque de caixa. Para Gouveia (2001), elas são chamadas de

Seu Elesbão também liga a organização da primeira festa a Manoel Colaço e cita a participação de Pedro Albino, maranhense que era alfaiate. Como trabalhava junto a Pedro Albino e este ficou com o cargo de padrinho do mastro na primeira comemoração, convite feito por Manoel Colaço, Seu Elesbão ajudou Pedro Albino nos preparativos para a celebração, como nos conta em sua entrevista:

A festa do Divino eu conheci, eu trabalhava na casa do Seu Pedro Albino de alfaiate foi quando teve a primeira festa e Seu Manoel Colaço veio do Pará e convidou o Seu Pedro Albino pra ser o padrinho do mastro. Ele me incumbiu de fazer as compras pro mastro e daí eu nunca mais deixei a festa do Divino.

Somente nesta primeira celebração Seu Elesbão soube que sua mulher tocava muito bem caixa e que a sua mãe de criação era festeira do Divino em São Luís. Desde o momento em que Seu Elesbão ajudou nos preparativos da primeira comemoração, a ligação entre ele e a divindade se consolidou, porque, em São Luís, este devoto acompanhou algumas festas do Divino, mas nunca havia se envolvido em sua estrutura.

Sobre como foi organizada esta primeira festa, Dona Celeste (que organiza o culto ao Divino na Casa das Minas e que nesta época morava no Rio) fala que houve até um sorteio entre os maranhenses para ver quem iria colocar as crianças na hierarquia do Império, como podemos ver neste trecho retirado do livro *Memória de Velhos*:

(...) esse maranhense, ele foi festeiro muito aqui na casa dos outros, deu muito império, tudo. Quando ele saiu daqui pra Belém levou as coisas, levou caixa, levou o Divino Espírito Santo, mas lá em Belém ele não achou que ajudasse a levantar, quer dizer, ele sabia, tocava caixa, mas não tava muito por dentro de resolver como é a parte da festa, o que tinha que fazer, como é que divide, e o movimento da organização da festa. Então precisava de uma pessoa pra ajudar ele, ele indo para o Rio, todo domingo a gente ia, brincar tocar caixa pra se divertir, a gente se reunia na casa dele. Aí é que veio a idéia de D. Filomena, essa senhora: “Vamos fazer uma festa”, e ele ficou: “Não, não faço, porque eu não tenho quem organize comigo”, foi que ela então me comunicou, disse: “Ah, vamos fazer, você sabe fazer tudo, vamos organizar pra ele, é uma reunião, uma festa de maranhense, que aqui não tem”. Mas como era muito maranhense, ficaram muito animados com a idéia, e não tinha lá, nós resolvemos fazer um sorteio: cada um tirava seu bilhete pra saber o que ia ser da festa e nós fizemos isso uns dois domingos antes, depois da aleluia, nós organizamos lá, fizemos essa reunião, então foi o sorteio. Nesse primeiro ano da festa saiu D. Filomena, essa dita, como a imperatriz, aí saiu como imperador, uma senhora que também era maranhense, D. Iracema, já falecida. Saiu o filhinho dela como imperador (...) Teve mastro, nós fomos buscar o mastro lá na Ilha do Governador, era uma senhora também maranhense, uma que tinha uma casa lá, D. Etelvina, ela ficou muito conhecida nessa época⁶¹(...)

“caixeiras ajudantes”. Na festa do Divino na Ilha do Governador há somente seis caixas sendo revezadas pelas caixeiras que desejam cantar e tocar.

⁶¹ Secretaria de Estado da Cultura, 1997, p. 114-5.

No discurso de Dona Celeste sempre é valorizada a sua participação e ajuda no início da festa, distinguindo-se dos depoimentos de maranhenses que moram no Rio de Janeiro, nos quais Seu Manoel Colaço e Dona Vitória sempre são citados como aqueles que iniciaram a celebração do Divino na comunidade Parque União. A única a reconhecer a participação efetiva de Dona Celeste é a caixeira-régia Vitória.

No documento fornecido pelo atual presidente da Colônia, Seu Borracha, há uma “transcrição da primeira reunião”, indicando a data da “fundação” desta festa e as pessoas⁶² que participaram da sua organização:

No dia 01/05/1967, reuniram-se um grupo de senhoras e senhores maranhenses radicados no Rio de Janeiro, na residência do festeiro Sr. Manoel Colaço, residente no Parque União, com o firme propósito de trazerem para o Rio a festa do Divino Espírito Santo com as tradições religiosas e folclóricas, decidindo que a 1.ª festa fosse no dia 16/05/1967, data que será da fundação, e o primeiro Imperador, o menino George Ferreira Costa e a primeira Imperatriz a menina Sandra Silva, que as despesas da festa serão rateadas pelos festeiros e colaboradores. Tomaram parte da reunião as senhoras: Vitória Neles Guimarães, Maria Rita Melo Rocha, Gercy Sá Oliveira, Iracema Ferreira Costa, Filomena Silva e Maria Belfor. Os senhores: Pedro de Sousa Albino, Benedito Plácido Pinheiro, Manoel Colaço, Elesbão Oliveira, José Isidoro Reis da Silva, sendo assim os fundadores da festa do Divino Espírito Santo da Colônia Maranhense no Rio de Janeiro.⁶³

Após dois anos, faleceu Seu Manoel Colaço, o grande articulador desta celebração. Com a sua morte houve um impasse, pois sua irmã não prosseguiu com a comemoração organizada por ele e pediu para que ela fosse realizada em outro local. No ano seguinte não houve a festa propriamente dita, ocorrendo somente uma salva.⁶⁴

Mesmo acontecendo a salva em 1969, já havia um grupo formado por maranhenses que queriam continuar com o culto ao Divino. Posteriormente à salva, aqueles maranhenses que estavam acompanhando a festa há dois anos fizeram uma reunião para decidir como seriam organizadas as futuras celebrações. Segundo o vice-presidente Elesbão, esta reunião contou com a presença de: Pedro Albino, Dona Filomena, a caixeira-régia Vitória, Iracema Santos, Iracema Ferreira, Dona Neusa, José Isidoro, Dona Rita (esposa de Pedro Albino), Dona Conceição (Concita), Dona Jaci, entre outros, e formaram a “Associação da Colônia Maranhense na cidade do Rio de Janeiro”⁶⁵. Seu Pedro Albino formou uma comissão de festas, segundo o presidente Borracha, constituída por seis pessoas.

⁶² Talvez o nome de Dona Celeste não esteja nesta lista porque quem redigiu este documento foi Seu Borracha, atual presidente da Irmandade e que não participou do início desta comemoração.

⁶³ Ver Anexo I.

⁶⁴ A salva é uma comemoração com missa, toque de caixa e ladainha, mas sem a presença das crianças que participam do Império. Ela também ocorre sem o mastro e somente em um dia, distinguindo-se da festa, celebrada durante três dias na Ilha do Governador.

⁶⁵ Desde a primeira celebração os maranhenses já se intitulavam de Colônia.

O único depoimento em que o início deste festejo é relatado a um período anterior a 1967 é o de Dona Concita. Para ela, a celebração do Divino realizada por maranhenses surgiu na cidade do Rio de Janeiro em 1963, em Brás de Pina, na casa de uma senhora maranhense chamada Odete. Participaram desta comemoração muitos daqueles que teriam originado a festa do Divino da Colônia Maranhense, conforme nos conta Dona Concita:

Não, era a mesma, só que não chamávamos de Colônia Maranhense, era uma equipe que celebrava a festa, mas são as mesmas pessoas. Alguns já faleceram, né, os mais velhos, chegou na idade de Deus chamar, mas é o mesmo núcleo no caso e depois tornou-se a Colônia Maranhense, foi um título, um título que foi dado à Colônia Maranhense.

Este grupo que participava da comemoração em Brás de Pina era composto por Seu Manoel Colaço, Dona Vitória (caixeira-régia) e outros mais antigos. Dona Celeste também participou deste festejo, tocava caixa, mas, segundo Dona Concita, não tinha nenhum compromisso com a celebração.

Acredito que esta discrepância em relação à festa celebrada no Parque União se dê porque os outros maranhenses entrevistados quiseram valorizar a comemoração que, hoje em dia, é organizada no bairro da Ilha do Governador, sempre no sentido de citá-la como a primeira realizada por maranhenses na cidade do Rio de Janeiro.

Há diferenças entre as datas e locais desta celebração e também entre os discursos do presidente Borracha e do vice-presidente Elesbão. Para Seu Borracha, a festa saiu do Parque União e começou a ser realizada no Clube ASCAER de 1974 a 1978. Em 1979, a comemoração retornou para o Parque União, sendo realizada na Associação de Moradores. O festejo mudou novamente de lugar em 1980, quando o Divino foi cultuado em um clube em Costa Barros e, em 1981, foi para o bairro de Realengo. De 1982 até 1995 ou 1997⁶⁶, houve uma nova mudança para a Liga de Esporte Pessoal do Arsenal de Marinha (Lespam). No final da década de 90, o Divino voltou para o Clube ASCAER, permanecendo lá até hoje.

Para o vice-presidente Elesbão, a festa foi realizada no Parque União até 1969 e em 1970 foi para o Clube ASCAER, onde permaneceu até 1972. Em 1973 a celebração se deslocou para a “Banda Portuguesa” no Rocha e em 1974 chegou ao Lespam, mas não soube precisar exatamente quantos anos se fixou neste clube e nem quando o Divino retornou para o Clube ASCAER.

⁶⁶ O presidente Borracha não soube precisar exatamente quando se deu a volta da celebração para o Clube ASCAER.

Seu Elesbão nos conta que quando quiseram voltar a celebrar o Divino no Clube ASCAER a diretoria havia mudado e não conseguiram, porque jamais pagaram o salão do clube e, provavelmente, a nova diretoria cobraria o aluguel do salão de festas. No Lespam, eles alugavam o salão, mas não informaram o preço que pagavam. O Divino deixou de ser comemorado no Lespam porque, segundo Seu Elesbão, a diretoria deste clube estava fazendo uma espécie de “caixa dois” com o dinheiro do aluguel. Depois que o desvio do dinheiro se tornou público, foi proibido qualquer tipo de evento.

Já Dona Concita conta que houve um ano em que a festa foi celebrada em um clube na Praça Mauá, mesmo ano em que sua filha foi Mordoma-Mor, em 1987⁶⁷. A opção em se festejar o Divino na Praça Mauá se deu pela falta de um lugar para a realização da comemoração. O espaço foi oferecido pelo Imperador e a Imperatriz do ano referido, mas, para Concita, este clube não agradou nem à diretoria e nem aos devotos:

Não, na Praça Mauá era um clubezinho que tinha ali, foi celebrado e as pessoas são assim meio vaidosas e acharam que o clube era muito simples, claro, diante do Lespam era um clube mais simples, não tinha o mesmo espaço, não tinha a mesma demonstração assim que chamasse atenção que era uma festa do Maranhão, que tinha que aparecer para continuar celebrando como a Colônia Maranhense. O pessoal ficou meio chateado e ofereceram outros espaços, mas não foi possível, aí ficou aquela relutância entre a diretoria que conseguiram de volta para celebrar na ASCAER.

Não só o espaço que a festa ocupava foi modificado ao longo do tempo, mas a igreja onde é celebrada a missa no dia de Pentecostes e a doação de donativos para alguma instituição de caridade também foi alterada ao longo dos tempos. Segundo Seu Elesbão, as duas primeiras missas foram realizadas na igreja de São Jorge, no Centro. Após a morte de Manoel Colaço, a missa foi transferida para a igreja de São José (também no Centro). Dona Gercy nos conta como o cortejo de carros saía da igreja São José em direção a comunidade Parque União:

(...) tinha até batedor pra abrir na hora que vinha da missa pra poder, aqueles homens que vem numa moto pra abrir pra poder passar o cortejo pra um carro não saí de perto do outro porque o batedor, quando ele vem... aí aqueles carros já sabem que alguma coisa que tá passando ali. Vinha a bandeira, assim, do lado pra pessoa ver, aí vinha até lá em Bonsucesso, da igreja de São José.

Durante quatro anos, com exceção do ano onde os devotos só fizeram uma salva, a missa da festa do Divino celebrada por esses maranhenses foi realizada na igreja de São José. Após este período, houve uma mudança porque as missas nesta igreja só poderiam ser celebradas à uma hora, tarde para todas as etapas a serem cumpridas neste dia.

⁶⁷ Para Dona Vitorinha, esta festa teria ocorrido no começo da década de 90 e o cargo ocupado pela filha de Dona Concita seria o de Mordoma-Régia.

A nova igreja escolhida foi a do Santíssimo Sacramento, na Avenida Passos, localizada no Centro, que continuou até 2003, quando resolveram fazer uma nova alteração. Como o horário da missa, onze horas da manhã, também era considerado tarde para os diretores da Irmandade do Divino e com a discussão entre o padre desta igreja e a caixeira-régia Vitória, decidiram novamente transferir a missa para uma outra igreja, como nos conta Seu Elesbão:

E o padre também que discutiu com a Dona Vitória. A discussão ele tava certo, porque o pessoal, a gente marca onze horas e eles querem chegar onze e dez, onze e vinte, onze horas é onze horas, não tem que atrasar, gente. Aí chega onze e ele não tá lá, aí, pô, marcamos pra onze horas, cadê o padre? Agora ele terminou a missa e ele quis fechar a igreja e aí a Dona Vitória achou que, nós fomos saindo e ele foi fechando a porta e ela discutiu com ele e aí mudamos para a igreja de São Cristóvão.

A igreja eleita fica no bairro de São Cristóvão, próxima à Linha Vermelha, beneficiando os devotos que vão de carro, pois chegam rápido até a Ilha do Governador, onde ocorre a festa, como também o ônibus que leva aqueles que não possuem carro e todo o Império.

Na antiga igreja, a do Santíssimo Sacramento, a missa terminava por volta de meio-dia e, para o presidente Borracha, é um horário “íngrato” para as senhoras, caixeiras e devotos ficarem embaixo de um sol forte e também para as crianças que fazem parte do Império, com mantos pesados e com roupas fechadas. A iniciativa da mudança para uma nova igreja foi bem recebida por muitos, já que o padre da igreja do Santíssimo Sacramento está com “idade avançada” e, na opinião de Seu Borracha, estava causando constrangimentos durante a celebração da missa.

Além dessas mudanças em relação às igrejas, houve também a mudança na entrega de donativos. Desde o começo deste festejo, em todos os anos as caixeiras e devotos entregavam alimentos no Hospital Frei Antônio, que cuida de doentes com hanseníase já em estado avançado⁶⁸. Todos chamam este hospital de “leprosário” e quando indagada sobre o porquê da entrega de alimentos neste local, a caixeira-régia Vitória nos disse que:

Porque, na minha terra, a minha tia, tia Sebastiana, ela fazia festa pra Espírito Santo, então lá mata boi, né. Então quando ela terminava de matar o boi, aliás todas as casas de lá leva, agora que eles estão relaxando, mas antigamente todo mundo levava para o leprosário, o hospital do Bonfim era do outro lado, lá em Alcântara, a gente atravessava e ia levar.

Essa lógica de “troca” com a divindade também perpassa por aqueles que não possuem o que comer, remontando a “origem” deste festejo, de dar esmolas, de dar comida aos pobres, mas o que está no imaginário da caixeira-régia Vitória é o de lembrar aquela

⁶⁸ Descreverei todo o ritual da entrega de alimentos no próximo capítulo.

celebração que participava na casa de sua tia, onde os alimentos eram levados a um “leprosário”. A própria Dona Vitória entrou em contato com este hospital para perguntar se poderiam fazer a entrega da doação.

A entrega de donativos foi feita no Hospital Frei Antônio até 2003, quando só havia dois internos. Como o número de pacientes foi diminuindo conforme os anos e como a igreja da Candelária ajuda este hospital, os devotos decidiram auxiliar uma instituição mais necessitada, como nos conta Seu Borracha:

Assim como também nós não vamos fazer a doação lá no leprosário, porque o ano passado só tinha dois internos, esse ano não tem nenhum interno, informações dadas pelo padre da região, o padre Francisco Befá, ele vai celebrar a missa lá, vai abençoar os internos, eles estão sem internos, né e não é justo, não tinha sentido nós fazermos doação de roupa, material não perecível, alimentos não perecíveis se não tem ninguém lá e, segundo, eles tem uma ajuda bastante vultosa da Irmandade da Candelária, então não precisa da nossa, então nós e a igreja lá, a Paróquia, nos sugeriu que nós fizéssemos uma doação a uma entidade que é católica, que é a Toca de Assis, que assiste aos idosos de rua e, coincidentemente, um dos filhos do Elesbão que é militar, é cabo-bombeiro, o Gilson, ele faz parte desta entidade. Eles dão comida, dão sopa, dão roupa, cortam o cabelo, faz barba de noite, aí os mendigos de rua, né, coisa muito bonita, então nós vamos ter, essa doação vai ser realizada lá mesmo no adro da igreja.

A nova instituição escolhida para receber esses alimentos, a Toca de Assis, é amparada por franciscanos e voluntários que alimentam mendigos. Foi a primeira vez, dentro da lógica desta festa, que houve uma mudança tanto da igreja quanto da entrega de donativos ao mesmo tempo.

1.3.1 Outras festas e suas origens

Há quatro lugares no Estado do Rio de Janeiro, segundo os entrevistados, onde a festa do Divino Espírito Santo é celebrada por migrantes maranhenses⁶⁹: Ilha do Governador, Costa Barros, Nova Iguaçu e Seropédica⁷⁰. Além da comemoração principal da Colônia, na Ilha do Governador, há outras também realizadas por migrantes que possuem grande importância dentro da lógica do culto ao Divino neste estado.

⁶⁹ Havia uma maranhense chamada Olga de Jesus Santos Dias que começou a celebrar o Divino em 1984. A festa era realizada na sua casa, em Rocha Sobrinho, Mesquita. Após a morte da festeira, em 1994, decidiram encerrar com esta comemoração.

⁷⁰ Podemos ver a seguir no mapa oficial do Estado do Rio de Janeiro a localização desses quatros lugares onde o Divino é celebrado por maranhenses.

No mesmo ano em que foi organizada a primeira festa no terreiro de Manoel Colaço uma outra também foi realizada: a celebração do Divino no terreiro do Zé Grande. Migrante maranhense e pai-de-santo, José Mirabeau Pinheiro, mais conhecido como Zé Grande, nasceu na cidade de Alcântara e foi uma peça importante nas comemorações do Divino no Rio. Além de ajudar Manoel Colaço, cultuava o Divino em seu terreiro de mina em Seropédica, chamado Cazuá de Mironga, como nos conta Seu Elesbão:

Zé Grande também nós fomos, porque o Seu Zé Grande era parceiro de Seu Manoel Colaço na primeira festa, então fazia a primeira aqui no dia de Pentecostes e no outro domingo, que é o domingo da Trindade, fazia no Seu Zé Grande (...) porque eles eram amigos, desde São Luís eles eram amigos e aí depois ele foi pro Pará e ele veio pro Rio e aí quando fundaram eles se encontraram e daí começaram a fazer, aí resolveram fazer uma aqui e outra lá.

Muito respeitado por todos e amigo de Manoel Colaço, Zé Grande circulava não só na festa da Colônia como também nas outras. O primeiro terreiro aberto por Seu Zé Grande foi em Madureira, onde ficou poucos anos. Depois abriu um outro no bairro Brisa Mar, em Itaguaí, no qual começou a fazer a festa do Divino. Na década de 60, instalou-se definitivamente em Seropédica, município próximo à cidade do Rio de Janeiro.

Seu irmão, Hinton Franco de Sá, era considerado seu “braço direito” e aquele que sempre o ajudava a organizar a celebração do Divino em seu terreiro. Seu Hinton também era muito conhecido porque tocava caixa nas comemorações do Divino maranhense no Rio de Janeiro e cantava ladainha em Seropédica. Os objetos do culto ao Divino neste terreiro vieram do Maranhão, como a “Santa Crôa”, Salva (onde há a representação da pomba branca), cetro, caixas e alguns mantos, e também os “abatás” (tambores que são tocados durante o tambor de mina), ferro etc.

Seu Zé Grande faleceu em 2003, ficando em seu lugar o pai-de-santo Dôro, Dorivaldo Ferreira Santos, de apenas 30 anos, e que foi escolhido por ele para substituí-lo. A festa do Divino em Seropédica deixou de ser realizada em 2004 em respeito ao falecimento de Seu Zé Grande, sendo retomada no ano posterior. Ainda é realizada após o encerramento da celebração do Divino na Ilha do Governador.⁷¹

Dona Celeste fala sobre os terreiros maranhenses na década de 60 no Rio de Janeiro e, principalmente do terreiro de Seu Zé Grande, no livro Memória de velhos, como podemos ver neste trecho:

⁷¹ Grande parte das informações sobre o terreiro de Seropédica foi obtida através do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

(...) que hoje tem outros terreiros de maranhenses, mas eu já não participei assim de ver, de olhar, porque já foi com a minha vinda pra cá, porque tem um senhor também que é maranhense que abriu terreiro, então muitas pessoas desse terreiro de Mundica Tainha, de Seu Manoel Colaço, encostaram-se com ele. O nome dele é José e ele é conhecido lá no Rio como Zé Grande, também não sei o local que está, porque quando ele começou com o terreiro, era em Madureira, mas depois disso ele vendeu lá em Madureira e foi para outro lugar (...) Era o único terreiro maranhense que é do sistema do Maranhão é desse senhor (...)⁷²

Sobre o começo da comemoração do Divino realizado por Dona Antônia, Terreiro Ilê de Iansã-Obaluaie⁷³, a primeira festa ocorreu em 1974, quando a sua mãe já havia migrado de Brasília para o Rio de Janeiro⁷⁴, ajudando nos seus preparativos. Em 1975, Dona Antônia começou a incorporar o caboclo Légua Bogi Buá e ele a pediu para construir uma pequena casa para celebrar o Divino:

Não, a primeira casa que eu fiz foi pra fazer a festa do Divino, não era terreiro não, depois de um ano, mais ou menos, foi que o velho chegou, né, porque ele foi quem veio pra fazer essa festa, porque eu, até então, eu não queria, eu não sabia nada de apresentar a festa e quando ele chegou a primeira coisa que ele pediu foi pra fazer uma casa e que ia continuar com a festa do Divino porque a minha mãe não podia parar, a minha mãe não podia parar de fazer a festa do Divino porque isso era uma coisa de raiz, né, de família então tinha que continuar.

Após a construção, Légua Bogi Buá comunicou a Dona Antônia que ela não poderia ficar com esta casa fechada até o próximo ano, dando início ao seu terreiro. Para ela, este caboclo a teria enganado: “(...) quando ele resolveu que já que tinha uma casa feita e que essa casa não podia fechar, ele me enganou, sabe”.

Um pai-de-santo de São Luís que também incorporava este caboclo realizou toda a obrigação para a abertura do terreiro de Dona Antônia. Segundo ela, Seu Jorge Itaci (do Terreiro Iemanjá de São Luís) assistiu uma festa e Légua Bogi Buá o levou até seu terreiro. Também foi Seu Jorge Itaci quem encomendou os tambores e instrumentos rituais para o terreiro de Dona Antônia:

Ele veio, ele trouxe ele aqui, ele veio pra assistir uma festa de Espírito Santo, aí quando ele chegou, porque ele trabalhava com ele também, aí quando ele chegou já ficou tudo combinado dele vim pra fazer uma obrigação pra ele e abrir o terreiro de mina. Já combinaram de trazer os tambores, preparar os tambores lá, cabaça, tudo.

Já Maria Margarida Freitas Silva (Dona Margarida), zeladora do Terreiro Abassá de Mina Jeje-Nagô, em Costa Barros, aproveitou esta visita de Seu Jorge Itaci para começar a

⁷² Secretaria de Estado da Cultura, 1997, p. 113.

⁷³ Dona Antônia fez uma grande obra em seu terreiro e o nome deve mudar.

⁷⁴ As irmãs e a mãe de Dona Antônia moravam em Brasília nesta época. Uma irmã, Dona Zilda, comenta sobre as festas do Divino celebradas em Brasília na década de 70, em Sobradinho, realizadas por maranhenses onde: “Em Brasília, a minha mãe, porque lá tem um senhor que faz festa de Bumba-boi que é o seu Teodoro, seu Teodoro é falado lá em Brasília e lá uns meninos freqüentava o Bumba-boi, mamãe gostava também e mamãe ainda fez uma festa em Brasília, a minha mãe”.

celebrar o Divino no Rio de Janeiro, como nos conta Dona Antônia: “É, depois que eu já fazia festa pra Espírito Santo que aí nós nos encontramos, e já por intermédio de festa do Divino, e aí quando esse pai-de-santo veio fazer a obrigação aqui, ele fez a festa do Divino dela lá”.

Para Dona Margarida, distinguindo-se do discurso de Dona Antônia, seu terreiro foi aberto na década de 80 e tem 20 anos de existência⁷⁵. Mora no Rio de Janeiro há 30 anos e trouxe, além da devoção ao Divino, a religião do tambor de mina. A figura de Seu Jorge Itaci foi muito importante para essa maranhense, já que era sua filha-de-santo em São Luís.

Sobre as distinções entre as festas do Divino maranhense no Rio de Janeiro, somente a da Ilha do Governador não ocorre em um terreiro, mesmo tendo seu início no terreiro de Seu Manoel Colaço. Após seu falecimento, aqueles maranhenses que queriam continuar com sua fé ao Divino não faziam parte necessariamente de um terreiro e estavam em busca simplesmente de um lugar para realizarem a sua celebração. Cultuar o Divino em um clube estaria dentro da lógica por uma busca de um local para exercerem a sua devoção.

Segundo os próprios maranhenses que participam da celebração do Divino na Ilha do Governador, há pessoas que incorporam caboclos, ainda que a festa não ocorra num terreiro, e a própria Dona Antônia incorpora Léguas Bogi Buá, mas sempre de uma maneira discreta.

A única vez que alguém iria incorporar de uma maneira explícita foi na celebração de 2002, onde uma das “meninas de Santa Tereza”, também maranhense, durante o último dia de festa, estava tocando caixa e, de repente, se levantou e começou a balançar com os olhos fechados. Rapidamente as caixeiras da Colônia correram e começaram a rezar, colocando as mãos sobre sua cabeça até que ela se acalmou, sentou na cadeira e começou a chorar compulsivamente. Observando este fato, podemos concluir que o incorporar no clube é para poucos e de uma maneira que não seja perceptível para todos.

Já nos terreiros maranhenses a lógica é outra, os “encantados” participam efetivamente da festa do Divino, como no Terreiro Cazuá de Mironga, em Seropédica, onde há entidades que ajudam na ornamentação do barracão⁷⁶, assistem a celebração do Divino, conversam com os devotos e ainda há aqueles que auxiliam na preparação da comida que será servida.

Há uma grande circulação de migrantes e espírito de cooperação nas comemorações⁷⁷ e entre as caixeiras, principalmente devido ao seu número reduzido. O que diferencia a festa nos terreiros daquela celebrada na Ilha do Governador é o tambor de mina após o culto ao

⁷⁵ Informações obtidas através do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

⁷⁶ Barracão, nos terreiros de mina, é o espaço onde ocorre o toque do tambor.

⁷⁷ Há conflitos envolvendo “encantados” e, com isso, brigas entre os maranhenses se tornaram inevitáveis, prejudicando a ajuda em relação a festa de Dona Antônia.

Divino. No terreiro de Dona Antônia, Ilê de Iansã-Obaluaiê, e no terreiro de Seropédica, Cazuá de Mironga, há o toque do tambor de mina uma semana após o encerramento do festejo, podendo durar até três dias.

Sobre a missa, aquela celebrada dentro de uma Igreja Católica é a da Ilha do Governador. Tanto no terreiro de Seropédica quanto no terreiro de Dona Antônia, quem realiza a missa é um padre da Igreja Católica Brasileira, Dom Isac Minervino Barbosa, da igreja de São Cosme e Damião de Mesquita⁷⁸.

A única a ocorrer durante o dia de Pentecostes é a festa do Divino na Ilha do Governador. A celebração no terreiro de Dona Antônia acontece no começo de julho, com o levantamento do mastro ocorrendo no primeiro domingo desde mês. Já a comemoração no terreiro de Seropédica é realizada logo após o término daquela organizada na Ilha do Governador, em maio ou junho, e a de Dona Margarida ocorre no final de julho ou começo de agosto, junto com Senhora Santana. Não pode haver concorrência entre elas para que os devotos possam acompanhar e participar de todas as etapas.

Um outro diferencial está na festa realizada por Dona Margarida em Costa Barros. Rei e Rainha são representados durante esta celebração ao invés de Imperadores, distinguindo-se também na indumentária. Como ocorre em São Luís, cada casa possui sua maneira particular de organizar e comemorar o Divino Espírito Santo. No Rio de Janeiro, essas formas de cultuar o Divino, mesmo trazendo suas referências culturais do Maranhão, são preparadas em contextos distintos em cada lugar.

Como as festas não são estáticas, estão em permanente construção, os ritos e formas de celebrar o Divino podem se modificar, como a entrega de carne que era realizada no Cazuá de Mironga quando o Seu Zé Grande ainda era vivo. Todo ano, este terreiro matava um boi para as comemorações do Divino e distribuía uma parcela do animal para os moradores que viviam próximos e, em especial, para os evangélicos e pessoas de outros terreiros⁷⁹ que respeitavam a figura deste pai-de-santo.

Para Dona Concita, há uma distinção em relação à ladainha que é cantada no terreiro de Seropédica e aquela cantada nas outras festas: “Só cantou diferente a ladainha quando eu tava lá em Seropédica, que um senhor que era nosso parente, era nosso tio, que cantava o sistema de Alcântara que a festa do Divino nossa, ela veio, as raízes veio de Alcântara e as nossas raízes são de São Luís”.

⁷⁸ Em 2005, o padre que realizou a missa durante a festa do Divino no terreiro de Dona Antônia foi outro.

⁷⁹ Na mesma rua onde fica este terreiro, em Seropédica, há outros dois relacionados a umbanda e candomblé.

Mesmo com as distinções entre as festas do Divino realizadas por maranhenses no Rio de Janeiro, a devoção permanece e segue, mesmo com o falecimento de pessoas importantes neste culto.

1.3.2 O fortalecimento da festa

Antes da primeira comemoração do Divino ser celebrada por esta Colônia, havia uma outra que ocupava lugar de destaque para esses maranhenses no Rio de Janeiro: a festa de São José de Ribamar. Isso nos leva a primeira questão: Por que esta festa específica (a do Divino Espírito Santo) e não outra? Veremos como o culto para São José de Ribamar foi se enfraquecendo e como, em seu lugar, o Divino ganhou *status* de principal festa para esta Colônia.

São José de Ribamar é um santo do catolicismo popular no Maranhão que possui muitos devotos neste estado. Para Seu Elesbão: “quase todo maranhense é devoto de São José de Ribamar”. Podemos ver, segundo Santos, uma de muitas versões do culto a este santo:

Os milagres de São José começaram quando um capitão português naufragou, na Baía de São José, ao encalhar em um banco de areia. Foi, então, que o capitão fez uma promessa ao pai de Jesus, São José, que em salvando a sua tripulação, mandaria construir uma ermida e traria de Portugal uma imagem de São José.⁸⁰

A primeira festa de São José de Ribamar celebrada no Rio de Janeiro data de 1965, antes do primeiro festejo do Divino no Parque União (1967), e foi realizada perto da cidade alta, na casa da tia de Seu Elesbão, conforme sua entrevista:

A primeira festa de São José de Ribamar foi feita, não foi na ASCAER, mas a primeira festa foi feita ali por atrás da cidade alta. Era uma tia que eu tinha, minha tia Odete, que morava numa casa grande, então a gente fez a primeira festa (...) cada um deu tipo uma cota, uma festa assim cada um deu uma coisa com tudo incluído, comida, bebida, tudo incluído. Dali nós fizemos depois no Irapuá e do Irapuá é que nós fomos pra ASCAER.

Havia um maranhense que, na década de 60, fazia parte da diretoria do Clube ASCAER e através dele teriam conseguido o espaço deste clube para o “Grêmio São José de Ribamar”. Hermes da Fonseca, mais conhecido como Balalai, é aquele a abrir as portas do clube para os migrantes maranhenses exercerem a sua devoção.

Durante a celebração para São José de Ribamar havia uma reza, missa no próprio Clube ASCAER, procissão no domingo até a igreja N. S. do Loreto, que fica próxima ao

⁸⁰ Santos, 1998, boletim on-line n. 11.

clube, tambor de crioula, almoço com comida típica maranhense etc. Mas a lógica da festa para São José de Ribamar era distinta daquela para o Divino Espírito Santo. Por exemplo, a comida típica maranhense que era oferecida durante o almoço era paga como também a bebida que era consumida.

O enfraquecimento desta festa começou, segundo Elesbão, com a entrada do presidente do Grêmio Dadilson Avelar Ribeiro. Dadilson e sua família eram responsáveis pelo tambor de crioula durante a comemoração, mas tocavam pouquíssimo tambor e sempre muito tarde. Para Seu Elesbão, este presidente ficava com uma parte do dinheiro da celebração:

É, pegava dinheiro porque o Grêmio São José de Ribamar tudo era pago, em São José de Ribamar não tinha nada de graça, você comia a comida típica do Maranhão, mas pagava. A tiquira⁸¹ que vinha Maranhão, você tomava uma dosezinha eram dois reais, dava quase pra comprar uma garrafa de tiquira no Maranhão.

Com essas supostas acusações de “roubo” do dinheiro, ela deixou de ser prestigiada pelos maranhenses e a comemoração ao Divino, que vinha ganhando mais importância para esses migrantes, começou a ser celebrada no Clube ASCAER. A festa de São José de Ribamar foi enfraquecendo e perdendo prestígio, até ser deixada de lado.

Segundo Dona Concita, o ex-presidente do “Grêmio São José de Ribamar”, Seu Dadilson, ainda manda rezar uma missa em intenção a este santo no dia 19 de março. Antes de se mudar para Florianópolis e quando ainda assistia essa missa, ela nos conta que era realizada na igreja de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, na rua Uruguaiana, no Centro. Para Dona Concita, esta festa deveria ter continuado:

Não, até que não, eu acho que deveria ter continuado, deveria ter tido um segmento da festa, mas em todos os segmentos tem sempre uma política, tem sempre um “se fosse eu faria melhor”, porque fulano não fez melhor, esse ponto de interrogação sempre houve, mas para não acontecer isso teria que ter uma junta, uma conversa, um convite até entre os mais velhos, o que nós poderíamos fazer para reativar a festa.

Durante uma ladainha para Santa Luzia e N. S. da Conceição no terreiro de Dona Antônia, em dezembro de 2004, Seu Elesbão e Dona Vitorinha falaram para todos os presentes sobre a vontade de ambos de fazerem uma festa para São José de Ribamar em 2005.

⁸¹ Segundo Elesbão: “É uma cachaça feita de mandioca. Ela não contém álcool, mas é mais forte que a cachaça”. Segundo o verbete “Tiquira” do Dicionário do Folclore Brasileiro (1979, p. 1898), Cascudo diz que: “Aguardente resultante da destilação do líquido em que foi dissolvido o beiju-açu. Do tupi *tykir*, cair gota a gota (Alfredo da Matta, Vocabulário Amazonense, Manaus, 1939). Cachaça destilada do sumo da mandioca”.

1.4 O SINCRETISMO RELIGIOSO E A DEVOÇÃO AO DIVINO

Os maranhenses e não maranhenses que freqüentam a festa do Divino possuem relações não só com o catolicismo popular, mas também com outras religiões, como a umbanda, candomblé, tambor de mina etc. Podemos chamar essas diversas formas de expressar suas crenças de sincretismo religioso. Mas o que seria tal sincretismo? Segundo o Dicionário Aurélio, a palavra sincretismo pode significar:

1. *Filos.* Tendência à unificação de idéias ou de doutrinas diversificadas e, por vezes, até mesmo inconciliáveis. [Cf., nesta acepç., ecletismo (1).] 2. Amálgama de doutrinas ou concepções heterogêneas (...) 3. Fusão de elementos culturais diferentes, ou até antagônicos, em um só elemento, continuando perceptíveis alguns sinais originários.⁸²

Além desta descrição, vemos, no Dicionário de Ciências Sociais, uma abordagem direcionada ao sincretismo religioso, onde:

A. Mistura confusa de diversos credos heterogêneos;
 B. Nome genérico, utilizado por vários autores no campo da antropologia no Brasil, para designar o fenômeno religioso resultante do encontro das religiões trazidas inicialmente pelos escravos negros provenientes da África com o catolicismo oficial e, posteriormente, com o espiritismo segundo a codificação de A. Kardec, e ainda com as religiões indígenas. Sincretismo, nesta concepção, caracterizaria uma mistura de elementos culturais diversos que se puseram em contato ao longo de um processo histórico; e
 C. Em relação ao uso do termo pode-se identificar, grosso modo, três vertentes ou três tendências gerais que agrupam os autores que estudam as chamadas religiões ou cultos afro-brasileiros (...)⁸³.

Sincretismo, para esses devotos do Divino, não é somente uma relação entre o indivíduo e a religião, mas também uma forma de viver, pensar e organizar a vida, praticando várias crenças, como se freqüentar a Igreja Católica de dia e o terreiro à noite fosse parte de seu cotidiano e hábito religioso.

Durante as entrevistas, uma das perguntas feitas para os devotos do Divino foi “Qual é a sua religião?”. Muitos pensaram bem antes de responder e todos falaram sobre a sua ligação com a Igreja Católica e com os terreiros que freqüentam. A própria história de vida desses devotos está relacionada com o contexto de sincretismo, freqüentando terreiros e igrejas. Um exemplo está no depoimento de Dona Ildenir sobre a sua infância na Igreja Católica e o vínculo da sua família com o tambor de mina:

⁸² Dicionário Aurélio, 1999, p. 1859.

⁸³ Dicionário de Ciências Sociais, 1986, p. 1.118.

A minha religião, olha, é complicado, passei quase 10 anos da minha vida no colégio interno de freiras, então a gente se vê muito voltada pra religião católica, dentro do que eu aprendi da minha formação. Agora, por formação de família, a minha família toda lá no Maranhão, católica entre aspas, mas todo mundo frequênta a Casa das Minas.

Dona Ildenir frequênta um antigo terreiro de candomblé no Rio de Janeiro e seu filho é um dos *ogãs*⁸⁴. Há outro devoto do Divino, não maranhense, que é pai-de-santo de um terreiro de candomblé: Seu Orlando, que batiza o mastro durante a festa do Divino e que é muito respeitado por todos da Colônia. Para Dona Ildenir, Seu Orlando é uma pessoa “séria no santo” já que, para ela, muitos terreiros estão interessados somente em um “comércio” em relação à religião. Segundo ela:

(...) é uma pessoa muito séria também, muito séria, muito reservado, na dele, maravilhoso, eu adoro o Seu Orlando, é uma pessoa muito discreta, é uma pessoa séria do santo, coisa que a gente não tem, a gente vê tanta bobagem que realmente você fica até com vergonha, é muita besteira, o comércio é muito grande hoje em cima da religião, é complicado.

Seu Orlando, além de ser pai-de-santo, também frequênta a Igreja Católica e tem ligação com várias Irmandades. Muitas pessoas dizem, para ele, que tem um comportamento mais parecido com um católico do que com um pai-de-santo. Começou a frequêntar o candomblé influenciado por sua mãe e , após a morte dela, herdou seus objetos rituais, fez toda a obrigação para se tornar pai-de-santo e continuar com a devoção de sua família. Sobre ser ou não ser “sério no santo”, Seu Orlando também tem opinião sobre como algumas casas de candomblé hoje em dia no Rio de Janeiro estão deixando de ser “sérias”:

Que tenha conhecimento, uma seriedade, respeito, que hoje não se tem. Quando você entra em uma casa de candomblé hoje, você vai ver é enfeite e você vai ver pessoas praticando coisas que te apavora de chegar. Eu digo isso porque, independente de ser católico e seguidor, eu vim de uma origem do candomblé e a minha mãe ela entrou para o candomblé em 1922. A minha mãe fez santo no candomblé e deixou uma parte de herança pra mim desse candomblé e que eu hoje vejo tudo o que não se via e que a gente se nega até a ver, eu me nego a entrar em certas portas, eu não tenho nada contra a vida de ninguém, mas dada à desmoralização que a gente vê em casas de santo, eu não quero falar de ninguém, você está entendendo a forma que eu estou falando, né? Porque a gente fica com vergonha de ver certos comportamentos.

Podemos dizer que Seu Orlando compartilha o seu tempo entre o terreiro em São João de Meriti e as diversas Irmandades católicas que frequênta, ambos importantes em relação ao seu sistema religioso. Um exemplo foi a própria dificuldade que tive de conseguir marcar uma entrevista com ele, já que quando não tinha nenhum compromisso com algum terreiro, sempre

⁸⁴ Homens que tocam os tambores rituais, atabaques.

tinha reuniões em alguma Irmandade católica. Sua vida é regulada em relação aos dias e datas das reuniões das Irmandades que frequenta, como vemos em sua entrevista:

(...) eu tenho umas Irmandades imensas da igreja, eu tenho a minha devoção do Senhor do Bonfim que é cultuado nas primeiras sextas-feiras aqui na igreja de São Cristóvão, eu sou daquela Irmandade, faço parte da Irmandade de Santa Efigênia com São Elesbão na rua da Alfândega, também faço parte da Irmandade de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário na rua Uruguaiana, São Benedito dos homens pretos e São Jorge na Praça da República. Eu tenho uma série de afinidades dentro da igreja (...) Frequento todas as Irmandades. Primeiro domingo eu tô ocupado na Irmandade de São Benedito, nas primeiras sextas-feiras eu estou na Irmandade do Senhor do Bonfim. São Jorge são todos os domingos, então eu tiro um dos domingos para estar em São Jorge, mas dá tempo, né.

Dividir seu tempo não só com a festa do Divino Espírito Santo, mas com outras Irmandades e santos de sua devoção, cultuá-los e ser responsável por um terreiro é o seu dever religioso, não entrando em conflito com ambas as crenças que, na lógica de muitos devotos, estão ligadas. Pertencer a um culto religioso não exclui a sua participação em outro grupo. Apesar de frequentar a Igreja Católica e participar do candomblé, Seu Orlando critica a ligação dos santos católicos com os orixás. Veja a entrevista:

O candomblé é uma origem direta da África que é lidar com a natureza. Quando você vê vamos louvar São Jorge, vamos louvar Ogum e você vê uma imagem de São Jorge aquilo tá uma mistura, aquilo não tem nada a ver São Jorge com Ogum. São Jorge é aquele guerreiro que lutou em prol de Jesus, lutou pelas causas de Jesus e o Imperador da época não permitia e por ele ser católico e seguidor de Cristo ele foi martirizado pra não praticar o catolicismo, não defender a crença que ele tinha e já Ogum, Ogum é a representação do ferro, do aço, do minério, é uma essência divina que se representa em ar, não existe forma, apenas ele é o defensor da guerra, mas, ao mesmo tempo, ele é que traz o poder do ferro, o poder do aço, o poder do fogão da tua casa, da faca que você usa... Ele é o chefe do metal, então Ogum ele é representado na forma de espada ou faca, é o símbolo do Ogum corrente, são os símbolos de Ogum na essência africana.

Dantas, no livro *Vovó Nagô e Papai Branco*, fala da relação do xangô (candomblé) com o catolicismo e como, na lógica da mãe-de-santo Bilina, a própria ligação com a Igreja Católica é a única permitida em relação à “mistura”, ao sincretismo religioso, em que:

A relação do Xangô com o catolicismo é colocada de forma ambígua. Num contexto em que, se referindo aos cultos de possessão, ressaltava sua fidelidade à África e a pureza da tradição nagô guardada pelo seu terreiro, diz: “Nós não mistura. Não mistura com Toré, Umbanda, essas coisas não. Nagô é só ali. Nós só mistura com a Igreja Católica”. Noutra ocasião, ao tratar da mesma oposição entre Nagô e demais cultos de possessão, diz: “Dos pretos da África nós somos religião católica, mas esses outros negócios, Toré, Umbanda, não. Nós não aceita” (...) Definindo católico de modo bastante abrangente, como todos os batizados, o ser católico coloca-se como uma exigência prévia ao ser “de nagô”, pois somente os batizados na Igreja Católica podem submeter-se ao batismo nagô e, deste modo, ingressar no grupo de culto.⁸⁵

⁸⁵ Dantas, 1988, p. 135.

Podemos ver como o catolicismo, neste caso, é um requisito prévio até mesmo para entrar em outro tipo de culto. Vemos nos terreiros de mina no Rio a quantidade de santos católicos nos altares e como determinada celebração dita do catolicismo popular, como a do Divino Espírito Santo, é uma das principais festas nos terreiros de mina de São Luís e do Rio de Janeiro.

Misturar-se com o catolicismo não é uma configuração de “impureza” em relação ao seu culto, mas uma relação aceitável entre as duas formas religiosas, tais quais as missas realizadas dentro dos terreiros nas festas do Divino.

O “misturar” não é com qualquer religião, mas específico e permitido somente com a Igreja Católica, como Dantas analisa em relação ao Terreiro de Santa Bárbara Virgem:

Como categoria êmica, o termo “mistura”, neste contexto, indica a junção de formas religiosas tidas como diferentes. É reconhecendo a Igreja católica como “outra” que o Nagô admite “misturar” com ela enquanto abjura, fortemente, “misturar” com as demais religiões. Tem-se, pois, uma estrutura que permite algumas combinações e rejeita outras. E mais que isso, pois essa estrutura apresentada como “pura” admite conter certas “misturas” que não afetariam, contudo, sua pureza original, enquanto outras a deturpariam, provocando impurezas e desordens.

Em relação ao sincretismo ligado aos terreiros de mina de São Luís, outras religiões são relacionadas a este contexto religioso além do catolicismo, como o espiritismo e a maçonaria. Também podemos citar a influência dos índios nos terreiros do Maranhão com a pajelança. Para Ferretti, não há uma “mistura” propriamente dita entre o catolicismo e a mina, mas elas são “paralelas”, aproximando-se e não se misturando, assim:

Procura-se, ou constata-se, no tambor de mina, um acordo com outras religiões, como conformidade ou correspondência entre variantes, que leva a um consenso. Constata-se adaptação ou correspondência, devido à ação modificadora de fato exteriores. Verifica-se paralelismo, correspondência ou semelhança, seguidos de modo independente, sem grandes influências recíprocas entre a religião africana e outras.

Evitam-se confrontos ou divisões radicais. Procura-se somar a força da religião africana com elementos do catolicismo popular, do espiritismo kardecista, ou inspirados na maçonaria. Um exemplo é a evitação de Legba ou Exu, identificado ao mal e ao demônio do cristianismo. Não existe nas casas de mina, como nos terreiros de Jurema do Nordeste e em outros, o quarto da esquerda, ou de Exu, que se opõe ao quarto dos santos à direita. Na mina procura-se somar e não confrontar forças. Assim, os santos são publicamente colocados, em imagens, no centro do altar católico, são pendurados em quadros, nas paredes das casas. Freqüenta-se a missa católica e participa-se dela, cantam-se ladainhas e benditos da Igreja, comemorando-se santos do catolicismo popular.⁸⁶

Um outro exemplo do sincretismo praticado por esses devotos no Rio de Janeiro está em Dona Gercy, caixeira-mor que frequenta terreiros somente na época da festa do Divino ou

⁸⁶ Ferretti, 1995, p. 92.

quando ocorrem celebrações ditas maranhenses, como tambor de mina, principalmente no Terreiro Ilê de Iansã-Obaluaiê, de Dona Antônia. Também incorpora um caboclo chamado Floriano, que, segundo Gercy, é o irmão do caboclo Légua Bogi Buá. Além das visitas aos terreiros, Dona Gercy sempre está presente na missa aos domingos.

Quando questionada sobre sua religião, o aspecto sincrético foi mencionado: “Eu sou católica, mas sou um pouquinho espírita por causa dos meus pais”. A ligação da mina com a família biológica e com a família adotiva é mencionada ao falar nesse seu lado “espiritual”. Quando frequenta algum terreiro maranhense no Rio de Janeiro, deixa clara a sua participação somente em toques relacionados à mina, conforme em seu depoimento: “Eu vou mais quando é puxada do Maranhão, quando não é puxada do Maranhão não me interessa (...). Agora se for essas outras, candomblé, umbanda, não conta comigo, só se eu já estiver lá, é o jeito”.

Na sua casa, em Araruama, possui um pequeno altar com alguns santos porque, para ela, a sua função é mais como uma “zeladora de santos” do que com um comprometimento maior em algum terreiro. Muitas caixeiras que frequentam os terreiros de Seropédica e Nova Iguaçu incorporam seus encantados quando ocorre o tambor de mina.

Dona Concita, rezadeira, além de frequentar a Igreja Católica em Florianópolis e os terreiros de maranhenses no Rio, possui uma outra religião chamada Sheicho-No-Ie, que foi criada a partir de uma revista lançada em primeiro de março de 1930, pelo japonês Masaharu Taniguchi. Ele deu o nome a esta nova religião e passou a ser chamado de mestre. Segundo o *site* oficial da Sheicho-No-Ie no Brasil, a partir desta revista:

As palavras impressas na revista “Seicho-No-Ie” transformaram completamente a vida de centenas de milhares de pessoas fazendo com que elas tomassem consciência de quão sublime é a sua Vida e quão maravilhosa é a Vida de todos os seres viventes. Começaram então a ocorrer fatos espantosos como cura de doenças de pessoas desenganadas pela medicina, reconciliação de lares em desarmonia, exteriorização de grandes capacidades e maravilhosos talentos, êxito profissional, solução de problemas econômicos etc.

Desde então, durante mais de meio século, o Mestre Masaharu Taniguchi devotou-se incansavelmente à propagação das “Palavras de Deus”, através de publicações, conferências e transmissões radiofônicas, salvando uma infinidade de pessoas.⁸⁷

Na enciclopédia virtual Wikipédia⁸⁸, esta religião cresceu no período pós-guerra juntamente com outras religiões no Japão, por exemplo, a Perfect Liberty, a Igreja Messiânica Mundial (Johrei), entre outras. No Brasil, a Sheicho-No-Ie ganhou adeptos fora do círculo de imigrantes e descendentes de japoneses e hoje em dia está sendo divulgada através de revistas,

⁸⁷ www.sni.org.br

⁸⁸ <http://pt.wikipedia.org>

como: Fonte de Luz, Pomba Branca, Mundo Ideal e Querubim; Jornal Círculo de Harmonia; Preceitos Diários, além de programas de TV e rádio.

A Sheicho-No-Ie vem sendo impulsionada por um movimento chamado “Movimento Internacional de Paz pela Fé” que tem o intuito de resolver conflitos, como religiosos e raciais. Ele é simbolizado por uma pomba, constante nos *sites* relacionados com a Sheicho-No-Ie, como está abaixo:



Para Dona Concita, a Sheicho-No-Ie não é uma religião, mas uma filosofia de vida, como nos conta em seu depoimento: “(...) a Seicho-No-Ie é uma filosofia, não é uma religião, é uma filosofia de vida. Seicho-No-Ie significa Lar do Poderio Infinito, porque é japonesa, né”. Ela começou a fazer um trabalho de divulgação da Sheicho-No-Ie quando sua filha sofreu um acidente em Florianópolis e teve que reimplantar um dos dedos do pé. Como a cirurgia foi um sucesso, Concita iniciou um trabalho sobre a Sheicho-No-Ie neste hospital.⁸⁹

Como a Sheicho-No-Ie é, para Concita, uma filosofia de vida e não uma religião, considera-se católica mesmo freqüentando os terreiros de mina no Rio de Janeiro já que, para ela, a sua participação se resume somente em cantar a ladainha e “beber sua cervejinha”, não dança e nem incorpora nenhum caboclo⁹⁰. Mesmo assim o Espírito Santo está, para essa devota, tanto na Igreja Católica quanto na Sheicho-No-Ie:

(...) e todo mundo de lá eu consegui, eu tanto divulgava a filosofia, que é a Seicho-No-Ie que todas as pessoas passaram a saber que eu sou Seicho-No-Ie e eu conversava com todos os doentes, distribuía revista porque a minha fé continuou. Dizia para as pessoas, creia no Espírito Santo porque é o nosso mestre, nosso Masaharu mestre, nosso Masaharu Taniguchi, que é o nosso mestre da filosofia, ele nasceu no Japão. Acreditar em Deus, Espírito Santo é Deus, nosso mestre que é o líder de iluminação que é o mesmo Espírito Santo, é a mesma coisa, ela é a mesma religião, eu não mudei e nem vou mudar de religião, eu sou católica e não vou mudar.

⁸⁹ Em sua entrevista, Concita não fala claramente sobre o seu primeiro contato com essa religião, dizendo somente que começou a freqüentá-la em Florianópolis.

⁹⁰ É complicado afirmar quem tem ou não “seus encantados”. Muitos não falam claramente sobre a sua relação com a mina.

Na Sheicho-No-Ie há somente um Deus Universal, este mesmo Deus que segue as religiões monoteístas. Seguindo este raciocínio, o Deus da Igreja Católica, para Dona Concita, é o mesmo Deus da Sheicho-No-Ie.

Além dos devotos seguirem várias vertentes religiosas, os terreiros maranhenses têm que lidar e negociar com o grande número de igrejas evangélicas que os circunda, principalmente o terreiro de Dona Antônia em Nova Iguazu. Há uma negociação, já que o seu terreiro fica atrás de uma Assembléia de Deus e próxima de outra Igreja Assembléia de Deus e de uma Universal do Reino de Deus. Dona Antônia não conta nem com a presença e ajuda de seus vizinhos que são, para ela, a maioria evangélicos, como nos diz: “(...) alguém tem que ajudar nessa parte de criança porque por aqui, minha filha, eu não conto com ninguém, eu não conto porque esse povo aqui é tudo crente e eu tô aqui, entre a cruz e a espada, só Deus mesmo (...)”

A decisão de virar o terreiro, onde sua entrada agora fica na rua de trás, em parte foi por causa desta Igreja Assembléia de Deus que fica quase em frente à entrada da sua casa: “Essa igreja, eles começaram já faz tempo, só que eles prepararam isso aí numa correria danada, foi assim que eles começaram lá e eu comecei a virar o meu terreiro pra cá porque eu não quero confusão com ninguém, eu quero viver em paz e sossego, né”.

Também foi importante na decisão de Dona Antônia em virar o terreiro o pedido da “dona da casa”, que é Iansã, porque antes da obra este terreiro, Ilê de Iansã-Obaluaiê, era mina-umbanda e, após toda a obrigação que Dona Antônia deverá fazer, ele passará a ser mina-candomblé: “Primeiro era só mina e eu batia umbanda, não batia candomblé porque candomblé eu não tinha ainda permissão pra mim bater o candomblé, a santa sempre pediu esse terreiro virado pra cá”.

Os “crentes”, como são chamados por Dona Antônia, são tolerantes com seu terreiro que está neste mesmo local há 30 anos, mas não tiveram a mesma convivência pacífica em relação ao outro que também ficava próximo a esta igreja. A mãe-de-santo do outro terreiro começou a incorporar entidades que iam para frente da Assembléia de Deus “desafiar” os “crentes”. Nesta batalha, segundo Dona Antônia, os crentes invadiram o terreiro e destruíram tudo. No final, a mãe-de-santo acabou se convertendo, conforme entrevista:

Não, comigo não, comigo nunca implicaram, eles implicaram com uma senhora que tinha um terreiro aí do lado, mas ela também era abusada, ela recebia os exus dela e começa a desafiar, eles acabaram com a raça dela, acabaram com o terreiro dela, ela ficou doente e hoje tá numa cadeira de roda e hoje é crente (...) acabaram com o terreiro da mulher, acabaram com a vida dela que ela deu derrame, um bocado de derrame e agora tá todo mundo crente. Chegaram e derrubaram o terreiro dela, os crentes derrubaram o terreiro, quebraram tudo, derrubaram casa de exu, quer dizer,

ainda não tinha nada porque se tivesse não tinha acontecido nada né, ele não tinha feito isso. Eu sei que ela tá lá, em cima de uma cadeira de roda. Então, como eu nunca dei essa confiança pra eles, todo mundo me respeita, quem quiser falar comigo que fale, quem não quiser também eu não me meto na vida de ninguém, também não quero que eles se metam na minha vida.

Além dos maranhenses e não maranhenses viverem com esse sincretismo, estando dentro da lógica de cada um em lidar com sua religiosidade, há sempre esta negociação nos terreiros em respeitar o outro, aqueles que pertencem a outras religiões, como o fato de Dona Antônia não tocar caixa durante a procissão na rua onde está localizado a Igreja Assembléia de Deus justamente para não criar nenhum conflito.

Por outro lado, para os evangélicos, aqueles que praticam o tambor de mina, umbanda e candomblé devem ser combatidos e perante a ameaça, como relatado no depoimento de Dona Antônia, onde a mãe-de-santo e suas entidades os desafiaram, ela foi banida e castigada não só com a destruição de seu terreiro, mas com seus “problemas de saúde”.

1.4.1 Légua Bogi Buá: o caboclo que transita nas festas do Divino no Rio de Janeiro

Uma entidade que sempre esteve presente na festa do Divino realizada no terreiro do Parque União, e ainda hoje sempre é incorporado durante as celebrações maranhenses nas quatro localidades⁹¹ é o caboclo Légua Bogi Buá. Segundo Mundicarmo Ferretti:

Em Codó, onde se diz que o caboclo “branda” mais alto, afirma-se que aquela categoria de encantado é comandada por Légua Buji Buá, que se intitula filho de Pedro Angaço e Rainha Rosa (uma qualidade de Xangô e de Iansã). Talvez resida aí a explicação para o fato de Santa Bárbara ter sido proclamada protetora dos terreiros de Mina do Maranhão.⁹²

O pai-de-santo Manoel Colaço o incorporava em seu terreiro na comunidade Parque União e, após ele, Dona Antônia, na década de 70, também começou a incorporar Légua Bogi Buá ou simplesmente “Seu Légua”, como é chamado pelos maranhenses. Dona Antônia relata como o “Seu Légua” “trabalhava” com Manoel Colaço e como a festa é deste caboclo: “Trabalhava porque a festa era dele, por isso que a festa da Ilha é dele, Seu Légua. Toda vez que eu chego lá ele é o primeiro querendo se apresentar”.

Além de ser uma peça fundamental durante a festa do Divino no Terreiro Ilê de Iansã-Obaluaiê, para Dona Antônia “Seu Légua” ajudou a cuidar dos seus filhos quando eram crianças e também foi o grande responsável por ensinar os rituais da celebração.

⁹¹ Ilha do Governador, Seropédica, Nova Iguaçu e Costa Barros.

⁹² Ferretti, 1985, p. 54.

O seu comparecimento ao Terreiro Ilê de Iansã-Obaluaiê é primordial, estando presente para acompanhar o batismo do mastro e durante boa parte da festa está incorporado em Dona Antônia ou em Seu Fernando⁹³, como um anfitrião. Durante a celebração do Divino na Ilha do Governador a sua presença é mais discreta, onde a incorporação em Dona Antônia não é constante.

O início do festejo no terreiro de Dona Antônia está ligado a este caboclo, já que foi ele a pedir para que ela construísse uma “casa” para celebrar o Divino. Como há encantados ligados à comemoração do Divino no Maranhão, podemos dizer que ele é a entidade vinculada à festa da Ilha do Governador e também ao terreiro de Nova Iguaçu, onde toca caixa junto com as caixeiras. Seu Jorge Itaci, que era o pai-de-santo do Terreiro Iemanjá de São Luís, também “trabalhava” com “Seu Légua” e fez, segundo Antônia, toda a obrigação deste caboclo no seu terreiro, firmando-o. Quando Dona Antônia se refere ao “Seu Légua”, o relaciona a um caboclo “trabalhador”, como podemos ver em seu depoimento:

(...) ele é, o Jorge fez o trabalho que precisava pra ele. Ele é, conforme ele diz, ele aqui é como um empregado dos grandes, né, então ele é o caboclo do trabalho, o caboclo trabalhador. É o que dá consulta, é o que vem pra fazer uma limpeza se precisar, se é uma coisa que ele vem que eu não posso resolver sozinha, então ele vem e ele mesmo faz o serviço. Mas o Seu Légua ele é praticamente um *vodum* porque ele ajudou a criar os meus filhos, era, o Seu Légua, muitas vezes pegava o Ricardo aqui pequenininho e Rosana e ele segurava um de um lado e outro do outro e botava roupa de santo e levava lá pro 42⁹⁴, ele já pintou.

Ela valoriza este caboclo, comparando-o a um *vodum* (que está hierarquicamente acima dos caboclos e orixás) e, para ela, “Seu Légua” chega a fazer parte de sua família.

Ele vem de uma região do Maranhão chamada Codó, município situado no cerrado maranhense e na bacia do rio Itaperucu. É uma localidade reconhecida por seus terreiros, por ser uma região quilombola ligado ao terecô, ao tambor da mata, relacionada mais com os caboclos e a prática da magia negra. Entre os encantados mais importantes está Légua Bogi Buá, onde Mundicarmo Ferretti, em seu livro *Encantaria de “Bárbara Soeira”*. Codó, capital da magia negra?, fala desta entidade, de sua família e dos seus dois lados (“banda branca” e uma “preta” – bem/mal). Assim como nos conta Dona Antoninha, mãe-de-santo falecida na década de 90, muito respeitada em Codó, ao comentar sobre o caboclo Lauro Bogi Buá (da família de “Légua”) e falar a seguinte frase que ele sempre lhe dizia: “Eu sou Lauro Bogi Buá, uma banda branca e outra preta, metade de Deus e metade do diabo”.⁹⁵

⁹³ Freqüenta o terreiro de Dona Antônia e toca “abatá” quando tem toque de tambor de mina.

⁹⁴ 42 é como Dona Antônia se refere ao terreiro de Seropédica, Cazuá de Mironga, relacionando este número ao quilômetro da antiga estrada Rio-Santos.

⁹⁵ Ferretti, 2001, p. 161.

Há diversos mitos de como e quando Légua Bogi chegou a essa região, tanto quanto em relação a sua família e seu comportamento dentro dos terreiros. Segundo Mundicarmo Ferretti:

(...) Na casa de Jorge, Légua Bogi é jovem, brincalhão meio rude e desbocado, tem numerosos amigos, gosta muito de bebida alcoólica e da brincadeira de Bumba-Boi. Em Codó, no salão de dona Antoninha, ouvimos falar dele como o encantado mais velho do mundo, como filho desobediente (Maria dos Santos) e como um preto-velho angolano (dona Antoninha) (...) Em Viana (Maranhão), Légua Bogi é visto pelos médiuns (que tem vidência) como um preto-velho que usa chapéu, parecido com o falecido artista nordestino Luiz Gonzaga. Algumas pessoas o vêem caminhando na cidade; outras, andando sobre as águas do mar, sem afundar. Mas, conforme o curador e “mineiro” Rogério, Légua também aparece a eles como um boi preto, com uma estrela brilhante na testa, que ameaça “parti pra cima” do médium que não cumprir suas obrigações para com ele (entrevista de março de 1997).

Segundo Pai Jorge (entrevista em março de 1997), Légua Bogi é um dos encantados mais antigos de Codó, mas a família de Légua entrou ali quando já havia acabado a euforia do algodão, e ele veio como um dos “filhos do gado”, daí porque aparece com chapéu de couro e rebenque. Segundo o mesmo informante, em São Luís, eles “aportaram” no início do século XX como uma família já constituída e foram trazidos por Maximiana e por migrantes do Mearim e Codó.⁹⁶

Quando o caboclo Légua Bogi está incorporado sempre se refere ao lugar de onde veio: Codó. A ligação com essa região é relacionada no momento do transe, onde a entidade faz uma ponte entre o Rio de Janeiro e Codó (MA), como podemos observar na entrevista de Dona Antônia:

E Seu Légua, e tem o Seu Légua aí nas paradas porque esse aí não desgruda. Quando pensa que ele tá lá em Codó ele já tá aqui. Às vezes eu tô lá, ah, hoje eu vou fazer, não tem nada pra (...) ele chama, ele chama. Tinha uma menina aqui que via ele quando ele passava, quando ele tava pra chegar ele já começa a transitar, transitar e a minha cabeça vai virando, vai virando e aquela coisa, até quando eu venho aí, é chegar aqui aí pronto, não tem mais como pular. Ele não é fácil não, ele não tem esse negócio de tu ficar te concentrando pra ele chegar não.

Quando está nos terreiros sempre fala que acabou de chegar de Codó. No Rio de Janeiro, ele é um caboclo que gosta muito de beber, principalmente cachaça, adora uma festa e sempre está animado. No terreiro de Dona Antônia sempre fala que não faz o mal, distinguindo-se quando está em Codó, onde podemos ver as suas duas facetas. No terreiro de Seropédica já aparece este lado de “Seu Légua”, pois ouvi certa vez ele dizer, incorporado em outra senhora, que ele é “mau mesmo” e presenciei um depoimento de uma filha-de-santo dizendo das maldades que já viu “Seu Légua” fazer, como pedir óleo fervente e tentou colocar a mão de uma filha-de-santo dentro do óleo porque queria provar que ela realmente não estava incorporada.

⁹⁶ Ferretti, 2001, p.159-60.

Em cada pessoa “Seu Légua” aparece de uma forma distinta, como se fossem facetas de uma mesma entidade. Em Dona Antônia, sua voz fica um pouco mais grossa e forte, sempre tira os seus óculos e fuma constantemente. Em um filho-de-santo de Seropédica, aparece com um chapéu de couro, bebendo, fumando charuto e cuspiendo. Neste filho-de-santo aparece o lado mais farrista de “Légua”, onde diz que adora uma festa, principalmente a dele, e quando um de seus “cavalos”⁹⁷ não agüenta mais beber, passa para outro.

Seu “Légua”, nos dois estados, não anda sozinho. Sempre está acompanhado de seus parentes e, principalmente, de seus filhos, que são numerosos, como nos relata Dona Antônia em sua entrevista: “Ih, as pessoas que tá por aí todo mundo quase trabalhava com os filhos dele. Quando ele anda, ele anda acompanhado com a êra dele, com as filharadas dele. Com a ‘Maria Légua’, ‘Pedrinho’, ‘Joãozinho’ e não sei mais quem”. Além desses, também podemos citar outros filhos que aparecem no Rio de Janeiro, como “Manoelzinho” e “Oscar”.

Tanto o caboclo Légua Bogi quanto os seus filhos são importantes dentro da lógica da festa do Divino no terreiro de Dona Antônia e dentro da cosmologia do Terreiro Cazuá de Mironga, onde “Seu Légua” tem uma festa só para ele.

⁹⁷ Pessoa que incorpora uma entidade, neste caso, o Légua Bogi.

CAPÍTULO 2

FESTA NO CLUBE E NO TERREIRO: OS RITUAIS NA DEVOÇÃO AO DIVINO MARANHENSE NO RIO DE JANEIRO

As festas do Divino realizadas por migrantes maranhenses no Rio de Janeiro possuem espaços e tempos peculiares em relação àquelas celebradas no Maranhão. Entre as quatro existentes no Rio, pretendo analisar o ritual de duas: a comemoração organizada pela Colônia Maranhense no Clube ASCAER, na Ilha do Governador, e o culto ao Divino do terreiro de Dona Antônia, Ilê de Iansã-Obaluaiê, em Nova Iguaçu.

A festa no clube é aquela com maior visibilidade, com um grande número de participantes e que ocorre no período de Pentecostes. Já a comemoração no terreiro é menor, com participação efetiva da família da zeladora, Dona Antônia, e sempre celebrada no começo de julho.

Há devotos que participam das quatro comemorações do Divino realizadas por maranhenses, mas há aqueles que só comparecem em determinadas festas. Um exemplo é o do pai-de-santo Orlando, que batiza o mastro na celebração da Ilha do Governador. Em sua entrevista, Seu Orlando fala que já foi ao terreiro de Seropédica uma vez, mas que não voltou. O vice-presidente Elesbão frequenta os quatro festejos e ajuda no que for possível, principalmente no terreiro de Dona Antônia, em que participa desde o seu começo.

Dona Gercy, esposa de Elesbão, tornou-se amiga de Dona Antônia e, quando esta começou a fazer a festa do Divino em seu terreiro, Gercy passou a ajudá-la. A própria Dona Antônia frequenta e toca nas quatro celebrações. O presidente da Colônia Maranhense, Seu Borracha, também já foi uma vez à comemoração no terreiro de Dona Antônia, mas, para ele, aquelas organizadas nos terreiros são menores, não possuindo o mesmo “brilho” da festejada no clube.

Muitos maranhenses respeitam e frequentam a festa do Divino no terreiro de Seropédica, Cazuá de Mironga, que era comandado por Seu Zé Grande até morrer. Alguns devotos já começam a pensar se irão a esta celebração depois da morte do pai-de-santo, outros falam com saudade deste homem e do culto ao Divino que ele realizava. Durante a entrevista de Dona Gercy, sua filha mais velha, Estela, falou sobre a vontade de colocar um dos seus filhos para participar do Império deste terreiro, mas deixa claro que este desejo era enquanto o

Seu Zé Grande ainda estava vivo: “Mas eu tinha vontade de colocar um dos meus filhos lá no Seu Zé grande quando ele era vivo”.

A neta mais velha de Dona Gercy, Mayara, foi Imperatriz em 2002 junto com o bisneto da caixeira-régia Vitória na festa da Colônia. Neste ano, a menina que ia ser Imperatriz no terreiro de Dona Antônia não compareceu à celebração e, como a neta de Dona Gercy já tinha a indumentária, pode substituí-la.

O terreiro de Dona Margarida, Abassá de Mina Jeje-Nagô, é o menos citado nas entrevistas e alguns devotos possuem receio de frequentar esta festa do Divino devido ao medo da violência do bairro onde ele está localizado: Costa Barros⁹⁸.

O tempo que dura o culto ao Divino e seus preparativos também podem variar em relação a essas duas celebrações. O “Tempo do Divino”⁹⁹ é aquele compreendido em todo período festivo, desde a preparação até a sua realização. Para Gouveia, essa organização, em São Luís, pode ocorrer com seis meses de antecedência, no mínimo. Segundo Barbosa, este momento pode estar relacionado ao início do tempo das caixeiras esmolarem e pedirem donativos para a realização da festa do Divino na cidade de Alcântara ou quando elas estão na casa da Mordoma ou do Mordomo.

A duração da festa do Divino no Maranhão varia conforme a cidade onde ela está sendo celebrada ou, como em São Luís, em qual terreiro ela está sendo comemorada. Na casa Fanti-Ashanti, por exemplo, a abertura da Tribuna¹⁰⁰ ocorre no sábado de aleluia e no primeiro domingo de julho o mastro é levantado. Já a Casa das Minas cultua o Divino no dia de Pentecostes.

Marta Abreu, quando fala deste “tempo” referente à duração da festa do Divino no século XIX na cidade do Rio de Janeiro e, especificamente, àquela celebrada no Campo de Santana, alega que:

O tempo de duração da festa variou muito ao longo do século XIX. Mas, em geral, a irmandade do Espírito Santo da igreja de Santana, de acordo com os pedidos de licença, requisitava a autorização da Câmara de Vereadores para que fossem permitidas as comemorações do dia de Pentecostes (dia do Espírito Santo) até o de Santana, em 26 de julho. Ora, este longo período, quando autorizado, significava mais de dois meses de atividades e uma ruidosa fase de festas na cidade, pois, começando em maio ou junho, incluía a comemoração de santos muito queridos da população, como Santo Antônio, São João e Santana.¹⁰¹

⁹⁸ Sempre citado pelos devotos como um lugar onde há intenso tráfico de drogas e traficantes armados nas ruas.

⁹⁹ Categoria utilizada por Marta Abreu em seu livro *Império do Divino*.

¹⁰⁰ Abertura do tempo festivo do Divino nos terreiros.

¹⁰¹ Abreu, 1999, p. 65.

Já João Leal, quando escreve sobre a festa do Divino nos Açores, não fala de um “Tempo do Divino”, mas se refere ao “Tempo dos Impérios”. Para Leal, este “tempo”:

Tradicionalmente, o período consagrado em Santa Bárbara à realização dos Impérios – o chamado tempo dos Impérios – estendia-se à semelhança do que se passa no conjunto do arquipélago, ao longo das oito semanas que medeiam entre o domingo de Páscoa e o domingo da Trindade. Os festejos, em número variável de ano para ano, de acordo com as promessas existentes, convergiam preferencialmente para o domingo de Pentecostes – dia em que a Igreja comemora a descida do Espírito Santo sobre os Apóstolos – para a segunda-feira imediatamente a seguir – a chamada segunda-feira de Pentecostes – e para o domingo da Trindade – uma semana depois do domingo de Pentecostes. Era nessas datas que tinha lugar o dia de Império, ponto culminante dos festejos. As semanas que antecediam o dia de Império coincidiam com um certo número de cerimônias preparatórias. Enquanto estas se centravam em casa do imperador, o dia de Império decorria por seu turno na igreja ou ermida para a qual o Império havia sido prometido.¹⁰²

Segundo este autor, há um vínculo entre o “ritual e as formas de representação e conceptualização do tempo que lhe estão subjacentes”, e este está ligado a uma “dimensão sazonal”, onde o período do “Tempo dos Impérios” coincide com o início da primavera. A fase deste ciclo é marcada pela renovação da natureza e pela fertilidade, influenciando a ornamentação da festa, com as flores da estação e também os alimentos que simbolizam o retorno da fertilidade da primavera.

Esta mesma estação também marca, para Leal, a realização de outras tarefas nos Açores, como: “(...) um conjunto de atividades unidas por um comum denominador sazonal: arrumação, limpeza e caiação das casas, início dos trabalhos de acompanhamento do crescimento das principais produções agrícolas, regresso do gado às pastagens etc (...)”.¹⁰³

Assim, a festa do Divino Espírito Santo tem “sua ligação a idéias de reiteração das relações sociais”¹⁰⁴. Além do papel de reforçar os laços sociais entre os vizinhos e parentes nas freguesias, como entre os imigrantes que retornam a sua terra, a relação de troca com a divindade também é mantida e renovada. Podemos dizer que há essa “reiteração das relações sociais” para os maranhenses que fazem a comemoração do Divino no Rio de Janeiro, já que este culto também é um lugar de sociabilidade para esses migrantes e o espaço para perpetuar a devoção ligada ao Estado do Maranhão.

Sobre o “Tempo do Divino” referente às festas nas duas localidades pesquisadas, ambas ocorrem em meses distintos. A comemoração do Divino no clube acontece sempre no período de Pentecostes e pode ter início uma ou duas semanas antes. Há apenas três dias

¹⁰² Leal, 1994, p. 40.

¹⁰³ Idem, p. 132-3.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 134.

festivos: levantamento do mastro, dia de Pentecostes e derrubada do mastro/passagem do trono.

A festa no terreiro sempre ocorre em julho e o levantamento do mastro é realizado no primeiro domingo deste mês. No domingo posterior é celebrado o Divino e na segunda-feira ocorre a passagem do trono e a derrubada do mastro. O que diferencia a comemoração no terreiro de Dona Antônia daquela festa no clube são a abertura da Tribuna, no sábado de aleluia, e, uma semana após o encerramento do culto ao Divino, de sábado para domingo, ocorre um tambor de mina, onde a zeladora do terreiro e outros convidados incorporam seus caboclos e dançam, cantam e bebem a noite toda. Sobre a escolha do mês de julho, Dona Antônia relata que:

A minha festa é em julho porque eu comecei essa festa em julho, no mês de julho devido ao meu pagamento porque eu nunca contava com ninguém, eu sempre contei comigo mesmo e então quando era no mês de julho que vinha o meu 13.º, né, então aumentava mais pra mim poder organizar melhor porque eu nunca contei, assim, com pessoas de fora pra me ajudar porque aqui é muito difícil.

Este tempo festivo é cíclico e começa com os preparativos para a celebração, com as reuniões dos diretores e presidente da Colônia no Clube ASCAER para decidir os detalhes da festa; a chegada da caixeira-régia Vitória duas semanas antes do levantamento do mastro, onde acontece o primeiro dia de culto ao Divino e o recolhimento do dinheiro doado pelas crianças que fazem parte do Império do Divino e devotos.

O domingo de Pentecostes é o dia mais intenso em relação aos rituais com a missa realizada na Igreja de São Cristóvão, a entrega de donativos para uma instituição de caridade, procissão na rua em frente ao Clube ASCAER, almoço para as crianças que participam do Império e devotos, toque de caixa e ladainha. O dia seguinte ao domingo de Pentecostes é realizado o derrubamento do mastro, passagem do trono para os próximos Imperadores e a distribuição de bolos, docinhos e lembrancinhas, encerrando este ciclo e iniciando um novo.

A festa do Divino para esses maranhenses no Rio de Janeiro está ligada a um Tempo da Lembrança, o tempo para relembrar as celebrações que participavam quando eram caixeiros no Maranhão e para aqueles que desde criança praticam esta devoção. Sempre há conversas entre os migrantes sobre recordações deste festejo, sobre os rituais que eram praticados e que hoje não são realizados no Rio e nem no Maranhão etc.

Os próprios rituais, para Leach, têm um papel importante para marcar o tempo e que pode estar em eventos repetitivos, ou seja, o tempo retornando, sendo cíclico como a festa do Divino. Sobre este tempo, Leach diz que:

Quero, principalmente, enfatizar que entre as várias funções que a celebração de festivais pode preencher, uma função muito importante é a da ordenação do tempo. O intervalo entre dois festivais sucessivos do mesmo tipo é um “período”, geralmente um período que tem nome, por exemplo, “semana”, “ano”. Sem os festivais, tais períodos não existiriam, e toda a ordem sairia da vida social. Falamos na medida do tempo, como se o tempo fosse uma coisa concreta à espera de ser medida; mas de fato nós criamos o tempo através da criação de intervalos na vida social. Até que tivéssemos feito isto, não havia tempo para ser medido.

Em segundo lugar, não deve ser esquecido que, da mesma forma como os períodos seculares começam e terminam com festivais, os próprios festivais têm seus fins e seus inícios. Se quisermos apreciar quão claramente a festividade serve para ordenar o tempo, devemos considerar o sistema como um todo e não, apenas, festivais individuais. Observe por exemplo como os 40 dias entre o Carnaval (terça-feira Gorda) e a Páscoa são equilibrados pelos 40 dias entre a Páscoa e a Ascensão, e como a véspera do Ano Novo cai precisamente entre a véspera de Natal e o dia de Reis. Os historiadores podem dizer-lhe que intervalos equilibrados, tais como estes, são simples acidentes, mas será que a história é realmente tão engenhosa?¹⁰⁵

A comemoração do Divino, para esses migrantes maranhenses, tem o papel de ordenar o tempo festivo para esta Colônia. A própria vida desses devotos que ajudam tanto na organização quanto no ritual é dividida e administrada em função dos preparativos para esta celebração, principalmente para aqueles que trabalham e têm que dividir o seu tempo entre a sua vida cotidiana, como o trabalho e família, e o dever religioso em função dos seus laços com o Divino Espírito Santo.

Durante o período da festa a ligação entre os maranhenses e o Divino se intensifica, principalmente em função do levantamento do mastro, quando ocorre uma ligação cósmica e um canal entre os devotos e a divindade. Tocá-lo é entrar em contato com o Divino, por isso, no momento do seu levantamento a atenção em relação aos rituais do seu batismo, na sua ornamentação com folhas de eucaliptos, frutas e bebidas e como ele é erguido são fundamentais. Devotos relatam que quando o mastro fica torto é sinal de “mau presságio”, que “algo ruim” poderá acontecer.

As relações durante o ano são horizontais, somente entre os homens, e durante o período dos festejos este vínculo se intensifica, se tornando em relações verticais, pois o mastro é a ligação entre o céu e a terra, entre o Divino e os seus devotos. O levantamento e a derrubada¹⁰⁶ do mastro formam os marcos entre o começo e o fim das celebrações, principalmente naquela organizada no Clube ASCAER, não sendo uma festa de terreiro e, por isso, não ocorrendo alguns rituais que geralmente são realizados nos terreiros de mina, como a abertura da Tribuna e o toque de tambor de mina na semana seguinte ao derrubamento do mastro.

¹⁰⁵ Leach, 1974, p. 207-8.

¹⁰⁶ Também pode ser chamado de derrubamento do mastro.

No período em que o mastro fica erguido, os devotos o tocam, fazem os seus pedidos e agradecem por aqueles que já foram atendidos. Na derrubada do mastro, os devotos batem três vezes com um machadinho para significar a sua derrubada cósmica, onde esta intensa ligação entre os maranhenses e a divindade fica interrompida até o próximo ano e, nesse momento, as três machadadas significam os três pedidos que o devoto fará, onde apenas um se realizará.

Sobre o conceito de tempo e rito, a idéia de Van Gennep, em seu livro *Os ritos de passagem*, está na análise da seqüência dos ritos dentro desta celebração, já que esta demarca três fases: levantamento do mastro, dia de Pentecostes e derrubada do mastro/passagem do trono (ritos preliminares, liminares e pós-liminares). Assim, podemos identificar o momento onde o devoto intensifica sua relação com o Divino e começa a se afastar da sua vida cotidiana para entrar em contato com a divindade, simbolizado através do levantamento do mastro, o momento em que o devoto está totalmente ligado ao sagrado, sendo marcado pelo dia da festa e quando volta a sua vida cotidiana, caracterizada através do derrubamento do mastro e passagem do trono.

A liminaridade, segundo O processo ritual, de Victor Turner, está nas “*communitas*”, sendo que todos permanecem com uma “ausência de *status*”, onde ricos e pobres podem cultuar o Divino. Todos estão, durante a festa, em pé de igualdade perante a sua fé. Há um sentimento de cooperação em relação a todos os devotos da Irmandade e o objetivo comum está focado em fazer uma bela celebração para o Divino, com fartura de comida, com a seqüência ritual, com o Império etc. Por isso, a participação de todos os componentes da Irmandade é fundamental para o processo desta comemoração.

2.1 A PROMESSA: O QUE DÁ DINÂMICA À FESTA

A festa do Divino está diretamente ligada a alguma promessa de um devoto. Se for alcançada a graça pedida, ele “paga” a sua “dívida” com o Divino realizando uma celebração ou colocando alguma criança na hierarquia do trono. Durante a entrevista da caixeira-régia Vitória, podemos ver a ligação com a promessa:

Na festa do Espírito Santo é como nós estamos aqui, eles podem vender a bebida, agora você, como na tua festa, tu não pode vender. Eu vou vender essa bebida pra entrar pra festa, nada disso. Então a festa do Espírito Santo, que toda a festa do Espírito Santo nasce de uma promessa que a pessoa faz. Aí tem gente que se apega tanto a ele que começa a festejar.

As promessas feitas pelos devotos não são, necessariamente, relacionadas com alguém da própria família. Muitas pessoas prometem um Imperador ou uma Imperatriz para o Divino sem imaginar qual criança poderá pagá-la. Sobre a relação de promessa e crianças do Império, Dona Antônia diz: “(...) promessa é quando a pessoa tem uma criança que tá doente, então faz aquele pedido ao Divino Espírito Santo que se aquela criança ficar boa vai sentar a criança como Imperatriz ou Imperador, tá entendendo, então isso aí que é uma promessa”.

Também podemos ver no depoimento da Dona Vitória a ligação da promessa com as crianças que participam do Império e com o dinheiro:

É, a festa do Espírito Santo começou assim: você era uma festeira, você fazia uma pro (...), tinha uma dificuldade na sua vida e você fazia uma promessa ao Divino Espírito Santo, aí se você alcançasse aquilo você dava uma Imperatriz, dava um Imperador pra festa. Então você fazia essa festa, mas a festa do Espírito Santo você tem que pedir, ela tem que ser esmolada, tem que pedir! Não é por você ter dinheiro, viver bem que você vai fazer uma festa pro Espírito Santo sem pedir que ninguém te dê uma ajuda, porque não é promessa pro Espírito Santo.

Há também casos em que a pessoa que deseja pagar a promessa não precisa entrar, necessariamente, na hierarquia do mastaréu e do mastro, indo direto para hierarquia do trono. Segundo a caixeira-régia, a pessoa que deseja pagar uma promessa tem que seguir várias etapas e cargos, começando como madrinha ou padrinho do mastaréu (pequena bandeira que fica no topo do mastro), depois passando a ser madrinha ou padrinho do mastro e, assim, no ano seguinte, entrando na hierarquia do trono, escolhendo uma criança para ser Mordoma(o)-de-Linha, subindo na hierarquia a cada ano, sendo Mordoma(o)-Mor, Mordoma(o)-Régis e, finalmente, Imperador ou Imperatriz.

Neste caso, quem decide se é necessário passar ou não pelos ritos do mastro é a caixeira-régia Vitória. Seu Borracha fala da importância de Dona Vitória em relação ao pagamento de promessas:

Ah, a pessoa fala pra ela. Ela já tem de cabeça todo esse mecanismo, ela já tem tudo, ela já sabe de todo mundo, ela tem uma mentalidade, ela tem um computador tremendo, ela sabe de tudo, o nome das pessoas, ela sabe de tudo. Então sempre tem gente lá, sempre tem gente lá pedindo: “ah, eu quero botar meu filho, eu quero botar meu filho”.

Podemos citar a história de uma criança que não passou por algumas etapas, entrando no ritual da festa já como Mordoma-Mor: a menina que na festa de 2004 foi Mordoma-Régia e que em 2005 foi a Imperatriz, Thatiana. Dona Vitória era muito ligada à avó desta menina e quando recebeu o telefonema desta senhora, que se chamava Lindalva, contou sobre os seus olhos enfermos e Dona Vitória disse que ela fizesse uma promessa ao Divino Espírito Santo.

Após conseguir a graça colocou a neta de Lindalva na hierarquia do trono, como fala Dona Vitória em sua entrevista:

A minha enteada, ela, no dia 10 a pressão dela subiu de um tal jeito que ela fechou todos os olhos dela assim, grudou, e ela ligou lá pra casa dizendo “ô minha velha, tá acontecendo”, quando ela me disse que tava cega, aí pronto, me desequilibrou. Aí eu disse: Lindalva, se pega com Espírito Santo, vamos esperar pelo Espírito Santo, vamos ver como vai ficar, aí começou, acende vela de sete dia, você pode conservar uma vela de sete dia dentro da sua casa pra Divino Espírito Santo. Não é preciso você pedir nada, é só rezar um Pai Nosso, uma Ave Maria e entregar a ele. Agora, pensa naquilo que tu quer, mas nem fala, é só ficar pensando, pedindo, pedindo, que a mim ele tem atendido muito. Aí foi quando depois ela ligou pra mim: minha velha, olha, já tô conseguindo abrir meus olhos, aí eu peguei e botei aquela neta dela, que é a Mordoma-Mor pra sentar no trono do Espírito Santo (...) ela tá pagando a promessa da avó dela.

Também há várias formas de pagamento de promessa além de “dar” um Imperador ou uma Imperatriz para o Divino. Há casos em que a pessoa promete comprar os mantos dos Imperadores, como foram os casos dos mantos da festa celebrada na Ilha do Governador no ano de 2004. A filha de Dona Vitória prometeu dar os dois mantos caso conseguisse emprego em São Luís. Como alcançou essa graça através do Divino, cumpriu a sua promessa, como nos conta Dona Gercy: “Da filha de Vitória, se ela chegasse no Maranhão, ela tem uma filha pra lá, a Aninha, se ela chegasse no Maranhão e se empregasse ela ia dar os mantos pros meninos. Aí ela se empregou, comprou, bordou e veio pronto com as almofadas”.

Um exemplo de promessas não relacionadas aos familiares e com a hierarquia do trono, mas com pessoas próximas está novamente na caixeira-régia Vitória. Um dos diretores da Irmandade da festa da Ilha do Governador, Alexandre, era vizinho de Dona Vitória quando nasceu. Tinha sérias crises de bronquite e Dona Vitória perguntou se poderia fazer uma promessa ligada a saúde de Alexandre para a sua mãe, que concordou na mesma hora. Então Vitória disse que se ela conseguisse a graça teria que fazer o que pedisse.

Podemos ver a trajetória de Alexandre¹⁰⁷ e a sua inserção na festa desde pequeno através da promessa no depoimento da caixeira-régia Vitória:

Esse menino tinha uma bronquite pra qualquer coisa, esse menino tava (...) eu vou fazer uma promessa pro Alexandre, olha, depois, se der certo eu vou dizer o que eu quero que a senhora faça com ele, aí ela disse que sim. Eu fiz a promessa pra Espírito Santo, ele foi melhorando, melhorando e ficou bom. Aí disse: a senhora sabe o que eu quero agora? Que a senhora sete anos ele acompanhe, assista a missa do Espírito Santo, mas todo de branco (...) Sete anos. Aí quando ele fez um aninho eu levei, um ano, dois anos, três anos, aí foi, quando ele fez sete anos ele passou a ser bandeireiro da festa.

¹⁰⁷ No ano de 2003, no período da festa, ele estava desempregado e foi o braço direito de Dona Vitória. Foi com ela até a Ilha do Fundão retirar a árvore para o mastro, acompanhou-a nas compras de alimentos e sempre estava ajudando nos preparativos na cozinha. Dona Vitória tem um enorme carinho por ele.

Alexandre só deixou o cargo de bandeireiro com 17 anos, mas continuou freqüentando a celebração, entrou para a diretoria e, no ano de 2003, o seu filho se tornou Imperador do Divino.

As histórias mais recorrentes em relação às promessas são aquelas relacionadas com alguém da própria família e “pagas” com crianças também da família. Podemos citar dois exemplos deste tipo de promessa. A primeira ligada a uma doença da neta da rezadeira Vitorinha e que está sendo “paga” pela própria criança que conseguiu a graça. Podemos ver, através do relato de Dona Vitorinha, como e porque foi feita a promessa para o Divino Espírito Santo:

Foi a doença porque quando eu tava lá em casa, no ano 2000 eu tava no Maranhão, eu tava sem poder dormir, eu sempre falo que quando acontece isso alguma coisa tá acontecendo e eu sem poder dormir, meu pai faleceu e eu falei deve ser por causa do meu pai, mas nada e aquela angústia, aquela ânsia, aquele negócio, sabe, aquela ansiedade, Jesus, será que tem alguém falecendo, precisando de mim, aquele negócio, nisso eu rezei, mas continuou, é como eu te digo, eu rezo pra todo mundo, principalmente aqueles que mais precisam, entendeu (...) nisso, quando eu termino de rezar, eu disse vou costurar e comecei a costurar, foi onze, doze horas quando foi uma e meia o meu filho liga, aí o telefone trin trin trin e lá quem atende aí eu disse é pra mim, aí disse é teu filho, mamãe, a Priscila tá muito mal, tá entre a vida e a morte, ela com 5 anos, a pressão dela 15 por 9 e os dois rins dela tá quase parando e tá toda inchada e com água na pleura. Pronto, eu fiquei maluca, não sabia o que era e nessa hora mesmo eu me coloquei de joelho, meu Divino Espírito Santo, meu menino Jesus, minha Nossa Senhora da Vitória, todos os santos no céu, socorro, meu Divino Espírito Santo se vós quiser que minha neta fique boa, isto é, se ela tiver que ficar boa porque se chegar o dia eu não posso fazer nada, não é não, mas se vós ver que ainda não chegou o dia dela alivia a dor dela, fazei que ela fique boa sem seqüela nenhuma porque, se isso acontecer meu velho, eu vou te dar ela como Imperatriz, entendeu. Aí, quando foi de manhã cedo, umas seis horas por aí, o meu filho torna a ligar dizendo que ela já estava fora de perigo, que a pressão dela tava quase normalizando, entendeu, e que ela chamava muito por mim, que ela é muito agarrada comigo, entendeu, então quando foi no ano 2002 eu botei ela como anjo, aí Mordoma-de-Linha, Mordoma-Mor e no ano que vem ela vai ser Mordoma-Régia graças a Virgem Mãe Santíssima, e ela graças a Deus não voltou mais pra o hospital e nada e tá bem.

Dona Vitorinha sempre dizia que nunca iria “dar” uma Imperatriz para o Divino e, para ela, a doença de sua neta pode ser um “castigo” do Divino por sempre dizer que era muito dispendioso colocar uma criança na hierarquia do trono. O outro exemplo de promessas relacionadas com pessoas da família é a filha da Dona Gercy, Eliane, que fez uma promessa ao Divino relacionada a emprego. Eliane é a mestre-sala da festa da Ilha do Governador, aquela que ajuda a caixeira-régia Vitória no altar com as crianças que fazem parte do Império e com os objetos rituais. Fez uma promessa, em que, se arrumasse um emprego, “daria” uma Imperatriz para o Divino. Conseguiu a graça e colocou na hierarquia do trono a sua sobrinha Mayara, filha da sua irmã mais velha, que no ano de 2002 foi Imperatriz junto com o bisneto da caixeira-régia Vitória.

Sobre a graça alcançada pela promessa, para o Seu Orlando, ela deve vir junto com o empenho do devoto e trabalho para conseguir seus objetivos. Para ele, o Divino ajuda, mas não é o único responsável, como nos conta em sua entrevista:

Apesar de que os merecimentos são coisas alheiras, eu posso tá pedindo muito e eu não merecer receber uma graça, mas a graça é uma coisa que ela chega e nós, às vezes, não entendemos que ela chegou. Pedimos, mas não sabemos que fomos atendidos, como você pede, eu quero comprar uma casa, quero comprar uma coisa aí qualquer e você consegue comprar, você sabe que foi atendido, mas também como você conseguiu comprar? É porque você trabalhou, conseguiu ter dinheiro para comprar, não é somente ele ajudar (...) não cai do céu, Deus está ao teu lado, mas corra atrás. Então ele mesmo diz: faça por ti que eu te ajudarei, agora eu vou pedir, pedir, pedir e não vou correr atrás e não vou trabalhar? Vai cair alguma coisa? Só chuva e sol, que nos aquece. Não dá pra ficar parado de jeito nenhum.

Há aqueles que não fazem promessas para o Divino, só pedem o que podem conseguir, como é o caso da caixeira-mor Gercy, como vemos no seu relato: “Não, eu não gosto de promessa, sou contra. Eu faço o meu pedido se tiver ao alcance dele, mas não faço promessa porque eu não gosto de promessa, às vezes uma pessoa faz uma promessa e não cumpre, né”. O receio de não conseguir cumprir a promessa e o que isso pode acarretar na vida dessas pessoas faz com que muitos devotos tenha cuidado do que pedir e prometer para o Divino, como nos conta Dona Gercy em sua entrevista:

Ah, fica o vão limpo, de repente Deus o livre eu morro, eu não sei o dia de eu morrer eu vou deixar uma promessa aí sem cumprir. Aí eu vou dar trabalho pra quem fica né (...) A responsabilidade é pra quem, ah não, a minha mãe pediu isso e eu tenho que fazer, ah não, eu não gosto disso.

João Leal, em seu livro *As Festas do Espírito Santo nos Açores – Um estudo de Antropologia Social*, fala da ligação da promessa com o devoto e como ela deve ser realizada mesmo com o falecimento daquele que a fez:

Essas motivações religiosas são particularmente importantes no caso do Imperador. Resultado de uma promessa, o Império funciona para ele como um dos termos do contrato celebrado com a divindade que intercambia a graça divina solicitada com a “performance” de um ritual em sua homenagem e louvor (...) Tal como em muitos outros casos, este “contrato” individual estabelecido com a divindade é considerado como sagrado: acredita-se que o seu não cumprimento – ou o seu deficiente cumprimento – em vida do vivente, faz com que, após a morte, a sua alma não encontre descanso enquanto a promessa não for satisfeita. Em muitos casos, o defunto surge em sonhos a um dos familiares, solicitando a realização, em seu nome, do Império. O encargo deste é geralmente assumido pelos seus parentes próximos – cônjuge sobrevivente, filhos etc. – dando lugar aos chamados Impérios de herdeiros ou Impérios de defuntos.¹⁰⁸

Esse compromisso em pagar a promessa é também encontrado nos versos cantados pelas caixeiras, como nesta cantiga extraída da dissertação de Cláudia Gouveia:

¹⁰⁸ Leal, 1994, p. 68-9.

Meu Divino Espírito Santo
 Santo de fazer milagre
 Quem deve promessa a ele
 Antes de morrer que pague¹⁰⁹

Uma série de problemas podem ocorrer se a promessa não for cumprida. Há outros fatores que muitas vezes fogem ao controle do devoto que vai pagar a promessa, como uma menina que iria ser Imperatriz no terreiro de Dona Antônia. No ano de 2004, esta menina foi proibida de participar da festa do Divino por sua mãe, que havia se tornado “crente”, como são chamados os protestantes pelos maranhenses. Quem fez a promessa foi a tia (ou avó) da criança que havia falecido, e a parente desta senhora, que também frequenta a celebração do Divino neste terreiro, iria pagar a promessa. Dona Gercy nos conta um pouco sobre essa história:

Ela fez a promessa não, tinha uma menina na Antonia que ela participava do terreiro e ela se foi e a vontade dela era de botar essa sobrinha, aí a irmã dela mais velha, que é aquela senhora que tirou a ladainha prometeu botar então botou, mas a mãe da menina e a família toda entrou na crença e não quis mais a menina pra sentar.

No terreiro de Dona Antônia, a cada dia aumentam as dificuldades em encontrar crianças que possam sentar no trono para seguir a hierarquia. Muitos de seus vizinhos são “crentes” e há outros que frequentavam o seu terreiro, até pessoas da própria família da zeladora, que se tornaram protestantes e não querem seus filhos e netos envolvidos com a festa do Divino.

2.2 A LIGAÇÃO MUSICAL DA FESTA DO DIVINO COM SEUS RITOS: O TOQUE DE CAIXA

Além da promessa, há outro componente do ritual em torno da festa do Divino que é essencial para a sua realização: o toque de caixa¹¹⁰ e as cantigas cantadas pelas caixeiras¹¹¹. A música liga todos os ritos dentro da celebração do Divino e dá o ritmo de seu andamento. Por isso a caixeira-régia é tão importante para este culto, sendo a responsável em comandar não só os rituais e os seus momentos, mas também as caixeiras, aquelas a tocarem nas seqüências e

¹⁰⁹ Gouveia, 2001, p. 70.

¹¹⁰ Segundo Ferretti (1995, p. 172): “Semelhantes às usadas em bandas militares, são instrumentos membranofônicos de metal cilíndrico, com cerca de 70 cm de altura por 50 cm de diâmetro e couro nas duas bocas, afinados por cordas laterais. São batidos com duas varetas de madeira, e nos deslocamentos ficam suspensos ao ombro por tiras de pano. São pintados de branco e vermelho ou branco e azul, cores principais da festa. Assemelham-se aos usados em diversas festas populares no Brasil, como encontramos em ilustrações”. A caixa também pode ser feita de madeira.

¹¹¹ As caixeiras que sempre estão presentes na festa da Ilha são: Dona Vitória, Dona Gercy, Dona Antônia, Dona Bela, Dona Diana, Dona Catarina e Dona Arizete.

passagens rituais, como o batismo e levantamento do mastro, o jantar e almoço do Império, procissão, doação de alimentos etc.

O saber dessas senhoras é extremamente respeitado pelos devotos e sem as caixeiras não há como realizar os rituais. Muitas acumulam seu saber musical e ritual desde as celebrações que viam e participavam quando crianças e, geralmente, aprenderam a tocar caixa com suas mães e tias. Brincavam de fazer festa do Divino, confeccionavam roupas de papel crepom e ensinavam outras crianças que não sabiam cantar nos intervalos festivos. Dona Gercy diz que aprendeu a tocar caixa por conta própria, pois sua mãe de criação a colocava sentada junto com outras caixeiras e repassava o pouco que sabia para as outras crianças, como relata em seu depoimento:

Sozinha, sozinha, de forma que quando ia assim uma coleguinha, como minha neta trouxe uma coleguinha, né, tá aí, elas também se interessavam, achavam bonito, queria, aí quando elas não entendiam, as caixeiras levantavam, as caixeiras adultas, iam dançar porque tinha aquela parte de orquestra, uma parte de batucada que aqui a gente chama de pagode, né, aí eles tinham a hora do pagode que lá era batucada, é o mesmo pagode daqui, aí tinha essa parte e elas iam dançar e o trono ficava sem ninguém, eu pegava e ia tocar com minhas coleguinhas, ia ensinar, mas na hora que elas não aprendiam, cansava de ver a festa comigo e não gravava aquilo me dava um nervoso, se vocês errar agora, eu já ensinei, porque às vezes eu cantava junto com elas bem baixinho, nisso elas não entendiam e erravam, eu falava: eu vou dar com a vaqueta¹¹² na cabeça de um.

A capacidade de acumular conhecimento de cantigas como os rituais variam de caixeira para caixeira. Há sempre acusações de certa caixeira não cantar bem e de não saber memorizar ou improvisar versos, que é um elemento muito valorizado entre as caixeiras. Muitas comparam esta improvisação aos repentistas, como nos conta a caixeira-régia Vitória:

(...) E na festa do Espírito Santo, bater qualquer um bate, mas cantar pra Espírito Santo é repente, você tem que tá como a gente tá aqui. Agora, se eu quiser agradecer ele por ele tá cortando esse toucinho aí eu tenho que cantar e falar mesmo pra esse negócio dar tudo certo, entendeu? Agora, você pode pegar uma caixa, você pode cantar uma cantiga de carimbó que todo mundo sabe, todas essas cantigas todo mundo sabe, agora vamos ver dentro desse ritmo tirar os versos pra Espírito Santo. Quando uma caixeira canta assim “ô, você pensar que me engana” e a outra ali tem que cantar só pra acompanhar e a outra vai, até a última caixeira. Aí ela chega lá e canta outro verso, canta pro mar, canta pra lua, pra terra, aí pronto, tem que saber.

O tocar caixa não basta para ser uma caixeira porque o principal é cantar para o Divino, sendo uma dádiva recebida. Algumas “meninas de Santa Tereza” e outras jovens e senhoras que tentam tocar caixa durante o ritual não sabem os versos e, para algumas caixeiras, como a Dona Gercy, “caixeira muda não é caixeira”. Mesmo cantando os versos mais conhecidos por todas seria melhor do que não cantar durante o toque.

¹¹² As caixeiras dizem baqueta ou vaqueta.

Não há autoria de cantiga relacionada a uma determinada caixeira, onde os versos que são criados na hora podem ou não voltar a ser cantados. Sobre a autoria, Barbosa relata que:

O repertório de versos e cantigas é compreendido como patrimônio da festa, cuja autoria ficou diluída ou perdida pelos lugares por ela onde passa. Compreender a criação não como sua, mas inspirada pelo Espírito Santo. O ritual é coletivo a performance do grupo é a responsável pelo conjunto da festa, mas a performance individual constitui-se em uma demarcação de espaços de poder das Caixeiras.¹¹³

Sobre as “estruturas sonoras que compõem o seu repertório ritual”, Marise Glória Barbosa faz observações em torno do seu trabalho de campo nas festas do Divino em São Luís e em Alcântara, onde:

- As mulheres tocam os tambores e cantam. O canto é inseparável de sua performance.
- Não há nenhum outro instrumento além das caixas.
- Não há iniciação ritual das Caixeiras. Esta se dá com o processo de aprendizado, que inclui a participação e performance na festa.
- Há hierarquia constituída de dois cargos: Caixeiras Régia e Mor.
- Há uma dança executada pelas caixeiras diante do altar do Divino ou no Mastro e esta compõe a seqüência ritual.
- Os andamentos costumam ser lentos, na linguagem das Caixeiras, compassados.
- Padrões rítmicos com caráter de circularidade, de rotatividade, dados pela presença de ritmos ternários ou binários compostos, o que tende a indefinir o início de suas células rítmicas na relação com o poema.
- As acentuações dos pulsos básicos no tambor coincidem com as sílabas tônica das palavras no poema.
- Os cantos possuem várias formas de diálogo entre a voz solo e o coro, não apenas responsorial.
- As caixas tocam em uníssono. Não há polirritmia.
- As variações são previsíveis e esperadas, têm lugar para acontecer e geralmente são executadas pelas Caixeiras mais experientes.
- Os ritmos, entendidos como ciclos rítmicos, são precisamente associados a melodias rituais¹¹⁴.

Grande parte dos versos cantados durante a festa é composta por quadras e algumas cantigas possuem versos que, geralmente, são puxados por uma caixeira e o coro cantados por todas. Elas se sentam em forma de meia-lua de frente para o altar ou Tribuna e os versos são cantados seguindo uma ordem, onde a caixeira que está sentada ao lado daquela que acabou de cantar deve seguir esta seqüência. O puxar os versos, a escolha da cantiga, para a caixeira-mor Gercy, é cantar uma “doutrina”, como podemos ver em sua entrevista: “Oh Maria, Maria, eu quero falar com Deus, eu quero trazer a chave, lá da porta de São Pedro, eu não gosto dessa doutrina, eu só canto quando eu gosto”. A “doutrina” pode ser o contar a história de um santo ou falar do próprio Divino Espírito Santo.

Sobre a seqüência das cantigas e versos durante os rituais, muitas possuem refrão e cada verso é cantado por uma caixeira e as outras fazem o coro. Muitas possuem seqüências

¹¹³ Barbosa, 2002, p. 303-4.

¹¹⁴ Idem, p. 237-8.

de versos e sempre a próxima caixeira a cantar deve segui-la. Um exemplo é a cantiga “Senhora Santana”, que fala sobre a avó de Jesus e que não há um momento exato de cantá-la, tornando-se sempre muito recorrente pelas caixeiras e, segundo Dona Gercy, deve ser cantada antes da cantiga “Nossa Senhora da Guia”. Dentre os vários encadeamentos possíveis desta cantiga, como veremos mais adiante, há uma longa seqüência sobre “Manoel”, se referindo a Jesus:

Santana teve Maria
 Maria teve Jesus
 O nome que lhe botaram
 Manoel da Vera Cruz

Ai Manoel, Manoelzinho
 Nome de Nosso Senhor
 Se Manoel fosse padre
 Seria meu confessor

Se Manuel fosse padre¹¹⁵
 Eu queria me confessar
 Mas como ele não é padre
 Eu quero me comungar

Há versos que são cantados em uma cantiga e que podem servir para inúmeras outras. Em determinados rituais há uma cantiga certa, como no levantamento e no derrubamento do mastro, momento em que tem que ser cantado “Nossa Senhora da Guia”¹¹⁶, com versos referentes à árvore e ao mastro, ou a “Dança das caixeiras”, quando elas dançam na frente do mastro ou do altar.

Outras cantigas, como a “Alvorada”, com o toque solene, lento e versos falando sobre a noite deve ser tocado em um determinado horário, como às seis horas da manhã¹¹⁷, ao meio-dia e às seis horas da noite, conforme nos conta Dona Gercy: “(...) mas quando é meio-dia é Alvorada, meio-dia e seis horas da tarde é Alvorada, Santana, Nossa Senhora da Guia e aí pronto, vai assim até, até aquele ‘vou me despedir de Aurora’, que é pra encerrar”. A “Alvoradinha” é cantada logo em seguida da “Alvorada” com um andamento mais rápido e com versos referentes ao sol.

¹¹⁵ Verso cantado por Dona Gercy em sua entrevista.

¹¹⁶ As cantigas serão descritas conforme a etnografia do ritual.

¹¹⁷ Entre cinco e seis horas da manhã.

Para abrir e fechar a Tribuna, ritual para abertura e encerramento do período festivo, o toque a ser tocado pelas caixeiros na abertura é o “Espírito Santo Corrido”¹¹⁸ ou “Pirão”, com um andamento mais rápido, onde os versos que são cantados tem uma ligação com o ritual a ser realizado, e para fechar o toque é o “Espírito Santo Dobrado”, com um andamento bem mais lento e com versos referentes ao Império e com as crianças que farão parte da festa no próximo ano.

Sobre a seqüência de versos que cada caixeira deve puxar, para a Dona Gercy, há uma lógica em cada cantiga. Se as caixeiros estão tocando uma cantiga que se refere ao Espírito Santo, por exemplo, os versos devem ser relacionados a ele. Dona Gercy fala sobre esta lógica:

Que nem quando a gente começa a Alvorada, eu tô cantando a Alvorada, boa noite e salvando tudo e a pessoa quer logo botar o sol, gente deixa o sol depois, vamos primeiro dar boa noite, vamos salvar primeiro o Divino, mas eles entram logo com o sol (...) Aí outra tira sol, sol não gente, vamos deixar o sol pra depois porque tem muitos versos da Alvorada, essa Alvorada que a gente pode deixar pra Alvoradinha (...) porque eu já expliquei a Aline¹¹⁹, Aline quando é de rua é rua, quando é de altar é altar, quando é de rosa é rosa, você pega aquele ritmo do que a gente tá cantando, não cantar pra uma coisa e meter a outra no meio.

Um outro ponto referente às cantigas e o coro das caixeiros é o “bastião”, a distinção da primeira e da segunda voz em algumas cantigas, como nos refrões que algumas caixeiros cantam em um tom acima e outras mais graves, em que a voz tem que “tremer” para o coro das caixeiros ficar mais harmonioso.

2.3 OS RITUAIS E SUAS ETAPAS: RECONSTRUÇÕES E ADAPTAÇÕES DA FESTA

Os rituais e as etapas que antecedem a celebração são fundamentais para sua organização. Para uma compreensão desta seqüência, descrever passo a passo como os dias festivos, qual a abertura da Tribuna, levantamento do mastro, dia de Pentecostes e derrubamento do mastro, são essenciais. Há diferenças entre as festas realizadas nos terreiros e no clube, em especial no que se refere ao espaço ocupado pelo culto ao Divino.

Contins (2003), ao analisar a festa da Irmandade do Divino açoriana do Catumbi, localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro e próximo ao bairro de Santa Tereza, relata como esta celebração toma o espaço do bairro, abarcando ruas e uma igreja e como a interação de açorianos e cariocas também se tornou fundamental para a sua realização.

¹¹⁸ Segundo a caixeira-mor Gercy.

¹¹⁹ Uma das “meninas de Santa Tereza”. Seu verdadeiro nome foi modificado.

Para Contins, o espaço profano das ruas do Catumbi e seu intenso tráfego e comércio é modificado nos dias de festa, onde as relações estabelecidas pelos devotos e o bairro se tornam em “relações totais” (MAUSS, 1974). As casas por onde passam as novenas para o Divino são enfeitadas, assim como as ruas para as procissões. Já no culto ao Divino do bairro da Ilha do Governador, o espaço festivo é transformado em local sagrado pela forma como os devotos maranhenses ocupam o clube. Segundo Ribeiro: “O espaço da festa, embora pré-existido como área física, é um espaço construído, ritualmente, para que nele tenha lugar a dramatização. O que era funcional e ordinário é convertido em território lúdico”.¹²⁰

Com isso, através da etnografia e da descrição de todas as etapas rituais desta celebração no Clube ASCAER, vamos acompanhar as adaptações realizadas para festejar o Divino no clube e como esse espaço se torna em um lugar sagrado, expressando uma identidade maranhense.

2.3.1 Abertura da tribuna

A abertura da Tribuna é o momento em que está aberto o “Tempo do Divino” e este pode variar, pois, no Maranhão, cada terreiro possui o seu calendário festivo. Geralmente, a abertura da Tribuna ocorre no Domingo de Páscoa ou no Sábado de Aleluia e tem como objetivo colocar os objetos importantes e que farão parte da festa e do seu ritual no altar (como coroa, cetro e salva) e também consiste no toque de caixa para o Divino.

No Maranhão este ritual está a cada dia mais próximo da data do levantamento do mastro devido ao seu custo. Se a Tribuna é aberta no Sábado de Aleluia e a celebração for realizada somente no dia de Pentecostes, é responsabilidade do terreiro fazer um toque de caixa em cada domingo até chegar o dia da festa. Para se fazer este toque são convidadas várias caixeiras e o terreiro possui o dever de oferecer alimentos e bebidas nestes dias, encarecendo o custo total. Apesar de alguns terreiros tentarem manter esta tradição, muitos optaram em fazê-lo com um intervalo que varia de dez a quinze dias antes do dia festivo¹²¹ (GOUVEIA, 2001). Em São Luís, a abertura da Tribuna pode também ser “(...) o momento onde a dona da Casa entrega a festa para a caixeira-régia comandar”.¹²²

¹²⁰ Ribeiro, 2002, p. 40.

¹²¹ Chamo de festa principal o dia onde ocorre a missa do Império e que, na festa da Colônia, é realizado no domingo de Pentecostes.

¹²² Gouveia, 2001, p. 46.

Mesmo com os problemas de custo, este ritual é extremamente importante, já que nos terreiros de São Luís é o momento de “chamar” o Espírito Santo para o período. Há uma seqüência de cantigas, onde, segundo Gouveia:

(...) primeiro precisa-se cantar invocando o “Espírito Santo”, para que este venha abençoar e proteger os seus festeiros, depois se canta versos para “São Pedro” que, segundo as caixeiras, é quem guarda a chave do tribunal, ou seja, a tribuna onde ficará sentado o Império e onde é montado o altar onde ficará a Pomba e os demais símbolos que fazem parte do ritual.¹²³

No Rio de Janeiro, a abertura da Tribuna (nas duas festas analisadas) não segue esta seqüência ritual, tendo maior liberdade e flexibilidade de realizá-la pela própria peculiaridade que ambas as celebrações possuem.

Há diferenças na forma de abrir a Tribuna no clube e no terreiro. A festa no clube tem a abertura da Tribuna no mesmo dia do levantamento do mastro, pois a caixeira-régia Vitória só chega algumas semanas antes e esta celebração não é realizada em um terreiro¹²⁴. Participam deste rito os quatro casais de crianças que fazem parte do Império, os três anjos (Fé, Esperança e Caridade), o bandeireiro¹²⁵, a criança que leva a bandeira branca da paz e as outras, que carregam as bandeiras do Brasil, dos Estados do Rio de Janeiro e do Maranhão. As caixeiras também são importantes, conduzindo as caixas e acompanhando os versos cantados pela caixeira-régia.

Elas entram no salão do clube andando para trás e de frente para o Império. Quando chegam até o pequeno altar montado para o levantamento do mastro, a caixeira-régia Vitória começa a cantar para abrir a Tribuna, mas distinguindo-se das festas do Divino no Maranhão, este ritual no Rio de Janeiro é realizado de uma forma rápida. As caixeiras, após a abertura da Tribuna, valorizam o toque de caixa e cantam por cerca de uma hora.

A caixeira-régia Vitória canta para colocar todos os objetos (coroa, cetro e as bandeiras) no altar como também todas as crianças que fazem parte do Império em seus devidos lugares¹²⁶. As meninas sentam à direita e os meninos à esquerda do altar. Após a abertura da Tribuna, no ano de 2004, Dona Vitória foi para a cozinha e deixou Dona Gercy, que é a caixeira-mor, puxando cantigas relacionadas ao Divino Espírito Santo.

Já no Terreiro Ilê de Iansã-Obaluaiê, a abertura da Tribuna é realizada no Sábado de Aleluia. O número de caixeiras, para Dona Antônia, não é importante e este ritual pode variar,

¹²³ Gouveia, 2001, p. 103.

¹²⁴ Ainda segundo Gouveia, “A abertura da Tribuna nos terreiros também pode ser um pedido de permissão aos orixás para celebrarem a festa do Divino”.

¹²⁵ Criança ou adolescente que carrega a bandeira vermelha do Divino.

¹²⁶ Infelizmente, não consegui gravar a abertura da Tribuna e, mesmo estando perto de Dona Vitória neste ritual, muito do que foi cantado não compreendi.

dependendo de haver caixeiras para acompanhar. Para ela, a abertura da Tribuna, às vezes, se torna solitária e com a presença somente do seu filho. Em 2004, este ritual foi realizado com caixeiras porque as “meninas de Santa Tereza” compareceram e a ajudaram. Segundo ela:

Na abertura da Tribuna não se toca muita coisa não, só se toca é pra abrir a Tribuna, se toca aquelas cantigas dobradas. Então, aí a gente canta e, se quiser oferecer um almoço tudo bem, se não quiser não é obrigado, né, mas até a gente fez qualquer coisa aí porque as meninas lá de baixo vieram e tinham um evento lá pra baixo também e saímos daqui e fomos direto pra lá e fizemos um almoço, todo mundo comeu, mas não é tanto assim, eu sempre, minha mãe pra abrir a Tribuna às vezes tinha caixeira, como teve esse ano e as meninas queriam ver como era pra abrir a Tribuna, então eu fiz do jeito que foi, mas eu sempre abri a Tribuna sozinha, só defumar a minha casa e bater, mandar o meu filho dar umas batidas no tambor e eu bato na caixa, quer dizer, do jeito que minha mãe me ensinou. Se tivesse caixeira, a gente fazia do jeito que é, se não tivesse, você faz assim que a sua Tribuna tá aberta.

Neste terreiro o ritual começa ao meio-dia e sempre com cantigas que estão, em grande parte, presentes durante os dias de festa, como nos conta, ainda, Dona Antônia: “(...) a gente toca Alvorada, aí tem uma cantigazinha que a gente sempre canta pra aleluia, pra salvar aleluia e depois toca um Espírito Santo Dobrado, canta Nossa Senhora da Guia, canta Senhora Santana que isso aí tem que cantar, Senhora Santana e depois canta outras cantigas, né”.

As “meninas de Santa Tereza” têm influenciado no ritual, pois no terreiro de Nova Iguaçu há poucas caixeiras e muitos rituais, ou quase todos, dependem delas para serem realizados. Assim foi a salva¹²⁷ para o Divino celebrada em 2004, já que algumas crianças desistiram de participar do Império, o que é primordial. Apenas três caixeiras maranhenses participaram desta salva: Dona Antônia, Dona Zilda (irmã de Antônia) e Dona Gercy. As demais caixeiras eram compostas pelas “meninas de Santa Tereza” e por mim.

2.3.2 Busca e levantamento do mastro

Diferenciando-se das festas do Divino no Maranhão, onde as caixeiras vão buscar o mastro cantando e tocando as suas caixas em um lugar próximo onde será realizada a celebração ou até mesmo indo no lugar onde ele será retirado, nas comemorações do Divino no Rio de Janeiro isto não ocorre. Na festa da Colônia, a responsável em escolher a árvore que será o mastro é a caixeira-régia Vitória. Ele é escolhido na Ilha do Fundão (próxima à Ilha do Governador) e a árvore deve ser um eucalipto¹²⁸. Sobre a escolha do mastro, ela argumenta:

¹²⁷ A salva é realizada em um dia e sem a presença das crianças que fazem parte do Império.

¹²⁸ A caixeira-régia não falou sobre o porquê da escolha de uma árvore de eucalipto para ser o mastro, só se refere como sendo a tradição do Maranhão. Também não me foi permitido acompanhar a escolha da árvore e,

Aí eu levo um officio lá pra Prefeitura do Fundão, chega lá e vou pro meio dos eucaliptos lá com o rapaz e ele, é só escolher aquele ali que tá bom. Primeiro tem que ser um pau certinho. Que lá na minha terra o certo é as caixeiras ir buscar e tocando, os homens carregando e as caixeiras tocando até na casa da festa. Mas aqui eu não posso fazer assim, eu boto no caminhão e trago e faço toda a obrigação dele. Lá a gente tem que sair pra buscar o mastro, e não era perto não, era longe.

O mastro chega a Ilha do Governador com alguns dias de antecedência ao seu levantamento e é deixado no estacionamento do Clube ASCAER. Quando a árvore é derrubada, já cortam todas as suas folhas e galhos, que são guardadas para serem amarradas no próprio mastro. No dia do seu levantamento, enquanto as mulheres da Irmandade estão ajudando na cozinha ou tocando caixa, é dever dos homens ornamentar o mastro com as folhas de eucalipto, sacos de comida (farinha etc.), garrafas de bebidas (vinho etc.) e frutas (coco, uva, melão etc.). Geralmente uma garrafa de vinho é reservada para o seu batismo e, além disso, também é uma obrigação dos homens cavar o buraco onde ele deverá ser colocado¹²⁹.

Deveres femininos e deveres masculinos são bem delimitados dentro dos rituais da festa do Divino. Sobre esta divisão, a caixeira-régia Vitória dá um exemplo em um verso cantado pelas caixeiras: “Você vê que até tem um verso na festa do Espírito Santo assim: ‘O mastro do Espírito Santo é de pau de mururé¹³⁰, é carregado por homem e festejado por mulher’”.

Sobre a escolha do tipo da árvore que pode servir como mastro, para Dona Vitória, ele pode ser de eucalipto ou de murta, mas deve ser coberto com folhas. Sobre as diferenças dos mastros do Divino no Maranhão e no Rio, em São Luís seria mais comum o mastro pintado de branco e azul ou branco e vermelho (FERRETTI, 1995), em que não são utilizadas as folhas da árvore para enfeitar e sim a tinta. Sobre a pintura, Dona Vitória relata que: “Agora tem vezes que eles fazem o mastro pintado, mas mastro pintado não é, mastro tem que ser como esse, ele é todo coberto com folhas”.

Além de cobrir o mastro com folhas, bebidas e alimentos, no topo deve ficar uma pequena bandeira com uma pomba branca chamado de mastaréu e logo abaixo fica o bolo de tapioca, que para Dona Gercy: “É porque o símbolo da festa era esse. É enfeitado com coco, banana, mas o bolo é lá em cima com a bandeira”. O mastaréu geralmente é vermelho com a

com isso, todos os ritos para a sua retirada ainda devem ser investigados, tanto quanto a participação ou não de algum “encantado” influenciando esta etapa.

¹²⁹ Alguns devotos fazem uma espécie de simpatia no buraco do mastro antes de iniciar os seus ritos em que podem, por exemplo, escrever em um papel o nome de algum devedor e este saldar sua dívida em pouco tempo.

¹³⁰ Pau de mururé (ou mururema) é uma árvore, similar ao eucalipto.

pomba branca ou azul, assemelhando-se com as cores que são pintados os mastros em São Luís. Ferretti diz que:

Como diz D. Celeste, o azul é a cor do céu de Maria. Quando a festa cai em maio, mês de Maria, o mastro recebe o nome de Manoel da Vera Cruz. Manoel é o nome de Jesus, filho de Maria. Quando a festa cai em junho, mês de São João, a sua cor é branca e vermelha, sendo batizado de João da Vera Cruz, com o nome pintado na vertical em sua homenagem a São João. Em algumas casas o mastro é enfeitado com folhas de murta, coco, bananas e garrafas de bebida.¹³¹

O mastro é chamado também de Oliveira e o mastaréu faz parte dele, com conta Seu Orlando: “É, tem que ter o mastaréu, que é a parte que leva a bandeira, né, e o corpo central que é o madeirão, o eucalipto, simbolizando as Oliveiras”. Sobre a ligação do mastro com a Oliveira, Gouveia diz que: “(...) conseguimos outros depoimentos que nomearam o mastro como ‘Oliveira’, relacionado-o com a árvore sagrada onde pousou uma pomba após o dilúvio. Temos também a relação com o Horto das Oliveiras, onde se deu a Paixão de Cristo”¹³².

Após as caixeiros cantarem algumas cantigas, chega a hora do levantamento do mastro. Ainda dentro do salão do clube, as crianças são posicionadas obedecendo a sua hierarquia no Império: o Imperador e Imperatriz seguem a frente, juntamente com o bandeireiro que carrega a bandeira vermelha do Divino. Atrás do Império vêm as caixeiros, cantando e tocando, e os devotos, segurando velas durante todo o ritual do levantamento do mastro. A Imperatriz sempre carrega a “Santa Crôa” do Divino (onde há uma pequena pomba) e o Imperador leva o cetro em suas mãos nos cortejos e na procissão.

Esta é a organização do cortejo em direção ao mastro:

Devotos → Caixeiros → Império

Durante o cortejo para o levantamento e derrubada do mastro as caixeiros cantam a mesma cantiga:

Tá na hora, tá na hora, Deu remar minha canoa Santo Antônio vai no leme Espírito ¹³³ Espírito Santo na proa	2x	Refrão
---	----	--------

Alegria com tristeza
Não há quem queira trocar
Alegria me faz rir
Tristeza me faz chorar

¹³¹ Ferretti, 1995, p. 183.

¹³² Gouveia, 2001, p. 49.

¹³³ Algumas palavras são cantadas suprimindo letras, como esta.

Quando o cortejo chega ao local onde está o mastro (no estacionamento e sobre várias cadeiras), o Império, caixeiras e alguns devotos dão três voltas nele, sempre com uma senhora à frente com o defumador. Sobre a defumação do mastro, Dona Vitória fala que: “O incenso é pra defumar. Nossa Senhora não defumou Jesus, quando Jesus nasceu ele não foi defumado? Então, tudo o que a gente vai vê no catolicismo a gente...”.

Vários rituais dentro da festa do Divino são repetidos três vezes, como as três voltas no mastro ou as três machadadas antes dele ser derrubado. Acredito que o número três está ligado a Santíssima Trindade e que, por isso, esses rituais são repetidos três vezes. Seu Orlando, pai-de-santo que batiza o mastro na celebração da Ilha, fala sobre essas três voltas e a ligação com a Santíssima Trindade, dizendo:

Tem que ser três vezes para simbolizar, exatamente, aquela força e a fé. Nós temos que dar volta, começa pelo mastaréu, vamos ao pé, retorna, volta e cada vez que vai a gente tem que emergir a água benta (...) A Santíssima Trindade, o Pai, o Filho e o Espírito Santo, a Trindade Santa, né.

Após o cortejo dar as três voltas no mastro, chega o momento do seu batismo. Para a caixeira-régia Vitória, no batismo do mastro tem que cantar: “Ah, o batismo do mastro é, a gente tem que cantar, tem que cantar pra São João, cantar pra chamar o padre São Francisco, benzer o mastro”. Antes do batismo, Seu Orlando pede a todos que rezem um Pai-Nosso e, durante a oração, ele coloca água benta no topo do mastro e, em seguida, pede a todos que rezem uma Ave Maria. Depois de todas as orações, Seu Orlando faz uma invocação ao Espírito Santo, dizendo: “Divino Espírito Santo desça sobre nós agora, amém”.

Esta é a distribuição espacial de todos que estavam participando do batismo do mastro em 2004:



Os devotos principais e que participam do batismo do mastro são as madrinhas e padrinhos do mastaréu e do mastro. Os padrinhos do mastaréu possuem o dever de fazê-lo para ser colocado no mastro, sendo o primeiro passo para o devoto entrar na hierarquia do trono. No ano seguinte, os padrinhos do mastaréu se tornam os padrinhos do mastro que, além de ajudar a enfeitá-lo, possuem a obrigação de dar alguma quantia em dinheiro para o jantar oferecido no dia levantamento do mastro. Os padrinhos do mastro escolhem as crianças que

serão os Mordomos-de-Linha no Império do próximo ano na festa. Esta hierarquia pode ser modificada em relação a algum tipo de promessa que um devoto fez ao Divino Espírito Santo e deseja colocar uma criança na hierarquia do trono.

Seu Orlando e Dona Vitória são aqueles a comandarem o batismo do mastro nesta festa. Todo o ritual de batismo é cantado pela caixeira-régia Vitória e Seu Orlando tem o dever de jogar a água benta e o vinho no mastro. Sobre o que é importante para se batizar o mastro, Seu Orlando afirma que:

O mastro é necessário que tenhamos, primeiramente, a fé, crer que alguma coisa existe porque se não a gente pega um tronco de pau, coloca ali e se você não tiver uma força embutida em ti você não consegue trazer para si o Espírito Santo. Então ali nós precisamos, primeiramente, da fé, da água e do vinho, porque em todos os anos o vinho representa o sangue e aquilo é uma coisa que vai passar, mas quando a gente evoca o poder do Espírito Santo tem que ter a água, porque nós viemos da água e a água, como falamos no início, a água é a essência da vida e é a presença do Espírito Santo no batismo, não é isso?!

A caixeira-régia Vitória também fala da relação da água e do vinho para se batizar o mastro: “Porque o vinho faz parte da festa do Nosso Senhor. Você sabe que ele não deu o pão e o vinho pra gente, então (...) É com a água benta e vinho, porque aquela água que o rapaz atira é água benta. Ele traz lá da igreja do Rosário”.

O batismo começa pelo mastaréu, onde Seu Orlando dá para esses padrinhos um pequeno ramo de folhas de eucalipto para cada um jogar um pouco de água benta. Depois é a vez dos padrinhos do mastro pegarem o ramo de eucalipto e jogarem a água benta. Começam a batizar o mastro pelo topo. Os padrinhos do mastro e mastaréu seguram um pano branco pelas pontas e Seu Orlando vai descendo, batizando o mastro com a água benta e vinho, e os padrinhos o acompanham, descendo o pano branco até a sua base. Dona Vitória também acompanha o ritual, sempre cantando, como podemos ver nesses versos relacionados com a Oliveira e o batismo:

Venha cá seu padre vem		Te batizo Oliveira
Com o seu livro de oração	1x mais o coro	Pela sua formosura
Batiza ó Oliveira		Onde se bota o Santo óleo
Faça a sua obrigação	1x mais o coro	Porque não és criador
Batiza o Mastaréu		São João batiza o Cristo
Pela sua tradição		Cristo batizou os cristãos
Onde bota o santo óleo		Ambos foram batizados
Porque isso não és cristão		Naquele Rio Jordão

O defumador sempre acompanha este ritual e a dinâmica do batismo é repetida três vezes. Chegando na base do mastro, todo o Império e as caixeiros seguem para o mesmo lugar, acompanhando o batismo. Os casais de padrinhos do mastaréu e do mastro trocam de lugar, mulheres à esquerda e homens à direita. Quando chegam ao topo do mastro só os padrinhos do mastaréu trocam novamente de lugar.

Podemos dizer que a troca de lugar, quando todos devem segurar o pano branco do batismo com a mão direita, está ligado a como entrar em contato com a divindade já que, segundo Hertz, a mão direita está ligada ao “alto”, “céu”, “sagrado” e a mão esquerda ao “baixo”, “terra”, “profano”, em que:

Apenas a mão direita está apta para estas relações beneficentes, já que participa da natureza das coisas e seres sobre as quais os ritos devem agir. Os deuses estão a nossa direita, por isso nos voltamos para a direita a fim de rezar (...) É a mão direita que recebe favores do céu e os transmite a benção.¹³⁴

Na seqüência ritual, eles descem novamente e jogam água benta e o resto do vinho que foi utilizado no batismo no buraco onde o mastro será colocado e na terra que irá cobri-lo. Sobre o pano branco que é utilizado neste batismo, Seu Orlando o relaciona a roupa usada no batismo da Igreja Católica: “O pano significa a veste (...) quando nós batizamos o padre usa a toalha, né, para secar, é uma coisa da veste, simboliza a veste. A igreja, quando batiza uma criança, tem uma camisinha da igreja que veste (...) é a presença de Deus vestindo o seu filho”.

Sempre quando Seu Orlando está falando sobre o batismo do mastro ele o compara com o da Igreja Católica, com a água benta, roupa branca usada por aquele que está sendo batizado etc. Para ele, a ligação entre o devoto e o Espírito Santo é realizada através do batismo, onde relata que:

(...) eu acho que o Espírito Santo faz parte da nossa vida até que ele começa a viver com a gente no batismo, quando a gente recebe o batismo é o Divino Espírito Santo que dá a luz e que nos dá o sentido verdadeiro da vida, né, o Espírito Santo de Deus que baixa sobre nós, ele nos dá o calor da vida que é o fogo, o fogo vivo que nos abençoa, que nos dá o verdadeiro sentido de viver (...) O Espírito Santo só espera ser chamado para o batismo, mas ele já vive em nós, na minha forma de ver (...).

Sobre a vela que sempre está presente neste ritual, Seu Orlando faz a seguinte ligação com o Espírito Santo: “A vela representa justamente o fogo do Espírito Santo, que é a luz”. Em todo ritual há o toque de caixa e este se torna mais intenso e forte quando o mastro começa a ser erguido pelos homens da Irmandade. Sempre é tocada durante o levantamento

¹³⁴ Hertz, 1980, p. 115.

do mastro a cantiga “Nossa Senhora da Guia”, onde há versos relacionados com o mastro e o Espírito Santo:

Nossa Senhora da Guia (2x)	Nossa Senhora da Guia
Dá com a frente para o mar (2x)	Me empreste o vosso manto
Para ver seu bento filho (2x)	Que eu quero subir ao céu
Quando vem de Portugal (2x)	Domingo de Espírito Santo
Que bonito pé de árvore	Quando o mastro for acima
Que a natureza criou	Eu quero ser a primeira
Pra servir de mastaréu	Eu quero pegar nas asas
Na festa do Imperador	Do pombinho verdadeiro
Que bonito pé de árvore	Que pombo branco é aquele
Que nasceu pra ser feliz	Que está naquela altura
Pra servir de mastaréu	É Divino Espírito Santo
Na festa da Imperatriz	Abençoando as criaturas

Neste momento, somente os homens da Irmandade ajudam a levantar o mastro e é o dever das mulheres manter o ritmo forte do toque de caixa e cantar “Nossa Senhora da Guia”. A caixeira-régia Vitória acompanha o andamento do toque de caixa e sempre anima as caixeiras a se empenharem a cantar. Dona Gercy sempre fala “bonito” quando o toque e coro estão fortes e mantendo o ritmo da cantiga. Música e ritual andam sempre juntos e um depende do outro para ter sucesso. Quando algo acontece no levantamento ou no derrubamento do mastro, as caixeiras são sempre solicitadas a tocarem com mais força. Quando o mastro é levantado, os devotos aplaudem e falam vivas ao Divino.

Após o levantamento é a vez das caixeiras reverenciá-lo. Elas fazem um semicírculo na frente do mastro e, uma por uma, vão até ele, flexionam os joelhos, dão uma volta no mastro dançando, algumas flexionam os joelhos na frente da bandeira vermelha do Divino e escolhem uma outra para continuar com o mesmo ritual, flexionando ambas as caixeiras os joelhos, dão um giro em sentido anti-horário e flexionam novamente os joelhos. Neste momento, elas cantam uma cantiga relacionando as caixeiras com a dança:

Caixeira que tá dançando	Caixeira que tá dançando
Dança bem, não dança mal	Passe a mão no seu cabelo
O defeito que ela tem	Que do céu já vem caindo
É dançar e não me puxar	Pinguinho de água de cheiro
Sapateia, sapateia	Bonito eu gostei de vê
Sapateia no tesouro	Bonito eu gostei de olhar
Na barra do seu vestido	Minha amiga foliôa
Brilha prata e brilha ouro	É uma rosa pra dançar

Após as caixeiros dançarem contornando o mastro, todas juntas e em círculo começam a dançar em torno dele, depois de frente para o mastro, dançam para frente e para trás flexionando os joelhos e dando giros novamente três vezes. Quando concluída esta dança, há uma ladainha puxada pela rezadeira da Colônia, Dona Vitorinha, e outras senhoras participam do departamento religioso. A caixeira-régia Vitória canta a música para chamar a rezadeira:

Eu chamei rezador pra rezar	2x
Meu Divino cansou de esperar	

Muitas das músicas cantadas durante a ladainha eram em latim. Após a ladainha, por último, Dona Vitorinha cantou a “Salva do Espírito Santo”, como vemos neste verso:

Ah meu Divino Espírito Santo
 A sua salva se rezou
 Se não tiver ao seu gosto
 Há de me perdoar meu Senhor

Depois da salva todos os devotos que estavam segurando uma vela nas mãos a colocam na base do mastro. Neste momento muitos tocam no mastro, fazem pedidos e se “benzem”, colocando as mãos nele e fazendo o sinal da cruz. No ano de 2004, antes da procissão voltar para o interior do clube, Dona Vitória cantou uma cantiga onde mencionou como as caixeiros “daqui” (Rio de Janeiro – “meninas de Santa Tereza”) e as caixeiros “de lá” (Maranhão) tocam e cantam para o Divino fazendo um verso:

Eu tenho uma bandeira vermelha	Refrão
Que é toda forrada de branco	
Quem mandou eu fazer ela	
Foi meu Divino Espírito Santo	
	2x

Óh canta caixeira daqui
 E canta caixeira de lá

Seguindo o ritmo, o cortejo voltou ao salão e o Império foi jantar. Neste momento, os devotos do Divino formam uma fila do lado de fora do salão, parte em que o jantar é servido. As crianças que compõem o Império jantam primeiro e depois a comida é oferecida para os maranhenses. As caixeiros não param de tocar enquanto todas as crianças não terminarem de

jantar. Durante os quatro anos de trabalho de campo, o prato principal do dia do levantamento do mastro foi caruru com peixe frito¹³⁵.

Quando o Império termina, é a vez das caixeiras jantarem e muitas comem no lado de fora do salão. No dia principal da festa e na derrubada do mastro, as caixeiras almoçam e jantam na mesa do Império, na qual só é permitido sentar quem faz parte do ritual, como as caixeiras, a fanfarra que toca na procissão e Seu Orlando, que batiza o mastro. Para encerrar o ritual neste dia, as caixeiras arreiam as suas caixas até o dia de Pentecostes, cantando¹³⁶:

Quem fica com Deus adeus
Que eu também com Deus me vou
Eu vou com Nossa Senhora
E também com redentor

Arreia, caixeira, arreia Arreia caixa no chão	Refrão (2x)
--	-------------

Eu tô com a caixa no colo
E as baquetas na mão
Divino, me dê licença
De arriar a caixa no chão

No Terreiro Ilê de Iansã-Obaluaiê¹³⁷, o ritual do levantamento do mastro se realiza no primeiro domingo de julho, iniciando-se às seis horas da noite com o toque da “Alvorada”. No dia anterior, Dona Antônia, junto com o seu filho, sai em busca da árvore de eucalipto que servirá de mastro. Para ela, os filhos são muito importantes na preparação da festa do Divino. Sobre a ajuda do seu filho Ricardo em relação ao mastro, Dona Antônia argumenta que: “Ajuda, ajuda, no levantamento do mastro, no sábado quando a gente vai procurar o pau pra fazer o mastro ele é o cabeça, ele é o cabeça de tudo”.

Sua filha Rosana, apesar de não saber tocar caixa, também é uma figura importante na organização, pois colabora na cozinha, preparando os alimentos que serão servidos durante a festa, ajuda a enfeitar o mastro e o terreiro para a celebração, entre outras coisas. Sobre o apoio da sua filha, Dona Antônia diz que: “(...) ela tem mais, assim, jeito pra fazer a ornamentação do altar, enfeitar a coroa, isso tudo quem fez aqui foi ela, né, nós aí ajudando, mas ela que enfeitou a coroa, ela fez tudo”.

¹³⁵ O dia do caruru está sempre relacionado como um prato da caixeira-régia Vitória, que cuida do preparo.

¹³⁶ Neste dia a festa termina por volta das nove ou dez horas da noite.

¹³⁷ Não descreverei novamente todo o ritual do levantamento do mastro, que é muito semelhante à festa da Colônia, mas apontarei semelhanças e diferenças neste ritual em ambas as celebrações.

Antes de começar a “Alvorada”, na festa de 2003, aqueles que haviam chegado mais cedo ao terreiro de Dona Antônia ajudaram a enfeitar o mastro que, além de ter sido ornamentado com as folhas de eucalipto, foi enfeitado com folhas de palmeira. Também foram amarrados ao mastro cana, banana, coco, cachaça, Martini, vinho, guaraná e cidra.

Sobre a espumante, Dona Antônia explicou que uma garrafa deve ser amarrada no meio do mastro e a outra amarrada perto do mastaréu, sendo que a pessoa que pegar a espumante próxima ao mastaréu no derrubamento do mastro será a nova madrinha ou padrinho. Como também ocorre na festa da Colônia, é colocado no mastaréu o bolo de tapioca. Sua cor, diferenciando-se da celebração da Ilha do Governador, é branca (na festa de 2003, mas pode variar) e fica no altar até ser colocado no mastro.

Pude observar o mastaréu sendo confeccionado em 2003 no próprio dia do levantamento do mastro, em que uma pessoa do Terreiro Cazuá de Mironga ajudou Dona Antônia nesta tarefa, mas o pombo bordado, que fica no centro, havia sido reaproveitado do mastaréu do ano anterior, tendo sido recortado e colado no novo.

Às seis horas começa o ritual do levantamento do mastro com as caixeiros cantando a “Alvorada”, cantiga solene e executada em um ritmo bem lento e sempre com os versos falando da noite e sobre o horário em que ela é cantada, como podemos ver abaixo¹³⁸:

O cantar das Alvoradas	1x mais o coro	Boa noite, Espírito Santo ¹⁴⁰
É um cantar excelente		Boa noite, foliôa
Acordai quem está dormindo	1x mais o coro	Boa noite, bandeirinha
Alegrai quem está doente		Boa noite, linda crôa
Minha amiga foliôa ¹³⁹		Boa noite, boa noite
Me diga que horas são		Boa noite eu vim dar
Se já deu Ave Maria		Boa noite, Espírito Santo
Eu quero tomar benção		Sentado no seu altar
No altar do Espírito Santo		Boa noite, boa noite
Duas velas se acendeu		Boa noite eu dei agora
Minha amiga foliôa		Boa noite, Espírito Santo
Ave Maria já deu		Boa noite, senhores e senhoras
Te alevanta foliôa		
Senta o pé na terra fria		
Vem ouvir tocar a Alvorada		
Na capela de Maria		

¹³⁸ Há versos da “Alvorada” que possuem respostas, como da amiga foliôa perguntando as horas e no próximo verso a outra respondendo “Ave Maria já deu”. Também há caixeiros que cantam versos relacionados com o sol que, teoricamente, seriam da cantiga “Alvoradinha”.

Após o toque da “Alvorada”, ocorre o toque da “Alvoradinha”, com um andamento mais rápido e que são cantados versos relacionados com o sol:

Eu vou cantar Alvorada
 Não sei se Alvorada eu canto
 Vou cantar Alvoradinha
 Do Divino Espírito Santo

Lá vai o sol se escondendo
 Deixando o mundo sem luz
 Só peço que não me deixe
 Pela chagas de Jesus

Alvorada nova
 Novas alvoradas
 De manhã bem cedo
 Sobre a madrugada
 Alecrim cheiroso
 Angercar dobrada
 No sair da estrela
 Ela foi coroada

Refrão

Levantei de manhã cedo¹⁴¹
 Fui varrer a Conceição
 Encontrei Nossa Senhora
 Com seu raminho na mão

Eu pedi o ramo a ela
 E ela me disse que não
 Eu tornei voltar a pedir
 E ela me deu seu cordão

De manhã o sol é rei
 Meio-dia é rei coroado
 Às quatro horas ele é morto
 Às seis horas é sepultado

Senhor padre São Francisco
 Me benzei esse cordão
 Que me deu Nossa Senhora
 Da Virgem da Conceição

O sol pensa que me engana
 Trago ele ao meu jeito
 Ele sai, eu me levanto
 Ele se põe, eu me deito

A Virgem da Conceição
 Ela é minha vizinha
 Agora eu quero que ela seja
 A minha madrinha

Depois que as caixeiras cantam a “Alvorada” e “Alvoradinha”, elas escolhem outras cantigas para continuarem. Ao término das cantigas, chega a hora da procissão do levantamento do mastro. Quem tinha o dever de batizar o mastro neste terreiro (até a festa de 2003) era a Dona Bela, irmã do marido de Dona Antônia. Dona Bela batizou o mastro, primeiramente, com folhas de eucalipto e água benta e, em seguida, com vinho.

Distinguindo-se da festa no clube, no terreiro de Dona Antônia há somente um casal de padrinhos, não havendo o casal de padrinhos do mastaréu. Além de passarem o pano branco sobre o mastro, tanto a madrinha quanto o padrinho seguram uma vela nas mãos.

Durante o batismo do mastro, Dona Antônia incorpora o caboclo Légua Bogi Buá e após o rito ele faz questão de cumprimentar todos que estão presentes no terreiro. Este

¹³⁹ Foliôa também é o nome das caixeiras.

¹⁴⁰ Os versos referentes ao “Boa noite” foram cantados pela caixeira Gercy em sua entrevista.

¹⁴¹ Esta seqüência de versos sobre a “virgem da Conceição” foi cantada durante a entrevista de Dona Gercy, que os relacionou a versos da cantiga “Alvoradinha”. Esta seqüência aparece na dissertação de Marise Glória Barbosa como se fossem versos da Alvorada.

batismo também é cantado, as caixeiras acompanham com o andamento do toque “Espírito Santo Dobrado” e fazem o coro, sendo Dona Bela quem puxava os versos:

Te batizo Oliveira	1x mais o coro	Ah, vamos todos bater palmas
Pela sua formosura		Agradecendo o Senhor
Onde bota o santo óleo	1x mais o coro	Ó graças a Deus para sempre
Porque não és criador		A Oliveira batizou

Te batizo Oliveira	Nas graças de Deus pra sempre
Te batizo de coração	Nas graças de Deus será
Eu não te boto os santos óleos	Está na hora de Deus saber
Porque que tu não és cristão	Que a alegria é pra dar

São João batiza o Cristo	Graça a Deus para sempre
Cristo batizou o João	O mastro se batizou
Ambos foram batizados	O meu coração tava triste
Naquele rio Jordão	Mas agora se alegrou

Naquele rio Jordão
 Ah, tinha uma poça de água fria
 Aonde se batiza o Cristo
 Ah, Filho da Virgem Maria

Os versos são parecidos com aqueles cantados durante o batismo na celebração do Divino no clube. A seqüência ritual segue com o levantamento do mastro, onde também se canta “Nossa Senhora da Guia”. No término do levantamento, todos batem palmas e dão vivas ao Divino.

Durante o batismo do mastro e seu levantamento, fogos de artifícios são acesos pelo marido de Dona Antônia¹⁴². Como na festa da Colônia, ocorre a dança das caixeiras. A ladainha foi comandada por Dona Bela e pela Dona Vitorinha. A procissão voltou novamente para o terreiro onde foi servido o jantar do Império, mas distinguindo-se da comemoração da Colônia, em vez de caruru, foi servido, em 2003, arroz com lombinho, feijão e peixe frito, e para beber, refrigerante e cerveja. Ao final do jantar, as caixeiras arreiam suas caixas até o próximo domingo.

¹⁴² Refiro-me à festa de 2003. Em 2004, o marido de Dona Antônia faleceu.

2.3.3 Dia principal da festa do Divino

Na festa da Ilha do Governador, alguns dias antes do domingo de Pentecostes, a Irmandade celebra uma missa de ação de graças como uma forma de pedir uma “benção” para que tudo ocorra bem durante a comemoração. No dia anterior ao domingo, dia principal da festa, assim chamado porque nele ocorrem a missa, a procissão, o almoço, a ladainha e o toque de caixa, alguns devotos vão para o Clube ASCAER ajudar nos preparativos. A sobrinha de Seu Orlando, Vera Regina, é aquela que tem o dever de fazer os arranjos de flores que ficam no altar e na mesa do Império. Ela fez um curso de arranjos de flores para dar continuidade a um dever que era de seu tio, como nos conta Seu Orlando:

(...) mas antes eu que fazia todo tipo de arranjos de flores, depois eu parei um pouco e ela fez curso e eu então senti que não me cabe mais, porque já tem uma pessoa que já é técnica, não é mais eu que fazia curiosamente aqueles trabalhos, então ela assumiu hoje e ela faz aquilo tudo que você vê lá.

Além de Seu Orlando e sua sobrinha, outros devotos participam desses preparativos, fazendo trabalhos como descascar alimentos na cozinha, montar a Tribuna, forrar as cadeiras onde sentará o Império etc. Muitos ficam durante toda a madrugada ajudando, já que por muitas vezes há uma festa de casamento ou quinze anos acontecendo no salão do clube. Sobre o tecido utilizado na Tribuna e altar, geralmente a Irmandade já tem grande parte do que irá utilizar guardado, comprando apenas o que realmente é necessário. Dona Vitória e sua filha Ildégna, por exemplo, saem do clube às cinco, seis horas da manhã e dormem muito pouco no dia que será o mais intenso.

As crianças que fazem parte desta corte do Divino são fundamentais em todo o ritual e, especificamente neste dia, colocam suas indumentárias festivas. Cada criança se veste seguindo uma cor estabelecida pela caixeira-régia Vitória, onde os Imperadores ganham destaque pelo rico traje¹⁴³. Nesta celebração, a Imperatriz coloca sempre um vestido longo e bordado, luvas e uma pequena coroa na cabeça e o Imperador uma farda branca, faixa verde e amarela, espada, luvas, carrega o cetro nas mãos e chapéu vermelho na cabeça, sendo esta também a cor dos mantos. Durante a missa no dia de Pentecostes, o casal de Imperadores fica sentado de frente para o altar, destacando-se dos demais que fazem parte do Império.

¹⁴³ Há distinções entre as festas como, por exemplo, o Império no Terreiro Cazuá de Mironga, em Seropédica, onde as crianças se vestem sempre com cores iguais, as meninas com uma cor e os meninos com outra. Porém, possuem mantos de diversas cores, como vinho, azul, vermelho, entre outras, e a cada ano uma cor é escolhida.

A Irmandade sempre contrata algum músico para tocar o órgão e um(a) cantor(a) para interpretar as músicas durante a missa. O padre não coloca a coroa do Divino na cabeça das crianças que fazem parte do Império, deixando-a sobre o altar. Para Dona Vitória e os devotos, a “Santa Crôa” carregada pela Imperatriz é chamada de “santo” porque ela representa o Divino, tanto na missa quanto no altar. Pude observar este fato durante a missa na igreja São Cristóvão em 2004. Aqueles que iriam participar do cortejo para entrar na igreja já estavam prontos, mas a Imperatriz deste ano ainda não havia chegado e todos estavam perguntando sobre o “santo” (a coroa). Por fim, decidiram começar a missa sem a presença de ambas.

No ano de 2004, a disposição dos devotos para a entrada na igreja foi a seguinte: as três bandeiras (a do Brasil, a do Estado do Rio de Janeiro e a do Maranhão) seguidas pela bandeira branca da paz e a bandeira vermelha do Divino. Após as bandeiras, foi a vez dos três anjos (Fé, Esperança e Caridade) e, em seguida, o Império, com os Imperadores, os Mordomos-Régis, os Mordomos-Mor e os Mordomos-de-Linha. Havia também um anjinho de branco, bisneta da caixeira-régia Vitória. Este anjo ficou sentado em frente ao altar.

Após a missa, há a entrega de donativos para alguma instituição. No ano de 2003 acompanhei esta etapa festiva, ainda no Hospital Frei Antônio. Os devotos chegavam ao hospital de carro ou no ônibus que fica a disposição da Irmandade. Havia um cortejo até a frente do hospital e participaram: presidente e diretores, crianças do Império, caixeiras e devotos. Todos deixavam os alimentos e os produtos de limpeza a serem doados próximos de Dona Vitória e ela começava este ritual cantando uma cantiga relacionada com a Santa Terezinha, onde podemos ver a seqüência ritual:

Terezinha, Terezinha (2x)		Santa Tereza me chama
Terezinha de Jesus (2x)		É Espírito Santo me quer
Na hora da minha morte (2x)		Me bote numa balança
Terezinha acende a luz (2x)		Faça de mim o que quiser

Santa Tereza foi freira (2x)
 Menina de doze anos (1x mais o coro)
 Foi falar com Santo Inácio (2x)
 Que este mundo era um engano (1x mais o coro)

A procissão cantava esta cantiga até todos se posicionarem em frente ao hospital. Quando o Império estava disposto em ordem hierárquica, era Dona Vitória a única a puxar os versos e as outras caixeiras contribuía com o forte coro do refrão. Seguindo a música ritual, Dona Vitória continuava a puxar versos relacionados ao Império e à doação que foi feita:

O senhor me dê licença
Que Espírito Santo chegou
Trazendo os seus festeiros
O meu nobre Imperador

Brilha prata, brilha ouro
Brilhando em todos nós
Receba esta oferenda
Que dá o nosso Mordomo-Mor

Terezinha, Terezinha (2x)
Terezinha de Jesus (2x)
Na hora da minha morte (2x)
Terezinha acende a luz (2x)

Refrão

Cantar pra Espírito Santo
Esta é a minha sina
Receba esta oferenda
Que dá os Mordomos-de-Linha

Esprito Santo mandou
Este dia tão feliz
Receba a homenagem
Da nossa Imperatriz

Senhores que me acompanham
Se trouxe alguma coisa pra dar
Receba os seus presentes
Está na hora de entregar

Receba o Mordomo-Régis
Que do salão do meu Senhor
Entregamos as homenagens
Que Espírito Santo mandou

Valei-me Nossa Senhora
Valei-me Nosso Senhor
Veja que coisa bonita
Nosso Pai, Nosso Senhor

Quando terminou o ritual das ofertas todos bateram palmas dizendo vivas ao Divino Espírito Santo. Conforme Dona Vitória ia tirando cada verso sobre algum componente do Império, o mesmo pegava uma sacola com alimentos e produtos de limpeza e colocava à frente de uma responsável pelo hospital.

Os primeiros a fazerem a doação de alimentos foram os Imperadores, quando cada um entregou uma sacola. Primeiro o Imperador e depois a Imperatriz, sendo que Dona Vitória escolhia uma bolsa bem pesada e depositava nas mãos das crianças para doarem. Além dos alimentos e produtos de limpeza, esta mesma senhora responsável pelo hospital e que recebia as doações segurava uma pequena bandeja onde, tanto os devotos que estavam acompanhando o ritual quanto as crianças que faziam parte do Império, colocavam dinheiro que foi doado, como fez a Imperatriz.

Os casais de Mordomos (Régis, Mor e de Linha) ofertavam juntos os alimentos. Após o Império entregar os donativos, chegou a vez daqueles devotos que tinham levado as suas contribuições pegarem as sacolas e darem à tal senhora.

Havia uma outra senhora que, ao final do ritual, entregou um buquê de rosas e um presente para Dona Vitória. Todos aplaudiram tal gesto e as caixeiros rufaram¹⁴⁴ suas caixas. Após a entrega de donativos, Dona Vitória puxou uma cantiga sobre a bandeira do Divino¹⁴⁵:

Eu sou bandeira vermelha	Espírito Santo é Deus
Bandeira de todo ano	Ninguém queira duvidar
Eu sou bandeira vermelha	Em toda parte ele chega
Bandeira vermelha	Bandeira vermelha
Do Divino Espírito Santo	Faz o teu povo se alegrar
Eu sou bandeira vermelha	Em toda parte ele chega
Bandeira vermelha	Faz o povo se alegrar
Do Divino Espírito Santo	Bandeira vermelha

Neste momento, Dona Vitória soube que um interno que sempre esperava ansioso o dia da visita das caixeiros e do Império do Divino havia falecido e pediu alguns minutos de silêncio. Em sua entrevista, Dona Vitória fala deste interno com muito carinho e conta como foi criado um vínculo entre ele, o Divino e a caixeira-régia:

Olha, outro dia eu cheguei lá no hospital (...) quando eu cheguei, porque tinha um paciente que todo ano que a gente ia lá, ele não tinha as pernas, andava na cadeira de rodas, mas quando marcava horário pra Espírito Santo chegar, minha filha, ele já vinha todo arrumadinho, todo limpinho no carrinho dele e fica esperando as caixeiros ali e a gente cantava pra ele. Mas essa criatura todo ano ele fazia um desenho de um quadro pra mim, todo ano ele fazia. Quando foi o ano eu disse, Meu Deus, nunca dei nada, vou dar um presente (...) Aí mandei preparar, comprei um pombo do Divino Espírito Santo, minha irmã enfeitou todo bonitinho e eu levei pra ele. Ele tinha me dado um presente e disse pra mim, que foi a última coisa que ele me deu antes de morrer, que ele me dava aquele quadro que ele tinha vontade de me dar mais, mas não podia, não tinha condições, era doente. Aí botei um verso pra ele dizendo pra ele que em toda a minha vida o presente melhor que eu já tinha recebido na minha vida foi aquele que ele me deu, porque eu sabia que ele tava me dando porque gostava de mim e porque ele me considerou. Então, pra mim, o valor não é interesse, é a pessoa gostar de mim porque dinheiro não compra. Menina, no dia que eu dei esse pombo pra esse doente quase que eu matei ele, ele ficou muito emocionado, aí ele chorava tanto e eu cantando pra ele não chorar, aí o povo já tava todo mundo chorando e ele sem poder falar. Aí depois, quando ele foi se acalmado, foi se acalmado. Eles estão ali, mas, menina, a coisa melhor do mundo é um carinho, né. A pessoa tá se sentido só, aí chega uma pessoa, como eles ficam ali naquele hospital só, aí eu chego com uma porção de gente pra visitar eles, você vê, eu peço a bandeja pra ele e eles vêm com a bandeira, quanto ali não pegaram de dinheiro ali, não é, porque todo mundo bota, quem bota cinco bota, quem bota dez bota, quem dá seu um real dá, mas todo mundo bota e fora as compras que se leva.

Antes dos devotos fazerem alguns minutos de silêncio em intenção deste paciente que havia falecido, Dona Vitória fez um discurso dizendo que a alma dele estava em um bom

¹⁴⁴ Toque descompassado das caixas onde cada caixeira toca em um tempo.

¹⁴⁵ Esta seqüência de cantigas entre a Santa Terezinha e a bandeira vermelha também ocorreu durante a entrega de donativos em 2004, mesmo não sendo no Hospital Frei Antônio.

lugar e com Deus: “(...) que Deus bote ele em um bom lugar, porque ele já sofreu tudo o que tinha que sofrer na Terra, que ele agora tem que estar em um bom lugar, porque Deus é bom, Deus não nos castiga, quem nos castiga somos nós. Ele está bem onde está, tá melhor do que a gente”. Logo em seguida, Dona Vitória começou a cantar uma cantiga anunciando a partida das caixeiras:

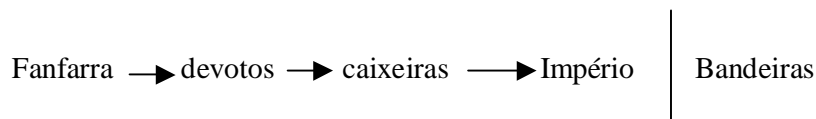
Meu senhor eu vou me embora, é hora	Se me perderes de vista, é hora
Eu não posso mais ficar, é hora	Não me percas o amor, é hora
Caixeira vamos nos embora, é hora (coro)	Caixeiras vamos nos embora, é hora
Espírito Santo me chama, é hora	Ah, vão saindo, vão saindo, é hora
Eu não posso mais ficar, é hora	Vão saindo devagar, é hora
Caixeira vamos nos embora, é hora	Caixeira vamos nos embora, é hora
Adeus minha rosa branca, é hora	Ó meu senhor, minha senhora, é hora
De branca perdeste a cor, é hora	E São José de Ribamar, é hora
Caixeira vamos nos embora, é hora	Caixeira vamos nos embora, é hora

Após esta despedida, onde muitos se emocionaram, os devotos se prepararam para voltar ao ônibus e aos carros e prosseguiram para a Ilha do Governador. No ano de 2004, quando a entrega de donativos passou a ser feita na igreja de São Cristóvão para a instituição Toca de Assis, ela foi realizada em um pequeno salão atrás da igreja, poupando tempo precioso no deslocamento que havia quando esta entrega era no Hospital Frei Antônio (em São Cristóvão) e a missa era realizada na igreja do Santíssimo Sacramento (no Centro).

Antes, este ritual era organizado em um lugar amplo e possibilitava que todos os devotos vissem e participassem, levando pessoalmente as sacolas de alimentos. Em 2004, antes de assistirem a missa, as sacolas de alimentos foram deixadas dentro do salão onde foi realizada a entrega de donativos. Muitos ficaram do lado de fora neste momento, por ser um local muito pequeno, ou espremeram-se na porta para tentar ver e escutar o que era cantado lá.

Quando os devotos chegam ao Clube ASCAER, a fanfarra já está à espera do Império e caixeiras para dar início a pequena procissão. Ela ocorre na rua em frente ao clube e em uma curta distância.

Esta é a posição espacial dos devotos durante a procissão:



Senhoras que fazem parte do departamento religioso também acompanham a procissão e a fanfarra é a primeira a tocar músicas religiosas católicas, junto com o coro dos devotos presentes. Após a fanfarra, é a vez das caixeiras cantarem o “Hino de procissão” até a entrada do clube, como podemos ver nesses versos:

Bandeireiro, bandeireiro
 Faça a sua obrigação
 (Refrão)
 Pegue no seu estandarte
 Reúne o teu batalhão
 (Refrão)

Vamo acompanhar
 Essa procissão
 É da Santa Crôa, ea

Refrão

Ó que rua tão comprida
 Toda cheia curvão
 Passa o cetro, passa Crôa
 Também vai a nossa Rainha

Se essa rua fosse minha
 Eu mandava ladrilhar
 Com pedrinhas de brilhante
 Pro Divino passear

Ó que rua tão comprida
 Nela não vejo ninguém
 Só vejo Nossa Senhora
 Ou Jesus que nela vive

Ao mesmo tempo em que a procissão se aproxima do clube, a música do Divino se mistura com a própria música do lugar, pois perto do Clube ASCAER há vários *trailers* que tocam música muito alta, como forró, que não é diminuída ou desligada quando vêem os devotos. Aquelas pessoas que estão nos *trailers* ficam curiosas em relação àquela procissão com crianças vestidas com roupas que remontam ao Império e com as caixeiras cantando e tocando, mas logo voltam às suas conversas.

Assim que a procissão chega ao portão do clube a fanfarra começa a tocar uma música católica e com o seguinte refrão:

Eu confio em Nosso Senhor
 Com fé, esperança e amor
 Eu confio em Nosso Senhor
 Com fé, esperança e amor

Os devotos cantam e as caixeiras tocam suas caixas somente para marcar o tempo da música. Assim que entram no estacionamento, a caixeira-régia Vitória fica de frente para o Império e anda para trás cantando e marcando o tempo. Ela é quem comanda esta procissão porque o Império, caixeiras, devotos e fanfarra fazem uma espécie de fila, dão três voltas no mastro e seguem para a entrada do salão.

Então, a fanfarra pára de tocar e a caixeira-régia, que fica muito emocionada, começa a puxar versos sobre o Império e sobre o Divino ao som do toque “Espírito Santo Dobrado”. Após cantarem alguns versos, o cortejo entra no salão e Dona Vitória, juntamente com o Império, segue para a Tribuna para continuar com o ritual, sendo acompanhada por uma mulher que segurava o defumador, que depois foi deixado em frente da Tribuna. No altar, Dona Vitória vai colocando as bandeiras e os símbolos do Divino, como a coroa e o cetro. A coroa foi a primeira a ser colocada no altar, e, na festa de 2004, Dona Vitória cantou o seguinte verso:

Ó minha nobre Imperatriz
Escuta que vou falar (2x)
A minha Santa Crôa
Bote ela no altar (2x)

Em seguida, Dona Vitória coloca o cetro e canta um verso para ele. Também coloca cada criança do Império em seu lugar, no trono e por ordem hierárquica: os Imperadores, Mordomos-Régis, Mor e de Linha. Toda essa estrutura, tronos e altar, faz parte da Tribuna.

Logo chega a vez das bandeiras serem colocadas no altar. Dona Vitória coloca primeiro as bandeiras que representam a Fé, Esperança e Caridade e fala que é um “legado” do Divino, os “três mistérios”. Em seguida, ela coloca a bandeira vermelha do Divino e diz que é a “primeira da fila”¹⁴⁶. Depois vem a bandeira do Estado do Maranhão, quando Dona Vitória aperta esta bandeira em seu peito dizendo que é a “bandeira do coração”. A bandeira do Brasil foi colocada no altar na seqüência, cantando o seguinte verso em 2004:

A bandeira brasileira
A bandeira do nosso coração (2x)
A bandeira brasileira
A bandeira da nação (2x)

Para cada bandeira ou objeto, a caixeira-régia canta um verso. A bandeira seguinte a ser colocada no altar nesse mesmo ano foi a do Estado do Rio de Janeiro, com o verso:

A Bandeira do Estado
A casa que nos acolheu (2x)
Vamos bater palmas
É aquela de Deus (2x)

¹⁴⁶ A ordem que Dona Vitória coloca as bandeiras pode variar de ano para ano. Em 2003, a bandeira vermelha do Divino foi colocada no altar por último.

A última bandeira a ser colocada no altar em 2004 foi a bandeira branca da paz. A cada bandeira que pegava, Dona Vitória balançava para que todos vissem. Quando todas as crianças do Império estavam em seus lugares e os objetos que fazem parte da festa também estavam no altar, chegou a vez das caixeiras cantarem e dançarem a “Dança das caixeiras”. De frente para a Tribuna, formando um semicírculo, uma a uma, iam à frente e flexionavam os joelhos, dançavam e chamavam outra caixeira. Quando todas já haviam cumprido este ritual, fizeram um círculo e dançaram de diferentes formas. Após esta etapa, houve um pequeno descanso até a hora da ladainha e almoço do Império.¹⁴⁷

Depois da “Dança das caixeiras”, chegou a vez da ladainha comandada pela rezadeira Vitorinha e somente neste dia a fanfarra acompanha as músicas cantadas por ela. Sempre terminam as ladainhas, tanto na festa da Colônia quanto naquela no terreiro de Dona Antônia, com uma música que fala sobre o Maranhão e a saudade que todos sentem de lá:

Maranhão, que terra boa
Onde o poeta nasceu
Maranhão, é minha terra
Berço que Deus me deu

Há uma festa no Maranhão
De São José de Ribamar
A linda praia do Araçagi
Ai, quem me dera eu lá

Ai ai, que saudade
Que eu tenho do Maranhão
Ai ai, que saudade
Que eu tenho do Maranhão¹⁴⁸

Podemos ver na música a saudade cantada do Maranhão. Neste momento, os maranhenses se abraçam, dançam alegremente, lembrando de sua terra natal. Os casais de crianças do Império podem dançá-la como se fosse uma valsa, mas ela pode variar de música e de ocasião. Em ambas as celebrações, as crianças dançam valsas, mas esta dança sempre é realizada durante o dia principal da festa.

Geralmente, após as músicas religiosas, a fanfarra toca para as pessoas que estão próximas ou que participaram da procissão, dançando músicas como as de Roberto Carlos e outras populares. Mulheres dançam com mulheres, casais e até crianças dançam em uma

¹⁴⁷ Podemos ver no Anexo II o espaço do Clube ASCAER, qual o caminho percorrido pela procissão e como os devotos e o Império se posicionaram durante o almoço oferecido.

¹⁴⁸ Dilú Mello, compositora.

divertida interação com todos aqueles que estão participando da celebração. Em seguida, as crianças que estão na Tribuna descem em um pequeno cortejo até a mesa onde é servido o almoço do Império, sempre seguido com a música das caixeiras. As mães e os responsáveis de cada criança (podendo ser também pessoas da Irmandade) tem o dever de colocar a comida no prato de seus filhos e netos.

Durante o almoço do Império as caixeiras sempre puxam diversas castigas e escolhem, preferencialmente, músicas que as “meninas de Santa Tereza” possam cantar, já que a lógica é cada verso ser cantado por uma caixeira. Há cantigas difíceis e antigas, onde somente as caixeiras experientes possuem o saber dos versos.

Um exemplo de cantiga cantada pelas caixeiras durante o almoço é “Senhora Santana”¹⁴⁹:

Senhora Santana Vó de Deus amada Vós tem uma filha Maria chamada	1x mais o coro 1x mais o coro	Maria foi aquela Que tava em oração Aquela que reduziu A maior culpa de Adão
Senhora Santana Que vós tais fazendo Peneirando trigo Pra fazer fermento		A maior culpa de Adão Torre de Nossa Senhora Se minha alma bem soubesse Recordava toda hora
Senhora Santana Assubiu aos montes Por onde ela andou Deixou uma fonte		A maior culpa de Adão Torre de Nosso Senhor Se não fosse o paraíso Não havia pecador
Aos anjos desceram Foram beber nela Que água tão doce Que fonte tão bela		Senhora Santana Dos cabelos loiros Vós tem uma filha Em terra de mouro
Senhora Santana Senhor São Joaquim Queira nos valer Senhor do Bonfim		Senhora Santana Dos cabelos preto Vós tem uma filha Em terra de preto

¹⁴⁹ Podemos observar que há muitos versos com respostas.

Durante o almoço é servido para os devotos e Império: arroz, macarrão, frango frito, maionese, carne assada, farofa etc. Sobremesa, quando é preparada, é reservada somente para as crianças do Império. Para beber não é comprado nada para os devotos, sendo oferecido para as crianças refrigerantes e para as caixeiras refrigerantes, vinho e cerveja. Fazem uma pequena “vaquinha” entre diretores e devotos para comprar os refrigerantes e cerveja para as caixeiras, mas o vinho é levado por algumas delas ou pessoas que desejam agradá-las. Até mesmo algumas crianças bebem um pouco de vinho durante o almoço porque, para Dona Vitória, faria “bem” para elas.

Durante o ritual do almoço no dia da festa principal nada pode influenciar este espaço “sagrado”. No ano de 2003 pude observar que um garoto e uma garota, não maranhenses e que estavam no grupo de “Santa Tereza”, fumaram ao lado da mesa onde estavam servindo o almoço do Império. Quando a caixeira-régia viu tal cena, pegou a bandeira vermelha do Divino, que estava sendo agitada pelo bandeireiro, e cobriu os dois porque não é permitido fumar próximo a esta mesa.

Quando o Império começa a comer é permitido aos demais devotos se servirem. Colocam algumas mesas próximas da cozinha com panelas e tabuleiros, que estão sempre repletos, onde se repõem os alimentos. Alguns integrantes da Irmandade do Divino ajudam nesta tarefa e sempre há um responsável por cada prato a ser oferecido.

Forma-se uma enorme fila onde todos se servem à vontade e podem repetir quantas vezes quiserem. A bebida consumida durante os dias de celebração é comprada no bar do clube. Neste momento também há uma interação com os sócios do próprio clube, porque aqueles que estão na piscina ou fazendo outras atividades, quando vêem a comida sendo oferecida não fazem cerimônia e se posicionam na fila.

As caixeiras só param de tocar quando todos que fazem parte do Império terminam de almoçar, o mesmo acontecendo no jantar do dia seguinte, na derrubada do mastro. Elas almoçam e jantam na mesma mesa do Império e são servidas por integrantes da Irmandade, colocando os pratos de comida sobre a mesa, assim como as bebidas.

Os sons que perpassam neste lugar formam uma profusão, tornando-se difícil o entendimento do que está acontecendo. Um exemplo está na festa de 2005. Ao mesmo tempo em que estava tocando uma banda com vários estilos de música, chamada de “pagode” pelos devotos, a parte profana da celebração, do lado de fora do salão e próximo das mesas, havia um outro grupo de sócios do clube fazendo um churrasco, inúmeras pessoas na piscina e um carro de som muito alto e todo enfeitado homenageando o aniversário de uma outra pessoa, além da contínua música dos trailers.

Após o almoço há um pequeno intervalo para que todos possam conversar, relembrar celebrações, falar sobre a vida, a família etc. É o momento em que as crianças que fazem parte do Império tiram as suas indumentárias festivas e colocam roupas normais. Brincam e se divertem porque sem este vestuário são crianças comuns, mas quando estão com suas fardas, vestidos e mantos são os representantes do Divino na festa e são tratados como tais.

Sempre há alguma forma de diversão oferecida pela Colônia, como no ano de 2004, em que alguns grupos de “Santa Tereza”, como as Três Marias¹⁵⁰, fizeram um tambor de crioula e as caixeiras colocaram saias oferecidas pelos grupos e dançaram com as mais novas. A caixeira-régia ficou muito empolgada e dançou por muito tempo, até interromper para chamar as caixeiras para tocar a “Alvorada”, pois já eram seis horas. Cantam outra ladainha após o toque de caixa e logo após as caixeiras “arreiam” as suas caixas até o dia seguinte.

No terreiro de Dona Antônia, o ritual do dia principal da festa, embora semelhante ao da Colônia, possui algumas distinções. A primeira e principal é em relação à missa, que é realizada no próprio terreiro e celebrada por um padre da Igreja Católica Brasileira. Durante a missa, o Império, com três casais de crianças e sem os Mordomos-de-Linha, se posiciona em seus tronos na Tribuna e no altar são colocadas as hóstias que farão parte da missa. As músicas que são cantadas e acompanhadas apenas com uma guitarra elétrica e a homilia são sempre referentes ao Divino Espírito Santo. Durante a comunhão, no ano de 2003, foi a própria Dona Antônia que entregou as hóstias para os devotos.

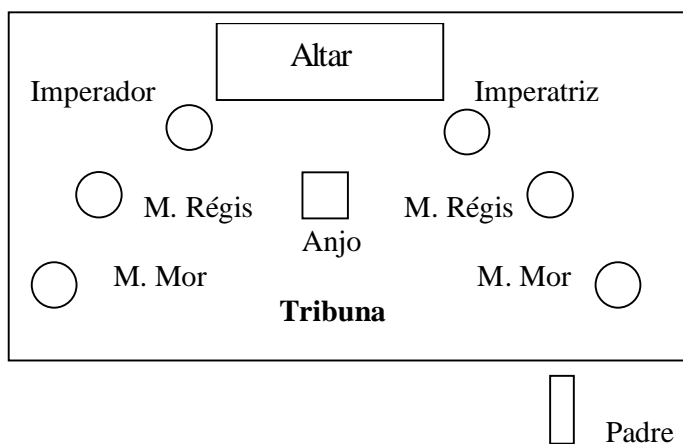
Após a missa há uma procissão que contorna o quarteirão onde fica o terreiro de Dona Antônia. O cortejo se forma com o bandeireiro à frente, seguido pelo anjo, Imperadores, Mordomos-Régis e Mor, padre, caixeiras e devotos. Antes de o cortejo sair do terreiro, todos dão três voltas no mastro e quando chegam na rua de trás o som das caixas silencia e, tanto as caixeiras quanto os devotos, começam a cantar músicas católicas. Esta mudança se dá pela Igreja Assembléia de Deus, que fica muito próxima à entrada da casa de Dona Antônia¹⁵¹, e quando o cortejo dobra a esquina podemos escutar novamente o som das caixas e as cantigas cantadas pelas caixeiras.

¹⁵⁰ Outro grupo de “Santa Tereza”, chamado Mariocas (maranhenses e cariocas), fez um bumba-meu-boi no último dia de festa em 2003 e, em 2002, foi o grupo de bumba-meu-boi maranhense de Parada de Lucas que fez o entretenimento da celebração.

¹⁵¹ Podemos ver no Anexo II o espaço do terreiro e da casa de Dona Antônia e o posicionamento da Igreja Assembléia de Deus.

Segundo Dona Antônia, ela também contratava uma fanfarra para tocar neste dia, mas no ano de 2003 não pode arcar com esta despesa. Durante a procissão a Mordoma e o Mordomo-Régio seguram os mantos dos Imperadores para que não sujem. Quando o cortejo chega ao terreiro, dão novamente as três voltas no mastro e todos param de frente para entrada, onde Dona Antônia recebe a coroa do Divino, levantando-a para que todos possam ver e aplaudir. Neste momento as caixeiras começam a cantar versos relacionados com a dona da casa (Dona Antônia).

Todos entram no terreiro, as crianças que fazem parte do Império sentam em seus lugares e as caixeiras começam a dançar e a cantar a “Dança das caixeiras”. Em 2003, uma por uma chegava na frente do altar, flexionava os joelhos tanto para o altar quanto para o padre, que sentou em frente à Tribuna e fez o sinal da cruz toda vez que uma caixeira se aproximava dele. Podemos ver a disposição das crianças e do padre a seguir:



Após esta dança há um cortejo até a mesa, onde é servido o almoço para as crianças e onde o padre se senta. Como também ocorre na festa da Ilha do Governador, as caixeiras que tocam neste terreiro não param de tocar enquanto o Império não acaba de almoçar.

As caixeiras que tocaram na festa de Dona Antônia em 2003 foram: Dona Gercy, Dona Bela, Dona Diana, Dona Margarida (zeladora do terreiro de Costa Barros, Abassá de Mina Jeje-Nagô), Dona Zilda (irmã de Dona Antônia) e algumas “meninas de Santa Tereza”. Durante todo o dia ocorrem ladainhas cantadas por Dona Vitorinha, a mesma rezadeira da celebração da Ilha do Governador. Também é cantado o agradecimento da salva, como podemos ver nesses versos:

Esta salva que rezamos	2x	Deus combate o inferno
À Divino Espírito Santo oferecemos		Rezando Ave Maria
Aceitai Divino Espírito Santo	2x	E vendo tremeu de medo
A promessa da devota		O céu encheu de alegria
Que ela vem nos entregar		Por ver os anjos rezando
De joelhos com as mãos postas		No rosário de Maria
De joelhos com as mãos postas		Ave Maria senhora
Com prazer e alegria		Concebida sem pecado
As pontas do seu rosário		Sem pecado original
São palavras de Maria		Para sempre amém Jesus
Que nos livre do maldito		Ofereço este Bendito
E da sua má companhia		Ao senhor daquela cruz
		Na intenção de todos nós
		Para sempre amém Jesus

Às seis horas da noite ocorre o toque da “Alvorada” e outras cantigas, finalizando este dia com a “Despedida”, onde cantam para arriar as suas caixas até o dia seguinte, o último dia festivo.

2.3.4 Derrubada do mastro e passagem do trono

O último dia de festa sempre acontece na segunda-feira, seguinte ao dia em que ocorre a missa, procissão e almoço. A celebração é iniciada às seis horas da noite com o toque da “Alvorada”, “Alvoradinha”, “Senhora Santana” e outras cantigas. Este momento também é de descontração e de desafiar as caixeiras, como em 2004, onde a caixeira-régia Vitória a todo o momento contava o número de caixeiras e a caixeira-mor Gercy começou a dizer que as caixeiras iam ganhar presentes, iam ganhar uma televisão 14 polegadas e ria. Dona Gercy também começou a desafiar Dona Vitória, cantando que estava com a “goela seca” e que queria beber vinho, mas só bebia tinto que “era da sua cor”. Vitória respondeu dizendo que vinho não mata sede, que ela dava é água pra beber, e o desafio das caixeiras continuou.

Após a troca de versos entre Dona Vitória e Dona Gercy, finalmente foi entregue um presente para as caixeiras. A Mordoma-Régis desceu da Tribuna, e Dona Vitória colocava alguns CDs, um por um, nas mãos da Mordoma, que começou a entregá-los desde a primeira caixeira que estava sentada tocando até a última. A embalagem dos CDs era rosa, da cor do vestido da Mordoma. Na capa estava escrito: “Lembrança da Mordoma-Régis Thatiana –

31/05/2004, em memória de Lindalva”¹⁵². No centro, uma pomba em tons de azul e branco segurando um pequeno ramo. Neste CD há músicas do Padre Marcelo Rossi. Dona Vitória agradeceu emocionada o presente dado às caixeiras e disse que ela tinha sido uma boa filha. A Mordoma se emocionou e começou a chorar. Dona Gercy e outras caixeiras agradeceram o presente cantando alguns versos.

Há uma cantiga importante no ritual e sempre é cantada pelas caixeiras: o “Espírito Santo Dobrado”¹⁵³. O toque de caixa desta cantiga é utilizado para colocar os objetos no altar no dia principal da festa ou, por exemplo, para fazer a passagem do trono, como vemos:

Meu Divino Espírito Santo Divino consolador Consolai a minha alma Quando desse mundo for	1x mais o coro	Meu Divino Espírito Santo Da glória celestial Me ajude a vencer Esta batalha real
Meu Divino Espírito Santo Três coisas vou lhe pedir Saúde e felicidade Graças para vos servir	1x mais o coro	Esta batalha real Nós havemos de vencer A mesma Crôa divina Ela há de nos valer

Neste dia, as caixeiras cantaram por mais de uma hora. Na festa de 2004 o jantar para o Império foi oferecido antes da derrubada do mastro, tendo como cardápio: arroz, maionese, feijão, farofa, carne assada e galinha frita. No ano de 2003 foi servida neste dia uma feijoada, prato recorrente no derrubamento do mastro. As caixeiras só jantaram após o ritual do mastro. Durante o jantar do Império, como no almoço, é dever das caixeiras tocar até todas as crianças acabarem de comer. Não há cantigas específicas e as escolhas são feitas pelas caixeiras e pela caixeira-régia, como esta:

Só um Deus, só um Deus Só um Deus, só um Deus há Meu Divino Espírito Santo Na glória celestial	Refrão	Meu Divino Espírito Santo Quem és vós e quem sou eu Sou uma pobre pecadora E vós és o Senhor Deus
Meu Divino Espírito Santo ¹⁵⁴ Pé de prata, bico de ouro Pede esmola como pobre Mesmo dono de um tesouro		Sou mais alta do que Deus Mais alta que Deus eu sou Sou mais alta no pecado Porque Deus nunca pecou

¹⁵² Esta menina está participando do Império para pagar uma promessa feita por Dona Vitória para a avó desta Mordoma, como relatada em “A promessa: o que dá a dinâmica da festa”.

¹⁵³ Esta cantiga não possui refrão, somente versos onde outras caixeiras fazem o coro.

¹⁵⁴ Tanto este verso quanto o de cima (ao lado do refrão) podem ser cantados na cantiga “Espírito Santo Dobrado”.

Dona Gercy, na festa de 2004, estava apreensiva porque já era tarde e o mastro ainda não havia sido derrubado. Quando as caixeiras terminaram de tocar durante o jantar do Império, a caixeira-régia Vitória virou para Gercy e disse:

(...) Quem são as duas caixeiras de frente? Eu e você, tá entendendo, então a gente tem que saber fazer, porque não é só botar Espírito Santo no altar, não é só preparar essas crianças, tem responsabilidade. Então, nós vamos fazer assim, pra mim não interessa que horas eu vou fechar a Tribuna. Eu vou derrubar o mastro, nós vamos jantar, o pessoal janta e quando terminar de jantar nós vamos rezar e fechar a Tribuna. Vai ser assim, não tem esse negócio de tô com pressa, não, com pressa não, correr não, vamos fazer direito pra ele nos ajudar, nós estamos precisando de paz e nós estamos precisando da benção dele, nós estamos precisando que ele nos ajude, o nosso Brasil tá ficando assim, nós estamos ficando quase sem ter que comprar o que comer, tem gente aí que já tá passando fome, então vamos fazer por nós e pelos outros que precisam, tá bem gente.

Após este discurso, Dona Vitória foi aplaudida. Para ela os rituais ligados à festa do Divino têm o seu tempo e não podem ser apressados. O Divino pode ficar insatisfeito se o ritual do derrubamento do mastro for realizado com pressa e, dentro da lógica da celebração, este é um momento importante. Se algo acontecer pode ser um sinal de que alguma coisa ruim poderá ocorrer¹⁵⁵ (GOUVEIA, 2001). Em seguida o Império, caixeiras e devotos fizeram um cortejo para iniciar o ritual do derrubamento do mastro cantando a mesma música da procissão do seu levantamento: “Tá na hora, tá na hora, deu remar minha canoa (...)”.

A procissão seguiu até o mastro com o defumador e, na celebração de 2004, todos deram as três voltas nele e caixeiras e Império se posicionaram para começar o ritual das três machadadas no mastro, significando sua derrubada cósmica e simbolizando o fim deste tempo festivo. A caixeira-régia parou na frente do mesmo com um pequeno machado, levantando-o para cima, começou a puxar uma cantiga de despedida, onde chamou cada membro do Império, ex-Imperadores, diretores, devotos e caixeiras para darem as três machadadas, sendo que para cada machadada é feito um pedido para o Divino Espírito Santo. A caixeira-régia puxou todos os versos e as outras caixeiras fizeram o coro do refrão, como podemos ver a seguir:

¹⁵⁵ Esta lógica de que ritual mal sucedido poderá acarretar problemas também serve para o levantamento do mastro.

Vinde Aurora
Aurora adeus
Aurora ficou chorando

Diga adeus Aurora | Refrão (2x)
Aurora adeus

Não chora, Aurora, não chora
Aurora adeus
Me despeço até quando

Valei-me, Nossa Senhora
Aurora adeus
Valei-me, Nosso Senhor

Ele está se despedindo
Aurora adeus
É o meu nobre Imperador

Meu Divino Espírito Santo
Aurora adeus
Eu venho aqui te oferecendo

Ela vem se despedindo
Aurora adeus
É minha nobre Imperatriz¹⁵⁶

Valei-me, Nossa Senhora
Aurora adeus
Valei-me, Nosso Senhor

Ele vem se despedindo
Aurora adeus
É o Mordomo do Senhor

Meu Espírito Santo
Aurora adeus
Escuta que eu vou falar

A Mordoma se despede
Aurora adeus
Mas ela vai continuar

Meu Espírito Santo falou
Aurora adeus
Ele disse pra mim só

Ele vai se despedir
Aurora adeus
É o meu Mordomo-Mor

Brilha prata, brilha ouro
Aurora adeus
Brilha o resplendor do sol

Escuta, Nossa Senhora
Aurora adeus
Escuta que eu vou falar

Se despeça os três mistérios
Aurora adeus
Mas eles vão continuar

Bandeireiro, bandeireiro
Aurora adeus
Bandeireiro do Senhor

Se despeça da Oliveira
Aurora adeus
Que o Espírito Santo mandou

Cadê o padrinho do mastro
Aurora adeus
Que eu lhe quero falar

Meu Divino Espírito Santo
Aurora adeus
Me escute, por favor

Tô chamando pra se despedir
Aurora adeus
Só os ex-Imperadores

Se despeça do Divino
Aurora adeus
Com prazer no coração

Essa é a nossa fé
Aurora adeus
É a nossa união

¹⁵⁶ Neste momento, a Imperatriz dá as três machadadas no mastro. Toda vez que a Dona Vitória cita alguma criança do Império, a criança está dando as três machadadas.

Após cantarem esta música por um bom tempo, a caixeira-régia Vitória decidiu mudar a cantiga, onde o refrão dizia: “Aê Ave Maria/ Aê Santa Maria”. Os devotos ainda estavam dando as três machadas, porque, na festa da Ilha, todos que desejam participar deste ritual formam uma enorme fila para fazerem seus pedidos ao Divino. Muitos se ajoelharam e ficaram um bom tempo dando as três machadadas, outros deram mais de três machadadas e ainda há aqueles que entraram mais de uma vez na fila.

As últimas a cumprirem este rito foram as caixeiras, que pararam de tocar uma de cada vez e foram dar as machadadas, inclusive Dona Vitorinha, rezadeira desta celebração, que só deve dar as três machadadas depois das caixeiras. Durante este ritual, Dona Vitória chamou constantemente pessoas influentes para participarem, principalmente aqueles que fazem parte da diretoria: coordenadores, diretores, presidente e vice-presidente.

A caixeira-régia fechou este ritual levantando o machado no alto novamente e batendo três vezes no mastro, de cima para baixo, onde havia folhas e depois bateu mais três vezes no lugar que não havia folhas. Em todo momento havia uma pessoa ao lado da Imperatriz com uma vela e, durante o ritual da machadinha, uma devota se aproximou da Imperatriz e começou a esfregar as mãos nela, como uma espécie de forma para se benzer.

Após este ritual, chegou a vez dos homens derrubarem o mastro. Com escada e cordas, eles foram descendo lentamente o mastro e logo que iniciou o derrubamento as caixeiras começaram a tocar “Nossa Senhora da Guia”, como fizeram no seu levantamento. Como os homens estavam com dificuldade, a caixeira-régia Vitória pediu um copo de água e a jogou no lugar onde ele deveria descer, fazendo uma espécie de risco de água sobre o asfalto do clube. Em seguida o mastro foi descendo devagar, então Dona Vitória virou para as caixeiras e disse: “É só fazer a minha mandiguinha que ele desce bonitinho”.

Mal o mastro estava descendo e todos correram para pegar as garrafas e frutas que ficaram penduradas durante esse tempo festivo. Quando finalmente o colocaram sobre as cadeiras, começaram a recolher as folhas de eucalipto porque, para os devotos, essas folhas servem para fazer chá com o intuito de curar alguma doença. Tudo o que ficou no mastro durante este período é considerado “sagrado”, por isso há realmente uma “briga” para conseguir os seus ornamentos. Os devotos levaram sacolas de plástico de supermercado para colocar grande quantidade dessas folhas.

O mastaréu é devolvido para sua madrinha, que também acompanhou o cortejo do Império, devotos e caixeiras dão novamente as três voltas no mastro. Durante este cortejo, as caixeiras cantaram, em 2004, “Senhora Santana”, que já foi descrita neste capítulo, mas esta cantiga pode variar. Todos voltaram para o salão do clube, onde o Império foi colocado novamente na Tribuna. Entregaram o mastaréu para a próxima madrinha que perguntou o que faria com ele e Dona Gercy disse para ela o colocar próximo à Tribuna.

Neste momento, os devotos começaram a jantar e as caixeiras também. A ordem da refeição dos Impérios, tal qual as caixeiras e devotos, pode variar a cada ano, conforme o andamento dos rituais e de Dona Vitória. Durante o jantar das caixeiras, percebi em 2004 que Seu Orlando, o pai-de-santo que batiza o mastro, e outra senhora idosa estavam sentados na mesa das caixeiras, mas a presença deles não foi questionada. Como Seu Orlando participa do ritual juntamente com as caixeiras, a sua visita à mesa do Império e das caixeiras é permitida.

Logo depois do jantar a rezadeira, Dona Vitorinha, voltou a cantar a ladainha. Quando a ladainha terminou, chegou o momento da passagem do trono: os Imperadores se despedem e a Mordoma e o Mordomo-Régis passam a ser os Imperadores da festa no ano seguinte.

Na festa do Divino da Ilha do Governador é Dona Vitória quem tem o compromisso de fazer a passagem, também ela toda cantada. O seu saber, neste momento, é primordial para o cumprimento do encerramento do período festivo. Em 2004, por exemplo, o primeiro a se despedir do trono foi o Imperador. Ele já estava chorando antes mesmo do início deste ritual. O toque para o fechamento da Tribuna é o “Espírito Santo Dobrado”, em que a caixeira-régia puxa os versos e as demais fazem coro e tocam caixa, como vemos nesses versos:

Valei-me Nossa Senhora	1x mais o coro	O meu nobre Imperador
Valei-me Nosso Senhor		Escuta o que vou cantar
Ele já vai descer do trono	1x mais o coro	A cadeira do Espírito Santo
O meu nobre Imperador		O senhor pode entregar
Ele me dê licença		O Espírito Santo
Escuta que vou falar		Ele já está no céu
Vamos fechar a Tribuna		O meu nobre Imperador
Que a festa vai terminar		Me entregue o vosso chapéu
Se despeça de seu trono		Receba Mordomo-Mor
Que já é chegada a hora		O seu trono de verdade
Encontrei guerreiras fortes ¹⁵⁷		Para ser Mordomo-Régio
Pra seguir Nossa Senhora		

Dona Vitória começou este ritual tirando o chapéu do Imperador e colocando-o no Mordomo-Régio, passando o chapéu deste Mordomo para o menino que foi Mordomo-Mor. Depois, tirou do Imperador a espada, a luva, o manto e a faixa e colocou no novo Imperador. Após passar parte da indumentária, Dona Vitória botou todas as crianças sentadas em seus novos e respectivos lugares, conforme a hierarquia do trono. O antigo Imperador permaneceu em pé chorando muito. Este é um pequeno trecho da seqüência na festa de 2004:

O senhor Mordomo-Régis
 Quero que preste atenção
 Pegue a sua espada
 E as luvas que tens nas mãos

Receba Mordomo-Mor
 Com prazer e alegria
 Para fazer a festa
 Alegando neste dia

Na vez da Imperatriz, esta chorava compulsivamente. Dona Vitória parou por alguns instantes o ritual e foi conversar com ela e a senhora que tinha feito a promessa de colocar esta menina na hierarquia do trono. Podemos ver nesse verso quando o ritual foi interrompido:

Meu nobre Imperador
 Escuta que eu vou falar
 Vou buscar Imperatriz
 Aquela pra te acompanhar —————▶ neste momento Dona Vitória pára o ritual.

Trouxeram um copo com água para acalmá-la e começaram novamente a passagem do trono. Tiraram primeiro a coroa que estava na cabeça da Imperatriz e a passaram para a menina que foi a Mordoma-Régia. Em seguida, tiraram o enfeite que estava na cabeça da menina que foi Mordoma-Régia e colocaram na cabeça da Mordoma-Mor. Também podemos ver trechos dos versos cantados nesta passagem:

Minha nobre Imperatriz
Agora eu quero falar
Não esqueça do Divino
Ao qual se pode apegar

Receba Mordoma-Régia
Esse dia feliz
Pro ano se Deus quiser
Vossa é a nossa Imperatriz

Escuta minha Imperatriz
Que Espírito Santo mandou
Vai entregar a vossa corte
A corte do meu Senhor

Levanta Mordoma-Mor
Que a hora já chegou
Encontrei caixeira forte
Na corte do Imperador

Levanta Mordoma-Régia
Que a hora já chegou
Encontrei caixeira forte
Na corte do Imperador

A idade pede outra forte
Escuta que eu vou falar
Traga a Mordoma-Régia
Para esta começar

Minha nobre Imperatriz
Escuta que eu vou falar
Na corte do Espírito Santo
A coroa me entregar

Receba Mordoma-Régia
Este dia tão feliz
Agora quem governa
É a nova Imperatriz¹⁵⁸

Depois, Dona Vitória pegou a luva das mãos da Imperatriz e colocou na Mordoma-Régia e, por último, o manto, passando para a sucessora. A caixeira-régia tirou a coroa do Divino do altar e a colocou sobre a cabeça da Imperatriz, que estava deixando o trono, e também botou o cetro nas mãos do Imperador.

Vitória finalizou este ritual, onde os ex-Imperadores desceram da Tribuna para cumprimentar as caixeiras (que começaram a cantar a despedida) e, em seguida, o Império todo desceu, cantando: “Adeus, adeus, meu Divino adeus”, dando uma volta no salão. Os devotos acenavam as mãos como se fosse a despedida do Divino até o próximo ano. As crianças que ocuparam novos cargos voltaram a sentar nos seus lugares. Os Mordomos-de-Linha passaram a ser os novos Mordomos-Mor.

Após a passagem do trono chegou a vez da distribuição de bolo e lembrancinhas que estavam nas mesas de cada criança que fez parte do Império, havendo uma verdadeira disputa. Cada caixeira recebe o seu pedaço de bolo, porque os responsáveis pelas mesas fazem questão que elas recebam esta lembrança do Divino.

Essas mesas começam a ser preparadas no domingo de Pentecostes e são vigiadas, principalmente neste último dia, para que ninguém pegue um docinho ou lembrancinha antes do tempo permitido. Elas são fundamentais para o encerramento deste ciclo festivo, onde os devotos levam pedaços de bolos de várias mesas e quantas lembrancinhas conseguirem.

No terreiro de Dona Antônia, em Nova Iguaçu, também há o derrubamento do mastro e passagem do trono, mas há distinções. Um exemplo está no momento das três machadadas, pois nem todos têm a possibilidade de participar deste ritual. Só quem bate com a machadinha no mastro são as caixeiras, as crianças que fizeram parte do Império, rezadeiras e aqueles convidados por Dona Antônia ou o caboclo Léguas Bogi Buá. Quem faz a passagem do trono é a mesma senhora que batiza o mastro, a Dona Bela (em relação à festa de 2003).

Outras distinções são as incorporações que ocorrem durante este último dia de celebração. Há momentos em que são tantas pessoas incorporadas que não dá para perceber quem está com o cada “encantado”. São os “filhos” do “Seu Léguas”, outros caboclos e “erês”, que seriam a incorporação de crianças nos terreiros. Há entidades que ficam pulando e pedindo docinho, já que também há mesas de bolos e doces, e aquelas que estão incorporando “erês” agem como crianças. No dia principal da festa também há incorporações, mas no último dia elas se intensificam. A mesa de bolos neste terreiro também é mais simples, já que casais de mordomos e Imperadores dividem as despesas das mesas.

2.3.5 A salva do Divino

Quando os festeiros não conseguem crianças para compor um Império, muitos fazem, em vez da festa propriamente dita com os três dias, somente uma salva, que é realizada em um único dia e sem a presença de crianças para fazer parte do Império. Descreverei a salva do Divino que aconteceu no Terreiro Ilê de Iansã-Obaluaiê em 2004. Após 30 anos cultuando o Divino, este foi o único ano que Dona Antônia não conseguiu organizar a celebração.

Para Dona Antônia, a cada ano se torna mais difícil convidar crianças para a sua festa. Há muitas igrejas evangélicas próximas ao terreiro e em outras ruas próximas, como Assembléias de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Católica etc. Dona Antônia fala sobre esta dificuldade em sua entrevista:

Agora eu tô encontrando muita dificuldade pra mim continuar sabe, só mesmo Deus e Divino Espírito Santo, porque ele querer tudo se resolve, porque eu tô encontrando dificuldade de encontrar criança pra sentar e a festa fica muito bonita com as crianças, né. Ficou também bonito do jeito que nós fizemos, mas ela é sempre feita

com as crianças, comecei com as crianças, mas tá sendo muito difícil, principalmente aqui, o povo é tudo crente e até os meus parentes também, já todo mundo tá virando crente, que tem uma porção de criança que podia servir. Eu tinha também uma prima que participava junto comigo, me ajudava muito, mas ela também se foi, então depois que ela se foi o pessoal dela começou a desanimar, desanimar e agora são tudo crente, tanto que a menina que ia ser Imperatriz, que era deles lá, não seguiu porque já são crentes.

Não só a Imperatriz desistiu de sentar por causa de sua família como também a criança que iria ser o Imperador, uma espécie de filho adotivo para Dona Antônia, mas a verdadeira mãe do menino o tinha levado e não permitiu sua participação na festa. Só havia um casal de Mordomos e não seria possível realizar a celebração com apenas um casal de crianças, então a única solução, para ela, foi fazer somente uma salva.

A salva foi realizada no dia que seria a festa principal, o segundo domingo de julho de 2004. Ela começou ao meio-dia com uma missa, como ocorre na celebração normalmente. Antes de começar a missa, Seu Fernando, que participa do terreiro de Dona Antônia e que também incorpora o caboclo Légua Bogi Buá, defumou o terreiro e todos que estavam presentes, cada um posicionou as mãos sobre a fumaça, esfregando-as e, ao final, faziam o sinal da cruz.

Durante a missa, o padre da Igreja Católica Brasileira sempre se referia ao Divino Espírito Santo, ao dia de Pentecostes, aos milagres de Jesus e a Dona Antônia, dizendo para ela continuar com sua festa. Ao final cantaram parabéns para o Divino. Após a missa chegou a vez das caixeiras começarem a tocar. Só estavam presentes Dona Gercy, Dona Antônia, Dona Zilda, uma “menina de Santa Tereza” e, durante o toque de caixa, chegaram mais duas “meninas”. Dona Diana e Dona Bela, que sempre tocam caixa e são parentes da zeladora, não estavam presentes devido a uma briga ocorrida em abril de 2004. Aqueles que freqüentam o Terreiro Cazuá de Mironga também não compareceram.

Como Dona Antônia estava na cozinha cuidando dos preparativos para o almoço, Dona Gercy começou a tocar a cantiga “Espírito Santo Dobrado” com versos referentes a missa, a dona da casa e ao Espírito Santo, como podemos ver a seguir:

O padre que disse a missa Ainda não se ordenou Com três palavras benditas A hóstia sagrada ganhou	1x mais o coro 1x mais o coro	Meu coração tava triste Mas agora se alegrou Graças a Deus para sempre Que a missa já se rezou
Eu passei pela igreja Eu olhei pra sacristia Vi um padre de joelho Rezando a missa do dia		Meu Divino Espírito Santo Tem de mim compaixão Pra onde eu vou, eu levo ele Pra dentro do meu coração
Senhora dona da casa ¹⁵⁹ Lá no céu tem seu acento Uma cadeira de ouro Toda bordada por dentro		Meu Divino Espírito Santo Divino Consolador Consolai a minha alma Quando desse mundo for
Senhora Dona Antônia Eu vou cantar em seu louvor Não há ouro, não há prata Que mereça seu valor		Salve o cetro, salve a crôa Salve a bandeira real Só não salve os seus Impérios Por não tá no seu lugar
Ah, meu Divino Espírito Santo Ah, eu já vim no seu chamado Na salva encontrei Ah, cravo branco desfolhado		Espírito Santo é Deus Ninguém queira duvidar Em toda parte que chega Faz o povo se alegrar
Cravo branco desfolhado Na sua capela cheira Cheira cravo e cheira rosa Cheira flor de laranjeira		

Após cantarem o “Espírito Santo Dobrado”, foi a vez das caixeiras dançarem e cantarem a “Dança das caixeiras”. Após o toque de caixa, Dona Antônia incorporou o caboclo Légua Bogi, que cumprimentou todos que estavam presentes no terreiro. Serviram o almoço em uma mesa dentro do terreiro, que continha: arroz, feijão, frango frito, maionese de macarrão, carne de porco, farofa, carne assada e torta de camarão. Diferente da festa, onde caixeiras se sentam separadas de todos, na mesa da salva do terreiro de Dona Antônia sentaram juntos: homens, crianças, caixeiras e devotos.

A filha de Dona Antônia, Rosana, ficou responsável pelo preparo dos alimentos. Ela estava vestida como uma “filha-de-santo”: com uma saia branca, camiseta branca, lenço branco na cabeça e um outro torcido no pescoço. Ninguém podia tocá-la e disse que só estava liberada após uma semana. Ela e seu irmão, que também estava de branco e com uma espécie de toca branca, estavam fazendo suas “obrigações rituais”, fazendo “cabeça” no candomblé e só tinham saído do terreiro onde estavam para a salva do Divino da sua mãe.

Havia um som na cozinha do terreiro e a música sempre estava presente. Colocaram primeiro uma fita de pagode e a festa, que estava sendo celebrada no barracão, foi transferida para a cozinha onde se deu a interação de todos os devotos. Foram oferecidos cerveja e vinho (este principalmente para as caixeiras) e os maranhenses falaram sobre sua terra, as histórias do Divino e do bumba-meu-boi. Em todos os intervalos do ritual, a cozinha era o lugar recorrente.

Após um tempo as caixeiras reiniciaram o ritual. Dona Gercy começou a tocar a cantiga “Viva o hino brasileiro”, com um andamento mais rápido. Podemos ver que nos versos cantados, principalmente pela caixeira Gercy, como eles falam de Jesus e Deus:

Viva o hino, viva o hino (2x)		Fui na horta de Jesus
Viva o hino brasileiro (2x)		Refrão Eu achei tudo bem plantado
Também viva a Santa Crôa ¹⁶⁰ (2x)		Ah, o pouco com Deus é muito
Com suas nobres caixeiras (2x)		O muito sem Deus é nada

Há três dias que eu andava	Eu tive fome, tive sede
Atrás do meu bom Jesus	Eu fui na ribeira beber
Ah, hoje eu encontrei com ele	Não foi fome, não foi sede
Crucificado na cruz	Santa Crôa, eu vim te ver

A cruz que o senhor carrega
É de madeira pesada
Por ser de madeira verde
A cada passo ajoelhava

Ao término desta cantiga, cantaram “Terezinha de Jesus”, houve outro intervalo, em que colocaram fitas de bumba-meu-boi, tambor de crioula e tambor de mina, e as atenções voltaram-se de novo para a cozinha. Às seis horas, as caixeiras recomeçaram a tocar puxando, além da “Alvorada” e “Alvoradinha”, “Senhora Santana”, “Nossa Senhora da Guia” e outras.

Após o toque de caixa deu início a ladainha e a salva do Divino, mas, como Dona Antônia não havia conseguido falar com a rezadeira Vitorinha, as senhoras presentes se reuniram para lembrar dos versos, escrevendo cada trecho que recordavam no papel. Houve, além de uma reconstrução das salvas que participaram no Maranhão, um esforço mnemônico já que só acompanhavam a rezadeira e não estavam acostumadas a conduzi-las, elas mesmas, a ladainha.

Antes de cantar o agradecimento da salva, Dona Gercy ofereceu a ladainha para o Divino. Este agradecimento foi cantado semelhante aquele sempre realizado pela rezadeira Vitorinha, mas trocaram a seqüência dos versos. Durante o agradecimento, Dona Antônia

(incorporando o caboclo Légua Bogi) ajoelhou-se diante do altar e pediu para que seus “filhos” (Rosana e Ricardo) fizessem o mesmo. Com cada “filho” ao seu lado e de mãos dadas, ele levantou os seus braços, colocou as mãos sobre o seu rosto, começou a chorar e ficou muito emocionado, como também Rosana e Ricardo.

Em seguida, os devotos foram reverenciar o Divino, ajoelharam diante do altar e alguns tocaram na fita que liga a pomba branca, já outros tocaram na coroa, sempre fazendo o sinal da cruz. Todos que se dirigiam ao altar tiravam seus sapatos. No final, o caboclo Légua Bogi abraçou os presentes, agradecendo a ajuda e dizendo como tinha sido bonita a sua salva.

No altar ficaram, do lado esquerdo, a bandeira vermelha do Divino e, do lado direito, uma bandeira branca. A coroa foi enfeitada com cetim branco, com uma pomba de madeira com duas fitas brancas dentro, e, na frente do altar, havia uma vela acesa. A espada do Imperador também estava ali. Para encerrar a salva, as caixeiras entoaram:

Pelo silêncio da noite	Refrão	Me despeço das caixeiras
Bandeira já deu sinal (2x)		Me despeço do altar
Te levanta foliôa		Se Deus quiser pro próximo ano
Que a festa vai terminar ¹⁶¹ (2x)		Aqui nós vamos voltar
Eu vou dar a despedida		Meu Divino Espírito Santo
No meio deste salão (2x)		É meu pai, é meu Senhor
Aqui dentro está enterrado		Me livrai, meu Divino
O meu nobre coração (2x)		Das trevas, meu salvador

Nesta hora, houve uma pequena procissão. Rosana estava balançando a bandeira vermelha do Divino e Ricardo, a bandeira branca. Entraram na sala onde fica um altar com alguns santos e outros símbolos e seguiram para cozinha, deram a volta e entraram novamente no terreiro pela frente, onde as caixeiras arriaram suas caixas.

Para encerrar, as crianças presentes cortaram um bolo de chocolate e junto com ele foi oferecido refrigerante. Colocaram novamente músicas referentes ao Maranhão, começaram a dançar até todos decidirem ir embora, por volta das oito e meia. Em 2005, Dona Antônia realizou a festa do Divino, já que o ano de 2004 foi o único em que não aconteceu de fato a celebração.

CAPÍTULO 3

O DIVINO E SEU UNIVERSO: A ESTRUTURA DA FESTA

Organizar uma festa do Divino que remete ao Maranhão, para esses migrantes, requer estrutura e empenho por parte dos maranhenses e dos devotos para que seja possível tal celebração. A importância de alguns não maranhenses no desenrolar festivo no que se refere tanto a parte burocrática quanto a ligada aos rituais, às tarefas femininas e masculinas, não sendo rígidas, mas direcionadas nas etapas, e à forma como o dinheiro é arrecadado e utilizado pela diretoria da Colônia Maranhense, são fundamentais para entendermos o Divino cultuado no Clube ASCAER, tornando-se distinto daqueles dentro dos terreiros maranhenses no Rio de Janeiro.

3.1 O FUNCIONAMENTO DA FESTA NA COLÔNIA MARANHENSE

3.1.1 Os não maranhenses na festa do Divino

Alguns devotos que possuem cargos importantes na Irmandade não são maranhenses. Dentro da lógica da festa, eles são importantes na organização e, por isso, veremos a trajetória de dois desses integrantes, como começaram a frequentar a celebração do Divino Espírito Santo e como conseguiram obter cargos mesmo não sendo maranhenses – Carlos Raimundo de Jesus, Seu Borracha, que é o presidente da Irmandade, e Seu Orlando, pai-de-santo que batiza o mastro há muitos anos.

Seu Borracha nasceu na cidade de Salvador em 11 de outubro de 1923. No ano de 1941, entrou para a Marinha como “aprendiz de marinheiro” e logo depois foi para a Segunda Guerra Mundial. Voltou em 1942 e mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro.

Na própria Marinha conheceu vários maranhenses e foi através de um aluno, Gato Preto (José Isídoro), que começou a participar deste festejo em 1974. Em 1977, foi convidado para ser o “padrinho do trono” do Imperador Marcos André, filho de um de seus amigos maranhenses e, no ano seguinte, foi convocado a ser o padrinho do mastro, entrando dessa forma na hierarquia do trono. Em 1979, seu neto André foi Mordomo-de-Linha, em 1980 passou para Mordomo-Mor, em 1981 foi Mordomo-Régio e em 1982 se tornou Imperador.

No ano de 1983, durante uma reunião no dia 23 de janeiro, foi convidado a ser “membro eleito da comissão de festa”. A partir desta data, passou a ser uma peça importante no que se refere à organização da celebração do Divino Espírito Santo da Colônia Maranhense. Por volta de 1998/1999, faleceu o então presidente da comissão, Pedro Albino, e aqueles que faziam parte da antiga comissão resolveram que seria necessária uma reformulação na estrutura da festa.

Seu Borracha admirava a forma que a Irmandade do Divino de imigrantes açorianos no bairro da Engenhoca, Niterói, se organizava e propôs para os demais membros da comissão a formação de uma diretoria. A escolha de Seu Borracha para ser o presidente desta Irmandade se deu em uma votação. Mesmo não sendo maranhense, ele sempre se dedicou a organização da festa, ajudando a Irmandade em tudo o que precisasse e que estivesse ao seu alcance. Para ele, o que realmente foi importante na sua escolha como presidente não foi o fato de ser ou não ser maranhense, mas a sua dedicação à celebração e a sua devoção ao Divino Espírito Santo.

Este é um dado importante no que se refere à construção das fronteiras entre maranhenses e não maranhenses. O fator primordial para um não maranhense ser aceito perante este grupo está relacionado à devoção. Um exemplo é o presidente Borracha que, mesmo sendo baiano, possui uma grande dedicação a festa e a seus preparativos, demonstrando sua afeição a celebração e ao Divino. Com isso, a categoria devoção é uma chave para entendermos como os cargos importantes são ocupados por não maranhenses, por serem considerados extremamente fiéis ao Divino, distinguindo-se de muitos maranhenses que não querem nenhum comprometimento maior em sua organização festiva.

O presidente Borracha foi convidado algumas vezes a visitar a Colônia Baiana, para ele maior que a Colônia Maranhense e que possui uma sede na rua da Constituição, no Centro. Compareceu algumas vezes em almoços de comida típica baiana e, como tinha alguma experiência com os maranhenses e se tornou diretor de um Clube Militar, o “Humaitá”, foi convidado a participar da diretoria da Colônia Baiana, mas como havia muitas divergências entre os próprios diretores, recusou o convite, como nos conta em seu depoimento:

Tinha um baiano lá, “pô, traz o Borracha pra cá, o Borracha é fera, o cara sabe trabalhar, o cara sabe de tudo e tal” e mandaram me chamar, aí eu fui na festa comer comida baiana e tal, mas eu não senti assim aquele aconchego, entendeu, não senti aquela irmandade, eu achei, eu vi muito divisor de águas, dentro de um grupo três divisões, três, que haja divergência, que haja uma oposição, né, porque eu não posso dizer sim em tudo que você fala, eu tenho minha teoria também, não posso largar a minha teoria, e lá era grupinhos, aí eu disse comigo eu tô fora, comigo mesmo, eu não vou ficar nesse negócio, perder o meu tempo aí e eu não fiquei, né.

Além de Seu Borracha, há outro maranhense importante para o ritual do culto ao Divino: Seu Orlando. Carioca nascido em Santo Cristo, entrou nesta celebração a convite de uma maranhense, Dona Iracema, mãe do primeiro Imperador, George. Antes mesmo de receber tal convite, freqüentava a igreja São José e via a comemoração organizada pelos maranhenses. Quando passava pela Avenida Brasil, próximo à comunidade Parque União via o mastro, mas não sabia de que festa se tratava, como nos conta em sua entrevista:

Eu conheci a festa do Divino há muitos anos, antes de eu entrar e participar porque eu ia à igreja e via aquele movimento, passava ali na Avenida Brasil, teve um ano que foi ali na entrada da Ilha e eu vi aquele mastro ainda cedo, aquele pessoal todo em volta, mas eu não entendia o que era aquilo, era uma coisa diferente e tinha uma pessoa amiga, até baiana, por nome Angélica, ela sempre me falava dessa festa, que havia uma senhora que fazia. Mas propriamente dito, o meu início na festa já se deu em 76, levado por uma pessoa, a mãe do primeiro Imperador. A mãe dele é Iracema, uma maranhense muito antiga, me parece que ela fazia parte do início da festa, da fundação que eu não me lembro, e ali se deu porque ela me escolheu para que fosse lá e levasse a minha afilhada, que depois foi Imperatriz, que é Ana Cecília, e ela começou carregando a bandeira, aquela coisa e tal, depois entrou, fez todo aquele trajeto que permite e que eu seria um tipo de Imperador, mas que não sentaria pela idade, e sim sentava a minha afilhada, aí se deu ali, em 76 quando eu comecei oficialmente na festa e continuo até hoje, é uma festa que eu acho bonita como todos acham, é uma festa bonita, né? E tem aquele fundo religioso e a continuar dos tempos eu passei a ser uma pessoa, sou atualmente lá, eu faço parte do culto.

Seu Orlando foi alfaiate¹⁶², trabalhou na Varig costurando uniformes durante 25 anos. Antes de ir para a Varig, trabalhou em uma alfaiataria em Copacabana que recebia encomendas de pessoas importantes da década de 60, de políticos, deputados etc. Ele conta que naquela época fazer roupas com alfaiates era só para “quem podia”, “era coisa cara”. Era ele quem fazia as roupas do Presidente João Goulart e as calças de sua esposa. Na década de 50, fazia roupas para o então jogador Zagalo, indo até a concentração do Flamengo para atender aos pedidos do seu cliente.

Mesmo tendo esta habilidade para a costura, fez somente dois mantos, para uma Imperatriz e para um Imperador, ambos sobrinhos de Seu Orlando, mas nunca teve tempo para fazer outros mantos ou roupas para o Império já que, para ele, era outro tipo de costura, de trabalho e havia uma pessoa responsável por essa parte de indumentária, Seu Pedro Albino, que também era alfaiate. Logo após a sua primeira participação na festa foi escolhido por Dona Vitória para batizar o mastro, como podemos observar em seu relato:

Eu devo lá, naturalmente no ano de 77, 78 eu já estava ativamente batizando o mastro, tanto que Vitória me escolheu para isso pela minha freqüência, por ser uma pessoa católica, religiosa, então ela achou que eu deveria ser a pessoa escolhida para isso e agora que eu recebi, nessa eleição que eles fizeram me colocaram como presidente de culto, departamento religioso, né, mas até então eu nunca tive vaidade de querer nada que não fosse cultuar e estar com o Espírito Santo.

Além de freqüentar e participar de várias Irmandades da Igreja Católica, é pai-de-santo de um terreiro em São João de Meriti, como foi descrito no capítulo 1.

Há outro não maranhense que é importante na organização da festa. Seu Donaldo comanda a cozinha durante o levantamento, dia da festa principal¹⁶³, e na derrubada do mastro. Ele era o dono do bar do Clube ASCAER e vendia as bebidas durante a celebração, mas, mesmo depois que deixou o bar, continuou participando e ajudando na cozinha nos dias comemorativos. Para a caixeira-régia Vitória, este é o verdadeiro festeiro do Divino, como podemos ver em seu depoimento:

Seu Donaldo é um festeiro do Espírito Santo, sabe por que? Porque desde que nós chegamos aqui, que conhecemos ele, ele sempre ajudou nesta festa sem pedir nada pra gente. Agora não, mas ele fica tomando conta desde a abertura da festa, de fazer essa comida, dividia tudo direitinho, nunca cobrou um alfinete da gente, até na hora de dividir o bolo a gente tem que andar atrás dele pra ele poder pegar um pedaço de bolo. A gente chama ele, só gosta quando é na hora da despedida da festa ali na machadinha, aí você vê, mas quando é na hora de dividir doce ele some. Pra dar um pedaço de bolo pra esse homem é preciso quase chorar nos pés dele pra ele poder receber.

Estes citados são os exemplos de como, para esta Irmandade, os não maranhenses são importantes tanto na organização e, até mesmo, no ritual durante a festa do Divino da Colônia e possuem prestígio em relação aos outros maranhenses. São pessoas de confiança e primordiais durante várias etapas, como no batismo do mastro, na preparação da comida servida, na estrutura festiva etc.

3.1.2 Irmandade e Colônia: forma de organização

A festa do Divino Espírito Santo da Colônia Maranhense no Rio de Janeiro era organizada através de uma comissão até o ano de 1999, quando Pedro Albino faleceu e houve a necessidade de fazer uma reestruturação nesta celebração. Para o presidente Borracha:

Quando foi em 99, em 98, mais ou menos, o presidente da comissão, que era o Seu Pedro Albino, marido da Dona Rita que falecera ano passado, ele faleceu. Aí faleceu e nós sentimos que haveria necessidade de haver uma mudança no comando da festa, quer dizer, a festa não estava se desenvolvendo como deveria ser desenvolvida.

A partir deste ano foi criada uma diretoria e Seu Carlos Raimundo de Jesus, Seu Borracha, foi eleito presidente. Para o vice-presidente Elesbão, a escolha de Seu Borracha para a presidência se deu porque: “(...) foi a pessoa mais indicada que a gente encontrou”. Ele já fazia parte da comissão de festa desde 1983 e sempre foi muito respeitado, mesmo não sendo maranhense. A caixeira-régia Vitória foi primordial na decisão de convidar Seu Borracha para a eleição do presidente, pois mesmo aqueles que queriam um conterrâneo na presidência não questionaram a sua posição. Seu Elesbão nos conta que:

(...) ele sempre colaborou muito com a gente, o Borracha, foi um colaborador muito assíduo, ajudava Imperatriz, Imperador que faltava uma coisa, faltava sapato, faltava isso ele dava, ele sempre foi (...) E aí nós, com a morte de seu Pedro Albino, nós reunimos e a Vitória o chamou, que nós éramos muito amigo, e ele aceitou.

Seu Borracha aceitou o convite e teve a preocupação de fazer uma pesquisa para montar o seu estatuto. Foi até Paraty e Angra dos Reis para conversar com os responsáveis pelas festas do Divino nessas duas cidades e foi bem recebido. Assim, Seu Borracha fala sobre a sua pesquisa para formular o seu estatuto, onde:

(...) eu consegui fazer esse histórico porque havia a necessidade, por causa do meu estatuto¹⁶⁴, né. O meu estatuto eu tirei, foi uma junção, uma junção da festa de Angra dos Reis, o estatuto deles, foi um pouco do estatuto da Petrobrás, foi o estatuto vindo lá de Alcântara, eu tenho tudo, olha, isso aqui é a festa lá de Alcântara que eu tinha, que veio pra mim (...) Aí eu fui fazendo, compondo, botando um pouquinho de um, um pouquinho de outro, tem a parte da ASCAER, tem o estatuto da Petrobrás, entende?

Em seu estatuto, Seu Borracha afirma que, no que se refere à parte burocrática da festa do Divino organizada por esta Colônia, há a influência não só do estatuto daquela celebrada em Alcântara (MA), como de outras comemorações do próprio Estado do Rio de Janeiro (Angra e Paraty), de empresas como a Petrobrás, do Clube ASCAER e até mesmo daquela festa organizada por açorianos no bairro da Engenhoca, Niterói.

Quando foi criada a diretoria, somente quatro pessoas que faziam parte da antiga comissão permaneceram: Vitória, Elesbão, Marismar e Borracha. Cito apenas aquelas pessoas que possuíam cargos importantes e que os mantiveram na diretoria. A reunião de todos aqueles que tomaram posse de suas colocações foi marcada para o dia do levantamento do mastro de 1999. No documento sobre o histórico da festa há registrado, além do dia da posse de todos os diretores, vice-presidente e presidente, o estatuto da parte social da Irmandade como vemos a seguir:

Reunião do dia 20/02/1999, na sede ASCAER, reuniram-se toda a comissão de festa para decidir o seguinte:

Fosse extinta a comissão de festas.

É criado os conselhos: Deliberativo e Fiscal; Diretoria Administrativa; Dep. Religioso.

Que a posse dos Conselhos e Diretores será dia 09/05/99 (dia do levantamento do mastro), sessão solene de acordo com a programação.

Do Social

I – Todos os anos, no dia da festa do Divino, fazemos visita e entrega de donativos ao Hospital Leprosário Frei Antônio – Rua São Cristóvão/ n.º. 870.

II – Fazemos visitas e ajudas diversas aos membros da Colônia Maranhense e até mesmo a outras pessoas que não são da Colônia, quando enfermos.

III – Comparecemos e até ajudamos a sepultamentos.

IV – Motivamos aos senhores pais e responsáveis das crianças para que façam o catecismo (1.ª. Comunhão), que só assim poderão subir ao trono como Imperador e Imperatriz.

V – O nosso objetivo é maior atividade na parte social e cultural, quando tivermos a nossa sede, promovendo ensinamento da cultura nordestina. Dança folclórica, artesanato, comidas típicas etc.¹⁶⁵

O próprio presidente Borracha organizou os preparativos para a posse de toda a diretoria. Ele possui um “caderno” onde faz várias anotações desde que começou a participar efetivamente da festa. Nele observei um desenho feito para o dia da posse, mostrando e delimitando a disposição de todos os diretores e membros em uma grande mesa, na qual aqueles que fizeram parte do começo da celebração na comunidade Parque União, como Dona Vitória e Seu Elesbão, tinham um lugar de destaque. Também participaram desta solenidade o presidente e a secretária do Clube ASCAER.

Tomou posse neste dia a secretária da diretoria, Dona Fátima, o vice-presidente, Seu Elesbão, Dona Vitória no departamento religioso, Sidnéia¹⁶⁶ (filha do Seu Borracha) no conselho jurídico, Antônio Inácio Diniz como tesoureiro, entre outros. Não chamavam a comissão de Irmandade, ganhando este *status* após a formação da diretoria. Também foi só após a implantação da diretoria que esta Irmandade foi registrada juridicamente.

Parte desta regulamentação se deu pela luta do presidente Borracha em conseguir uma sede para a Colônia, uma das suas principais metas, se não for a maior delas. Entra neste momento, mais especificamente no ano 2000, o jogo político entre a Prefeitura e alguns

integrantes desta diretoria em relação à obtenção de um terreno ou prédio antigo para a instalação da Casa do Maranhão.

É importante destacar a colaboração de uma maranhense que é uma espécie de “Relações Públicas” desta Colônia, cargo recentemente conquistado por seus esforços em relação à grande ajuda no que se refere à aquisição de uma sede para a Irmandade. Dona Ildenir trabalhou durante anos na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e diretamente com o Prefeito César Maia. Nas eleições de 2000, César Maia fez campanha para arrecadar votos na Colônia Maranhense e compareceu a um jantar organizado por Dona Ildenir em sua casa, onde ele sugeriu para a Colônia que fosse implantado no Rio a “Casa do Maranhão”, como relata Dona Ildenir em sua entrevista:

(...) e o César Maia na última campanha dele, fiz um jantar lá em casa e ele foi, participou, ele com uma amiga nossa que hoje é a Dalila e ele mesmo deu a idéia de criar um Centro Cultural do Maranhão aqui no Rio, até porque ele conhece o Maranhão mais do que eu, aí, quer dizer, isso foi na campanha dele de 2000 e até hoje. Aí quando foi a coisa de seis meses atrás eu passei um e-mail bem mal criado pra ele (...) e ele falou pra que eu arrumasse um imóvel que a Prefeitura banca, só que não é fácil porque quase o município não tem imóvel disponível, quem tem é o Governo do Estado e o Governo do Estado (...) se o Brizola tivesse ainda vivo, se na época tivesse sido o Brizola, a gente tinha conseguido com certeza.

Este desejo em construir uma sede para Colônia e, além disso, incluir nesse espaço o repasse da cultura do Maranhão é antigo. Segundo Dona Ildenir, seu ex-marido já havia falado sobre esta idéia e até mesmo os próprios diretores da Colônia se sentem incomodados em sempre depender de um espaço, pago ou não, para a festa. Até mesmo para as reuniões é, segundo Seu Borracha, complicado, porque o Clube ASCAER tem a sua programação e, quando elas ocorrem no clube, os diretores procuram um lugar mais reservado. Durante o dia pode haver um jogo de futebol na quadra ou acontecer algo no salão de festas do clube.

Quando César Maia chamou a atenção da Colônia para construir um centro cultural referente ao Estado do Maranhão, sendo um espaço para mais do que a festa do Divino Espírito Santo, Dona Ildenir e o presidente Borracha começaram a desenvolver o projeto “Casa do Maranhão”, contendo todas as propostas, o que constaria e seria oferecido neste espaço¹⁶⁷. Seu Borracha considera Dona Ildenir uma pessoa culta, inteligente e a mais apropriada para formular e estruturar este projeto, ganhando a posição de coordenadora de projetos.

Dona Ildenir começou a freqüentar a festa do Divino no ano de 1984, levada por sua mãe quando, segundo Ildenir, a celebração estava sendo realizada em um clube em Realengo. Participa desta comemoração há vinte anos e a mãe, Maria Rita é, para ela, uma das fundadoras juntamente com Dona Vitória, Iracema e Filomena. Aos poucos, foi ajudando a antiga comissão de festa, principalmente no que se refere ao ônibus que leva os devotos da igreja para o clube, pois trabalhou na Câmara dos Vereadores e sempre conseguiu auxílio no transporte dos devotos. Nunca participou das reuniões da diretoria efetivamente¹⁶⁸ e sempre que fala sobre sua inserção diz que tem muita cautela em relação àqueles que participaram da organização desde o seu início, sobretudo para não “passar por cima” da autoridade deles, dos mais velhos, como nos conta em seu depoimento:

(...) então se me pedir eu faço, se não pedir eu dou até sugestão, mas eu espero que eles me peçam, porque é um pouco delicada essa questão. Seu Carlos não, seu Carlos é um doce. Seu Carlos, por ele, eu já estava na diretoria, mas eu acho que é uma coisa que tem que ser, tem um consenso, né, não é porque eu gosto de você que vou, apesar que precisa (...).

Após a eleição, Dona Ildenir e Seu Borracha iniciaram a formulação desta “Casa do Maranhão” e, com a vitória de César Maia, começou também a busca por um terreno para a construção desta sede. Segundo Ildenir, quem ajudou realmente a formular este projeto foi seu sobrinho, Cláudio Bastos, que está morando no Piauí e é arquiteto.

O projeto está dividido em sete partes: Apresentação, Histórico, Folclore, Culinária, Cidades, Ecologia e Curiosidades. Está baseado em contar a história das cidades e regiões importantes do Maranhão, o folclore, festas celebradas e comidas típicas, para a maior compreensão do universo da cultura maranhense. Na apresentação do projeto aparece efetivamente o argumento da Colônia em relação à necessidade de se conseguir uma sede:

A obtenção de um espaço para sua sede será fundamental para que se amplie, não só o número de membros e organização de eventos, mas também estendendo nossa atuação, orientando e amparando nossa comunidade nos momentos de dificuldade. Manter viva a cultura dessa terra distante é fundamental na vida de todos nós. Nossas histórias e nossa alegria contagiam e instruem outros amantes da cultura nacional. O Maranhão é nossa raiz e o Rio, nossa terra adotiva. Por isso gostaríamos de contar com o apoio de todos que queiram participar no sentido de dar continuidade ao nosso trabalho. Sentimos então a necessidade de possuímos uma sede própria que nos permita continuar organizando nossas reuniões e festas, além de dar mais credibilidade para obtenção de apoio para execução de novos projetos. Para implementação desse sonho buscamos apoio de empresários, do Governo do Estado do Maranhão, da Prefeitura Municipal de São Luís e de outros municípios maranhenses.¹⁶⁹

O projeto “Casa do Maranhão” pretende buscar parcerias para o seu financiamento não só através da Prefeitura do Rio de Janeiro, mas também do próprio Maranhão. Até o momento, não há nenhuma parceria com o Governo do Estado do Maranhão, Centros Culturais de São Luís ou ajuda de algum empresário.

A “Casa do Maranhão” visiona construir os seguintes espaços: 1 – Secretaria; 2 – Sala de reunião; 3 – Mini-auditório, 4 – Pátio para festas folclóricas; 5 – Áreas de exposições (permanentes e temporárias); 6 – Biblioteca; 7 – Loja (para artesanato, publicações e CDs referentes ao folclore nacional e do Maranhão, especificamente); 8 – Bar; 9 – Cozinha; 10 – Banheiros.

Há um outro objetivo que não foi colocado no projeto. Para Seu Borracha, é importante a construção de uma espécie de “alojamento” para abrigar aqueles migrantes que chegam ao Rio de Janeiro sem saber onde moram parentes ou sem emprego. Já para Dona Ildenir, é fundamental para trazerem artistas e grupos do Maranhão para se apresentarem no Rio de Janeiro, barateando a vinda desses grupos. Seu Borracha explica em sua entrevista a importância em se construir um alojamento para acomodar maranhenses recém-chegados:

Fazer um alojamento emergencial, a pessoa chega aí na pior e não tem lugar e fica lá, fazer um hotel, um hotel com um salão para abrigar, no máximo, dez pessoas, com banheiro, tudo descente, como emergência. O cara chega e até achar os parentes fica lá (...) É, esse é o meu desejo, porque eu tenho exemplo disso aqui, eu já tive exemplos de pessoas que chegaram aqui e ficaram na pior (...) E tinha que ter um local né, é claro que terá um regulamento, terá um regimento interno, só pode chegar até dez horas da noite, seis horas tem que tá todo mundo em pé procurando seu caminho pra trabalhar, senão nego vai ficar dormindo de graça até as dez horas da manhã, tem que ter o seu regulamento, levantou, tem que cada um limpar o banheiro, limpar a cozinhezinha, tem que ter um regulamento, então o meu desejo era esse, fazer pra Colônia ver, fazer isso, né, mas vamos ver se sai isso aí porque tá havendo dificuldade.

O grande objetivo de Dona Ildenir e do presidente Borracha é fazer uma espécie de assistência social para aqueles migrantes maranhenses que ainda não se estabilizaram em algum emprego ou casa. Para que isso possa ocorrer será necessário fazer uma sede capaz de comportar toda essa expectativa, tanto em relação ao que poderá ser oferecido a quem procurar a “Casa do Maranhão”, quanto fazer uma pesquisa sobre seu estado, ver e fazer algum tipo de oficina relacionada à cultura maranhense ou seu artesanato etc.

Seu Borracha fala de sua inspiração nos açorianos que celebram o Divino na cidade do Rio de Janeiro e da infra-estrutura que possuem nas Irmandades e na Casa dos Açores. O próprio departamento religioso, segundo ele, surgiu em função da festa do Divino dos açorianos em Niterói, conforme nos diz: “Esse departamento religioso não é cria minha tá, eu copiei, que tudo no Brasil nada se cria, tudo se copia (...) eu copiei, trouxe pra minha festa vindo de lá da Engenhoca, porque a Engenhoca é o símbolo da organização”.

Os problemas para a construção da “Casa do Maranhão” começaram no momento em que o Prefeito colocou as opções de terrenos disponíveis. Um ficava no bairro das Laranjeiras, mas para o presidente não serviu, pois o terreno fica entre dois prédios de classe média alta e poderia haver retaliações dos moradores dos próprios prédios em relação à música e ao toque dos tambores e caixas. Houve receio de sofrerem algum tipo de preconceito.

Um outro terreno estava em uma área onde há traficantes e o próprio presidente relata em uma visita que viu crianças com armas nas mãos e na mesma hora rejeitou o terreno. O outro ficava na rua do Lavradio, no centro da cidade. Esse seria o lugar ideal já que, para Seu Borracha, esta rua foi revitalizada, ganhou *status* por seus antiquários e pelas casas onde se toca música popular brasileira. O único problema foi o espaço, que não era suficiente para a construção de uma sede e para se fazer à festa do Divino, porque o terreno é pequeno.

Tiveram outra idéia: conseguir pela Prefeitura um imóvel para servir somente como sede, pois todos os objetos da festa do Divino estão espalhados nas casas de vários diretores e com a morte de Dona Rita¹⁷⁰, que guardava em sua casa, na Lapa, grande parte dos objetos, os diretores assumiram essa responsabilidade. Pude observar na própria casa de Seu Borracha as caixas espalhadas pela sala, sem falar das bandeiras, que estavam guardadas em outro lugar de sua casa.

Mas houve um outro problema, a maior parte dos imóveis na cidade do Rio de Janeiro pertence ao Estado e não à Prefeitura. A Colônia quer um imóvel na zona portuária ou em São Cristóvão, mas já foram avisados que na zona portuária os imóveis pertencem ao Governo do Estado. Dona Ildenir recebeu uma lista com alguns imóveis que eles podem utilizar como sede. O grande problema é que tem que ser um imóvel em uma região central, de fácil acesso, já que muitos diretores e devotos moram na Zona Norte, Zona Oeste, na Baixada Fluminense ou regiões próximas.

Uma outra possibilidade estava na antiga sede da TV Rio, mas que foi arrendada pelo Bispo Rodrigues, através da Prefeitura. A idéia do Bispo era fazer um centro de informática, mas Dona Ildenir relata que esse centro foi invadido pelos mendigos. Sobre essa possibilidade, Dona Ildenir conta que:

(...) eu tinha um prédio em vista, onde foi a sede da antiga TV Rio (...) a gente queria pegar aquilo ali, que era até o Bispo Rodrigues, que ele arrendou aquilo com a Prefeitura porque a nossa idéia era criar aquele espaço, tipo uma pousada quando viessem shows do Maranhão pra cá, agora é época do boi e trazer o boi pra cá, ter um lugar para as pessoas ficarem, que sairia muito mais barato, criar um centro social bom na área de educação, tudo, um serviço social legal, mas aí o Bispo Rodrigues não chegou em acordo comigo (...) Não, agora eu não sei se interessa, porque ali é perto do São Carlos, aí a gente também fica um pouco preocupado né, porque agora no Rio tá tão complicado de você, aí eu tô vendo agora, eu tô com uma relação de imóveis lá na Saúde, na Gamboa e eu vou ver se consigo um desses imóveis pra gente fazer alguma coisa.

A luta desses migrantes em conseguir construir ou reformar uma sede segue e não sabemos quando ou como ela irá terminar. Ela vem desde os tempos da comissão de festa, de Seu Pedro Albino, e que ainda não era pensada como “Casa do Maranhão”, porque o espaço que ocupam com a celebração e a falta de uma sede sempre foram preocupações eminentes.

Além da dificuldade em conseguir um terreno para a construção da “Casa” e da possibilidade somente de uma sede, muitos dos maranhenses e devotos gostam da localização da Ilha do Governador como o espaço para o culto ao Divino porque é de fácil acesso e mais próximo do que o centro da cidade, mas sabem da necessidade em conseguir um lugar para, pelo menos, guardar os objetos utilizados durante a festa.

Mesmo que não consigam a tão desejada sede, os futuros diretores deverão perseguir este objetivo. Essa questão é importante, já que se trata da própria continuidade da comemoração. Desde a comissão de festa até surgir a diretoria, alguns diretores e coordenadores entraram e saíram da organização da celebração ao Divino. A própria mudança de comissão para diretoria demonstrou essa transformação. Seu Borracha conta que convidaram outras pessoas “mais chegadas” para fazerem parte da diretoria, como Dona Fátima (que é a secretária) e a Dona Rose (mulher de Seu Diniz, um dos diretores).

Todos esses citados já fazem parte da festa há muitos anos, desde o seu começo, mas para a Dona Ildenir tem que haver uma renovação na diretoria, como vemos na entrevista:

(...) outro dia eu falei, Seu Carlos, tá na hora de colocar essa garotada nova porque a gente tá ficando velho, né, vai passando os anos, o Seu Carlos tá muito cansadinho, e depois, com o problema da morte da filha dele, que foi uma coisa que ele ficou muito abalado, e as pessoas, o Seu Elesbão tá distante, porque ele resolveu sair do Rio, tem o Seu Diniz, mas o Seu Diniz também é uma pessoa cheia de compromisso, Vitória, que era a nossa bandeira, foi embora, quer dizer, ela vem 15 dias antes pra organizar e é uma pessoa assim incansável com essa parte religiosa, eu acho que tá na hora dos antigos Impérios que participa, dessa turma já começar, que a cabeça jovem pensa de maneira diferente, né, já tem outra visão da coisa, que tá na hora daquilo crescer um pouco mais, se não, se continuar assim, Vitória faltando, acaba.

A questão do tempo é fundamental quando se trata de participar da diretoria ou mesmo para ser o presidente desta Colônia. As crianças que participaram do Império e que permanecem até hoje assistindo e praticando a devoção ao Divino são importantes na lógica da continuidade. Muitas fazem parte hoje em dia da diretoria, mas o tempo de cada um deve ser desdobrado para sua família, trabalho e fé. Há a necessidade de administrar o tempo para cada dever e a cobrança desses jovens diretores se intensifica com a proximidade da festa.

O próprio presidente fala que ser aposentado, para ele, facilita muito, porque foca o seu tempo na Colônia e na festa. Vai a reuniões com o Prefeito, durante algum tempo ia à casa de Dona Ildenir para formular o projeto “Casa do Maranhão” e depois procurou um terreno para a construção da “Casa”. A sua responsabilidade cresceu em função do vice-presidente Elesbão ter se mudado para Araruama, cidade próxima ao Rio de Janeiro e localizada na Região dos Lagos, fazendo com que muitos problemas referentes à Colônia tivessem que ser resolvidos por telefone.

Para os mais novos é praticamente impossível essa dedicação quase que exclusiva aos problemas da Irmandade e, quando se pensa em um próximo presidente, vê-se a impossibilidade de um jovem assumir essa responsabilidade em relação ao seu cotidiano. Seu Borracha pensa sempre em pessoas que, como ele, são antigas na celebração. Uma das possibilidades é o vice-presidente, sendo o seu “braço direito”, e a outra opção é a filha da caixeira-régia Vitória, Ildégna, que sempre acompanha a mãe e a ajuda na organização. Assim, muito do conhecimento de Dona Vitória sobre a festa está sendo repassado para a sua filha. Sobre a sua condição física e quem pode ser o futuro presidente, Seu Borracha fala que:

Mas eu gosto de trabalhar, só que agora eu tô sentindo, não vou mentir, eu tô sentindo a realidade, a doença, realmente, a artrose, todo o homem, não sei se o seu pai é assim, mas todo o homem é vaidoso, eu faço o meu pé, eu faço a minha unha, eu faço barba de três em três dias, eu então, eu me cuido, só que eu tenho essa tristeza, sabe Carla, então eu tô vaidoso, eu tenho roupa de bater, sabe, roupa cotidiana, tenho roupa pra festa, tudo arrumadinho, tudo certinho, passado, mas chega um ponto que não dá mais, entendeu, eu tô sentindo já cansado, tô cansado mesmo, né, e peço, agora mesmo eu tava, falei com a Fátima hoje, que é aniversário dela, Fátima eu quero ver se eu falo com Vitória ou falo com a Ildégna, que é a filha da Vitória mais velha, pra ver se ela aceita, porque ela é formada (...) Que ela fosse, que aceitasse o cargo de presidência, eu dava apoio a ela sabe, mas eu não sei, parece que ela está um pouco fragilizada, tá um pouco doente. O Diniz não pode ser, Diniz tá também com a idade avançada e tá doente, ele tá inclusive com aquela doença, labirintite, ele se esquece das coisas, né (...) entendeu, e ele tem uma pessoa, porque ele é advogado, ele tem recurso financeiro, ele tem uma qualidade de vida boa, entendeu, ele sabe das coisas, ele endente bem toda a situação, mas ele não quer, ele não pode. Elesbão, por sua vez, ele não pode, agora mesmo ele se aposentou e foi lá pra Região dos Lagos.

Seu Borracha também já pensou nos mais novos, naqueles que acompanham a festa há muitos anos, mas vê claramente como o trabalho consome o tempo que é necessário para ser o futuro presidente:

(...) já falei com todos eles, porque eu tenho a ala jovem, eu procurei botar a ala jovem, eu tenho o Maurício, que foi Imperador, tudo com antecedentes, Maurício foi Imperador, é formado em Educação Física, é o meu diretor de esporte, o Gilberto foi Imperador, foi Imperador depois do meu neto, é cabo-bombeiro, a Eliane foi Imperatriz, é formada em Instrumentista, mas não pode (...).

Ele decidiu que mesmo com o seu grave problema de saúde permanecerá em seu cargo. Mas até quando? Pensar em outro presidente é ponderar uma transição tranqüila e bem calculada, mas parece que esse cargo é vitalício se refletimos sobre a trajetória de Pedro Albino para Seu Borracha. Só houve uma mudança de liderança com a morte de Pedro Albino que, por sua vez, só assumiu a liderança da festa com a morte de Seu Manoel Colaço¹⁷¹.

Uma outra questão é a própria divulgação da festa, principalmente para os maranhenses que moram no Rio de Janeiro. Através de um levantamento feito no IBGE pelo Censo 2000, pude comprovar que moram na cidade do Rio de Janeiro cerca de 48.000 maranhenses e no Estado do Rio, cerca de 74.000. Esta Colônia, portanto, agregaria uma parcela mínima de migrantes nesta cidade, já que são 3.200 associados e cerca de até 800 pessoas a assistirem e a participarem desta celebração.

A partir desses dados, outras questões se tornaram importantes: Será que a festa do Divino Espírito Santo realizada pela Colônia Maranhense na cidade do Rio de Janeiro tem como papel unir, organizar ou desagregar esses migrantes? Qual será a visibilidade desta Colônia para os maranhenses que moram na cidade do Rio de Janeiro? Acredito que a celebração e, conseqüentemente, aqueles migrantes que aparecem em seus festejos sejam os maranhenses que se identificariam com uma mesma devoção: o Divino Espírito Santo. Será que aqueles que participam da comemoração são realmente devotos do Divino, ou o espaço onde a festa se realiza também tem como papel a reunião daqueles migrantes em busca por uma identidade?

Podemos dizer que este espaço onde ocorre a festa está ligado a noção de “fato social total” (MAUSS, 1974), relacionado com a busca da identidade maranhense no Rio de Janeiro, a prática de suas devoções, ativando memórias das festas que participavam em sua terra natal e procurando compartilhar as suas lembranças com pessoas que viveram no Maranhão e que hoje em dia moram no Rio, partilhando as saudades que sentem de seu Estado e de tudo que remete a ele.

A festa tem como papel unir aquele grupo de migrantes que celebram o Divino há 38 anos, de agregar os seus parentes e amigos que chegaram ao Rio de Janeiro. Com isso, a celebração no Clube ASACER gira em torno das mesmas famílias, dificultando o acesso de novos participantes.

A diretoria da Colônia Maranhense estava apostando em uma sede e na própria “Casa do Maranhão” para que a Colônia e o próprio culto ao Divino tivessem uma maior divulgação. Para Dona Concita, a Colônia deve abrir a sua porta não somente para os migrantes maranhenses, mas também para os cariocas que fossem devotos do Divino. A divulgação da festa em jornais, rádio e televisão, para ela, é fundamental para que essa celebração fosse realmente difundida na cidade, como Dona Concita nos conta em sua entrevista:

Não sei, porque depois desses quatro anos que eu fiquei ausente, eu me dou muito bem com o presidente, que hoje é o presidente da Colônia Maranhense, que não é maranhense, ele é baiano, o tesoureiro sim, é maranhense e foi fiscal do Ministério do Trabalho, um homem de bastante conhecimento, mas eu acho que a Colônia Maranhense tem que expandir melhor o evento, em vez de ficar restrito só aquele grupo, não é? Eu acho, eu cheguei pra ele esse ano e disse: olha, eu fiquei ausente fisicamente, mas espiritualmente eu estou com vocês, eu não deixei de participar financeiramente, mandando a minha gratidão, oferecendo a gratidão para os lázaros, mas tem tanto maranhense que não participa da festa, falta uma divulgação, faixa ou jornal, a Alcione fazer um show assim beneficente para homenagear os lázaros, a Colônia Maranhense restrita a um grupo de 10 a 12 pessoas? Não tem mais de 12 maranhenses no Rio de Janeiro? Ficaria muito mais bonita, bem mais participada e, de repente, ganharemos um espaço para celebrar o Divino, eu acho.

A questão em chamar maranhenses famosos para ajudar a divulgar a Colônia foi um ponto a ser questionado por Dona Concita, falando que é importante algum diretor entrar em contato com a cantora Alcione, convidá-la para a comemoração ao Divino, porque é uma pessoa importante em relação à própria divulgação tanto da Colônia quanto da festa. Dona Concita ainda fez uma comparação em relação a outras Colônias, como a portuguesa, e como ela é bem mais articulada:

(...) acho que, se divulgar mais, a festa fica mais bem celebrada, mais divulgada, mais participada, né, eu acho que, se é um evento da Colônia Maranhense (...) a Colônia Portuguesa, ela não faz demonstrativos e é bem divulgada, assim como outros países que vem para o Rio de Janeiro, o Maranhão é o Brasil.

O ponto sobre a identidade, de ser maranhense no Rio de Janeiro, é um fator importante e primordial para este grupo, que sempre está em busca de manter os laços com sua terra natal, praticando suas devoções não só através do Divino, mas também nos outros terreiros de maranhenses no Rio de Janeiro, com o toque de tambor de mina, na festa com o tambor de crioula, com o bumba-meu-boi etc.

3.1.3 Despesas durante a festa

A festa do Divino Espírito Santo da Colônia Maranhense reúne entre 400 e 800 pessoas¹⁷² durante os três dias de celebração. Distinguindo-se daquela para São José de Ribamar, no decorrer dos dias de comemoração para o Divino tudo o que se consome, excluindo a bebida, é de graça e sempre com muita fartura.

O número de devotos que passou a participar dos festejos aumentou gradativamente e os gastos foram acompanhando o crescimento da celebração. Hoje em dia, o custo total, segundo o vice-presidente, é de cerca de quatro mil reais, contabilizando todas as despesas, em especial a comida oferecida, pois a coisa que não pode faltar é comida para os devotos.

O dinheiro para a festa é arrecadado entre os diretores, as crianças que fazem parte do Império e a própria comunidade, onde cada membro cadastrado recebe em casa, todos os anos e com bastante antecedência, uma carta enviada pelo presidente Borracha contendo o convite e uma lista¹⁷³ para a contribuição de alguma jóia¹⁷⁴ para ajudar nas despesas da Irmandade. Com a mudança da missa para a igreja de São Cristóvão, Seu Borracha fez questão de enviar fotos da igreja e uma Circular Administrativa, contendo a cota para cada membro do Império:

- a) Imperador e Imperatriz – R\$ 300,00.
- b) Mordomo e Mordoma-Régis – R\$ 250,00.
- c) Mordomo e Mordoma-Mor – R\$ 200,00.
- d) Mordomo e Mordoma-de-Linha – R\$ 150,00¹⁷⁵

Grande parte das cotas e donativos é recolhida em um mesmo dia: no levantamento do mastro. A cota de cada criança do Império é responsável por metade da arrecadação para os gastos da festa. Devotos contribuem com o que podem, entretanto, cada diretor teria uma cota mínima de cinquenta reais para colaborar com os gastos, porém não é exatamente o que acontece. Muitos não têm condições de ajudar com nada e alguns contribuem com mais de cinquenta reais ou com algum tipo de doação de alimentos. Para Seu Elesbão, das 30 pessoas que fazem parte da diretoria, cerca de 10 cooperam efetivamente com a cota. Sobre a arrecadação de dinheiro para os gastos e como é estabelecida a jóia para cada criança do Império, o presidente Borracha argumenta que:

Não, muda de acordo com a inflação, né (...) Nesse ano nós sabemos, ó, o feijão aumentou, a carne aumentou, então nós nos reunimos três meses, quatro meses antes, a cota esse ano vai pra 350, porque aumentou tudo e tal, então não vai dar. Porque nós damos comida pra muita gente, além da cota financeira, alguns diretores, como o Diniz, ele dá uma saca de arroz, o Elesbão dá 20 quilos de macarrão, eu dou 10 quilos de feijão. Além da minha cota, além da cota fixa, nós ainda damos o material, né, os artigos pra poder ajudar, porque, se não, não dá. E a doação das pessoas que nos chegam é pouca, às vezes, uma menina do trono, não me lembro bem o nome dela, que deu um cheque pré-datado pra 10 dias depois da festa.

Além de contar com imprevistos, como o cheque pré-datado de uma menina que participou do trono, às vezes pode acontecer da mãe de alguma criança que esteja participando do Império não ter condições de dar a cota de sua filha ou filho, então os próprios diretores fazem uma espécie de “vaquinha” até atingirem a quantia que deveria ser doada por determinada criança.

As crianças que participam do Império têm o compromisso não só com a cota para a Irmandade, mas seus pais também pagam toda a indumentária utilizada durante a festa e montam as mesas de bolos e doces. O manto geralmente é doado por devotos que fizeram algum tipo de promessa e compram os mantos para o Imperador e para a Imperatriz se a graça for alcançada. Muitos mantos são confeccionados e bordados em São Luís.

Seu Pedro Albino, até a sua morte, era o responsável pelas roupas de todas as crianças do Império porque era alfaiate. Comprava o tecido, confeccionava as roupas e depois estipulava um preço a ser pago pelos pais de cada criança. Os mantos não eram confeccionados por Pedro Albino. Dona Vitória é a responsável em dizer qual é a cor da indumentária de cada Mordomo (a) e da Tribuna¹⁷⁶.

Os gastos durante a celebração do Divino são dos mais variados. Só com a missa a Irmandade gasta 400 reais, com o cozinheiro e um ajudante no dia principal da festa gastam mais 400 reais e até para lavar toda a louça pagaram 70 reais na comemoração de 2004. A fanfarra que toca durante a procissão e a ladainha no dia principal também custa 400 reais.

Há gastos com o mastro: o corte da árvore de eucalipto na Ilha do Fundão e seu transporte até o clube, localizado na Ilha do Governador, custam cerca de 80 reais. O padrinho do mastro contribui com 100 reais para a compra de alimentos e bebidas para enfeitá-lo¹⁷⁷. Também é dever dos padrinhos do mastro colaborar com a quantia que puderem para ajudar nas compras dos alimentos para o jantar do dia do levantamento do mastro.

Depois que a celebração acaba, a Irmandade paga alguém para cortar o mastro e queimá-lo, mas geralmente o Clube ASCAER aproveita a madeira para fazer a fogueira da festa de São João. O buraco que foi feito no estacionamento do clube para ser colocado o mastro tem que ser fechado após a comemoração, sendo pago de 20 a 25 reais para isto.

Nunca cobraram nenhum tipo de aluguel do salão, que, segundo o presidente Borracha, gira em torno de 500 reais por dia. Esta oferta, para a diretoria, é uma espécie de troca entre a Irmandade e o clube. No decorrer da festa, o bar do clube vende as bebidas consumidas pelos devotos, já que durante o almoço e jantar a Irmandade não se responsabiliza pela bebida, exceto para as crianças do Império e para as caixeiras.

Indagado sobre os gastos do próprio clube em relação à comemoração do Divino, o vice-presidente Elesbão disse que: “Não, acho que era uma troca porque o bar é deles, então nós compramos, nós pagamos o resto, gás, compramos gás, essas coisas, mas não pagamos luz, não compramos papel higiênico, nada, tudo da ASCAER”. Durante a celebração, o clube disponibiliza o porteiro e uma faxineira para a manutenção do banheiro, pagando hora extra. Segundo o presidente Borracha, o clube tem um gasto de 700 reais por dia de festa, incluindo a luz, água, hora extra de funcionários etc, só não menciona se esse cálculo já está incluindo o valor do aluguel que o clube deixa de arrecadar.

Sobre a comida oferecida aos devotos, em todos os anos é servida, geralmente, a mesma coisa, como macarrão, galinha, carne assada e alguns pratos referentes ao Maranhão, com o caruru e torta de camarão (servida para o Império). A caixeira-régia Vitória fala sobre os pratos servidos na festa do Divino em São Luís e as dificuldades de fazê-los no Rio: “(...) sempre tem carne assada, tortas, caruru, vatapá, lá se faz muito, aqui eu só faço caruru só dia do mastro (...) lá tem porque lá tem facilidade de fazer, né, bobó. Eu aqui, pra eu fazer o caruru aqui, eu trago camarão do caruru lá do Maranhão”.

Em todos os anos que fiz o trabalho de campo, sempre foi servido no dia do levantamento do mastro o caruru. Durante a festa do Divino, é servido: carne assada, frango frito, macarrão, peixe frito, maionese, farofa, feijão, arroz, caruru, tortas etc.

Há somente pequenas variações nos pratos servidos durante os três dias de festa e quem decide com certa antecedência a comida é a própria diretoria, respeitando sempre o dia do caruru no levantamento do mastro. Mesmo com os diretores “escolhendo” o cardápio é a caixeira-régia Vitória a responsável em pesquisar preços e comprar todos os alimentos, mas sempre com a ajuda de algum diretor que esteja de carro.

O presidente Borracha tem uma lista de tudo o que precisa e a quantidade de cada alimento e tempero para os dias de festa. Segundo a sua lista, a Irmandade compra: 10 kg de

feijão preto, 80 kg de carne bovina, 100 kg de frango, 4kg de carne seca, 60 kg de arroz, 30 kg de macarrão, 40 kg de batata, 3kg de cebola, 1kg de alho, 6 latas de óleo, 2 latas de azeite, 6 dúzias de ovos, uma lata grande de margarina, 5kg de sal, 3kg de pimentão, além de cenoura, tomate, limão, maionese, “farinha de mesa”, farinha de trigo, açúcar etc.

Para Seu Borracha, houve um “erro de avaliação” na compra da comida da festa de 2003, estragando uma grande quantidade de frango:

Quer dizer, é função do departamento religioso, mas não sei o que foi que houve, o cozinheiro era inexperiente, aí tivemos uma perda, dinheiro gasto, duas caixas de frango, é muito frango, mais de 20kg de frango, cada caixa tem 10kg de frango, aquelas caixas grandes de supermercado.

A quantidade de comida a ser comprada pode variar, dependendo do número de pessoas a participarem da festa, mas não há um número certo, apenas uma estimativa. Ainda sobre a quantidade de alimentos a ser comprada, o vice-presidente Elesbão faz o seu cálculo da festa de 2004: 100 kg de coxa de frango, 80 kg de carne, 10 kg de carne moída, 30 kg de arroz (porque um maranhense doa os outros 30 kg), 12 kg de feijão¹⁷⁸, 12 a 13 kg de macarrão, uma “saca” de batata e cenoura, 5 a 6 kg de cebola, 2 kg de sal, 20 latas de óleo.

Podemos ver algumas distinções em relação à quantidade de alimentos para o presidente Borracha e para o vice-presidente Elesbão. Um indicativo desta diferença está no fato da lista do presidente estar defasada em relação aos anos que ela foi elaborada. Talvez sua intenção em me mostrar esta lista fosse me dar uma estimativa do que se compra para a festa. Já Seu Elesbão falou sobre a quantidade de alimentos comprados para a celebração de 2004, sendo muito mais objetivo. Vemos que ambos citaram a mesma quantidade de arroz, frango e carne, mas há uma enorme discrepância na quantidade de macarrão, sal e, principalmente, de óleo.

Há diferenças em relação à comida servida nas comemorações em São Luís, como vimos no depoimento da caixeira-régia Vitória, e na comida oferecida na celebração do Divino da Colônia Maranhense no Rio de Janeiro. O camarão, por exemplo, para Dona Vitória, é mais barato em São Luís do que no Rio de Janeiro. Além do preço de certos alimentos, faltam pessoas especializadas no preparo de comidas típicas maranhenses, uma vez que no dia da festa principal contratam um cozinheiro não maranhense e nos outros dias, no levantamento e na derrubada do mastro, Seu Donaldo, não maranhense, é o responsável pela cozinha. Ele recebe grande ajuda de Dona Vitória, principalmente no preparo do caruru, mas não pode ficar somente na cozinha porque possui outras obrigações.

Seu Elesbão nos conta sobre a diferença entre a comida oferecida aos devotos do Divino no Rio de Janeiro e no Maranhão, apontando também as pessoas mais indicadas e que poderiam fazer os pratos típicos maranhenses na festa do Divino no Rio:

Tem, ah, tem muita diferença, lá tem muitas coisas que aqui não podemos fazer, lá tem a fritada de camarão, tem carne de porco, essas coisas todas e o pessoal lá cozinha por devoção e aqui é pago, não vamos chegar pro cozinheiro, ele não sabe fazer uma fritada de camarão (...) ou então a Dona Gercy, ou Dona Vitória, ou Dona Conceição indo lá pra cozinha pra fazer.

Dona Gercy e Dona Vitória não podem ficar encarregadas pela comida oferecida na festa por terem outros deveres durante a celebração. A diferença importante apontada por Seu Elesbão é o cozinhar para o Divino por devoção. Isto não quer dizer que não haja este sentimento no preparo dos alimentos na comemoração organizada por esses migrantes, pois muitos chegam muito antes do horário do almoço e do jantar para ajudarem a picar, lavar e o que mais for preciso.

Para Dona Gercy há falta de organização por ser uma festa onde o cozinheiro tem o dever de cozinhar para 400, 500 pessoas e, com isso, exagerar na hora de calcular a quantidade de cada comida a ser feita. Em festas com um menor número de participantes, este controle é mais fácil no que se refere à quantidade a ser preparada, como nos fala Dona Gercy em sua entrevista:

É comida, contrata cozinheiro como você viu, esse ano foi três homens estavam lá, três homens, é muita comida e estraga também, né, se não é um bom cozinheiro estraga (...) Estraga porque o macarrão, tem ano que bota panela de macarrão fora. Diz que esse ano cozinham tanto arroz que foram ver tinham três panelões de arroz, eu acho isso um exagero, gente, as coisas não estão assim (...) Agora, no Maranhão não dá isso, nem na casa de Antônia e nem na casa do Seu Zé Grande porque é uma organização menor, é como se fosse lá em São Luís, dá pra controlar melhor.

Após a celebração sempre sobra grande quantidade de comida, distribuída entre os funcionários da ASCAER, principalmente aqueles que ajudam na limpeza do salão de festas. Seu Elesbão cita a funcionária Vilma como uma preciosa ajudante durante os dias de culto ao Divino. Acompanhando os preparativos para o dia da festa principal, na noite anterior ao dia de Pentecostes, Vilma estava ajudando os maranhenses a picarem legumes para a maionese, virando a noite juntamente com os devotos. No derrubamento do mastro, Vilma estava na fila para dar as três machadadas. Muitos diretores também levam as sobras de alimentos.

A relação da Irmandade com os diretores e, principalmente, com o presidente do Clube ASCAER é sólida, porém há uma vigilância constante em como a Irmandade e devotos se comportam durante a celebração e qual a imagem que está sendo passada para os diretores

do clube. Muitas brigas entre os maranhenses são apartadas com uma certa descrição para não atrapalhar o andamento da festa e para não passar uma imagem negativa para o clube.

No ano de 2004, o presidente do Clube ASCAER chamou a atenção do presidente e do vice-presidente da Irmandade em relação ao último dia de festa, onde alguns devotos jogaram pedaços de bolo pelo chão do salão e também nas janelas. Para os dirigentes da Irmandade isso é uma “falta de educação” com o clube, que está cedendo o salão para a realização desta celebração.

3.2 DEVERES MASCULINOS E DEVERES FEMININOS: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO NA FESTA DO DIVINO

A festa do Divino maranhense tem peculiaridades que a distingue das demais celebradas em todo o país. Podemos ver como a mulher é importante no que se refere aos rituais, tendo o papel de conduzi-los e como o homem tem uma participação mais burocrática, principalmente naquela realizada pela Colônia Maranhense na Ilha do Governador. Aos homens, cabem os trabalhos referentes à força física ou aqueles nos bastidores da comemoração, como a organização, arrecadação e uso de dinheiro para as despesas e para que tudo ligado a esta estrutura tenha um excelente andamento.

Há uma divisão de gênero clara, delimitando os deveres e papéis dos homens e das mulheres dentro deste festejo. Homens e mulheres fazem parte da diretoria da Irmandade do Divino da Colônia Maranhense, mas até mesmo dentro da diretoria há distinções.

Yvonne Maggie, em seu livro *Guerra de Orixá*, traz uma noção de como podemos pensar essa dicotomia entre homens e mulheres dentro da festa do Divino organizada pela Irmandade que celebra o Divino na Ilha do Governador: o “código do santo” *versus* o “código burocrático”. Para Maggie, esses dois códigos seriam:

Essas duas maneiras de ordenar internamente o terreiro, a ordem do santo e a ordem burocrática, foram organizadas através de dois códigos, ou melhor, correspondiam a dois códigos distintos: um código do santo e um código burocrático. O código do santo exigia uma ruptura entre a vida de fora e a vida no terreiro. A posição dos médiuns fora do terreiro não deveria ser considerada. Ou seja, não importava se fossem brancos, negros, pedreiros ou estudantes (...) O código burocrático implicava um prolongamento da vida de fora para dentro do terreiro (...) O primeiro elaborava uma visão mais intuitiva, uma especulação baseada no sensível, enquanto o segundo reelaborava uma visão de mundo mais racional (no sentido weberiano).¹⁷⁹

As mulheres estão relacionadas ao “código do santo”, já que o papel delas é conduzir os rituais e músicas que fazem as ligações de todos esses momentos no decorrer da celebração. Esta figura está personificada na caixeira-régia Vitória, sendo aquela a comandar as demais nas etapas festivas.

Os homens estão ligados ao “código burocrático”, são aqueles que fazem parte da área administrativa da Irmandade, tendo como o seu representante o presidente Carlos Raimundo de Jesus, Seu Borracha, sendo aquele a comandar os demais: Seu Elesbão (vice-presidente), Antônio Diniz (tesoureiro), Gilberto (diretor social), Maurício (diretor de esportes), Alexandre (diretor de patrimônio) etc. Trinta pessoas fazem parte da diretoria, mas nem sempre todos comparecem às reuniões.

Próximo ao presidente e ao vice, há uma mulher, muito importante na articulação entre os diretores e a presidência, e, na falta de algum deles, é Dona Fátima aquela a representar a diretoria. Dona Fátima é a secretária e não participa propriamente dos rituais, mas sempre ajuda na estrutura da celebração, agilizando problemas e auxiliando efetivamente na cozinha. Comparece no dia anterior da festa principal para cortar os alimentos para o almoço e é uma pessoa sempre presente nos preparativos, virando a noite no salão do Clube ASCAER para ajudar os demais membros da Irmandade na organização para o dia de Pentecostes.

Sobre as mulheres que participam da diretoria, o vice-presidente Elesbão cita algumas, como: Eliane (sua filha e mestre-sala), Ildégna (filha da caixeira-régia Vitória, ajuda na organização sempre ao lado da mãe), Vitorinha (rezadeira), Vitória (caixeira-régia) e outras. Essas mulheres citadas têm relação com os rituais praticados durante a festa, ajudando de alguma forma no seu andamento. Além da Dona Fátima, há outras mulheres que possuem relação com a parte mais “burocrática” da organização, como Dona Balbina e, principalmente, Dona Ildenir, responsável pelas “comunicações” na Irmandade.

Mesmo havendo mulheres mais ligadas à parte “burocrática”, são os homens que sempre estão nos cargos de diretores, de presidente e vice-presidente, enquanto as mulheres recebem cargos de coordenadoras. Aquela que é respeitada, tem o poder de decidir e sempre é consultada em muitas questões é Dona Vitória. Mesmo morando em São Luís, sempre é comunicada por telefone das decisões relacionadas à Irmandade.

3.2.1 A caixa: o que diferencia o papel feminino na festa

O objeto que delimita a distinção de gênero dentro da celebração do Divino, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Luís, é a caixa. Instrumento de percussão tocado por mulheres nos festejos, é considerado um objeto feminino e quando ocorre alguma vontade masculina em aprender a tocar caixa, em São Luís, esse homem pode ser rotulado pelos devotos de “gay”. Podemos ver na dissertação de Marise Barbosa como os homens que tocam caixa, os “caixeiros”, carregam esta conotação de homossexuais:

Muitos depoimentos fazem referências à existência de homens que tocam ou gostariam de tocar, e que dizem das dificuldades e interdições limitando sua participação. É senso comum, nesse universo do Culto ao Divino, a idéia de que os homens que tocam Caixa são homossexuais, o que é considerado ofensivo. Trata-se então de uma interdição social de caráter sexual.

Considera-se feio para um homem, botar uma caixa no ombro e sair pela rua. É raro encontrar-se homens tocando em cortejos. Pode-se encontra-los com mais facilidade dentro das casas.

Viajantes contemporâneos, pesquisadores, dentre eles um fotógrafo em particular, relatam a existência de um grupo de homens, homossexuais, tocando em uma festa do Divino no interior do Estado, em Rosário. Não são os únicos, há muitos, em muitos lugares; inclusive travestis, rezando ladainhas, e conduzindo festas.

Há dificuldades na nomeação. A palavra “caixeiro” é pouco usada e parece soar entre aspas ao ser usada para nomear homens que tocam Caixa na festa do Divino.¹⁸⁰

No Maranhão, há um homem que toca caixa, mas é reconhecido pelas caixeiras: Euclides Menezes, que comanda a Casa Fanti-Ashanti, terreiro mina-candomblé de São Luís. Euclides possui o conhecimento ritual, já que sua mãe, Dona Romana, era a caixeira-régia desta casa quando a festa começou a ser celebrada. Ele é respeitado quando canta um verso em outra casa, mas sem tocar caixa. Para este pai-de-santo, é um preconceito das caixeiras esta ligação entre a caixa e a homossexualidade porque ele mesmo conhece muitos homens que tocam e não são “gays”, mas o que fica na mente das demais pessoas, segundo Euclides, são aqueles que são homossexuais assumidos e que tocam caixa (Barbosa, 2002). A ligação entre homens que tocam caixa fica mais evidente entre aqueles que dirigem terreiros de mina, como podemos ver na dissertação de Cláudia Gouveia, onde:

Como já mencionados anteriormente, as tocadoras de caixa são em sua maioria senhoras, entretanto, em alguns casos, homens podem assumir essa função, fato esse que constatamos na Casa Fanti-Ashanti e no Terreiro de Mina Yemanjá (de Jorge Itacy). A maioria das caixeiras entrevistadas disseram não ter preconceito contra homens que tocam caixa, mas são criteriosa em caracterizar esta função como especificamente feminina dentro do ritual, atribuindo aos homens outras funções, como carregar o mastro no buscamto, ajudar a levantar e derrubar o mastro, ser padrinho do mastro etc.

Apesar de dizerem não ter preconceito contra os homens que tocam caixa, este fica latente nos depoimentos das caixeiras mais antigas.¹⁸¹

Nas casas mais tradicionais de São Luís, Casa das Minas e Casa de Nagô, o toque de caixa permanece relacionado às mulheres, mas não quer dizer que não haja respeito em relação aos dirigentes de terreiros que tocam nas festas de suas respectivas casas. Entre os homens que freqüentam a Casa das Minas e a Casa de Nagô e são conhecidos das caixeiras, a eles não é permitido o toque de caixa, como vemos em outra passagem de Cláudia Gouveia referente à Casa de Nagô:

A não aceitação de homens tocar caixa também é acentuada por alguns festeiros e pessoas dos terreiros, fato esse constatado na Casa de Nagô durante o festejo de 2000. No intervalo do almoço das caixeiras, quatro rapazes que se encontravam na casa e são conhecidos do terreiro foram para o salão da Tribuna e começaram a tocar as caixas. Dona Lúcia, atual chefe da casa, se dirigiu para o salão e bastante aborrecida pediu que eles parassem com a brincadeira.¹⁸²

Nas festas do Divino maranhense celebradas na Ilha do Governador e em Nova Iguaçu, durante quatro anos de trabalho de campo, somente em 2005 foram vistos homens tocando caixa¹⁸³. Quando questionadas sobre o toque de caixa dos homens, não percebi preconceito e até citam um homem que tocava caixa durante a celebração do Divino, Seu Hinton, irmão do Seu Zé Grande, falecido zelador do terreiro de Seropédica. Seu Hinton também rezava a ladainha no Cazuá de Mironga, mas como participava da organização do culto ao Divino neste terreiro, acredito que isto dava a ele “legitimidade” por se tratar de um homem que tinha compromisso com a estrutura festiva.

Nos terreiros de mina de São Luís há uma ênfase entre as caixeiras em tocar caixa de saia, talvez para enfatizar este papel feminino na festa. No Rio de Janeiro, este preceito em tocar de saia não é rígido e muitas vezes pude observar as caixeiras tocando de calça, principalmente a caixeira-régia Vitória e a caixeira-mor Gercy. A única coisa que muitas delas seguem é a roupa branca ou branca e vermelha no dia de Pentecostes ou a roupa combinando com a cor da tribuna do determinado ano.

Durante uma oficina de caixa no Rio de Janeiro, oferecida pelas caixeiras da Casa Fanti-Ashanti de São Luís, em 2003, observei a participação de dois meninos. As caixeiras não questionaram a presença deles durante a oficina, mas criticaram as meninas que foram de calça e de roupas escuras. Disseram ainda que durante as oficinas sempre carregam saias para emprestar. Acredito que a presença dos meninos na oficina foi permitida porque na Casa Fanti-Ashanti o zelador Euclides toca durante a celebração.

As celebrações do Divino em diversas cidades do Maranhão possuem outras particularidades, como uma realizada na cidade de Caxias, organizada por uma senhora chamada Liodina Souza de Oliveira, que festeja o Divino em setembro. Neste culto específico, os homens sempre estão presentes tocando caixa e são chamados de “auxiliares” ou “foliões”. Uma outra peculiaridade é o toque de caixa no cemitério desta cidade, principalmente no dia de finados, como podemos ver neste trecho do artigo “Verso de pé quebrado: os foliões da Divindade e Rezadeiras na cidade de Caxias”, de Jandir Gonçalves:

Dia de Finados ao anoitecer o cemitério do Matadouro, no bairro da Siriema, é completamente iluminado por velas e entre muitas pessoas, destacam-se dois grupos que festejam a “Divindade” naquela cidade e são solicitados pela população em geral para cantar aos seus mortos, diante das sepulturas. Os auxiliares, com suas caixas, fazem rimas tristes de improviso com o nome do morto homenageado, sendo acompanhado pelo bandeireiro e rezadeiras. O grupo vai ao cemitério “por vontade”, podendo ou não receber um “agrado”, que é dividido com o Santo para comprar velas, sendo que o restante fica com os auxiliares. O grupo vai a qualquer cemitério a chamado de alguém em qualquer época do ano.¹⁸⁴

A questão de gênero ligado à incorporação nos terreiros maranhenses no Rio de Janeiro está relacionada aos caboclos. Mulheres que incorporam caboclos¹⁸⁵ durante a festa do Divino não sofrem nenhum tipo de preconceito ou questionamento. A voz fica mais grave ou a maneira de falar pode até mudar, mas quando voltam do estado de transe, que por muitas vezes não é perceptível, a feminilidade é aparente. Um exemplo está no Terreiro Ilê de Iansã-Obaluaiê, onde Dona Antônia incorpora o caboclo Léguas Bogi Buá e este, durante a celebração, toca caixa e acompanha todos os rituais. Já os homens que incorporam entidades femininas em relação aos caboclos podem ser ligados a uma esfera feminina fora do estado de transe, sendo considerados homossexuais. Podemos ver no Terreiro Cazuá de Mironga que aqueles que tocam caixa incorporam entidades femininas, como a Maria Léguas, e são elas que participam do culto ao Divino, cantando cantigas.

Vemos através da pesquisa de Peter Fry nos terreiros de Belém (PA), no seu livro *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*, como o homossexualismo está ligado as religiões afro-brasileiras. O termo “bicha” é empregado para aquele homem que é assumidamente homossexual, os “bichas incubadas” ou para aqueles que incorporam entidades femininas. Participando de um culto “marginal” e tendo um papel social considerado desviante, o terreiro seria o lugar tanto para exercer sua religião, desenvolver sua mediunidade ou até mesmo para conseguir um lugar para morar. Estar à margem da sociedade pode conferir aos pais-de-santo uma “eficácia mágica”, ganhando *status* pela sua clientela, fazendo relações e ganhando reconhecimento (FRY, 1982).

O homossexualismo, nos terreiros do Maranhão, não está ligado só ao toque de caixa dos homens, mas podemos ver no próprio depoimento da rezadeira Vitorinha como eles fazem grandes celebrações relacionados com a sua devoção:

Aí teve uma vez que eu me encantei, né, eu fui tirar uma ladainha pra Santa Bárbara, quatro de dezembro, lá em Aurora, um lugar que tem no Maranhão, Aurora, e lá, menina, só homem gay, menina, mas eles ornamentaram tão lindo, a festa deles foi bem ornamentada, a comida, rapaz, era uma mesa enorme com todo o tipo de comidas e aquelas cores combinando, era uma coisa muito linda, a luz era aquela luz negra, né, e aí nos cantos aqueles pisca-pisca, era muito lindo, mas eu me encantei, eu sempre, eu adoro, eu rezo com muito prazer e com muito amor e eu rezei nesse dia, parece que nem era eu que tava rezando só de ver aqueles homens, eles eram cerca de oito, oito homens e fizeram aquilo tudo, mas muito lindo e gostoso.

Há uma inversão nos terreiros de mina em relação ao toque de percussão na festa do Divino. Nos terreiros de umbanda, candomblé ou mina é o *ogã* ou “abatazeiro” que tem a responsabilidade ritual em tocar o atabaque, abata ou tambor da mata durante os rituais. Somente na celebração do Divino dentro dos terreiros que as mulheres assumem este papel em relação à percussão no ritual.

No livro de Patrícia Birman, *Fazendo estilo criando gênero*, há um debate sobre o papel de homens e mulheres nos terreiros de candomblé e umbanda no Rio de Janeiro. Neles, a figura masculina está representada no papel dos *ogãs*, sendo o dever desses homens tocar os atabaques e cabe às mulheres a obrigação da possessão. Aqueles homens que incorporam entidades femininas, como pomba-gira, podem ter um comportamento mais “afeminado”. Segundo a autora:

Os ogãs são referidos como indivíduos que possuem um saber religioso – não é à toa que são designados também pela categoria “ogã de fundamento” – “ter” ou não “ter fundamento” é uma referência à competência ordenada em termos absolutos, que equivale não só a deter o saber como também o segredo desse saber.¹⁸⁶

As caixeiras são, nas festas do Divino maranhense, as detentoras dessa “prática ritual”, não só por tocarem caixas durante os ritos, mas também por saberem toda a seqüência ritual, passagens, cantigas, ladainhas etc. Elas possuem esse “saber religioso” e o “fundamento” para que essa celebração possa ocorrer. Por isso, o papel da caixeira-régia é muito importante dentro desta lógica ritual, pois é ela a fazer e comandar as passagens rituais dentro dos festejos, desde o batismo do mastro, dizendo os lugares dos padrinhos e madrinhas e a hora que o mastro deve ser erguido, à passagem do trono para os próximos Imperadores, já que esta é toda cantada e improvisada etc. A caixeira-régia tem o papel de “ogã de fundamento”, pois ela detém este “saber”.

Um outro termo para esse “saber religioso” é a “competência ritual”, como diz Dantas em seu livro *Vovó Nagô e Papai Branco*: “Competência ritual é um termo que usarei para englobar múltiplas atividades enumeradas pelos chefes de culto quando inquiridos sobre a significação do ‘saber fazer as coisas’, expressão por eles usada como indicativo da importância dos terreiros”¹⁸⁷. Esta “competência” está ligada à força do chefe do terreiro, “eficácia mágica” por ele exercida. A “competência ritual” também está inserida no papel exercido por Dona Vitória, sendo ela a detentora desta “competência”, já que seu papel dentro da festa é justamente o de comandar todos os ritos e suas passagens. Para isto, a caixeira-régia tem que possuir este “saber fazer as coisas” para que nada saia de errado durante os ritos por ela comandados¹⁸⁸.

O grande diferencial entre *ogãs* e caixeiras está em como apreendem esse ofício. Os *ogãs* têm como principal meio de aprendizado a participação em muitas festas, tendo a chance de escutar outros *ogãs* tocando e cantando, como também a chance de tocar em algumas delas. As caixeiras também têm como fonte principal de aprendizado as celebrações que freqüentam, mas o papel da família neste processo é de grande importância. Muitas caixeiras começaram a tocar em cultos ao Divino oferecidos pela própria família, onde mães, tias, avós eram caixeiras e ensinavam o ofício. Já os *ogãs* têm o costume de “correr macumba” (Birman, 1995), tocando em vários terreiros e trocando experiências com outros *ogãs*.

Distinguindo-se dos homens que tocam a caixa do Divino, os *ogãs* possuem aspectos de masculinidade, onde aqueles que tem o dever de tocar são considerados “verdadeiramente homens” e a eles não cabem o papel de possessão.

Podemos pensar na dicotomia de Yvonne Maggie entre “código do santo” *versus* “código burocrático” em relação aos papéis masculinos e femininos na festa do Divino na Ilha do Governador, e também podemos utilizar a noção de Patrícia Birman em relação ao “pólo masculino” e “pólo feminino” dentro dos terreiros de umbanda e candomblé. Porém, para

Birman, esses pólos não são rígidos já que homens também incorporam e, com isso, irão inserir-se no pólo feminino, como podemos neste trecho:

Não se trata, portanto, de discutir tudo aquilo que cabe somente à mulher fazer, como de certa forma defendeu Landes. Diz ela: é mulher quem “recebe o santo”. O que eu estou dizendo é outra coisa: que temos uma definição de gênero em que os pólos masculino e feminino são opostos por intermédio da possessão. Em outras palavras, tomar a possessão como operador da distinção entre os gêneros significa marcar o pólo masculino como aquele exterior à possessão, mas sem prescrevê-la para definir o pólo oposto como feminino no sentido de ser preenchido por mulheres, indivíduos do sexo feminino (...) Em outras palavras, não define o pólo oposto ao masculino como aquele que necessariamente deve ser ocupado por mulheres – nos termos do candomblé, esse pólo pode ser preenchido pela “bicha”, pelo filho-de-santo e por outras categorias possíveis.¹⁸⁹

Esses pólos não são rígidos, como no caso da festa do Divino. Caboclos incorporam em mulheres, há homens que tocam caixa, há mulheres que fazem parte da organização burocrática, mas em linhas gerais esses papéis são delimitados. Com isso, podemos pensar em princípios masculinos e princípios femininos na forma como os devotos delimitam e dividem as tarefas na estrutura e realização do culto ao Divino no Rio de Janeiro.

3.2.2 O “dom” para cantar, tocar e rezar na festa do Divino

O saber improvisar versos que são cantados não é um esforço no aprendizado no toque de caixa, mas um “dom”, uma “escolha divina”. As caixeiras, quando falam do aprendizado e de como tiveram facilidade em começar a tocar, sempre citam o “dom” como principal componente para serem caixeiras, como nos conta Dona Vitória em sua entrevista:

Não filha, o cantar para o Espírito Santo a gente tem que ter dom. É como você, você quer ser uma professora, mas se você não tiver aquele dom de ser professora, você não vai ser uma boa professora nunca, não é mesmo? Você é um cozinheiro, se você não tiver competência pra aquilo, você não vai aprender a cozinhar nunca, porque tudo a gente tem que fazer porque gosta, por amor, se não for, não dá certo, não é? Se não tiver dom, não vai ter, porque se eu tô aqui e boto um verso, você tá tocando uma caixa e você só sabe cantar aquele verso de todo dia, você chega em uma roda de caixeira que ela sabe (...)

O cantar para o Espírito Santo qualquer mulher pode aprender, mas para Dona Vitória, aquela que não tem “dom” só canta sempre os mesmos versos. Participar das festas do Divino desde pequena é importante para essas caixeiras porque, aos poucos, vão entendendo a lógica dos versos, dos rituais e de suas cantigas. Dona Gercy compara a mente das caixeiras a um gravador: “(...) e gravei tudo na minha cabeça, né, que é um gravador”. Vendo o ritual desde

crianças, elas começam a “gravar” os versos cantados em cada momento, principalmente os mais importantes, como no fechamento da Tribuna.

Dona Gercy também faz uma ligação entre o “dom” e o toque de caixa, como podemos ver em sua entrevista: “(...) é como eu disse pra Aline¹⁹⁰, isso é dom, porque ela disse: ‘Dona Gercy, eu não me conformo como a senhora diz é o dom, já tá na cabeça’ e tem gente que não tem. Tem muita gente que diz ‘ah, eu quero aprender caixa’ e depois desiste”. As próprias filhas de Dona Gercy não sabem cantar e somente uma, Eliane, toca caixa, mas não canta. Para Gercy só tocar caixa não basta, a caixeira tem que cantar: “(...) a outra aprendeu, a outra sabe, só não sabe cantar, aí eu falo caixeira que não canta pra mim não é caixeira”. Este “dom” de tocar caixa está restrito a poucas e este saber é legitimado pelas mais velhas, principalmente em relação aos homens que tocam, como relata Gouveia neste trecho:

Por ser considerado um dom, uma dádiva divina, o ofício de tocar caixa é restrito a poucas mulheres e raríssimos homens, que só são legitimados pelas caixeiras mais velhas, quando esta função é obrigação para alguma entidade espiritual. Segundo as caixeiras: “apenas o Divino pode escolher quem vai lhe servir” tornando, desta forma, cada vez mais difícil surgir novos grupos de caixeiras que sejam legitimados pela mesma capacidade das mais antigas.¹⁹¹

Como as caixeiras que moram no Rio estão longe de São Luís e sabem cantar e tocar as cantigas mais antigas, pois poucas viajam para o Maranhão, é a caixeira-régia Vitória que traz novas cantigas, faz uma renovação no que se refere ao repertório cantado por elas. Um exemplo de nova cantiga para as caixeiras do Rio é esta que podemos ver a seguir, cujos versos fazem relação com rosas:

Oh, meu Divino Espírito Santo
 Oh, me dê um botão de rosa
 Oh, eu não quero rosa branca
 Oh, quero encarnada cheirosa

Meu Divino Espírito Santo
 Oh, alegrai suas caixeiras
 Oh, ela vem cheirando a rosa
 Oh, apanhada da roseira

O esforço, a vontade de aprender, também são valorizados entre as caixeiras porque, além do “dom”, a mulher que deseja realmente instruir-se no toque de caixa deve se esforçar. O tocar caixa também pode ser considerado como uma missão que a caixeira leva por toda a sua vida, como nos conta Gouveia: “Para essas senhoras, ser caixeira é, antes de tudo, um ‘dom de Deus’, uma missão espiritual”¹⁹².

O “dom” envolvido nos rituais da festa do Divino não fica restrito somente às caixeiras, mas até entre as rezadeiras ele é citado no aprendizado, como o exemplo da rezadeira Dona Vitorinha. Ela aprendeu a cantar a ladainha ainda pequena para substituir uma rezadeira na festa de Santo Antônio na casa da sua prima. Ela ainda nem sabia ler e já sabia cantar. Com seis anos começou a cantar a ladainha em outras comemorações, como na casa de sua tia (na celebração de São Sebastião), onde também faltou a rezadeira, e a partir desta época era levada a rezar para vários santos.

Para Vitorinha este saber está ligado ao “dom”, como vemos em sua entrevista: “É um dom porque eu nem lia, eu nem sabia ler, entendeu, criança é igual a um papagaio, né, vendo os outros rezar eu rezava, as minhas irmãs acompanhavam certinho porque elas já sabiam ler, já eram grandes e eu era pequenininha aí acompanhando e rezando”.

A ladainha também é uma tradição na família de Dona Vitorinha porque sua prima, Dona Concita, foi uma das primeiras rezadeiras na festa do Divino no Rio de Janeiro e a convidou para também fazer parte desta “missão”. A neta de Vitorinha, de apenas cinco anos, já pede para ela ensinar a ladainha e, segundo sua avó, já sabe cantar todo o hino de São Sebastião. Sempre fica ao lado de Dona Vitorinha quando reza para o seu presépio e está interessada em aprender.

Assim como as caixeiras que levam o dever de tocar caixa para o resto de suas vidas, para as rezadeiras esta lógica também é utilizada. Um exemplo está no discurso de Dona Vitorinha referente à época que se mudou para o Rio e ficou, durante um bom tempo, sem rezar a ladainha e fazer o seu presépio de Natal, sendo “castigada” por isso, como relata:

(...) é uma missão que eu trago comigo que nem eu entendo que missão é essa, eu só sei te dizer, se eu disser não só se for uma coisa muito convincente, tá, vem uma pessoa me dizer assim, Vitorinha eu quero que você reze pra mim tal tal tal, se eu disser não eu recebo um castigo tão engraçado, as coisas viram todas pra mim.

O compromisso com a divindade, não só com o Divino, mas com esta “missão” de cantar a ladainha em festas em que é solicitada acaba se tornando um dever perpétuo e o seu não cumprimento acaba sendo perigoso. Nas vezes em que Dona Vitorinha foi “castigada” por não rezar a ladainha ou em relação a sua própria devoção ao menino Jesus, este “castigo”

está ligado, para ela, a incêndios, tanto no Maranhão quanto no Rio de Janeiro. A seguir podemos ver um longo trecho sobre o seu “castigo” em relação ao seu presépio:

Aconteceu comigo, o meu presépio lá em São Luís do Maranhão. Eu comecei a fazer o presépio também desde pequena que a gente fazia brincando assim e minha mãe viu aquilo e minhas irmãs e fez e armou o presépio pra gente. Na época, eu tinha meus três anos, por aí, e minha irmã mais as outras, então ela começou a fazer, isso quando eu fui me entendendo e eu também fui naquela devoção ao menino Jesus. Quando eu comecei a rezar, com quatro anos, eu assumi a rezar o meu presépio e os dos outros também, aí nego me chamava pra mim rezar, digamos, nós estamos aqui e eu vou rezar em Barros Filho, um exemplo, não dava tempo deu tá meia-noite no meu presépio aí eu não rezava o meu presépio, meia-noite, que é aí é que tá o charme do meu presépio, se eu não rezar meia-noite eu recebo qualquer coisa, aí eu não rezei meia-noite sabe o que aconteceu, minha casa fica no alto, uma chuva, uma chuva, e só lá na minha casa que encheu, vinha água bem aqui em mim, que coisa, não é possível, só lá em casa que encheu. Mas Jesus não é vingativo, né, que coisa, aquilo foi surpreendente. Aí quando foi de outra vez que também coincidiu de eu não estar, porque quando a gente é jovem a gente é levado, além da gente rezar ainda tinha baile, a gente dançava e quando pensava que não, faltava cinco pra meia-noite, meu Deus será que não vai dar tempo de chegar em casa? E não deu, ah, minha filha, quando eu cheguei em casa os meus pais já estavam dormindo e tudo e aí eu acendi uma vela no meu presépio e só fiz um Pai Nosso, rezei um Pai Nosso, uma Ave Maria e fui me deitar, meu presépio era assim, no canto e eu dormi assim, entendeu, de rede, lá no Maranhão é rede, ah, minha filha, não é que tocou fogo, pegou fogo o meu presépio, mas pegou fogo, aí tinha a minha, a cunhada da minha mãe que veio de Macabau saiu, gente, tá pegando fogo o presépio da Vitorinha, corre, corre, ela peladinha como ela nasceu e lá em casa sempre foi cheio de gente, né, meu Deus do céu, e corre pra pegar água, eu não sei como não me queimou, eu assim e ele assim porque lá o presépio no Maranhão é feito de murta, murta são umas folhas verdinhas, é uma planta que as folhinhas são desse tamanho e tem o ariri, dois pés grandes, aí bota de um lado e de outro pra formar o altar e as murtas pra preencher pra ficar tudo bonitinho, entendeu, eu só sei, minha filha, que pegou fogo. Aí ficou aquele sentimento dentro de mim, Meu Deus eu não rezei a primeira vez e aconteceu, encheu a casa e agora, eu fiquei, sabe, com aquilo na mente, então eu fiz de tudo pra não deixar de rezar meia-noite como até hoje eu faço isso, aconteça o que acontecer, meia-noite eu tô rezando o meu presépio.

No Rio de Janeiro algo semelhante aconteceu quando Dona Vitorinha morava em Antares, mas o que ocorreu de maior gravidade é que durante o incêndio os seus filhos estavam dormindo em sua casa. Dona Vitorinha relata este “castigo” da seguinte forma:

(...) aqui nada pra mim dava certo, desde quando eu cheguei aqui eu não fiz mais presépio, porque aqui não fazem e eu não fiz mais presépio, ah, minha filha, só sei que nada dava certo pra mim e eu nada de entender. Primeiro eu fiz aquilo por brincadeira quando criança e no fim das contas já tem gente que toma conta do meu presépio mais do que eu, você tá entendendo, porque tem uma coisa, meia-noite se tiver alguém de corpo aberto no meu presépio pega santo não sei o que, eu não sinto nada. Aqui, eu morava lá em Antares, no conjunto residencial Antares, e minha casa pegou fogo e eu estava com os dois menores, porque os dois maiores estavam pra casa dos padrinhos passando férias (...) aí nós estávamos na casa do vizinho tomando vinho, aí eu fiz uma oraçõzinha e tal, aí mamãe, eu não quero mais ir, eu fico aqui, e eu deixei eles dormindo na sala, mas aí eu voltei e tirei eles da sala e coloquei no meu quarto, entendeu. Quando eu tô na segunda rua atrás de uma comadre minha, ela me ofereceu um copo de vinho, esse copo de vinho quando eu tô pra tomar assim, me deu uma vontade incrível de ir em casa, que foi Vitorinha, me

deu uma vontade de ir em casa e eu vou, vou obedecer o meu coração, porque eu não fui uma vez e me estrepei, eu gosto de obedecer o meu coração, eu vou lá, mas Vitorinha, não, eu vou lá e quando eu vou chegando na porta da casa dela aí vem o pessoal, Vitorinha, corre pra sua casa que tá pegando fogo. O que? Tua casa tá pegando fogo, já meteram a porta embaixo, já tiraram os teus dois filhos e já chamaram o Corpo de Bombeiros e já apagamos o fogo. Aí, eu fui calma, né, já tinha apagado e já tinha tirado os meus filhos, pra que eu ia correr? Aí quando eu chego, o Corpo de Bombeiros já estavam lá e tudo, aí eu quero falar com a dona da casa e eu socorrendo as minhas colegas, quem tava desmaiada (...) aí, rapaz, foi coisa do destino, foi coisa mesmo, eu voltei, né, voltei, desliguei a rede toda, até a minha geladeira ficou sem, desliguei tudo, só deixei a vela, tirei do pires, botei no prato e botei ali (...) na estante, mas a minha estante era cheia de livros (...) e eu acho que com o vento, que eu gostava de cortina, bateu na cortina e tó já viu , e pegou fogo.

Esta devoção que Dona Vitorinha tem em relação ao menino Jesus e na montagem de seu presépio não está, para ela, vinculada a uma promessa. A mãe de Dona Vitorinha a chamou no hospital antes de morrer e pediu que ela continuasse com o presépio, como podemos ver em sua entrevista:

(...) quando a minha mãe faleceu aqui, a gente morava aqui no Regina¹⁹³ e ela me chamou lá no hospital português dizendo pra mim, Hospital da Beneficência Portuguesa, pedindo pra mim seguir a minha missão, pra mim fazer o meu presépio todo ano e pra que eu rezasse (...).

Não foi uma promessa, mas foi um pedido da sua mãe o qual não cumpriu até este incêndio em Antares. Para Vitorinha, este foi um sinal de sua dívida perante o menino Jesus e de sua “missão” de rezar e, assim, nunca mais deixou de fazer o seu presépio e de rezar nas casas de devotos ou em festas.

Essa ligação entre o devoto e a divindade é de “dádiva e contra-dádiva”. Seguindo o exemplo de Dona Vitorinha, podemos dizer que, entre aqueles que cultuam o Divino, estão sempre em dívida perante esta divindade, sendo perigosa a tentativa de desvincular a sua obrigação ou “missão” designada para a sua vida. Mauss, em seu Ensaio sobre a dádiva, nos conta sobre esse vínculo:

A evolução era natural. Um dos primeiros grupos de seres com os quais os homens tiveram que contratar e que, por definição, ali estavam para contratar com eles foi, antes de tudo, o dos espíritos dos mortos e os deuses. Com efeito, são eles os verdadeiros proprietários das coisas e dos bens do mundo. Era com eles que era mais necessário trocar e mais perigoso não trocar. Inversamente, porém, era com eles que era mais fácil e mais seguro trocar. A destruição sacrificial tem precisamente por fim ser uma doação que seja necessariamente retribuída.¹⁹⁴

Seria importante observar o que ocorre com a caixeira que não deseja mais tocar nas festas do Divino, já que esta “missão” é uma “dádiva”, um “dom” enviado pelo Espírito Santo, e o que isso pode acarretar na vida dessa caixeira.

3.2.3 Dona Vitória: a trajetória de uma caixeira-régia

A figura principal no que se refere aos rituais em torno da festa do Divino é a caixeira-régia. No Rio de Janeiro, a celebração da Colônia Maranhense tem como caixeira-régia Dona Vitória. Como já foi relatada nesta dissertação, ela voltou a morar na cidade de São Luís há cerca de 12 anos e sempre está presente no Rio para conduzir os rituais.

Para entendermos a importância desta senhora na organização da festa e em seus rituais, vamos traçar a trajetória de Dona Vitória no culto ao Divino e quando e como ela se tornou uma caixeira-régia. A família de Dona Vitória era muito devota do Divino Espírito Santo e o sonho da sua mãe e avó, festeiras do Divino, era vê-la como uma Imperatriz, mas a sua vontade era tocar caixa. Toda vez que sua mãe queria colocar a indumentária festiva ela fugia e ia tocar caixa na celebração de sua tia. As caixeiras experientes admiravam aquela menina de sete anos com sua pequena caixa já tirando versos para o Divino. As próprias festeiras aconselharam a mãe de Dona Vitória deixar a sua filha tocar caixa, como nos conta:

Assim que eu fazia, até o dia que a dona da casa disse pra minha mãe: “olha, eu não vou mais vestir a tua filha de bandeireira porque a sua filha não quer ser bandeireira, larga a minha festa e manda ela pra casa de Dona Sebastiana”, era uma tia que tinha uma festa lá em (...) e lá eles deixaram eu cantar e tocar e achavam bonitinho eu cantar, ficavam todos entusiasmados. Eu, pequena, no meio daquela porção de velhos e eu cantando no meio deles. Então, eu comecei a tocar caixa com a idade de sete anos. Eu era tão saliente que eu chegava em uma festa de Espírito Santo assim, tinha uma porção de caixeiras, aquelas senhoras todas cantando eu cantava um verso daqueles, pedindo uma licença, pedindo licença (...)

Aos 12 anos foi convidada para ser caixeira-régia em um terreiro de São Luís porque os “encantados” a queriam para guiar as demais caixeiras nos rituais referentes ao Divino. Dona Vitória nos conta como foi este convite para ser caixeira-régia:

Com sete anos eu tocava caixa e só queria tocar com gente grande, eu tinha uma caixa pequena, tocava, dizia verso, desafiava elas pra cantar pra mim responder, aí eu era muito querida no meio das caixeiras, era muito mesmo. Depois com a idade de doze anos, eu tocava na casa de Dona Mundica, uma senhora que era espírita e que gostava de cantar. Então ela tinha essas coisas, né. Ela tinha uma casa de umbanda, ela era curandeira. O nome dela era Raimunda, mas chamam ela de Mundica. Aí, com a idade de 12 anos, ela tinha uma entidade que se chamava, era Princesa Flora o nome da entidade dela, e tinha um irmão que era Antônio Luís,

chamam ele até de Antônio Luís Corre Beirada e eles me botaram como caixeira-régia da festa dela com 12 anos de idade.

Esta primeira inserção num terreiro foi o início de Dona Vitória na trajetória como caixeira-régia nas festas do Divino Espírito Santo. A escolha não foi feita pela zeladora do terreiro, mas pelas entidades cultuadas, legitimando aquela menina de 12 anos em sua função.

A partir deste terreiro, Dona Vitória começou a ficar conhecida e foi convidada para ser caixeira-régia em outras festas, enriquecendo o seu aprendizado em relação ao ritual. Esmolava junto com o cortejo em várias cidades, inclusive no interior, onde animais eram doados para o almoço ou jantar do Império como também alimentos. Dona Vitória nos conta em quantas casas foi caixeira-régia:

(...) 12 anos era, mas eu sabia, sabia não, eu entendia um pouco e acho que ainda entendo, eu sei lá (risos). Aí me botaram e eu assumi, aí fui caixeira-régia na casa dela, fui caixeira-régia na casa do falecido Laurencindo, cantava na casa da minha tia, essa irmã do meu pai, cantava pela cidade toda. Mas sempre com amor ao Espírito Santo, nós saíamos pra tirar esmola de porta em porta, com a bandeira real, com a coroa e aí a gente ia tirar esmola. Aí ia naqueles Impérios no interior, naquelas coisas, lá pelos sítios, chegava aqui você na sua casa não tinha dinheiro, mas tinha galinha e dava, dava comida à festa. Outros não tinham dinheiro e dava um panelo de farinha, outros davam porco, aí: volta aí de novo que a gente vai ter aqui pra Espírito Santo. Quando chegava no dia da festa a gente ia lá buscar o porco pra fazer comida pra festa. Comida pra Espírito Santo nunca se vende, nunca, é pra dar. Tá entendendo?

Dona Vitória também tocava caixa na casa da mãe de Dona Gercy, caixeira-mor da festa da Ilha do Governador. Quando deixou São Luís para morar na cidade do Rio de Janeiro, entregou o seu cargo de caixeira-régia e, quando os maranhenses que moravam no Parque União começaram realizar a celebração do Divino, ela assumiu novamente este cargo.

Ao voltar para São Luís, na década de 90, foi convidada por uma conhecida de longa data para ser caixeira-régia novamente em sua cidade natal. Com o falecimento desta senhora, Dona Vitória fez uma festa do Divino em 2003 para encerrar a celebração neste terreiro. Seria muita responsabilidade, segundo Vitória, prosseguir com este festejo porque o seu compromisso está naquela organizada pela a Colônia Maranhense no Rio de Janeiro. Dona Vitória fala sobre essa experiência de ser caixeira-régia quando voltou a morar no Maranhão:

Dona Maria Cintra (ou Mariazinha), ela tinha um terreiro lá. Como nós éramos conhecidas desde moça, quando eu cheguei lá, eu disse que só fazia uma festa quando viesse pra cá, fazer festa pra Espírito Santo pra ser caixeira-régia, aí eu fui ser caixeira-régia dela, mas Deus levou ela. Agora em agosto nós vamos fazer (...) É, eu não vou assumir essa responsabilidade porque é uma responsabilidade muito grande e eu (...) principalmente que as caixeiros de lá só querem tocar caixa se ganhar dinheiro, só ligam pra dinheiro. Eu toco pra Espírito Santo com o meu coração aberto, por amor a ele, por acreditar que ele faz e acontece. Eu não preciso de mais nada, só de tudo que ele me faz, tudo que ele me faz.

Após a morte desta zeladora, Dona Vitória permaneceu sendo a caixeira-régia somente da festa do Divino celebrada pela Colônia Maranhense, mas isso não a impede de tocar em outras comemorações no Maranhão¹⁹⁵.

A presença da caixeira-régia Vitória na celebração realizada na Ilha do Governador é considerada por todos como uma espécie de força para a festa. Ela permanece neste cargo e, provavelmente, só o deixará por motivo de doença ou quando falecer.

3.2.4 As “meninas de Santa Tereza”

Por volta do ano 2002, segundo os devotos, grupos de classe média e moradores do bairro de Santa Tereza¹⁹⁶ e da Zona Sul carioca que já freqüentavam há algum tempo a festa do Divino maranhense na Ilha do Governador começam a se inserir no toque de caixa. Jovens que traziam as suas caixas e que já tinham uma certa noção dos versos e músicas rituais. Umam eram maranhenses e outras cariocas que, na sua grande maioria, já tinham visto as celebrações do Divino no Maranhão. Algumas só foram assistir os rituais e poucas começaram efetivamente a tocar, principalmente aquelas que fazem parte do grupo As três Marias e outras que não fazem parte de um grupo específico. Como o bairro de referência desses grupos era Santa Tereza, os migrantes começaram a chamar essas jovens de “meninas de Santa Tereza”.

Chegaram na festa da Ilha do Governador com suas caixas e pediram permissão às caixeiras mais velhas para tocarem, o que foi consentido. Até então, não havia nenhuma jovem caixeira tocando, porque as próprias meninas da Colônia Maranhense não se interessavam em aprender o toque de caixa, nem mesmo as filhas das caixeiras. Para muitos, a presença de jovens tocando caixa foi considerada uma “benção”, como nos conta Seu Borracha:

Ainda mais agora com essas meninas novas que tem desse grupo aí, então agora mesmo que tá cheio de caixeiras (...) e eu queria mais um estreitamento com elas, queria marcar um dia aqui com elas pra gente até almoçar, conversar, fazer isso o que você tá fazendo, entendeu, mostrar a elas, ver, pra integrar elas, pra botar elas dentro do negócio.

Há interesse das caixeiras e da diretoria em integrar essas jovens no contexto da festa. Elas ficaram rapidamente conhecidas e, mesmo aquelas que não moram mais em Santa Tereza, são classificadas dentro deste grupo. Também existem aqueles que acham que elas deveriam seguir todos os rituais e não privilegiar apenas o dia principal para o toque de caixa, comparecer a missa e respeitar as cores vermelha e branca no dia de Pentecostes.

Os vários grupos que estudam o folclore e cultura popular do Maranhão começaram a fazer apresentações de bumba-meu-boi e tambor de crioula durante as celebrações, como uma forma dos migrantes maranhenses terem contato com brincadeiras e danças de seu Estado e também como uma maneira de entretenimento nos intervalos ou após o encerramento dos rituais, como no fechamento da Tribuna.

Dona Gercy ainda se lembra do primeiro dia que essas jovens foram a festa e pediram permissão para tocar caixa, como podemos ver em seu depoimento: “É, eu vi elas chegando com a caixa nas costas, tudo tirando da capa (...) ‘a gente pode tocar?’ eu digo pode, eu disse pode porque se elas estão com as caixas é sinal que elas sabem, né”.

Essas “meninas” foram bem recebidas, principalmente pela caixeira-régia Vitória que ensina versos quando nenhuma delas está cantando, fato que observei por muitas vezes, especialmente nos cortejos de ida ou volta do mastro. Sobre este aprendizado do toque de caixa, Dona Gercy diz que: “Eu acho, porque eu não sei da onde elas vieram aprendendo, eu sei que quando elas chegaram lá na Ilha já estavam batendo caixa, caixeira muda comigo não dá (risos), tem que cantar, Vitória não fica ensinando, às vezes Vitória vem e fica ensinando versos pra elas”.

Segundo uma dessas jovens, quem começou a incentivá-las, disponibilizando gravações de toque de caixa e cantigas do Maranhão e as motivou a tocarem na Ilha do Governador foi o antropólogo Gustavo Pacheco, que produziu um CD no Maranhão com algumas caixeiras de terreiros influentes. Após a inserção na festa da Colônia Maranhense¹⁹⁷, elas souberam das outras celebrações do Divino e começaram a freqüentar o terreiro de Dona Antônia, Ilê de Iansã-Obaluaiê. Algumas dessas “meninas” fazem pesquisas sobre a comemoração do Divino maranhense no Rio e somente uma está vinculada a uma pós-graduação.

Essas jovens não continuaram apenas tocando caixa nas festas ou fazendo apresentações de tambor de crioula, sendo parte não só do ritual como, principalmente no Terreiro Ilê de Iansã-Obaluaiê, começaram a ajudar financeiramente esta celebração. Vemos essa influência no depoimento de Dona Antônia em relação a sua salva ao Divino no ano de 2004, onde: “Ah, esse ano a Fabiana¹⁹⁸ me ajudou bastante, né, ela deu a maior parte do negócio do almoço, foi ela que deu, né, ajudou. A Aline já tinha comprado roupa pra preparar a menina que ia sentar como Mordoma-Mor, só que não veio, a fazenda ainda tá até aí, ela já tinha comprado”.

Além do auxílio para cobrir os custos, dois filhos dessas “meninas” fizeram parte do Império no terreiro de Dona Antônia em 2005¹⁹⁹. Elas também começam a fazer parte da relação de promessa com as demais pessoas que se integram em uma rede de solidariedade, como podemos ver no depoimento de Dona Vitorinha:

A lista, né, então essa lista a gente passa pra pessoa dar quanto pode, quanto quer, entendeu, aí graças a Deus eu adquirei da turma de Santa Tereza 155 reais, então cada um deles contribuiu, na família alguns contribuiu com 20, outros contribui com a roupa, outros contribui com sapato, entendeu, e assim, é como a Balbina, uma grande amiga minha também, ela me deu os enfeites da mesa, alguns enfeites da mesa como o anjinho e outros, a Rosa também, a Rosa, que é de Seropédica, ela também fez os enfeites da mesa e não me cobrou nada, a Balbina também não me cobrou nada, fez o docinho e a Dona que fez o bolo, eu me esqueci o nome dela agora, que mora lá em Guadalupe, só porque ela achou a minha neta muito linda ela disse: eu vou lhe ajudar em alguma coisa, me ajudou dando o bolo.

Os grupos que interagem com os maranhenses, principalmente com as caixeiras e rezadeiras, começaram a trazer essas mulheres para festas organizadas por eles em Santa Tereza, não só aquelas realizadas dentro das casas como forma de pagamento de alguma promessa como nas celebrações fora das casas, em largos desse bairro, como o Curvelo, onde há, além de apresentação de tambor de crioula, o toque de caixa.

Além disso, começam a participar de celebrações também fora de Santa Tereza, como na comemoração do aniversário do grupo As Três Marias, em agosto de 2004, realizado no Museu do Pontal, onde um CD foi gravado, cujo título é: As Três Marias tocam e dançam para Santa Luzia, São Benedito e Divino Espírito Santo. O CD contém ladainhas para esses três santos na voz de Dona Vitorinha e ainda há o toque de caixa. Quando há festas deste tipo ou em Santa Tereza e o número de caixeiras é grande, uma *van* é contratada para buscar e levar ou somente buscar as rezadeiras e caixeiras.

Não só há essa interação no espaço do bairro de Santa Tereza, também ocorre o inverso. Um exemplo foi a comemoração realizada no dia 12 de dezembro de 2004 no terreiro de Dona Antônia, onde As Três Marias distribuíram o CD gravado para caixeiras e rezadeiras e houve um pagamento de promessa para Santa Luzia de uma dessas “meninas”. No altar estava em destaque a imagem de Santa Luzia e outra de Nossa Senhora da Conceição, santa de devoção de Dona Antônia (com uma fita rosa ligada a santa com uma vela rosa acesa). Dona Vitorinha rezou uma ladainha para Santa Luzia, São Benedito e Nossa Senhora da Conceição. Após a ladainha houve um tambor de crioula, seguido pelo almoço e a distribuição de um bolo enfeitado de rosa, já que também era comemoração ao aniversário de Dona Antônia.

No artigo de Elizabeth Travassos, “Recriações contemporâneas dos folguedos tradicionais: a performance como modo de conhecimento da cultura popular”, podemos ver como jovens começam a se interessar pela apreensão da cultura popular, reproduzindo altares de santos, benditos, comprando instrumentos musicais artesanais e como eles vão de fato até o grupo a ser pesquisado para entrar em contato com o que é considerado uma performance “autêntica”, como vemos neste trecho:

Porque não se trata apenas de aprender os complicados passos do cavalo-marinho pernambucano ou tocar rabeça como um rabequista do interior de Minas. Está em jogo também a absorção de um *ethos* comunitário e festivo que se opõe ao padrão de relações vigentes no mundo profissional dos espetáculos. Não é por acaso que a transição da informalidade das festas à formalidade do espetáculo artístico profissional constitui um momento crítico do ciclo de vida dos grupos. Uma integrante do movimento explicava-me que conhecer a cultura popular é apreender o “sentimento da brincadeira”, o espírito da festa (imaginando, é verdade, mas com algum fundamento etnográfico). O aprendizado valorizado não é apenas técnico, tanto quanto a prática valorizada não é a da simples repetição habilidosa de gestos e cantigas. Trata-se de recriar o ambiente do “brinquedo” que mobiliza a participação coletiva e exige múltiplos talentos expressivos de cada indivíduo. Manter esse espírito atuando no mundo integrado dos espetáculos é um desafio.²⁰⁰

Inserir integrantes maranhenses em suas performances em espaços públicos de Santa Tereza faz com que o grupo seja legitimado não só por aqueles que estarão assistindo as danças e toques de caixa, como dá visibilidade àquelas maranhenses que, antes desta integração, tinham o seu saber restrito às festas do Divino ou aos terreiros maranhenses.

No artigo de José Jorge de Carvalho sobre a indústria de entretenimento criada por esses grupos que estão, para o autor, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, como eles fazem uma espetacularização da cultura popular em: “(...) transformar seus rituais sagrados em shows formatados como mercadoria”²⁰¹.

Para Carvalho, há uma questão em relação à classe média branca em busca deste saber que, para ele, “posa” de nativo e “invade” esse espaço performático dessas “classes populares”. Entram em jogo os próprios interesses desses grupos em querer ou não esta inserção como também dialogar e negociar com esses “agentes da indústria cultural”. Este fenômeno de grupos que apreendem esta cultura popular também se insere no seu próprio grupo, integrantes dessa classe média branca, como está acontecendo na festa do Divino e em outras celebrações, conforme ele nos diz em seu artigo:

Em primeiro lugar, assisti a um ensaio do Maracatu Estrela Brilhante em Recife, em dezembro de 2002, em que, de 30 percussionistas, 27 eram brancos de classe média. Assisti, em novembro de 2003, a uma apresentação da orquestra de berimbau do Grupo Nzinga de Capoeira Angola, em Brasília, na sede da Fundação Cultural Palmares, em que, de 30 capoeiristas, 28 eram brancos de classe média e dois negros.”²⁰²

Acredito que para esses grupos, incluindo as “meninas de Santa Tereza”, a inserção dessa classe média em rituais e celebrações também é uma fonte de prestígio. A principal questão é: Como não criar uma dependência, tanto em relação ao ritual quanto financeira, perante esses grupos? Este fato já está acontecendo, principalmente no terreiro de Dona Antônia. Os terreiros onde esta inserção de jovens de classe média não ocorre são o de Costa Barros, Abassá de Mina Jeje-Nagô, de Dona Margarida, pelo medo em relação à localidade, e o Cazuá de Mironga, que possui caixeiros para dar prosseguimento à festa do Divino.

O grande problema que as festas do Divino maranhenses no Rio de Janeiro possuem é a falta de interesse das jovens em querer aprender o toque de caixa. Para Seu Elesbão, muitas devotas têm vergonha e outras senhoras que sabem não se interessam em tocar. Podemos ver em sua entrevista o desinteresse das migrantes e de suas filhas e netas neste saber:

Não é só as meninas novas, tem muitas maranhenses que sabem tocar caixa, mas não querem bater caixa (...) Acham que é, acham que botar uma caixa nos quartos, como se diz lá em São Luís, é, como é que eu vou me expressar, uma coisa feia, uma bobeira. A Gercy, ela mesmo tem uma prima que toca caixa, tocava caixa junto com ela, mas que agora não toca (...) Tem muitas outras que sabem mas não tocam.

Essa falta de interesse das mais novas em querer aprender o toque de caixa não se restringe somente às festas do Divino no Rio. Em São Luís, o mesmo desinteresse também é constatado nos terreiros, como nos conta Gouveia:

Existe uma preocupação grande no que diz respeito ao repasse do conhecimento sobre a festa do Divino nos terreiros, que é acumulado principalmente pelas tocadoras de caixa – o não envolvimento de novas adeptas a esse “ofício”. Essa é uma preocupação constante tanto para elas como para algumas mães-de-santo, pois o não interesse de novas mulheres pelo aprendizado do toque de caixa em Festas do Divino põe em risco a própria continuidade do ritual. Todos são unânimes em afirmar que “sem caixeira não tem festa”. Tentando resolver o problema, mães-de-santo costumam colocar algumas de suas filhas-de-santo para aprender os variados toques de caixas, mas nem sempre estas assumem com dedicação a função.²⁰³

As “meninas de Santa Tereza”, para alguns devotos, têm um papel não só dentro do ritual, como também para mostrar às mais novas que não se interessam em tocar como até não maranhenses valorizam o toque de caixa e se esforçam em aprendê-lo. Para Seu Borracha, a falta de interesse em tocar caixa é também um desinteresse com tudo que se refere à cultura do Maranhão e uma “perda da identidade maranhense” porque, para ele, muitas ou a grande maioria, nasceram no Rio de Janeiro. Seu Borracha conta sobre esta “perda da identidade”:

É porque, eu acredito, eu acredito que seja até de motivação a perda da identidade do folclore (...) Elas não se identificam (...) não querem saber, não se identificam! Porque na festa, só aparecer na missa bonita, na hora do almoço, ir lá beber, ver o filho lá, mas não sabem de nada do ritual, não sabem nada, falta a identidade com o folclore.

Em 2000, o Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, através da caixeira Celeste, da Casa das Minas, começou a organizar oficinas para jovens e senhoras interessadas em aprender o toque de caixa. No Rio já foi oferecida uma oficina pelas caixeiras da Casa Fanti-Ashanti, de São Luís, mas que foi freqüentado somente por jovens de classe média. A própria caixeira-régia Vitória disse que já quis ensinar de graça o toque de caixa, mas que ninguém quis aprender. Inserir apenas meninas que não pertençam a esta comunidade não basta para assegurar o repasse ritual, sendo necessário incentivar de alguma forma as devotas a dar continuidade ao toque de caixa nas festas do Divino no Rio de Janeiro.

3.2.5 Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo: a interação das caixeiras entre os Estados

Podemos dizer que há uma circulação de caixeira entre esses três estados: Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo. O fluxo entre Rio e São Luís é habitual porque, além da caixeira-régia Vitória vir todos os anos, algumas caixeiras, como Dona Gercy, visitam o Maranhão de tempos em tempos.

A interação dessas caixeiras que tocam no Rio e daquelas da Casa Fanti-Ashanti, terreiro mina-candomblé de São Luís, que fazem a festa do Divino em São Paulo, começou

em 2003, quando as caixeiras desta casa foram convidadas a darem uma oficina no Rio de Janeiro, comparecendo à celebração da Ilha do Governador no dia de Pentecostes e no derrubamento do mastro.

Dona Dindinha (Anunciação), Dona Zezé (Maria José), Dona Graça e Bartira são as quatro caixeiras maranhenses da família Menezes²⁰⁴ que fazem a comemoração do Divino em São Paulo, no espaço cedido pela Associação Cultural Cachuera!, sendo a missa realizada na Paróquia Coração Imaculado de Maria (Capela da Puc). Acredito que uma ou duas dessas caixeiras morem efetivamente em São Paulo e as outras duas viajem para esta cidade somente no período da festa, assemelhando-se à ponte que a Dona Vitória faz entre Rio-Maranhão e que, no caso das caixeiras que celebram o Divino em São Paulo, ela se estenda entre Maranhão-São Paulo-Rio.

A festa do Divino realizada em São Paulo é recente, tem cerca de cinco anos, e vem sendo celebrada todos os anos neste mesmo espaço. Esta comemoração é antecedida pela realização de uma oficina de toque de caixa, onde aquelas que participaram têm a oportunidade de colocar em prática o novo aprendizado, como nos conta Barbosa:

Em 2001, aconteceu um novo processo de oficinas e festa, que se repetirá em 2002. Iniciou-se um ciclo que envolve a escolha de um Império e, desse modo, a festa já possui a representação do poder divino. Constrói-se e sedimenta-se uma festa em São Paulo, onde paralelamente ao conhecimento dos significados desse ritual no Maranhão – seu lugar de origem – constrói os seus próprios.²⁰⁵

Além de oficinas, essas quatro caixeiras gravaram um CD²⁰⁶ em parceria com o programa Itaú Cultural e com a Associação Cultural Cachuera!, lançado em 2003, com os principais toques de caixa cantados por elas. Neste mesmo ano, fizeram uma oficina de caixa na Fundação Progresso no Rio de Janeiro²⁰⁷ e lançaram também o seu CD, vendido não só durante a oficina, mas também durante a festa do Divino na Ilha do Governador.

A partir de 2003, as caixeiras que fazem esta celebração em São Paulo começaram a frequentar também o culto ao Divino realizado na Ilha do Governador²⁰⁸, levando suas caixas e tendo permissão da caixeira-régia para tocar. Durante este encontro de caixeiras houve um reencontro de duas antigas conhecidas: Dona Gercy, caixeira-mor da festa da Ilha, e Dona Dindinha, que tocava caixa na casa da mãe de Dona Gercy. Dona Dindinha é filha de Dona Romana, mãe de Seu Euclides de Menezes (zelador da Casa Fanti-Ashanti), e que também fazia às vezes de caixeira-régia na casa da mãe de Gercy. Sobre a relação da Dona Romana com a sua mãe, Dona Gercy nos conta que:

Então, a minha mãe que me criou é madrinha também do Euclides e a mãe dele vinha lá pra casa de mala e ficava lá a semana da festa toda, com eles pequenos (...)
A Dona Romana só tinha o Euclides e o Sidnei com o pai da Anunciação, da Dindinha que vocês chamam, tu entendeu?

Quando Dona Gercy reconheceu Dona Dindinha como aquela sua velha amiga que tocava na casa da sua mãe, houve um momento de abraços e beijos e de lembrar as festas e pessoas do passado. Dona Dindinha deu um CD de presente para Dona Gercy e houve um convite para que ela fosse assistir a celebração do Divino em São Paulo.

Em 2004, Dona Gercy e mais duas “meninas de Santa Tereza” foram de carro para São Paulo com o intuito de assistir e participar da festa. Para Gercy, esta comemoração não tem uma grande quantidade de devotos que a prestigie, distinguindo-se daquela organizada na Ilha do Governador. Há rituais em São Paulo que não são realizados no Rio de Janeiro, como o “buscamento da coroa”²⁰⁹ e o “Bambaê”²¹⁰ das caixeiras.

3.3 DO RIO PARA O MARANHÃO – DINHEIRO DA CULTURA *VERSUS* DINHEIRO DOS DEVOTOS

Um ponto importante e que não pode ser deixado em segundo plano são as próprias modificações na estrutura das festas em São Luís. Trago esta questão porque, durante a entrevista da caixeira-régia Vitória, o primeiro ponto abordado por ela foi como as comemorações do Divino em São Luís estão “perdendo” a sua essência. Antes mesmo de fazer qualquer tipo de pergunta, a caixeira Vitória falou a seguinte frase: “A cultura está acabando com a festa do Divino em São Luís!”.

Para entendermos esta “acusação”, temos que perceber o que é uma verdadeira festa do Divino para esta mulher. Entra em jogo o principal ponto: o dinheiro. Este deve ser esmolado, arrecadado pelos devotos e por seus familiares através de cartas, fazendo parte da própria relação de troca com a divindade, porém, para Dona Vitória:

Mas infelizmente na minha terra o negócio tá tomando um outro rumo, porque entrou a cultura, que a cultura dá um dinheiro pro dono da festa, as caixeiras querem o dinheiro todo, se não pagar elas pra cantar, elas não querem cantar mais, pra elas acompanhar uma festa do Espírito Santo, o dono da festa tem que dar roupa, tem que dar sapato, mas a cultura que escangalhou. Só eu que não.

Com a ajuda financeira da Fundação de Cultura e do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, este dinheiro começa a entrar em muitas festas, não através dos devotos, mas via Centro de Cultura Popular. Podemos dizer que o discurso de Dona Vitória é uma “retórica da perda” que, segundo Gonçalves, está ligada a uma narrativa onde: “(...) valores culturais são apresentados sob um risco iminente de desaparecimento”²¹¹.

Para a caixeira-régia Vitória esse dinheiro é “incorreto” no modo como ele deve ser arrecadado. Cláudia Gouveia fala sobre o começo da ajuda financeira, em 2000, da Secretaria Estadual de Cultura em relação aos terreiros de São Luís:

Atualmente, algumas festas de São Luís recebem da Secretaria Estadual de Cultura uma pequena ajuda em dinheiro, o que ajuda bastante. Para receber essa ajuda, os festeiros devem fazer um cadastro no Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho. No ano de 2000, cinqüenta e duas festas de São Luís receberam a ajuda do Estado. A quantia variou de R\$ 500,00 (quinhentos reais) até R\$ 800, 00 (oitocentos reais), pois a ajuda foi avaliada de acordo com a tradição da festa do Terreiro.²¹²

Segundo Barbosa, podemos ver como este dinheiro, via Centro de Cultura Popular, começa a ser implantado no Projeto Divino Maranhão:

Em 2001, o governo do Maranhão, visando ampliar seus investimentos em turismo cultural, incorpora formalmente as festas do Divino no Projeto Divino Maranhão²¹³. Alcântara recebe, há mais de dez anos, importante ajuda financeira do Estado, e continua a ser beneficiada. Do mesmo modo, outras festas também já recebiam ajuda financeira, e muitas outras foram incluídas no projeto, provocando um *boom* de festas do Divino (...)
Essa ajuda oficial incentivou a ampliação do número de festejos, e também acelerou o processo de dissolução do costume de compartilhar o financiamento. Segundo depoimentos de funcionários ligados à Cultura, as festas que começaram a receber apoio financeiro do Estado, deixaram de fazer folias e enviar cartas.²¹⁴

A folia do Divino e as cartas enviadas para a casa dos devotos faziam parte desta dinâmica em arrecadar o dinheiro para os gastos, mas recebendo o dinheiro do Estado este procedimento importante relacionado com a troca entre o Divino e aqueles que participam de sua festa começou a ficar em segundo plano.

Com esta mudança na arrecadação do dinheiro, houve modificações ligadas aos dias em que certos terreiros celebravam a festa do Divino, antecipando esta data, principalmente em relação ao turismo, para maio ou junho nos terreiros mais antigos, como a Casa das Minas e Casa de Nagô, que comemoram o Divino no dia de Pentecostes.

Semelhante ao que vem ocorrendo com o bumba-meu-boi no Maranhão, para as festas receberem tal recurso do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, os terreiros ou devotos devem apresentar uma documentação extensa. Marise Barbosa fala sobre a lógica do dinheiro e sobre a dificuldade em distribuí-lo e em cadastrar os terreiros:

Para um Estado no qual 62,37% da população vive com menos de R\$80,00 por pessoa por mês, tem grande significado os R\$500,00 que cada uma das festas consideradas pequenas receberam. Esses valores variam de acordo com a longevidade das festas e com a proximidade pessoal e política com o Estado. Festas antigas e grandes receberam quantias maiores. Os valores, mínimo de R\$500,00 e máximo de R\$2.500,00. Para tornar possível a comparação, o salário mínimo nacional é R\$180,00²¹⁵.

O Governo do Estado, através da Fundação de Cultura e do Centro de Cultura Popular, tinha dificuldades para distribuir essas verbas em razão da pouca informação que possuem sobre as festas. Desse modo, os critérios para a distribuição dessa ajuda têm sido construídos ao longo dos últimos anos. O tempo de cadastramento da festa é um deles, mas a forma, os prazos, os documentos necessários para fazer esse cadastro, variam.

Uma crítica, feita pelos festeiros com os quais pude conversar, é que a habilitação para receber essa ajuda exigiria uma grande quantidade de documentos, um alto grau de formalização institucional, como a constituição de pessoas jurídicas nos Terreiros, de maneira que poucos poderiam recebê-las, dado o alto grau de informalização dessas Casas.

Uma evidência disso é que, no lançamento do Projeto, poucas delas estavam habilitadas para receberem formalmente os recursos. A solução encontrada foi o repasse das verbas às poucas Casas habilitadas nos moldes exigidos pelo Estado, e assim redistribuir os recursos para as outras.²¹⁶

Hoje em dia, muitas casas ou terreiros conseguiram o cadastramento e recebem o dinheiro do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho. Segundo o folder da festa de 2004: “(...) no atual cadastro do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, estão registradas 150 festas, de 23 municípios, sendo 66 da capital – São Luís – e 84 de outras cidades”²¹⁷. Com isso, o turismo durante este período de celebrações se intensifica, atraindo muitos devotos e interessados em ver o culto ao Divino.

Sobre o incentivo do próprio Governo do Maranhão ao turismo, folclore e artesanato, foi criada em 1976 a MARATUR (Empresa Maranhense de Turismo), com o objetivo de aumentar o “fluxo turístico” para este estado. Na década de 70, iniciou-se o apoio da MARATUR em relação aos grupos ditos “folclóricos”, que começaram a receber dinheiro para se apresentarem para turistas em São Luís. Sobre o início da verba, Ferretti argumenta que:

Os grupos folclóricos principais estão cadastrados e recebem ajudas anuais, conforme as disponibilidades financeiras do órgão. Desde 1973, estes grupos passaram a se agrupar em Associações de Defesa do Folclore, a fim de receberem verbas, pois muitos grupos fictícios tentavam conseguir ajuda oficial pela interferência de políticos. A MARATUR possui um fichário com registro dos grupos folclóricos atuantes na capital e em alguns municípios do interior. Os grupos vêm espontaneamente se cadastrar, pois têm interesse em receber ajuda, que é distribuída uma ou duas vezes por ano. Os grupos de Tambor de Crioula recebem no Carnaval e na época de S. João. No Carnaval de 1978, cada grupo recebeu dois mil cruzeiros, que normalmente são aplicados em roupas e instrumentos. Para as apresentações turísticas, a MARATUR convoca os grupos melhor organizados, que recebem um “cachet”, atualmente em torno de oitocentos cruzeiros por apresentação. Hotéis e agências de turismo também fazem contatos diretos com certos grupos para apresentações periódicas e alguns grupos conseguem ajudas diretas de outros órgãos do Governo.²¹⁸

Com este incentivo financeiro, começa a se formar uma “indústria cultural” no Maranhão impulsionada pelo turismo, como nos conta o mesmo autor:

No Maranhão, como em outras partes do país, constatamos também que manifestações folclóricas como o Tambor de Crioula estão sendo transformadas em mercadoria da indústria cultural, num processo que beneficia principalmente os promotores da indústria do turismo. As festas populares vão perdendo sua espontaneidade e sendo transformadas em apresentações para turistas, realizadas em hotéis, teatros e praças públicas para serem apreciadas confortavelmente por pessoas de outras camadas sociais. O povo, embora goste e continue fazendo suas festas, não tem maior acesso a estes locais e aos benefícios desta apropriação que tende a prejudicar sua própria criatividade com a transformação²¹⁹ de um ritual marginal, num espetáculo valorizado em função de outros interesses.

Será que essas mudanças que estão ocorrendo com o tambor de crioula e o bumba-meu-boi, transformando-os em espetáculos para turistas, afetará num mesmo grau a festa do Divino? O processo de cadastrar terreiros, como já vem ocorrendo há muitos anos com o bumba-meu-boi, está se intensificando e a cada ano mais terreiros recebem esta verba.

Além do dinheiro recebido pelas festas, há o prestígio que este cadastramento dá em relação àquelas que não o possuem, dando um caráter de “autenticidade” para as comemorações cadastradas. Este prestígio está claro no depoimento da caixeira-régia Vitória em relação à sua tentativa de cadastrar a celebração do Divino Espírito Santo da Colônia Maranhense no Rio de Janeiro no Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho:

Muita gente dá festa em casa. Agora tem muita gente querendo fazer a festa do Espírito Santo pra ganhar dinheiro da cultura, que a cultura ajuda. Quando eu fui registrar a minha festa lá na cultura do Maranhão, eu fui pra participar ele, que nós, que a primeira festa do Espírito Santo aqui dentro do Rio de Janeiro é a nossa, nossa festa. Então, queria que o Maranhão soubesse, aí a moça disse assim pra mim que ela não podia registrar a minha festa porque eu não estava lá e só dava dinheiro pra quem tivesse lá. Eu falei que há trinta anos nós estamos fazendo a festa no Rio de Janeiro e nunca precisamos do Maranhão pra dar, agora eu vou querer? Não, apenas eu quero que você registre aí que é a primeira festa que Divino Espírito Santo feita no Rio de Janeiro.

A intenção de Dona Vitória em querer registrar a festa do Divino organizada pelos Maranhenses no Rio de Janeiro é o de ganhar prestígio em relação às outras realizadas no Maranhão. Este prestígio viria, principalmente, por ser tratar de uma celebração que remete ao Maranhão e sua cultura, como o tambor de crioula e o bumba-meu-boi fora desse estado.

Contudo, soube através de outros informantes que possuem ligações com este Centro de Cultura que Dona Vitória, contrariando o seu discurso no Rio de Janeiro, sempre quis este dinheiro para a festa realizada por migrantes maranhenses no Clube ASCAER. O querer apenas o registro não é somente a sua única ambição e também conseguir tal registro não é tão difícil para aqueles que são festeiros em São Luís. Como ainda não tenho dados sobre a relação de Dona Vitória com este Centro, acredito que além do dinheiro, o prestígio é importante para essa maranhense.

Seu discurso é ambíguo, pois, se está em São Luís, fala com cautela e simpatia do Centro de Cultura Popular, mas quando está no Rio fala com animosidade deste Centro e pelo seu não reconhecimento da celebração que é festeira.

Em seu depoimento, Dona Vitória também faz uma “acusação” aos festeiros que, para ela, fazem a celebração do Divino em São Luís só para receber este dinheiro da “cultura”²²⁰. Dona Vitória chega a falar de “invenção” em relação a algumas comemorações: “Não, pessoas que não tem, não tem juízo, quer fazer porque quer ganhar dinheiro da cultura. Aí eu invento uma festa do Espírito Santo, vai lá na cultura, registra, aí a cultura dá dois mil, mil reais”.

Sua “acusação” em relação a algumas celebrações está em como certos festeiros organizam e conduzem o culto ao Divino. No Rio de Janeiro, Dona Vitória sempre está preocupada com os mínimos detalhes, principalmente com os rituais praticados. Já no Maranhão, Dona Vitória acha que certos festeiros querem mais uma festa luxuosa e esquecem dos seus principais rituais, como podemos ver em seu depoimento: “Manda dizer missa bonita, músico pra acompanhar a nossa festa e lá tem gente que cuida de muito convencimento, mas na hora da ladainha não tem um músico pra acompanhar, não tem nem rezadeira pra rezar e fica tudo devendo”.

Sua crítica também vai para as caixeiras, pois, para ela, muitas querem dinheiro para tocar em algumas festas ou certo tipo de “agrado”. Para Dona Vitória, as caixeiras tocam por devoção ao Divino Espírito Santo. Gouveia relaciona o toque de caixa ligado a devoção das caixeiras e sem esperar nenhum tipo de retorno financeiro, mas também fala como esta “falta de remuneração” é um ponto a ser debatido:

Esta falta de remuneração tem causado alguns problemas entre os festeiros do Divino e suas caixeiras. Muitas têm reclamado que não estão mais sendo agradadas como deveriam, sempre enfatizando que já são senhoras com idade bastante avançada e algumas possuem problemas de saúde. Na verdade, elas não esperam receber dinheiro dos chefes de terreiro, mas as reclamações são sempre em torno da dificuldade que elas têm em chegar na festa e principalmente de voltarem para casa no dia do fechamento da Tribuna, que quase sempre termina depois da meia noite, não tem mais transporte coletivo e são poucos os pais e mães-de-santo que dão dinheiro para condução.

Percebemos que na maioria dos terreiros as caixeiras são tratadas com muito zelo e atenção pelos donos da festa. Em algumas casas, elas recebem dos pais e mães de santo, metros de tecido para confecção da roupa do dia da missa, fato constatado na Casa das Minas, Terreiro Fé em Deus e Portas Verdes. Os festeiros possuem preocupação especial com a alimentação das caixeiras e, no final da festa, grande parte do que é dividido (bolos, mantimentos, lembrancinhas), é reservado para elas, como forma de agradecimento pela ajuda e solidariedade.²²¹

Neste trecho podemos ver como as caixeiras gostam de ser agradadas e como, no Maranhão, sempre recebem lembrancinhas de cada mesa do Império e bolo, sentam separadas dos convidados, mas os agrados não passam para forma de pagamento em dinheiro. Houve um ano que a caixeira-régia Vitória trouxe duas ou três caixeiras de São Luís para tocarem na festa na Ilha do Governador, mas as passagens de ônibus foram pagas pela própria Vitória. Algumas caixeiras conseguem carona para ir embora da celebração do Divino no Clube ASCAER, vários devotos alugam *vans* para transportar toda a família, muitos dormem nas casas de parentes mais próximos e para outros só restam os ônibus para se locomover.

Durante o depoimento do vice-presidente Elesbão sobre as caixeiras no Maranhão este narrou que, em visita a uma festa fora de São Luís, escutou este tipo de “acusação” que caixeiras querem remuneração em dinheiro:

E o moço lá, o rapaz lá em uma festa que eu fui, há uns seis anos atrás, que fui com a minha madrinha, tinha uma senhora que ela era caixeira-régia e convidou a minha madrinha e nós fomos. Do outro lado da ilha, eu esqueci o nome daquele lugarzinho, e aí nós fomos lá e então o rapaz veio falando, o mestre sala dizendo que tem gente que cobra pra ser, a caixeira-régia cobra e todo o dinheiro que entra ela quer ter parte. Ainda tem mais outra coisa, as caixeiras, são seis caixeiras, tem que ter seis frangos pra quando terminar aquela festa, na hora do jantar, tem aqueles frangos que é do jantar pra elas levarem pra casa.

Em alguns terreiros a devoção por parte das caixeiras em tocar nas festas vem junto com o “trabalho”. Neste caso, diz Barbosa:

A compreensão do seu trabalho exclusivamente como função assalariada e compartilhada em tempo e lugar, não dá conta do universo no qual elas circulam e existem. Tocam caixa por devoção e, neste processo, trabalham. Neste trabalho constroem sua identidade, seu ganho, – o agrado – sua sobrevivência, e a de sua família.²²²

Na cidade de Alcântara são distribuídas entre as caixeiras as sobras dos alimentos e dos mantimentos que não foram utilizados na festa, como farinha, óleo, refrigerante e outros. Tudo o que as caixeiras ganham durante e após a celebração faz parte do “agrado”, como nos conta Marise Barbosa:

Cada uma das Caixeiras foi para casa com alimentos e com algum dinheiro. (Mas disso não se fala...); tudo isso faz parte do “agrado”. Do mesmo modo são “agradados” os vestidos e os sapatos, o alimento e as bebidas consumidas durante a festa, e a recepção privilegiada das famílias e os amigos de cada uma, na mesa destinada às Caixeiras. Tocar na festa é inclusive uma das formas de prover sua sobrevivência. O agrado tem uma grande importância para o seu viver e sobreviver com sua família. No intervalo entre as festas, as Caixeiras retornarão a seus outros trabalhos de sobrevivência: as trabalhadoras rurais irão cultivar; as lavadeiras irão lavar; as costureiras costurar.²²³

Muitas caixeiras, para Barbosa, sobrevivem desse tipo de “agrado”, tocando em muitas festas do Divino no Maranhão. Além de muitas receberem “tecidos para vestidos, o dinheiro para a condução, táxis ou carona para as mais velhas”, este “agrado” não se encontra apenas neste universo de trocas, mas também “agradar é seduzir, trazer pra perto” (BARBOSA, 2002).

Ainda segundo este autor, no passado as caixeiras da cidade de Alcântara tinham uma relação profissional com a festa do Divino, ocupando-se desta tarefa durante o ano todo, saindo com as folias em setembro e retornando em dezembro. Com isso, esmolando para o Divino durante alguns meses, a vida dessas caixeiras tinham somente este objetivo. Houve também uma “perda de prestígio” em relação às folias no interior, onde:

Isso resultou no seu abandono como forma de financiamento da festa e catequização, divulgação dos dons do Divino, fortalecendo as relações com os devotos espalhados pela zona rural. Esse era também um dos grandes objetivos dos longos percursos com o Estandarte do Divino pelo interior.²²⁴

Felipe Berocan Veiga, em sua dissertação *A festa do Divino Espírito Santo em Pirenópolis, Goiás: polaridades simbólicas em torno de um rito*, fala também da dificuldade dos foliões do Divino, em deixar seus empregos durante a visita da folia nas fazendas do interior, como podemos ver neste trecho:

Muitos foliões estão negociando com seus empregadores, pensando em estratégias para se ausentarem do trabalho durante oito dias, em plenos meses de maio e/ou junho. Alguns passaram a solicitar férias com dois meses ou mais de antecedência, como comerciários e funcionários da Prefeitura. Outros trocam suas férias regulares pelos oito dias de “férias fora de hora”. Parte considerável dos foliões, entretanto, ganha por dia de serviço, geralmente na extração de quartzito das pedreiras da cidade. Pela ausência de vínculo ou emprego, simplesmente deixam de receber pelos dias de festa. Assim como os demais autônomos – lavradores, caseiros, artesãos, eletricitas, pedreiros de obra –, que deixam de prestar serviços por esses tempos. Sem falar nos proprietários de terra, sitiantes, comerciantes e profissionais liberais, donos de seus próprios negócios (...) Avisam os patrões na véspera ou nem dão satisfação e, quando voltam, são demitidos por abandono de emprego. Alguns, mesmo assim, conseguem ser readmitidos depois do sumiço.²²⁵

Hoje em dia, em Alcântara, durante a festa do Divino, ainda há um pequeno cortejo de porta em porta das caixeiras tirando jóia, com a bandeira vermelha seguindo na frente. Muitos moradores fecham as portas quando percebem o movimento das caixeiras, como nos mostra Barbosa:

O cortejo caminha e sempre desperta uma curiosidade difusa nos passantes e moradores. Margarida tem razão: muitos moradores fecham suas portas ou não atendem quando são chamados. Elas atribuem este comportamento ao grande crescimento do número de devotos das religiões neopentecostais, chamados “crentes”. Embora sejam pessoas que sempre festejaram o Divino, agora fecham suas portas, pois não há conciliação entre a festa para o Espírito Santo e sua nova crença onde o Espírito Santo tem papel central.

O objetivo em trazer esta discussão em torno do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho e sobre o dinheiro distribuído por este Centro é apenas apontar as modificações em torno da festa do Divino Espírito no Maranhão após a implantação do Projeto Divino Maranhão, como o compartilhar as despesas entre os devotos. Não só o dinheiro influenciou em certas alterações nesta celebração como também a própria mudança do calendário de alguns terreiros em função do período turístico festivo na cidade de São Luís.

3.3.1 Ser ou não ser autêntico

Refletindo sobre a questão do dinheiro gasto na celebração do Divino no Maranhão e da forma como ele é arrecadado nos terreiros, podemos formular a seguinte pergunta: Para a caixeira-régia Vitória, a festa realizada pela Colônia Maranhense na cidade do Rio de Janeiro é “autêntica”, seguindo os modelos das casas mais tradicionais de São Luís? Durante uma conversa informal com as “meninas de Santa Tereza”, Vitória comentou que já recebeu inúmeras vezes convites para fazer oficinas ganhando dinheiro, mas disse que já se propôs a ensinar de graça e ninguém quis e jamais cobraria para ensinar a tocar caixa.

Para que um terreiro seja cadastrado na Secretaria de Cultura, este deve apresentar uma série de documentos que, assim, comprovariam a sua “autenticidade”. Aquele terreiro considerado “autêntico” receberia dinheiro para os gastos com a celebração. Mas no discurso da caixeira-régia Vitória, receber esse dinheiro pode ser uma forma de tirar a “autenticidade” de qualquer festa do Divino, ou qualificaria tal celebração dentro da categoria “inautêntico”²²⁶.

A categoria “dinheiro” é importante na lógica de Dona Vitória para distinguir aquelas festas que são “autênticas” e “inautênticas”. Aquelas que recebem dinheiro “doador”, “esmolado” são consideradas “autênticas”, distinguindo-se daquelas que recebem dinheiro da Secretaria de Cultura, consideradas por ela como “inautênticas”, pois perdem um dos seus princípios (dinheiro “esmolado”)²²⁷.

Uma outra categoria, “devoção”, também é um diferenciador. Caixeiras que “cobram” para tocar não estão tocando por “devoção”. Cobrar para tocar não é correto dentro da lógica de Dona Vitória, onde a fé no Divino está acima de tudo e a relação de “dádiva e contra-dádiva” (MAUSS, 1974) entra nesta lógica. Fazer uma promessa, pagá-la e fazer uma nova promessa é a eterna dívida perante o Divino.

Segundo o artigo de Gonçalves, “Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais”, podemos pensar que, através desta festa, a própria Colônia procure sua identidade, seu laço com o Maranhão, mas não através de um monumento histórico ou de um objeto. Esta ligação é feita pela própria festa do Divino.

Beatriz Góes Dantas fala dos terreiros mais prestigiados em Laranjeiras (SE). Dentre eles, o mais antigo, Terreiro de Santa Bárbara Virgem, é visto como sendo o mais “autêntico”, “puro”, “nagô”, através da sua relação com os africanos que o abriram e também pela mãe-de-santo, sendo neta de “verdadeiros africanos”. O “puro”, “nagô”, é contraposto a terreiros “misturados”, “caboclo”, “toré”.

Quando solicitada a indicar uma festa do Divino a ser vista no Maranhão, a caixa-régia indicou sem pensar aquela realizada na Casa de Nagô, uma das mais antigas e “tradicionais” de São Luís. A celebração da Colônia Maranhense no Rio de Janeiro segue o calendário católico, como na Casa de Nagô e na Casa das Minas. Para Dona Vitória, a comemoração como é organizada pela Colônia é a correta, tradicional, “pura”, “autêntica” em relação a muitos terreiros do Maranhão.

A festa no terreiro de Dona Antônia, Ilê de Iansã-Obaluaiê, candomblé, “misturado”, “toré” não segue, necessariamente ao modelo da celebração da Colônia, que é realizada na Ilha do Governador sempre no dia de Pentecostes e por não ser um terreiro dedicado somente ao tambor de mina, esta comemoração vem perdendo prestígio perante os maranhenses.

O culto ao Divino no terreiro do falecido Zé Grande, Cazuá de Mironga, também é muito prestigiado, mas acredito que pelo grande respeito e admiração que esses migrantes detêm em relação à figura daquele homem que, juntamente com Manoel Colaço, foi um dos primeiros festeiros a celebrar o Divino Espírito Santo maranhense na cidade do Rio.

Acredito que o segredo do prestígio em relação ao número de pessoas esteja ligado a essas duas figuras importantes: Dona Vitória e Zé Grande. Além da festa do Divino na Ilha do Governador e daquela realizada no terreiro em Seropédica serem as que possuem um espaço físico que comporta maior número de pessoas, podemos ver na entrevista do vice-presidente Elesbão como também há devotos que permanecem acompanhando a celebração por admirarem, por exemplo, a caixeira-régia Vitória:

Isso é um caso que eu sempre digo até, eu converso sempre com o pessoal, eu digo pra eles na hora que a Dona Vitória falecer, a festa acaba. Já Gercy, com todo o conhecimento que ela tem, mas não é, porque tem muita gente ali que vai, o pessoal mesmo da Dona Alzira e do Seu Orlando, eles vão na festa do Divino Espírito Santo não é pelo Divino, é por causa da Dona Vitória. Se você prestar atenção quando a Dona Vitória tá tocando caixa, ela está lá olhando, quando a Vitória larga a caixa, ela sai.

Muitos concordam que Dona Vitória é o “coração” da festa, figura principal e peça fundamental nos rituais e na organização desta celebração. Há uma preocupação e tensão em relação ao que irá acontecer após a morte de Vitória, se irá ou não “acabar” este culto ao

Divino. Seu Elesbão cogita até a possibilidade de trazer alguma caixeira do Maranhão, mas os gastos seriam grandes e, para ele, há a preocupação da caixeira convidada cobrar para tocar.

Para a Dona Ildenir, a festa tem que crescer, os jovens da própria Colônia comecem a participar da sua organização, como já foi apontado anteriormente.

A grande questão é se a comemoração ao Divino no Cazuá de Mironga continuará a ser tão prestigiada depois da morte de Zé Grande, em 2003, e o que irá acontecer quando a caixeira-régia Vitória falecer. O terreiro de Seropédica ficou fechado durante um ano, de luto pela morte de Seu Zé Grande, e foi reaberto em 2004 com um tambor de choro²²⁸. Há também uma questão a ser levantada em relação à celebração da Colônia Maranhense: será que a festa do Divino realizada na Ilha do Governador irá se modificar ou será menos prestigiada quando a caixeira-régia Vitória falecer? Acredito que esta pergunta só terá uma resposta no futuro.

3.3.2 A festa como patrimônio

Durante as entrevistas, alguns devotos demonstraram a preocupação de “preservar” a festa do Divino como também os lugares em que são celebradas em São Luís. Dona Ildenir comenta sobre as zeladoras das casas mais tradicionais de São Luís e como, para ela, a Casa das Minas e a Casa de Nagô estão em processo de “extinção”:

Agora, por formação de família, a minha família toda lá no Maranhão, católica entre aspas, mas todo mundo frequenta a Casa das Minas, quer dizer, hoje em dia a gente não pode dizer que frequenta porque a Casa das Minas está em extinção, mas assim, o meu avô era da Casa das Minas, tem tias que dançaram na Casa das Minas, que é uma casa de cunho africano, da parte de orixá, mas não essa coisa daqui do Rio, é bem diferente (...) Porque a casa, extinção porque no caso aqui vocês chamam de mães-de-santo, né, lá a gente chama de zeladoras, elas ficaram mais velhas e não quiseram passar pra ninguém pra dar continuidade a Casa, porque no que você passa quem aprende, aprende de um jeito, aí fica essa coisa que a gente vê aqui no Rio de Janeiro. Não que eu tenha nada contra, porque hoje em dia eu sou obrigada também a procurar uma casa desse lado aqui no Rio que eu frequento, eu tô muito feliz, mas são poucas casas sérias. Esse é o medo que se teve, esse cuidado na Casa das Minas e na Casa de Nagô, porque a religião, que é a religião africana, muita gente não entende, né, que é o lado do candomblé, as pessoas não têm, assim, não existe respeito não é pelo de fora, é pelos próprios participantes que aí começa a deturpar e a coisa tá um pouco anarquizada, ou melhor, tá bem anarquizada (...) Então, quer dizer, no que se diz respeito da religião do candomblé, a gente tem poucas casas aqui que a gente possa dizer que são sérias, então, lá no Maranhão se optou a Casa das Minas e Casa de Nagô, que é uma pena, acabar. Quem morreu, levou os seus segredos, não passou pra ninguém. O que tem hoje é que o Sarney mantém a Casa e o Governo Maranhense, porque lá tem isso de bom, o Governo dá um apoio tremendo pra essas casas, pra essa parte folclórica.

Para Dona Ildenir, diferenciando-se do depoimento de Dona Vitória, o dinheiro proveniente do Governo e da Secretaria de Cultura do Maranhão é uma ajuda para aquelas casas se manterem, mas somente isso não bastaria para dar continuidade. Há uma preocupação para aquelas que freqüentam a Casa das Minas: para quem passar seus conhecimentos? A pessoa que os receber usará sabiamente tais ensinamentos?

Ferretti (1995, p. 125) comenta a indagação de muitos antropólogos, como Peter Fry e Reginaldo Prandi, se a própria comunidade não está cometendo um “suicídio cultural” devido ao número reduzido de *voduns gonjaís*, aquelas a passarem pelo ritual completo, recebendo o seu *vodum* e uma entidade feminina infantil, chamada *tobossi*. Para Ferretti, tal “suicídio” não está ocorrendo porque para aquelas que freqüentam a Casa das Minas, os *voduns* podem voltar a serem *gonjaís*.

A Casa de Nagô foi tombada pelo Governo Estadual, no Departamento do Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico do Maranhão (DPHAP/MA), onde:

(...) através do decreto 10.029, de 4 de novembro de 1985; e nova lei que dispõe sobre o Patrimônio Cultural do Estado, 5.082, de 20 de dezembro de 1990, claramente define em seu artigo 1.º, a concepção e o conceito atualmente vigente, especificando que “(...) os bens de natureza material e imaterial, portadores de referência à identidade, à ação, e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade maranhense” de reconhecido valor cultural devem ser preservados.²²⁹

Há uma ampla discussão sobre o patrimônio dito de pedra e cal, ou “material”, e aquele que busca preservar a cultura, rituais, festas, comida, entre outros, e chamado de patrimônio “imaterial”. É necessário, além de tombar a Casa de Nagô e a Casa das Minas, registrar, na medida do que for permitido, o que acontece dentro dessas casas, como a festa do Divino Espírito Santo. Seria inventariado todo o ritual realizado na comemoração do Divino, o tipo de comida servido, os objetos utilizados, a indumentária etc.

O Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) começou, em 2005, um inventário²³⁰ sobre as festas do Divino Espírito Santo celebradas por migrantes maranhenses no Rio de Janeiro, dentro do chamado Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular. Segundo Vianna:

No âmbito do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, com o apoio e acompanhamento da então Secretaria de Patrimônio Museus e Artes Plásticas, elaborou e incorporou a suas linhas de atuação já estabelecidas o Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular, no sentido de testar, criar experiências e refletir sobre a aplicabilidade e possibilidades dos instrumentos recém-criados para a projeção e salvaguarda do patrimônio imaterial: o Registro e o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), desenvolvidos pelo Departamento de Identificação e Documentação do Iphan como método para sua prática institucional em relação ao patrimônio imaterial.²³¹

O Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular teve início no ano 2000 e, no que se refere a bens “imateriais” ligados ao Maranhão, já foi feito um inventário do bumba-meu-boi neste estado. Sobre a festa do Divino, a cidade de Paraty já realizou um inventário sobre esta comemoração como também, em 2005, o IPHAN no Maranhão começou a inventariar o sítio São Luís e a diversidade de cultos ao Divino Espírito Santo será registrada. A tentativa da caixeira-régia Vitória em registrar a celebração feita no Rio em São Luís foi transferida para o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

Para Gonçalves, em relação às festas do Divino celebradas por açorianos no Rio de Janeiro, é necessário haver uma cautela em se classificar esta comemoração como um patrimônio, pois:

Do ponto de vista dos devotos, o patrimônio é pensado não exatamente como um símbolo de realidades espirituais, nem, necessariamente, como representações de uma identidade étnica açoriana. Na verdade, ele é pensado como formas específicas de manifestação do Divino Espírito Santo.²³²

Devemos observar a apreensão do que e quem chama a festa do Divino como um patrimônio “imaterial” e o que deve ser registrado. Na concepção da academia este patrimônio deve ser observado, fotografado, filmado, catalogado, através de fichas de identificação e questionários na busca e ânsia de absorver o maior número possível de dados. Do ponto de vista dos devotos e daqueles que cultuam o Divino, ela deve ser preservada em relação a sua devoção, para a divulgação deste festejo para os outros maranhenses que moram no Rio de Janeiro e que não sabem da sua existência e, principalmente, para passarem adiante os rituais e como a comemoração é organizada por essa Irmandade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesses três capítulos sobre a festa do Divino realizada por maranhenses na cidade do Rio de Janeiro, observamos que há distinções daquelas celebradas no Maranhão, possuindo suas respectivas particularidades. As lembranças que cada maranhense trouxe de sua terra natal, das festas que participava quando crianças e até mesmo a relação de suas famílias com o Divino foram importantes no contexto dessa “memória coletiva” (HALBWACHS, 1990) e no que se refere a uma construção dessas comemorações no Rio.

Mesmo morando em outra cidade e estado, o vínculo com a divindade permanece. Assim, celebram o Divino por serem devotos e maranhenses, por isso, se classificam como Colônia Maranhense no Rio de Janeiro. Há uma verdadeira rede de solidariedade perante os demais festeiros e caixeiras, tornando possível a realização das festas.

Mesmo tendo como início o terreiro de Manoel Colaço na comunidade Parque União, a festa do Divino da Colônia Maranhense passou por diversos espaços e clubes. O desejo de conseguir a tão esperada sede com o projeto “Casa do Maranhão”, de construir um centro de referência com oficinas de artesanato, aulas de dança, biblioteca, sala de reuniões, entre outros, como um lugar maranhense no Rio de Janeiro, prossegue. Para os devotos, a construção desta “Casa” significa a não dependência por um espaço para abrigar o culto ao Divino, e expressaria também essa identidade perante os demais migrantes nordestinos.

As entrevistas com homens e mulheres ligados à parte burocrática da festa também foi uma escolha em não privilegiar só os depoimentos das caixeiras, como também dos homens, que são importantíssimos para a organização e funcionamento desta celebração. Podemos dizer que as entrevistas com não maranhenses foram primordiais, permitindo entendermos que, para participar desta Irmandade, a devoção ao Divino tem papel chave. A questão de ser ou não ser maranhense é sublimada pela dedicação e fé ao Divino Espírito Santo.

Ter acesso aos documentos e confidências em relação à sua organização ajudou para o maior entendimento deste universo. A comparação da celebração no clube e no terreiro foi imprescindível para compreensão dos rituais e como eles podem se distinguir em contextos diferentes e, principalmente, em espaços distintos.

A ligação intensa entre os devotos e a divindade com o levantamento do mastro, tornando relações horizontais em verticais, e como todas as seqüências rituais são realizadas durante este período até o derrubamento do mastro, quando este vínculo com o Divino perde

forças para a volta do cotidiano dos devotos foi um dos pontos abordados nesta dissertação. Vimos que cada festa é organizada de uma forma, possuindo suas características próprias.

Com o inventário sobre o Divino maranhenses no Rio de Janeiro sendo realizado pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, as rivalidades entre as quatro celebrações foram reveladas, mas também o sentido de uma interação foi proposta. Com isso, alguns devotos do terreiro de Seropédica que nunca haviam participado da festa da Ilha ou que raramente a freqüentavam compareceram em 2005.

Dona Vitória, caixeira-régia da festa da Ilha do Governador, que tem uma posição rígida em relação ao Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho teve uma outra postura com o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. Questiono o valor do dinheiro empregado por Dona Vitória, que para ela este deve ser esmolado. Se o dinheiro não vier com a legitimidade que é reivindicada por Vitória, ele não será bem vindo? E se este dinheiro servir para a construção da tão sonhada “Casa do Maranhão”, ele será recusado? Acredito que não, principalmente com o custo da celebração que a cada ano cresce.

Após quatro anos convivendo e interagindo com esses maranhenses, ganhando a simpatia de muitos e a indiferença de outros, pude comprovar como fui observada de perto pelos devotos. Durante a festa de 2005, um maranhense intelectualizado e que nunca havia conversado se aproximou quando estava prestes a ir embora e disse que eu deveria ter cuidado ao escrever sobre esta celebração.

Para ele, eu não deveria ter um comportamento meramente distanciado dos rituais porque já havia participado deles e que parte disso deveria estar inserido no trabalho. Continuou dizendo e me questionando: “Quem você é? Você não é simplesmente uma pesquisadora, você não é simplesmente uma apaixonada pelo Divino, você é um pouco de cada. Eu não sei como te classificar porque você não é uma coisa e nem outra!”. Fiquei intrigada com esta declaração e o questionei, dizendo que não tinha como me rotular já que não era nem uma coisa e nem outra, então ele me disse: “Você é a tenuidade em pessoa!”. Percebi que para os “nativos” poderia ser classificada dentro de uma “liminaridade”, um ser “liminar”.

Lembrei-me de Seu Borracha que sempre me apresentava para os maranhenses como: “Esta é a Carla, ela está fazendo uma pesquisa sobre a nossa festa, ela é uma menina muito estudiosa”, ou, como ele sempre me chamava, “minha sobrinha branca”. Dona Gercy, que sempre me convidou para visitar a sua casa em Araruama e até mesmo para o seu aniversário, ou quando Seu Orlando, falando das outras meninas que também freqüentam esta celebração, me disse que era a “mais próxima”, entre outras declarações, comecei a me questionar quem

eu era para aqueles maranhenses que confiaram os seus saberes e alguns de seus segredos para uma antropóloga que estava investigando a vida e devoção de cada um deles.

Voltando a declaração deste maranhense na festa de 2005, ele continuou dizendo que eu havia entendido o “código” das caixeiras, considerando as cores das roupas para os dias festivos, que quando toquei caixa e durante todos esses anos, não teria privilegiado nenhum momento do ritual, sempre comparecendo em todos os dias e em todas as etapas, principalmente na missa. Ele lembrava da cor das roupas e o tamanho das minhas saias durante esses quatro anos e como havia compreendido este universo, mas não querendo posar de “nativa” e sim como uma forma de respeito perante o Divino e as caixeiras.

Ele continuou dizendo: “Você não é maranhense, você é branca, mas você é mulher e a você lhe foi dado o direito de tocar caixa. Você escutou a música, a voz do seu lado no seu ouvido e isso muda tudo”. Entendi em seu discurso o próprio desejo deste maranhense em tocar caixa e como esta dádiva foi reservada para esta antropóloga, que mesmo branca e não maranhense, é mulher e, por isso, tem o “direito” de tocar. Passei de uma situação de observadora para de observada durante todos esses anos, sendo questionada até mesmo a minha posição de pesquisadora.

Mas também observei este maranhense e todas as suas inserções dentro do ritual, como no ano de 2004, em que ele foi chamado de última hora para batizar o mastro, em 2005, quando segurou a bandeira vermelha do Divino durante o almoço do Império e no dia da derrubada do mastro, neste mesmo ano, foi dada a ele a oportunidade de tocar caixa. O ano de 2005 foi o primeiro que pude observar homens tocando caixa na festa da Ilha do Governador e será um ponto a ser notado em celebrações futuras, mas acredito que será uma constante, já que caminhos foram abertos entre as caixeiras que sempre, nas entrevistas, disseram não ter preconceitos em relação a homens tocando caixa.

Já sobre a parte burocrática da celebração da Ilha do Governador, no começo de 2005 houve a perda de uma figura importante dentro desse contexto. Carlos Raimundo de Jesus, Seu Borracha, faleceu durante o carnaval e pouco antes dos preparativos para a festa. Foi um homem querido e admirado por esses maranhenses que ele tanto amava e que sofreram com a sua partida, principalmente aqueles que eram mais próximos, como o vice-presidente Elesbão, a secretária Dona Fátima, Dona Vitória e outros.

Seu Borracha já tinha sido homenageado em vida na festa de 2004, sendo para ele um motivo de grande alegria, momento que se emocionou pelo reconhecimento dos devotos por sua dedicação. Durante a missa no dia de Pentecostes de 2005, ele foi homenageado novamente, mas com um sentimento de ausência e saudade por esses maranhenses. Dona

Vitória fez um pequeno discurso sobre Seu Borracha, dizendo: “(...) era uma pessoa que não botava fogo na fogueira, ele era jogado conforme a todos nós e assim ele botou todos nós dentro daquele regime dele, porque era uma pessoa muito boa, ele nos ajudou muito, era o nosso amigo Borracha (...)”.

Dona Vitória chamou George, o primeiro Imperador da festa do Divino para ler a homenagem para Seu Borracha, momento em que muitos já estavam emocionados, outros chorando ou mesmo aqueles que nem conseguiram ouvir a singela lembrança de um homem que foi importante para esses maranhenses que há 38 anos celebram o Divino²³³.

A ausência de Seu Borracha na organização da festa promoveu uma mudança na sua configuração. Decisões que eram tomadas só por ele agora são compartilhadas por aqueles que fazem parte da diretoria, não mais ficando na responsabilidade de uma única pessoa. O vice-presidente (Seu Elesbão) assumiu a presidência, mas como mora em outra cidade e raramente está no Rio houve dificuldades para os preparativos da celebração de 2005, pois o trabalho agora deve ser dividido e o seu futuro e continuidade dependerão de outros fatores. Dona Vitória, caixeira-régia que mora na cidade de São Luís, é aquela responsável por grande parte de seu funcionamento e quando ela vier a falecer, os rumos da comemoração da Colônia Maranhense serão incertos.

Muitos apostam que a continuidade da festa será preservada com o advento da “Casa do Maranhão”, já outros acreditam que sem a presença de Dona Vitória a celebração acabará, por ser ela a grande responsável pela articulação do ritual. Há aqueles que acreditam que ninguém é insubstituível, mas essas especulações serão respondidas no futuro.

Acredito que a fé e a ligação desses maranhenses perante o Divino Espírito Santo não cessará e mesmo não fazendo uma grande festa os devotos não deixarão de cultuá-lo, seja em suas casas ou em uma comemoração menor. O futuro dos outros terreiros, principalmente o de Nova Iguaçu, Ilê de Iansã-Obaulaiê, e o de Costa Barros, Abassá de Mina Jeje-Nagô, em relação ao Divino também é incerto, principalmente se pensarmos nas dificuldades que cada um deles passa, a falta de ajuda daquela organizada por Dona Antônia perante os outros maranhenses e a região perigosa onde está localizado o terreiro de Dona Margarida.

O terreiro mais estruturado em vários aspectos, com filhos e filhas-de-santo para manterem o andamento das festas e toques, dividindo os gastos financeiros com todos que participam é o terreiro de Seropédica, Cazuá de Mironga, que mesmo com a morte de seu fundador, José Mirabeau, ou Zé Grande, foi pensado e calculado a pessoa que poderia substituí-lo. Também era vontade de Seu Zé Grande e um pedido feito para seus filhos-de-santo pouco antes de morrer que continuassem com o seu terreiro. Uma filial do Cazuá de

Mironga está sendo construída em Saracuruna, dando prosseguimento ao tambor de mina no Rio de Janeiro.

As questões em torno da festa do Divino celebrada na Ilha do Governador e daquelas realizadas no Rio de Janeiro não estão esgotadas nesta dissertação, pelo contrário, há necessidade de um trabalho mais sistemático dentro dos terreiros que não foram aprofundados neste trabalho, o de Seropédica e o de Costa Barros e, principalmente, o tambor de mina e suas características quando praticado fora do Maranhão.

Também será importante, em um trabalho futuro, investigar a questão de ser negro para esses migrantes, onde há orgulho não só pela cor da pele como na prática do tambor de mina, distinguindo-os dos demais cultos, como candomblé e umbanda, em um lugar onde esta prática é tão disseminada, sobretudo em regiões periféricas, sendo um diferencial para esses maranhenses.

Com todas essas dificuldades e mudanças relacionadas à celebração do Divino, podemos concluir que ele segue sendo festejado por esses migrantes que moram na cidade do Rio de Janeiro, mas que permanecem ligados ao Maranhão não só através do Divino.

Podemos ver este vínculo também nos terreiros onde é praticado o tambor de mina e com as visitas periódicas de alguns à sua cidade natal, o som que rememora o Maranhão, como o bumba-meu-boi e o tambor de crioula, pois a identidade desses migrantes, que há tantos anos moram no Rio de Janeiro, é conservada pelas referências culturais e devoções que os fazem recordar do seu Estado e compromisso perante o Divino Espírito Santo, onde a festa da lembrança continua a sua permanente e dinâmica reescrita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marta. **O Império do Divino** (Festas Religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900). Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

A FESTA do Divino em Alcântara. Dirigido por Murilo Santos. Vídeo patrocinado pela SECMA – Comissão Maranhense de Folclore. 1 videocassete (50 min).

AYMARD, Maurice. **História e memória: construção, desconstrução, reconstrução**. In: Revista Tempo Brasileiro, abr-jun, n. 153. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p. 13-28.

BARBOSA, Marise Glória. **Um as mulheres que dão no couro: as caixeiras do Divino no Maranhão**. Dissertação de Mestrado: Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

BIRMAN, Patrícia. **Fazendo estilo criando gêneros: estudo sobre a construção religiosa da possessão e da diferença de gêneros em terreiros de umbanda e candomblé no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1995.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Divino, o santo e a senhora**. Rio de Janeiro: MEC/FUNARTE, 1978.

CAIXEIRAS da Casa Fanti-Ashanti tocam e cantam para o Divino. Coleção Itaú Cultural. Documentos sonoros brasileiros, acervo cahuera!, 2003.

CARNEIRO, Deusdedit. **O tombamento da Casa das Minas**. In: Comissão Maranhense de Folclore, boletim on-line, n.18, janeiro de 2001.

CARVALHO, José Jorge de. Metamorfoses das tradições performáticas afro-brasileiras: de patrimônio cultural a indústria de entretenimento. In: LONDRES, Cecília et al. **Celebrações e saberes da cultura popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectiva**. Rio de Janeiro: Funarte, Iphan, CNFCP, 2004, v. 5, p. 65-83.

CARVALHO, Luciana. **A graça de contar: narrativas de um Pai Francisco no bumba-meu-boi do Maranhão**. Tese de Doutorado: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CAVALCANTI, Maria Laura V. C. O Boi-Bumbá de Parintins/ Amazonas: breve história e etnografia da festa. In: **História, Ciência e Saúde: Visões da Amazônia**. Volume VI. Suplemento especial. Rio de Janeiro: Fio Cruz, nov. 2000.

CASCUDO, Luís da Câmara. “Divino” e “Tiquira”. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

CONTINS, Márcia. Espaço, religião e etnicidade: um estudo comparativo sobre as representações do Espírito Santo no catolicismo popular e no pentecostalismo. In: BIRMAN, Patrícia (org.). **Religião e espaço público**. Rio de Janeiro: CNPq/PRONEX/ATTAT EDITORIAL, 2003, p. 221-233.

DANTAS, Beatriz Góis. **Vovó nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DIAS, Jaime Lopes. A festa do Divino como elemento da área cultural comum luso-brasileira. In: **Estudos e Ensaios Folclóricos em Homenagem a Renato Almeida**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, sessão de publicações, 1960, p. 31-38.

DICIONÁRIO de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: FGV, 1986, p. 1117-1118.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ESTATUTO da Colônia Maranhense no Rio de Janeiro e da festa do Divino.

FALCÃO, Andréia Rizzotto. **Construindo o intangível: estudo sobre as estratégias discursivas na construção do campo do patrimônio imaterial**. Dissertação de Mestrado: MMSD/CCH/UNIRIO, 2004.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória social, novas perspectivas sobre o passado**. Lisboa: Teorema Editorial, 1992.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 1859.

FERRETTI, Mundicarmo. Encantaria maranhense: um encontro do negro, do índio e do branco na cultura afro-brasileira. In: NUNES, Izaurina de Azevedo (org.). **Olhar, memória e reflexões sobre a gente do Maranhão**. São Luís: Comissão Maranhense de Folclore (CMF), 2003, p. 119-128.

_____. **Encantaria de “Bárbara Soeira”. Codó, capital da magia negra?** São Paulo: Siciliano, 2001.

_____. **Mina, uma religião de origem africana.** São Luís: Sioge, 1985, p. 35-62.

FERRETTI, Sérgio Figueiredo. **Querebentam de Zomadonu: etnografia da Casa das Minas.** São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 1985.

_____. **Repensando o sincretismo: estudo sobre a Casa das Minas.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; São Luís: FAPEMA, 1995.

_____. Relação entre Tambor de Crioula e o turismo. In: FERRETTI, Sérgio (org.). **Tambor de crioula: ritual e espetáculo.** 3. ed. São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2002, p. 131-143.

FRY, Peter. Homossexualidade masculina e cultos afro-brasileiros. In: **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 54-86.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e visagens, um estudo da vida religiosa de Itá; Amazonas.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

GENNEP, Arnold Van. **Os ritos de passagem.** Petrópolis: Vozes, 1978.

GONÇALVES, Jandir. **Verso de pé quebrado: os foliões da Divindade e Rezadeiras na cidade de Caxias.** In: Comissão Maranhense de Folclore, boletim on-line, n. 12, dezembro de 1998.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. In: ESTERCI, Neide; FRY, Peter; GOLDENBERG, Miriam (orgs.). **Fazendo antropologia no Brasil.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 15-33.

_____. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ; Iphan, 2002.

_____. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 21-29.

GOUVEIA, Claudia Rejane Martins. **O reinado de Vó Missã: estudo da festa do Divino em um terreiro de mina em São Luís.** Monografia: Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, 1997.

_____. **“As esposas do Divino”**: poder e prestígio feminino na festa do Divino Espírito Santo em terreiros de tambor de mina de São Luís – Maranhão. Dissertação: Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HERTZ, Robert. **A preeminência da mão direita: Um estudo sobre a polaridade religiosa**. In: *Religião e Sociedade*, n. 6. Rio de Janeiro: Tempo e Presença, novembro de 1980, p. 99-128.

LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

LEAL, João. **As festas do Espírito Santo nos Açores: um estudo de antropologia social**. Lisboa: Dom Quixote, 1994.

LEACH, E. Dois ensaios a respeito da representação simbólica do tempo. In: **Repensando a antropologia**. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 191-209.

LIMA, Carlos de. **Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara (Maranhão)**. Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória/Grupo de Trabalho de Alcântara, 1988.

LIRA, Mariza. A festa do Divino Espírito Santo. In: **Migalhas Folclóricas**. Rio de Janeiro: Edição da gráfica Laemmert Ltda, 1951, p. 114-125.

MAGGIE, Yvonne. **Guerra de orixá: um estudo de ritual e conflito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MARANHÃO, Secretaria de Estado da Cultura/CCPDVF. **Memória de Velhos. Depoimentos. Uma contribuição à memória oral da cultura popular maranhense**. São Luís: Lithograf, 1997. Depoimento de Dona Maria Celeste Santos, v. 1, p. 87- 164.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Edusp, 1974, v. 2.

NEVES, Luiz Felipe Baêta. **Memórias migrantes e temporalidade**. In: *Revista Tempo Brasileiro*, abr-jun, n. 153. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p. 45-54.

PEREIRA, Nunes. **A Casa das Minas: culto dos voduns jeje no Maranhão**. Petrópolis: Vozes, 1979.

PIAZZA, Walter F. Festividades do Divino. In: **Aspectos folclóricos catarinenses**. Coleção “Folclore” da Comissão Catarinense de Folclore, p. 33-66.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos históricos**. v. 5, n. 10. Rio de Janeiro: FGV, 1992, p. 200-212.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos históricos**. v. 2, n. 3. Rio de Janeiro: FGV, 1989, p. 3-15.

PROJETO Casa do Maranhão.

RELIGIÃO e cultura popular – Festas da cultura popular na religião afro-brasileira. Sérgio Ferretti. Universidade Federal do Maranhão, amparo à pesquisa do Estado do Maranhão, 1995. 1 videocassete (17 min).

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio. **Festa & identidade: como se fez a festa da uva**. Caxias do Sul: EDUSC, 2002.

SANTOS, Roza. **Festa de São José de Ribamar**. In: Comissão Maranhense de Folclore, boletim on-line, n. 11, agosto de 1998.

SOUZA, Marina de Mello. **Parati: a cidade e as festas**. Rio de Janeiro: UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.

TRAVASSOS, Elizabeth. Recriações contemporâneas dos folguedos tradicionais: a performance como modo de conhecimento da cultura popular. In: TEIXEIRA, João Gabriel L. C.; GARCIA, Marcus Vinícius Carvalho; GUSMÃO, Rita (orgs.). **Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização**. Brasília: ICS-UnB, 2004, p. 110-116.

TURNER, Victor. **O processo ritual: estrutura e antiestrutura**. Petrópolis: Vozes, 1974.

VEIGA, Felipe Berocan. **A festa do Divino Espírito Santo em Pirenópolis, Goiás: polaridades simbólicas em torno de rito**. Dissertação: UFF/ICHF/PPGACP, Rio de Janeiro, 2002.

VIANNA, Letícia. Patrimônio imaterial: legislação e inventários culturais. A experiência do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular. In: LONDRES, Cecília et. al. **Celebrações e saberes da cultura popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectiva**. V. 5. Rio de Janeiro: Funarte, Iphan, CNFCP, 2004, p. 15-24.

VIEIRA FILHO, Domingos. A Festa do Divino Espírito Santo. Separata da revista da Academia Maranhense de letras. São Luís: Volume IX, 1954.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)